

13

A Defesa Nacional



JULHO
1947

NÚMERO
3 98

Coronel RENATO BATISTA NUNES
Coronel ARMANDO VILANOVA P. DE VASCONCELOS
Ten. Cel. JOSE HORACIO C. GARCIA
Capitão OCTÁVIO ALVES VELHO
Capitão J. E. JOÃO CAPISTRANO

A DEFESA NACIONAL

SRS. REPRESENTANTES

Edições por Cooperação

(SEPARATAS)

Único processo de vender livros bons por seu justo preço. As edições serão proporcionais aos pedidos recebidos, por isso aguardamos as inscrições por intermédio de nossos representantes, via rádio, no máximo até 30/7; como sua inscrição importa em um compromisso desta Editora para com uma tipografia, solicitamos aos Srs. Representantes a remessa das importâncias correspondentes logo após este ato, isto é, logo após o rádio.



CENTRALIZAÇÃO DE TIRO E O NOVO PROCESSO DE TIRO SIMPLIFICADO UM LIVRO PARA OS ARTILHEIROS DE QUALQUER POSTO.

50 PAGINAS

Preço Cr\$



MORTEIROS SÍNTESE EM 50 PAGINAS DOS REGULAMENTOS AMERICANOS REFERENTES AO ASSUNTO.

Consta este trabalho de uma rápida explicação dos processos americanos de tiro com os morteiros 60 e 80, seguida de uma série de exercícios.

Trabalho muito útil para sargentos, alunos de CPOR, oficiais subalternos e capitães, e particularmente para os futuros alunos da EAO.

Preço Cr\$



PATRULHAS MOTOMECHANIZADAS EXERCÍCIOS TÍPICOS

20 exercícios de patrulhas e pelotões mecanizados, em cartolina, formato muito portátil, constando cada exercício de um texto explicativo das ações e de um esboço elucidativo.

Preço Cr\$

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 Outubro de 1913

Ano XXXIV

Brasil — Rio de Janeiro, Julho de 1947

N. 398

SUMARIO

	Págs.
Editorial	3
O Regimento de Infantaria no Combate — <i>Ten. Cel. J. B. de Mattos</i>	7
A 4. ^a Seção na Campanha da Itália — <i>Ten. Cel. Senna Campos</i>	31
O regimento de Reconhecimento do corpo de exército e da divisão de cavalaria — <i>Major Arold Ramos de Castro</i>	41
Ordens de Operações — <i>Cap. José Codecera Lopes</i>	51
O Tiro de Metralhadoras	57
Processo de tiro simplificado — <i>Maj. B. Borges Fortes</i>	83
Considerações sobre a organização da instrução em uma unidade de cavalaria — <i>Cap. Moacyr R. Coelho</i>	91
"Como elaborar um tema Tílico" — <i>Maj. Paulo Enéas F. da Silva</i>	103
A Futura Etapa — 1. ^o <i>Ten. I. E. Jayme Rolenberg de Lima</i>	117
Cavalaria a cavalo — <i>Ten. Cel. J. H. Garcia</i>	123
Um Grande Chefe e um exemplo — <i>Cap. Vitor Hugo de Almeida Cabral</i>	127
O Vale do Rio Itajaí e a colonização alemã — <i>Cap. de Infantaria Rui de Alencar Nogueira</i>	133
Como estudar para fazer concurso de administração a E. E. M. — <i>Cap. Nilton Freixinho</i>	139
A Formação Histórica das Fronteiras do Brasil — <i>Major Omar Emir Chaves</i>	151
A Invasão da Europa — <i>Tradução do Cap. Octávio Alves Velho</i>	161
Apontamentos Históricos — <i>Major Riograndino da Costa e Silva</i>	17
Estrada de Ferro Central do Brasil — <i>Dr. Renato Feio</i>	1
A Madeira e a Defesa Nacional	
Noticiário e Legislação	

EDITORIAL

Quem quer que tenha sobre os ombros os encargos de manter condignamente a própria família e de dar aos filhos uma instrução que os habilite a enfrentar com êxito a vida futura e tornarem-se úteis à Pátria, de qualquer maneira, sente todas as dificuldades com que luta hoje um chefe de família para cumprir satisfatoriamente, pelo menos, sua nobilitante missão social.

Não é ao custo exagerado da vida, artificialmente elevado pela cupidize daqueles que ainda não se saciaram bastante com os "lucros extraordinários" que o flagelo da guerra, deshumanamente explorado, canalizou para seus cofres, verdadeiros tonéis das Danaides, e que não se conformam com a volta aos lucros comerciais honestos, que queremos aludir. Tão pouco pretendemos falar no empirismo dos processos adotados pelos responsáveis do bem estar de um povo, que não aspira a mais do que alimentar-se, vestir-se e abrigar-se sem sacrificar a saúde, único "capital" inalienável com que precisa contar para garantia de sua existência.

Sobre êsses flagelos suplementares à guerra já se tem dito tudo, embora não se tenha feito quase nada.

Nosso objetivo é bem mais modesto e muito mais particular: — trata-se, apenas, das condições de vida da nossa Revista.

A crise por que ela passou em fins do último ano, vai sendo paulatinamente combatida e conjurada, graças à cooperação de esforços dos que respondem pela existência dêsse nosso patrimônio intelectual, o que vale dizer, dos seus dirigentes e dos Camaradas que a assinam e lêem. Não devemos esquecer, também, dos anunciantes que lhe dão preferência, já convencidos de que ela é um veículo de publicidade que vai a todos os Estados do Brasil.

Nossos insistentes apelos a uns e outros, começam a ser ouvidos e atendidos, e, o que é mais reconfortante, compreendidos. Basta dizer que o número de assinantes já ultrapassou o dôbre do que era no ano que findou.

Isto já é muito, mas ainda não é tudo, conforme previramos e assinalamos num dos números desta Revista. Foi necessário pedir mais um esforço de cooperação aos nossos Camaradas. E só o fizemos, e muito a contragosto, forçados pelas circunstâncias: — tornou-se necessário, não propriamente aumentar o custo das assinaturas, mas estabelecer a mesma contribuição para todos os assinantes.

Em face da situação a que nos referimos de inicio, era de esperar que qualquer aumento de contribuição pecuniária descontentasse os atingidos pela medida, mas estamos certos de que, após refletirem, concordarão que não é possível manter uma revista do porte de "A Defesa Nacional", às vezes com mais de 250 páginas, por preço inferior a sessenta cruzeiros anuais, que é, aliás, o de todas as revistas sul-americanas similares.

Acerca de uma circunstância capital: — todo o nosso esforço tem-se concentrado em eliminar o atrazo com que nos vêm sendo entregues as edições mensais da Revista. Com esse escópo, passamos a imprimi-la nas oficinas do E.C.M.I. do Exército, mas o atrazo tornou-se maior. Voltamos à primitiva oficina que vinha imprimindo a "Defesa Nacional" há cerca de dez anos, que se comprometeu a entregá-la em dia, mas seu custo foi aumentado de cerca de 80% do que vigorava anteriormente.

Eis as explicações leais que devíamos aos que nos endereçaram sua reprovação à providência que fomos obrigados a tomar, e esperamos que todos as aceitem e compreendam, continuando a prestar à "Defesa Nacional" o imprescindível apoio que ela merece, pelo seu passado de mais de 33 anos, inteiramente dedicado aos interesses superiores do Exército.

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

O Regimento de Infantaria no Combate

O COMBATE DEFENSIVO

(Continuação)

Ten. Cel. J. B. de Mattos

VI — O CONTRA-ATAQUE

O contra-ataque pode ser definido como uma ação defensiva visando retomar um elemento da posição de resistência para nele substituir as armas que ali se encontravam e restabelecer assim a continuidade do fogo momentaneamente rompida nesse ponto pelo inimigo.

Um contra-ataque é, pois, um ataque a objetivo limitado. É dirigido de preferência contra o flanco das forças, que conseguirem penetrar na posição, e em direção a um objetivo no interior do sub-setor.

Em princípio só se contra-ataca um inimigo detido pelo fogo, o que não exclui a obrigatoriedade de aproveitamento de situações particulares do terreno e do inimigo.

Os contra-ataques executados no âmbito dos Bts. da zona de combate por pelotões e companhias são chamados imediatos.

Em geral os executantes agem sem preparação da Artilharia, são apoiados pelo fogo de suas próprias armas e o das frações vizinhas. Seus fogos são combinados com movimentos rápidos de desbordamento e envolvimento.

O apoio da artilharia lhes pode ser garantido, fazendo desencadear um dos tiros previstos, se o contra-ataque tiver sido estudado e preparado com antecedência, ou sobretudo pelos tiros que a Artilharia executar no momento do contra-ataque — tiros de deter.

Afora a potência de seus fogos, o principal elemento de sucesso dos contra-ataques imediatos reside na escolha oportuna do momento em que são desencadeados.

Os contra-ataques conduzidos pelo comando exigem planos feitos com antecedência, para que seja obtida a ação rápida, fundamento do sucesso da operação.

Preparam-se planos para cada uma das eventualidades de penetração do inimigo na posição. O Cmt. do regimento prescreve,

O REGIMENTO...

em termos gerais, os contra-ataques a serem executados pela reserva. Os planos prevêm o emprego de todas as armas disponíveis (artilharia, morteiros, carros de combate) para apoiar o contra-ataque. O Comandante da reserva do regimento consulta os comandantes das unidades de apoio e prepara os planos detalhados, devem mencionar a direção e objetivos, base de partida, movimento para a base de partida, logis de apoio e coordenação.

Para conveniencia de referencia e para rapidez de execução, os planos de contra-ataque são numerados na ordem de prioridade de realização.

É necessário que o contra-ataque da reserva do Regimento seja coordenado com a ação a executar pelas reservas dos Btl. de 1.º escalão, coordenação esta assegurada pelo Cmt. do R. I.

Quando a situação permitir, os planos de contra-ataque são ensaiados. Se o ensaio for impraticável, o maior número possível de Cmto. subordinados são conduzidos às zonas prováveis dos contra-ataques e os planos previstos são explicados no terreno.

VII — CONDUTA DA DEFESA

Noções gerais:

A integridade da posição de resistência é conseguida pela combinação do combate, in loco, com o contra-ataque. A conduta da defesa deve ser agressiva. Deve-se apresentar as vantagens resultantes dos erros ou falhas do inimigo. A conduta da defesa implica num progressivo enfraquecimento do ataque inimigo, desde o momento em que ele atinja a zona do alcance das armas das forças de cobertura, até que chegue às proximidades da linha principal de resistência. Toda a ação defensiva, efetuada por tropas que se encontram, quer à frente, quer à retaguarda da linha principal de resistência, deve ser orientada para a defesa desta linha, e tem em vista a integridade da posição.

Uma unidade incumbida da defesa dum determinada zona, só pode abaná-la quando autorizada pela autoridade superior. As partes essenciais da linha principal de resistência devem ser defendidas até o último homem.

A ação da defesa na P. R. segue, geralmente, a sequência abaixo.

1 — Reconhecimento

Os postos de observação do regimento, batalhão e companhia, tem sua ação ampliada por patrulhas, que cobrem todo o setor observado. As patrulhas fecham os intervalos entre as posições organiza-

das. Frequentemente, será necessário reforçar essas patrulhas, para executar um reconhecimento em força ou uma incursão a fim de obter informações precisas sobre o dispositivo do inimigo. (Uma nota anexa sobre o estudo de golpes de mãos e patrulhas completará a presente.)

A noite, postos de escuta são estabelecidos pelas unidades em primeiro escalão, e a zona entre os postos avançados de combate e a posição de resistência é vassourada por patrulhas.

2 — Posição de resistência

A posição de resistência é defendida pelo fogo e pelo contra-ataque nas condições seguintes:

a) — *Fogos longínquos*

A Artilharia da posição de resistência apoia, com seus fogos, a defesa do escalão de resistência dos postos avançados gerais e ação retardadora executada por estes postos. Os petrechos pesados da Infantaria reforçam esses fogos, logo que o inimigo entre em sua zona de alcance.

Algumas dessas armas, quando possível, batem com seus fogos as zonas de reunião de forças inimigas, conhecidas ou suspeitas.

Os fogos longínquos, a serem desencadeados por metralhadoras pertencentes à LPR, devem ser feitos das posições que não revelam qual a localização dessa linha.

b) — *Durante a progressão do ataque inimigo*

A medida que o ataque inimigo progride, ele se aproxima da zona batida eficazmente por um crescente número de armas automáticas da defesa, incluindo os petrechos pesados da reserva. Os petrechos pesados, excetuando-se os da linha principal de resistência, abrem fogo, desde que o inimigo entre na zona do seu alcance máximo.

Todas as armas da linha principal de resistência mantêm-se caladas, até o momento em que o inimigo apresente alvos que justifiquem o tiro, a fim de não revelarem prematuramente suas posições.

As metralhadoras que ocuparem posições na linha principal de resistência, não devem, normalmente, abrir fogo a distâncias maiores do que 500 metros.

Concentrações de infantaria, previamente preparadas, são executadas, sobre caminhamentos suspeitos, favoráveis à aproximação do inimigo e sobre alvos favoráveis que se apresentem durante a sua progressão. Esses fogos devem ser dirigidos, principalmente, sobre posição desenfiadas para os tiros das armas automáticas.

Os fogos dos obuzes e dos morteiros de infantaria são empregados para completar os fogos de artilharia. Esses fogos também são usados contra armas automáticas inimigas, cuja posição foi aproximadamente localizada.

O fogo dos fuzis e de fuzis-metralhadoras é, geralmente, feito quando o inimigo chega a uma distância de 500 metros.

As armas anti-carros colocadas para a defesa da linha principal de resistência, só abrem fogo quando os carros chegam ao alcance útil dos tiros; a cobertura prematura do fogo revela as posições das armas e provoca os bombardeios inimigos.

As armas anti-carro podem ser, excepcionalmente, empregadas para atirar em alvos terrestres, quando não haja esses engenhos mecanizados.

A decisão para o emprego dessas armas com esse fim, não deve comprometer a execução da missão principal dos canhões anti-carros que, para atender ao desempenho de ambas as tarefas, devem dispor da necessária quantidade de munições quando tal emprego for justificado, as armas anti-carro são particularmente eficazes contra metralhadoras situadas em locais perfeitamente referidos.

Quando os tiros tenham sido desencadeados pelas armas da linha principal de resistência, às metralhadoras pesadas, localizadas nas proximidades ou na linha de tiro dos aviões atacantes e que se encontram dentro do alcance eficaz, caberão esses alvos, de acordo com o julgamento dos comandantes de seção de pelotão de metralhadoras, porque são eles mais importantes do que os alvos terrestres.

c) — Defesa aproximada

Antes que o ataque inimigo alcance a zona batida pelos fogos aproximados da defesa (barragem geral) as armas automáticas da zona ameaçada orientam seus fogos para as linhas finais de proteção.

Fogos defensivos de morteiros e de artilharia, previamente preparados (barragens fixas), são executados para atender a essa necessidade.

Fuzis e metralhadoras batem, com uma velocidade de tiro maior, os alvos mais perigosos.

Se o inimigo passar ao assalto, será rechassado sucessivamente, pelo fogo, granadas e pelo combate corpo a corpo.

d) — Defesa no interior da posição

Se o inimigo consegue penetrar na posição, procura-se resistir à sua progressão, pelo emprego massivo dos elementos de apoio, das reservas dos batalhões. Se com isso não se consegue detê-lo, toda ou parte da reserva do regimento é empregada, quer para im-

pedir a penetração para posições previamente preparadas, quer um contra-ataque. As unidades vizinhas tomam as necessárias medidas, para impedir que a penetração inimiga inicie seu desenvolvimento lateralmente. Os flancos da penetração são mantidos. Fogos de flanqueamento das unidades adjacentes e fogos de artilharia e morteiro, previamente preparados, são dirigidos contra os elementos que penetram na posição. A reserva do regimento deverá ser empregada para contra-atacar antes que o inimigo tenha tido tempo de estabelecerse.

e) — *Defesa dos flancos*

Estreito contato é mantido com os elementos inimigos quegridem pelos setores vizinhos, por meio de observadores, patrulhas e agentes de ligação. Quando o inimigo conseguir penetrar numa zona vizinha, os fogos de algumas armas de apoio podem ser desviados, para auxiliar a limitação da penetração.

Os fogos de flanco das armas automáticas são particularmente úteis para esse fim. Se a penetração for profunda, a reserva do regimento é deslocada para uma posição de flanco, previamente reconhecida ou preparada, na qual possa resistir à toda tentativa de aumento da penetração.

Qualquer tentativa de ameaça a um flanco exposto será normalmente sustada pela reserva do batalhão que se achar no flanco ameaçado. É necessário que o flanco exposto seja constantemente patrulado e, quando a ameaça se acentua, o batalhão de reserva é deslocado para uma posição previamente preparada.

f) — *Ação contra carros*

Os campos minados e outros obstáculos à frente da posição devem ser cobertos pelo fogo eficaz do fuzil, metralhadoras e morteiros, para impedir sua remoção ou neutralização antes ou durante o ataque inimigo.

A Infantaria inimiga, geralmente, acompanha ou segue de perto os carros, no ataque.

O pessoal exposto dos carros ou o que segue à vista os carros, são os primeiros alvos para as pequenas armas de fogo da Infantaria.

Em caso algum, a Infantaria da defesa deve ser desviada da sua missão principal, que é combater e destruir a Infantaria atacante.

O fogo das pequenas armas da Infantaria é relativamente ineficaz contra a blindagem dos carros. Todavia, sob condições favoráveis, o efeito acumulado dos projéts perfurantes das pequenas armas pode ser eficiente contra as lagartas de carros blindados, rodas e caterpilas. O fogo de fuzis, fuzis metralhadoras e metralhadoras

em maior parte, será dirigido contra a tripulação do carro, o qual para operar, é obrigado a abrir as torres, portas e viseiras, para melhorar seu campo de visão. As circunstâncias relativas à direção do ataque com os carros, sua proximidade da Infantaria da defesa e o remunicimento, a desnecessária revelação das guarnições que servem às armas, condições de pouca visibilidade a presença da Infantaria inimiga de acompanhamento determinarão como e até que extensão os fogos das pequenas armas deverão ser empregados contra tais veículos. Defensores empregando fogos de pequenas armas contra os carros inimigos, ou contra a Infantaria que os acompanha, continuarão a atirar, até que sejam forçados a abrigar-se para se protegerem e às suas armas, contra a ação esmagadora de tais veículos.

Granadeiros anti-carros, lança-rojão e outros soldados armados com armas anti-carros atiram contra os carros, desde que entrem estes dentro do alcance útil e continuam a batê-los, até que sejam destruídos ou tenham passado além do alcance.

Se não for necessário bater a Infantaria inimiga que acompanha os carros, outros soldados atacam esses veículos com granadas incendiárias ou químicas, no instante em que a viatura passa por elas ou comece a ultrapassá-las.

Os canhões anti-carros são colocados para cobrir prováveis vias de acesso à aproximação de blindados no interior da posição, bater os obstáculos e campos de minas e prover apoio mútuo. O fogo é sómente aberto, quando se possa obter dele um efeito desdutor. Tudo deve ser feito para evitar uma prematura revelação dos canhões.

Quando um ataque de carros penetra através da posição, os comandantes locais tomam providências imediatas para fechar quaisquer brechas abertas, lançando mão das suas unidades de apoio e de reservas.

VIII — ATIVIDADE DOS DIFERENTES COMANDOS

) — *Do Comandante do Regimento na preparação da defesa:*
O Comandante da Divisão fixa ao Cmt. do Regimento o fim a atingir:

- interdizer ao inimigo o acesso dum certa direção;
- conservar a todo custo certa parte do terreno. z

Fornece-lhe os meios de cumprir sua missão, dando-lhe um sub-setor para defender perfeitamente definido em largura e profundidade e os meios ou os fogos suplementares necessários — notadamente em artilharia; traça-lhe as *diretrizes da sua ação* fixando as partes da barragem onde deseja manter maior densidade de fogos,

precisando eventualmente o número de unidades a colocar em 1.º escalão, determinando o efetivo dos postos avançados e as condições do contacto com as unidades vizinhas e mesmo impondo certas ser-vidões de fogo em proveito dos sub-sectores vizinhos; enfim, orienta-o sobre o modo como espera conduzir o combate defensivo expondo-lhe, em grandes linhas, como concebe o emprégo eventual dos fogos da artilharia e o das reservas da Divisão — preparação dum certo número de concentrações de artilharia e reconhecimento dos caminhamentos que possam facilitar os reforços ou contra-ataques.

Compete, então, ao comandante do regimento *adaptar minuciosamente ao terreno os fogos que deve fornecer para cumprir sua missão e dispor suas unidades nas melhores condições para os produzir obtendo de seus engenhos de fogo o máximo rendimento*. Isto si-gnifica que a base de sua ação reside no reconhecimento minucioso do terreno.

Terá ele, então, antes de tudo, de:

- a) — precisar no terreno os *limites da barragem geral* (anterior e posterior), notadamente o limite posterior que constitue a LPR;
- b) — determinar as partes da barragem geral onde haverá facilidade da *continuidade* de fogo ser rompida e aquelas nas quais a *densidade* deve ser *reforçada*, tanto porque o ataque inimigo tenha ali mais probabilidades quanto por ser mais perigoso;
- c) — avaliar, grosso modo, o número de armas a *empregar* para constituir uma barragem geral ótima, levando para isto em conta:
 - *as missões de fogo que recebeu* — barragem mais densa na parte onde o General de Divisão quer fazer o esforço; consequentemente maior número de armas nesse ponto;
 - *serviços de fogo* que lhes são impostas (flanqueamento a realizar em benefício dos vizinhos, separações, etc.);
 - *missões de fogo que pessoalmente deseja realizar* (barragem de fogo mais densa na região onde julga o ataque inimigo mais provável ou mais perigoso);
 - *o terreno* — terreno descoberto, grande campo de tiro: menor número de armas; terreno coberto, dobrado: maior número de armas;
- d) — estudar as condições nas quais as *unidades* em 2.º escalão estarão em melhores condições de atuar *em proveito da barragem geral* e crear a barragem da *linha de deter*;

- e) — *ver como o dispositivo adotado*, tendo em vista fornecer um sistema de fogos criado para deter um inimigo atacando de frente, *poderá modificar-se* para fornecer um outro sistema de fogo sucessível de deter um inimigo atacando o sub-setor de flanco ou de escarpa, após a rutura da frente num ou outro setor vizinho;
- f) — regular as condições da defesa *contra carros*, no escalão regimento subordinando-se ao plano de defesa *contra carros* elaborado pelo Cmt. da DI;
- g) — regular as condições da defesa *contra-aviões*.

Deste estudo deduzirá o Cmt. do regimento as missões das suas unidades, batalhões, meios de fogo regimental, o dispositivo a adotar, os limites das zonas de ação tanto em largura como em profundidade das unidades em 1.º escalão, a natureza das ligações de fogo a prever.

Este estudo lhe permitirá também fixar com conhecimento de causa, o fim, a importância e a forma da cooperação a solicitar à Artilharia de apoio direto trabalhando em proveito da sua unidade.

Pode:

- guardar à sua disposição êsses fogos de apoio direto, no caso, por exemplo, de só dispor dum grupo, tendo dois Btis. em 1.º escalão;
- conservar uma parte à sua disposição, no caso, por exemplo, de dispor de 3 grupos, tendo sómente 2 Btis. em 1.º escalão;
- delegar o emprego desses fogos aos Cmts. de batalhão em 1.º escalão — no caso de ter dois grupos para apoarem 2 Btis. em 1.º escalão.

Nos dois primeiros casos, é o próprio Cmt. do regimento quem coordenará os fogos de Infantaria e Artilharia, de acordo com os pedidos dos Cmts. de Btl. e segundo as missões de fogo que recebeu ou que se reservou para fixar.

No terceiro caso, deixando a cada Cmt. de Btl. ampla iniciativa para empregar os fogos do grupo que o apoia, poderá, no entanto, reservar-se a possibilidade de concentrar os fogos da artilharia de apoio direto que trabalha em seu proveito nos pontos de seu sub-setor mais particularmente ameaçados. Essas concentrações, cujo número não poderá ser muito grande, deverão ser preparadas com antecedência.

O Cmt. do regimento deve também garantir o *desencadeamento instantâneo e automático do fogo*, tanto de noite como de dia, no que concerne a barragem geral e a barragem de deter: questão a regular sobre o tríplice aspeto da observação, da transmissão do que foi ob-

servado e da duração e regimen de tiro, do tiro desencadeado desde que seja dado o respectivo sinal de desencadeamento.

Designa êle outrossim as unidades encarregadas de fornecer os *postos avançados*, precisa seu emprêgo e as missões de fogo que devem desempenhar, dita a conduta em caso de ataque e regula as condições em que receberão o apoio dos fogos da PR.

Se os postos avançados tiverem *recebido* a missão de se retrair em caso de ataque, o Cmt. do regimento designa quem deva dar o sinal de recuo, como e por quem deve ser êste sinal transmitido, quais os caminhamentos que devem ser utilizados no recuo, e como os postos avançados informarão à retaguarda do abandono das posições.

Determina ainda as missões que podem incumbir à *reserva do regimento* no decurso do combate; manda reconhecer os caminhamentos a utiizar tendo em vista o reforço das unidades em 1.º esca-lão ou os contra-ataques imediatos.

Finalmente, regula o funcionamento das ligações e transmissões no interior do seu sub-setor, estabelece o plano de observação, fixa o plano de conjunto de organização do terreno, põe à disposição das unidades a ferramenta necessária, organiza o remuniciamento.

Do exposto, conclue-se que o esforço de atividade do Cel. na preparação da defesa reside no reconhecimento do terreno. O reconhecimento será mais ou menos pormenorizado, conforme permitir a situação. Se o contâto com o inimigo ainda não houver sido tomado, o comando terá liberdade para descer a pormenores. No caso de uma brusca passagem à defensiva, de uma formação de marcha ou ação ofensiva, o reconhecimento será abreviado.

No primeiro caso, o reconhecimento compreende o seguinte ritmo:

a) — *Planejamento do reconhecimento*

O Comando regimental, antes de iniciar o reconhecimento do terreno, faz um ligeiro reconhecimento na carta, formula um plano provisório de defesa, determina as posições a serem percorridas e designa o itinerário. Decide, então, como, quando e onde sua ordem será expedida.

Ele dá os elementos essenciais de seu plano provisório aos coman-dantes de unidades, para que êstes possam iniciar seu reconhecimen-to e tomar as medidas necessárias para o emprêgo das suas unida-des. Se a situação permitir reuní-los para receberem a ordem, o comando os notificará do momento e local em que a mesma será expedida.

b) — *Grupo de reconhecimento*

O Cmt. do regimento faz-se acompanhar, nas operações de reconhecimento, pelo S-2, S-3, oficial de transmissões, oficial antr-

carro e o comandante da Artilharia de apoio ou seu representante e auxiliares. Um destacamento de segurança desse acompanha o grupo. Para um reconhecimento detalhado, o grupo de reconhecimento é subdividido em pequenos grupos, de acordo com as instruções do comando.

Durante o reconhecimento, o comandante do regimento introduz em seu plano provisório de defesa as modificações que julgar necessárias, indicando-as aos seus assistentes, bem como recebe as sugestões dos mesmos.

NA EXECUÇÃO DA DEFESA

O Cmt. do regimento conduz o combate utilizando-se dos meios que reservou e cujo emprego se baseará nas informações provindas dos seus chefes hierárquicos, do seu serviço de observação e informações e dos subordinados.

A manutenção da barragem geral e eventualmente a da baragem na frente da LD será sua essencial preocupação.

Para manter essas barragens dispõe ele:

- dum lado: da artilharia de apoio direto cujos fogos coordenará, — eventualmente concentrações de artilharia por ele previstas;
- doutro lado: dos fogos da artilharia que poderão ser postos à sua disposição, como suplemento, pelo Comandante da divisão;
- e, eventualmente, das concentrações de fogo de infantaria que previu e dos previstos pelo escalão superior — fogos fornecidos pelos regimentos vizinhos;
- finalmente, da sua reserva.

Sua reserva divide-se em duas partes:

- uma, destina-se a fornecer a cortina de fogos na frente da LD. Em princípio é a única missão que lhe pode ser dada, não sendo possível distraí-la desta missão para empregá-la noutra;
- a outra, fica disponível para qualquer missão. Esta reserva será mantida em repouso a retaguarda da LD, à disposição do Cel.

Pode-se encarar para esta reserva as seguintes missões:

- a) — pôr um certo número de armas, durante a preparação da artilharia inimiga, à disposição dum Cmt. de Bl. des provido de reserva a fim de que possa o mesmo substituir na LP ou na Linha de Apóio as armas que cooperavam na barragem geral e que haviam sido destruídas.

- Tais substituições são de execução difícil no *decorso do combate*. As armas a elas destinadas não chegariam em tempo oportuno ao local de destino;
- b) — tendo o inimigo penetrado numa frente estreita da PR e sido detido pela cortina de fogo das reservas de batalhão, executar um contra-ataque com o apoio dos fogos das mesmas e restabelecer assim a integridade da posição primitiva;
 - c) — tendo o inimigo conseguido penetrar numa frente estreita da PR sem ter sido detido pelos fogos das reservas de batalhão reconstruir uma linha de fogo continua, ligando por transversais do fogo as partes intactas da linha mantida pelas reservas de Btl. com a linha de deter. Se, isto feito, sobrar ainda unidades bastante fortes — caso provavelmente raro — aguardar que o inimigo seja detido por esta nova linha de fogos e em seguida contra-atacá-lo;
 - d) — o inimigo tendo penetrado na PR numa larga frente progride rapidamente, reforçar os fogos fornecidos pela LD; deter, antes de tudo o inimigo na frente desta linha. Isto feito, e se a situação e o efetivo o permitirem — o que será sem dúvida bastante raro — contra-atacar o inimigo assim detido.

2 — Do Comandante do Batalhão

Preparação da defesa

Ao Cmt. do Btl. em 1.^º escalão é dada uma missão sob a forma:

- dum hipoteca de fogo bem localizada no terreno — barragem geral, fogos no interior da posição, tiros longínquos, tiros nos carros de combate, tiros contra aviões, eventualmente fogos em proveito dos PA;
- dum zona de ação nitidamente definida, dentro da qual ele instalará seu dispositivo;
- de servidões de fogo diversas — fogos de ligação com os vizinhos, participação eventual nas concentrações de fogo fora da sua zona de ação.

Conjuntamente com a missão, recebe o Cmt. do Btl. indicação dos meios de que disporá para bem desempenhá-la:

- todo ou parte do seu Btl.;
- meios suplementares — órgãos de fogo regimentais, etc.;
- apoios de fogo fornecidos por outras unidades — unidades dos sub-setores vizinhos, reservas regimentais ou pela artilharia.

Na verdade, é ele o verdadeiro executante porque é, com efeito, neste caso, o fornecedor principal dos fogos.

Para cumprir esta missão deve ele:

a) — *criar a barragem geral na zona do terreno fixada pelo Comando;*

b) — *combinar o emprego de seus meios de fogos, explorando ao máximo suas diversas propriedades, de modo a poder, imediatamente, fazer face a todas as eventualidades do combate;*

c) — *tomar ou prescrever todas as disposições de minucia necessárias para que o sistema de fogo elaborado funcione seguidamente — preparação e amarração dos tiros, regulações, se necessárias proteção do pessoal e das armas, organização da observação, das ligações e das transmissões correspondentes, repartição em lotes das munições, elaboração dos roteiros de tiro, etc.;*

d) — *fiscalizar com cuidado todas as medidas de minucia tomadas por seus subordinados, a fim de assegurar-se de que concordam elas com a ideia de manobra que concebeu.*

Quais são, pois, as linhas principais do trabalho do Cmt. de Btl. de 1.^º escalão?

Primeiramente, cabe-lhe *desenhar a trama da barragem geral* fixando a *missão de fogo principal* de cada um dos seus pelotões de metralhadoras, após determinar com a necessária precisão a LPR da posição; isto feito, determinará o *local aproximado* que esses pelotões deverão ocupar — o local definitivo será fixado precisamente pelo comandante da companhia de petrechos — de maneira a desempenhar do melhor modo a missão principal prescrita, mas também de tal sorte que fiquem em condições, no caso de ser necessário, de executar certo número de *missões secundárias* que ele deve fixar agora.

Torna-se necessário em seguida completar a rede de fogos cuja ossatura acaba de ser traçada. É essencialmente esse o trabalho dos Cmto. de companhia. Mas deve o Cmt. do Btl. orientar sua ação. Não quer ele com efeito, que a barragem geral seja uniformemente densa em toda sua extensão. Quer, por outro lado, permanecer melhor da manobra de seus fogos, de acordo com os acontecimentos.

Para a essas diversas exigências, deve ainda:

- avaliar o número de FM a colocar no 1.^º escalão para constituir com as metralhadoras e os morteiros uma barragem que atenda às suas intenções;
- deduzir o número de companhias a pôr em 1.^º escalão;
- precisar as missões principais de fogo de cada companhia em 1.^º escalão;
- fixar a zona de ação dessas companhias;

- balizar os pontos essenciais da linha de apôio;
- dar à sua reserva de batalhão, colocada na frente da LD as diversas missões de que pode ser incumbida no decorrer do combate;
- fixar a missão precisa de seu pelotão de engenhos contra-carros e do seu pelotão de morteiros;

Se dispõe dos fogos dum *grupo de artilharia*, fixa os fogos que esse grupo deve fornecer à barragem geral; após, segundo uma ordem de urgência, os que deve fornecer às barragens secundárias; enfim, eventualmente, os fogos em proveito dos postos avançados.

Se os postos avançados na sua frente forem fornecidos pelo seu batalhão, designa a unidade que os constituirá, precisa-lhe a missão e a conduta em caso de ataque e, se tiver ela de retrair-se num determinado momento, as normas pormenorizadas segundo as quais deverá executar esse retraimento e a nova missão que terá de desempenhar desde que se tenha recolhido à PR.

O Cmt. do Btl. deve finalmente:

- fixar as condições do desencadeamento dos fogos, a duração e o regime de tiro dos diferentes engenhos, notadamente para a noite, e, de dia, para os casos em que o tiro à vista seja impossível;
- regular minuciosamente o funcionamento do serviço de observação e informações do batalhão, as ligações e transmissões, o renúnciamento, bem como a ordem de urgência dos trabalhos de organização do terreno.

O Cmt. do batalhão de 1.^º escalão fica à disposição do Cmt. do regimento para desempenhar as missões eventuais que este poderá confiar-lhe no decurso do combate.

Essas missões podem comportar, como precedentemente já vimos, tanto o reforçamento de armas que tenham sido destruidas durante a execução de contra-ataques imediatos vizando retomar certas partes essenciais do terreno, ou ainda a execução ou reforçamento da barragem da linha de deter.

O Cmt. do batalhão de 1.^º escalão deverá preparar a execução destas missões eventuais pelo reconhecimento aprofundado do terreno e por cuidadosa organização do serviço de observação e do serviço de ligações e transmissões. Deverá ficar em estado de desempenhar sua tarefa nas melhores condições pelo conhecimento exato das posições tomadas pelas unidades de 1.^º escalão antes do ataque e, segundo, passo a passo, no decorrer mesmo do combate, o desenvolvimento do ataque inimigo.

EXECUÇÃO DA DEFESA

Crear a barragem geral constitue a finalidade essencial de todos os esforços do Cmt. de Btl. de 1.º escalão antes do combate.

Manter esta barragem com todo seu valor deve ser sua preocupação constante a partir do momento em que o assaltante inicia sua preparação.

Para satisfazer esta necessidade, dispõe ele como meios próprios:

— *dum lado*: dos fogos de sua artilharia de apoio direto, conforme entendimento, de seus morteiros;

— *doutro lado*: Eventualmente, dos reforços de fogo que lhe podem ser outorgados pelos escalões superiores; concentrações de fogos de Infantaria ou de Artilharia; concentrações de fogos de Infantaria que ele mesmo previu com seus próprios meios;

— *finalmente*: da sua reserva:

Dentre as missões que podem incumbir a esta reserva, pode-se notadamente prever as seguintes:

a) — durante a preparação da artilharia inimiga, pôr um certo número de armas à disposição das companhias em 1.º escalão, desprovidas de reservas, para permitir-lhes a substituição das armas destruídas pelo fogo inimigo e que tinham uma missão essencial de tiro;

b) — tendo o inimigo penetrado na posição numa frente estreita e sido detido pelos fogos fornecidos pela linha de apoio, contra-atacá-lo o mais cedo possível, logo após a sua parada;

c) — tendo o inimigo penetrado numa frente estreita e ultrapassado a linha de apoio, reforçar a rede de fogos na frente das reservas de Btl., e ligar por diagnóis de fogo as partes intactas da linha de apoio com a linha ocupada pelas reservas dos Btis.

Isto absorverá certamente a reserva do Cmt. de Btl., e este não poderá pensar num contra-ataque a menos que perceba reforços da retaguarda;

d) — tendo o inimigo penetrado na posição numa larga frente, reforçar a linha ocupada pelas reservas dos Btis, e realizar uma barreira de fogo contínua soldada aos fogos das unidades vizinhas;

e) — tendo o inimigo mau êxito na frente do Btl., mas conseguido penetrar no setor vizinho, criar uma diagonal de fogo para limitar lateralmente seu avanço.

IX — SUBSTITUIÇÕES

Se a defesa é prolongada, a autoridade superior providencia no sentido de substituir, periodicamente, as unidades de primeiro escaleão.

A substituição de um regimento é precedida por um reconhecimento pormenorizado da zona de ação e suas estradas, pelos oficiais do regimento substituto. Todos os comandos subordinados, inclusive os comandantes de pelotão, devem visitar a posição antes da substituição a ser efetuada. Familiarizam-se com o dispositivo, medidas de defesa das unidades substituídas e com o conhecimento das disposições do inimigo.

Entendimentos são completados para a transferência do armamento e equipamento especial, a serem deixados pelo regimento substituído. Os guias, do regimento que deixa a posição, reunem-se aos pelotões da unidade substituída e os conduzem para suas posições.

É necessário que o segredo seja mantido durante a preparação e execução da substituição. A substituição deverá ser levada a efeito ao cair da noite e a tempo de permitir que a maior parte do regimento substituído esteja aquém do alcance da artilharia, antes de amanhecer. Nas medidas para evitar o congestionamento, deve ser incluída a referentes a oficiais em postos de controle, nos pontos críticos.

O Comandante do regimento que sai é responsável pela defesa do Sub-setor até que a substituição esteja completamente terminada.

R — FORMAS PARTICULARES DO COMBATE DEFENSIVO

O combate defensivo nem sempre se apresenta sob forma simples como a que vem de ser descrita, na qual o defensor gosa, em suma, de todas as vantagens que podem reservar-lhe os diferentes fatores em jogo.

Admitiu-se, com efeito, que ele não se encontrava em contacto com o inimigo, dispondo consequentemente do *tempo* e do *espaço* necessários para colocar seus fogos e proceder à organização do terreno que lhe foi confiada.

Isto posto, urge desde já, avaliar em que medida os fatores, tempo, espaço, terreno, efetivos, influem em certos casos sobre o sistema de defesa, portanto sobre o sistema dos fogos a elaborar, e as disposições convenientes para atender às insuficiências que foram anotadas, satisfazendo assim à condição primordial: — *permitir a unidade desempenhar a sua missão*.

11 — DISPOSIÇÕES A TOMAR QUANDO EM CONTACTO OU PERTO DO INIMIGO.

E principalmente o caso em que o assaltante é obrigado a ficar na defensiva no decurso dum combate ofensivo.

Aqui o *tempo* e o *espaço* faltam conjuntamente.

Esta eventualidade pode apresentar-se a cada instante e não deve apanhar o assaltante desprevenido.

Exige uma solução imediata que sómente os Comandantes das pequenas unidades estão em condições de tomá-la porque se encontram no local e só eles conhecem a situação do momento dentro da sua zona de ação.

Sobre que bases, pois, vão os Comandantes das pequenas unidades elaborar o *plano defensivo dos fogos* que convém pôr instantâneamente em execução?

Os Comandantes de pelotão e os de companhia do escalão de ataque não têm a escolha dos meios.

Colocados em estreito contato com o inimigo, só podem fornecer fogos que lhes permite o dispositivo do momento; e do valor defensivo do seu dispositivo ofensivo: mas isto éles devem conseguir, porque, como se verá no combate ofensivo, todo dispositivo ofensivo deve poder, em qualquer momento e instantaneamente, transformar-se em dispositivo defensivo, isto é ser capaz de prever fogos em todas as direções, consequentemente ter profundidade e comportar escalões sucessivos susceptíveis de se flanquearem mutuamente. Mas, mesmo que tal se consiga, as vicissitudes do combate ofensivo poderão levar algumas pequenas unidades a ganhar forte dianteira em relação às vizinhas, os campos de tiro poderão ser muito reduzidos, o entendimento entre duas unidades vizinhas para realizar flanqueamentos reciprocos será difícil, senão impossível, emfim não se deve contar poder realizar uma combinação de fogos defensivos muito satisfeatória.

Isto mostra como será difícil, nos escalões pelotão e companhia, elaborar instantaneamente um sistema de fogos defensivos completo que apresente as qualidades requeridas, isto é, comporte notadamente uma barragem geral e uma barragem secundária, completando-se mutuamente.

O mesmo não se dá no *escalão batalhão*.

Ver-se-á mais tarde, com efeito, que o dispositivo, ofensivo do batalhão no escalão de combate comporta, além do *escalão de ataque* constituído pelas companhias de *primeiro escalão*, eventualmente reforçadas com frações dotadas de armas pesadas, uma *base de fogos* estabelecida à boa distância de tiro à retaguarda ou lateralmente deste escalão, organizada com as metralhadoras e os morteiros do

batalhão, e frações reservadas de 2.^º escalão, que se encontrem à retaguarda.

A base de fogos, estando situada a uma certa distância do inimigo — o que permite modificar por pouco que seja, se necessário, as posições das metralhadoras — e colocada sempre que possível numa posição geralmente dominante, permitirá ao Comandante de batalhão realizar instantaneamente na sua frente um sistema de fogos cruzados, soldado aos fogos que, nas mesmas condições, realizarão os Comandantes de batalhões vizinhos, e reforçado sem perda de tempo, tanto pelos fogos dos elementos de 2.^º escalão, quanto pelos dos elementos de 1.^º escalão, pouco afastados e bem colocados para fornecê-los.

A criação dessa barragem de fogo será tanto mais fácil e mais rápida de realizar quanto mais cedo tenha sido prevista e melhor se preste o terreno à sua constituição. Ora, ver-se-á no combate ofensivo que esta aptidão da base de fogos para a defensiva é uma das condições exigidas na escolha do local de sua instalação e que a colocação dos engenhos de fogo que dela fazem parte deve permitir sempre a passagem rápida da ofensiva à defensiva.

A companhia de metralhadoras e morteiros do Batalhão, reforçada pelas frações do 2.^º escalão, será, pois, capaz de realizar na sua frente imediata numa extensão de 1.000 a 1.200 metros, — frente média defensiva do Batalhão — uma barragem bastante densa e contínua.

Mas, terá ela ainda como missão reforçar do melhor modo possível a barragem formada pelas companhias do escalão de ataque.

Existirão, assim, na frente da base de fogos, duas barragens sucessivas sem que se possa dizer *a priori* qual delas será a mais forte. Pode afirmar-se, no entretanto, que a primeira permitirá reistar aos contra-ataques do inimigo e que a segunda constituirá o *apôio* do Comandante do Batalhão, garantia sólida capaz de deter a progressão do adversário que houver passado através da primeira barragem.

Quando o comandante de Batalhão conta com *fogos de Artilharia*, deverá prever as barragens de Artilharia não só na frente do escalão de ataque como na frente da base de fogos.

Se de um lado é possível conhecer com certa precisão as necessidades desta base de fogos, em fogos de Artilharia — zonas onde a barragem da base de fogo é insuficiente ou descontínua — será frequentemente difícil saber exatamente onde deverá fazer a Artilharia atuar na frente do escalão de ataque, para dar à barragem deste escalão o valor máximo: com efeito, as posições exatas dos primeiros elementos do escalão de ataque não serão geralmente muito bem conhecidas, conquant seja dever dos Comandantes de Companhia do 1.^º escalão informar ao do Batalhão com urgência a tal respeito.

Caso o Comandante do Batalhão conheça bem a situação do escalão de ataque, fará preparar a barragem da Artilharia o mais per. to possível dêle: nos pontos que, à vista ou pela carta, pareçam mais perigosos no caso de ataque inimigo, ou nos pontos em que a Infantaria tiver mais dificuldades para realizar uma boa barragem de fogos.

Se, ao contrário, o Comandante do Batalhão não puder deter- minar com toda exatidão a situação dêsse 1.º escalão, os tiros de Ar- tilharia serão preparados sobre pontos escolhidos nas mesmas bases, mas suficientemente afastados para que dêles não resulte nenhum perigo para a Infantaria amiga.

No caso de ataque, a Artilharia atuará sobre a zona prescrita na frente do escalão de ataque, mas como seu fogo foi previsto de modo um pouco sumário, o Comandante do Batalhão deverá mais do que nunca seguir de perto as peripécias do combate de modo a manobrar os fogos de Artilharia e aplicá-los nas regiões em que o inimigo avança.

Se o adversário conseguir ultrapassar o escalão de ataque e pro- gredir na direção da base de fogos, a Artilharia aplicará seu fogo nos logares previstos.

Para garantir a indispensável continuidade do fogo, notadamen- te na barragem da linha de deter, resta ao *Comandante do regimento*, no caso de discordância excessiva entre as bases de fogo de dois Batalhões justapostos, o recurso de empregar uma parte da sua re- serva no intervalo dessas bases de fogos.

Se o Coronel dispõe de fogos de Artilharia, pode desencadeá-los na frente dêste intervalo, à distância suficiente das bases de fogos, conforme as informações que possuir sobre a posição ocupada pelo escalão de ataque nesta zona, de modo a soldar os fogos dum ou dou- tra barragem.

Como se vê, as possibilidades de ação do Comandante do Re- gimento são muito reduzidas; nesta primeira fase, os escalões infe- riores — pelotões, companhias, batalhões — pelo contrário encon- tram-se em continua atividade e esforçam-se por constituir instantâneamente duas linhas de fogo continuas, uma na frente do escalão de ataque, outra na frente da base de fogos, os engenhos de fogo des- ta participando, inicialmente, na medida do possível, na primeira barragem.

Sómente à noite é que o assaltante, obrigado a passar à defensi- va, poderá contentar-se com uma só barragem — geralmente a se- gunda.

Mas se a situação se prolonga e, notadamente, se o Comando suspende momentaneamente o ataque e decide permanecer na defen- siva, o problema muda de feição.

E indispensável, realmente, subtrair o mais cedo possível o grosso das tropas à pressão paralizante do contâto inimigo e retomar sem demora uma certa liberdade de ação, interpondo entre os dois adversários um escalão de segurança.

Se a preocupação de garantir a *continuidade do fogo* pelo restabelecimento tão rápido quanto possível da *continuidade da defesa* guiou os primeiros esforços dos escalões inferiores — pelotões, companhias, batalhões — é o cuidado de retomar a profundidade que vai animar os *escalões superiores do Comando*, e como os elementos da frente experimentam a pressão do inimigo é somente à retaguarda que se apresenta a possibilidade de realizá-la.

Aliás, é pouco provável que a zona de combate imposta pelo inimigo seja favorável ao desdobramento total dos fogos do defensor; pelo contrário, é possível que o adversário a tenha escolhido para favorecer sua ação e, particularmente, a ação dos seus fogos ofensivos.

Nessas condições, cabe ao Comando intervir e substituir uma situação nova, progressivamente realizada e adaptada, nas melhores condições, ao novo fim a que se propõe.

A ocupação desta nova posição de resistência realizada a pequena distância do inimigo e na eventualidade de ataque sempre possível da sua parte, será feita em condições um pouco especiais — movimento das tropas efetuado à noite, discreto reconhecimento do terreno, realização rápida duma barragem geral sumária, posteriormente reforçada e aperfeiçoada, etc. Os princípios e os processos a utilizar numa operação desta natureza, são com pequenas modificações, os mesmos que procedentemente foram expostos.

A LP da nova posição de resistência deverá ser escolhida em função das intenções que se tem para o futuro, quer se queira manter uma estrita defensiva, quer se pretenda retomar a ofensiva dentro de curto prazo.

Em certos casos, o defensor não se encontra em contâto com o inimigo, mas o tempo de que dispõe é muito limitado em virtude da proximidade deste, que podem atacar, a todo instante; a primeira condição do sistema de defesa, isto é, do plano de fogos defensivos, é existir.

Nessas condições, compreender-se-á facilmente que, se o fim a atingir é o mesmo que no caso normal, será indispensável realizá-lo o mais cedo possível, ou pelo menos em suas grandes linhas.

Conceder-se-á pois aos verdadeiros executantes — Comandantes de Batalhão, Comandantes de companhia — maior iniciativa, de maneira a permitir-lhes crear rapidamente o essencial, e será somente com retoques sucessivos que se dará ao sistema de defesa seu caráter definitivo.

Além do que, no caso encarado será geralmente indicado constituir inicialmente na frente da PR um forte *sistema* de PA o qual terá missão de resistência e se encarregará, ao mesmo tempo: de cobrir o grosso das tropas, deter todo ataque inimigo efetuado com fracos efetivos, retardar um inimigo poderoso explorando todos os recursos do terreno e do fogo nas condições indicadas neste curso (1.^a Parte, Titulo II), de modo a ganhar tempo e permitir, no mínimo, à posição de resistência, colocar seus fogos e enterrar suas armas.

2) — CASO EM QUE O TERRENO NAO PERMITE A ORGANIZAÇÃO DUM SISTEMA DE DEFESA ÓTIMO

Já se fez ilusão, linhas atrás, à vantagem que tem o defensor em estabelecer seu sistema de defesa no interior dum mesmo compartimento do terreno de maneira que todas as armas de grande alcance concorram por tiros diretos na criação da barragem geral conservando o seu escalonamento em profundidade. Este modo de defesa supõe um terreno descoberto e pouco compartmentado, com vistas longínquas.

Num terreno coberto e dobrado, com vistas limitadas, seguidamente acontecerá que, sómente as armas colocadas entre a LP e a linha de apoio poderão concorrer na criação da barragem geral.

Nessas condições, a capacidade de deter da barragem geral apresentar-se-á comumente reduzida, mas a presença de barragens sucessivas mais dissimuladas às vistas do inimigo, em virtude da natureza coberta do terreno, contribuirá ainda excelentemente para impedir a progressão do assaltante. É preciso que este, u despeito de sucessos parciais repetidos, não cesse de chocar-se contra o fogo de frente, de flanco e mesmo de revés, algumas vezes, até que, enfraquecido, desamparado, gasto, se veja obrigado a parar e seja objeto dum contra-ataque, tanto mais eficaz quanto mais secretamente tenha sido preparado e apresente a possibilidade de efetuar-se fóra das vistas da sua artilharia e no interior dum mesmo compartimento do terreno de limitada extensão e bem definido.

No presente caso, como se vê, o defensor atua, da mesma forma que o atacante, por esforços sucessivos; mas esta dispersão de esforços lhe é mais prejudicial do que ao atacante, porque é preciso que se encontre pronto para defender-se por toda a parte, enquanto que este concentrará seus esforços na zona que lhe é mais favorável e que livremente pode escolher.

Pelo contrário, a ligação Infantaria-Artilharia mais delicada, menos íntima em tal terreno, torna o ataque mais difícil e compensa dum certo modo a insuficiência do sistema da defesa.

3 — CASO EM QUE OS EFETIVOS DA DEFESA SÃO LIMITADOS

É fácil verificar-se que um sistema de defesa organizado como o indicado nos capítulos anteriores déste estudo, exige importantes efetivos que não se pode esperar dispôr em todas as circunstâncias.

Por outro lado, casos há, como se verá especialmente no estudo dos postos avançados, e no dos movimentos retrogrados que, sistematicamente, só se consagra a certos sistemas de defesa efetivos limitados, porque o fim da defesa não é mais essencialmente deter o inimigo a todo custo e impedi-lo de conquistar a posição ocupada, mas obrigar-l-o a perder tempo.

Ora, tanto num como noutro caso, não se pode falar de *defesa sem idéia de recuo*. Assim, a questão será tratada sob o título "DEFESA EM GRANDES FRENTES".

XI

DEFENSIVA EM GRANDES FRENTES

Noções Gerais

A defensiva em grandes frentes, constitue um caso particular do combate defensivo, cuja adoção é indicada quando as frentes são:

- relativamente passivas;
- cobertas por grandes obstáculos naturais ou artificiais.

Além dos casos acima, tal situação pode impor-se, qualquer que seja o terreno, às primeiras unidades empenhadas (geralmente vanguardas) contra forças inimigas superiores para as conter ou retardar.

Igualmente esta situação pode ocorrer nas posições intermediárias ocupadas pelos escalões sucessivos, nos movimentos retrogrados.

Nesta forma da defensiva, a primeira urgência dos trabalhos de organização deve vizar a criação dum obstáculo sobre toda a frente e capaz de prejudicar a ação dos carros. Um largo emprego das destruições deve completar a ação dos demais elementos.

No estudo a empreender aqui, trata-se de pormenorizar a atuação das unidades de Infantaria, com a apreciação sucessiva das seguintes questões:

- Possibilidades dum Batalhão
- Dispositivo
- Conduta do combate
- Possibilidades dos engenhos blindados
- Possibilidades das armas contra-carros.

1) — *Possibilidades dum Batalhão:*

A extensão da frente não deve ser obtida com a supressão total da profundidade da posição e nem com o desenvolvimento linear das pequenas unidades. É conseguida, ao contrário, pelo aumento da largura dos intervalos que separam os diferentes núcleos de resistência (centros de resistência e pontos de apoio).

É limitada pela necessidade de permitir o exercício do comando, de vigiar e bater eficazmente todo o terreno na frente da PR e nos intervalos.

Coesão, continuidade de fogo, escalonamento, são os fatores essenciais que influem na fixação dos limites das frentes defensivas.

Com a organização atual, o Batalhão, em terreno favorável, atrás de um obstáculo, poderá oferecer uma resistência temporária numa frente até 3.500 metros^a, realizando uma *linha contínua de fogos*.

E no dispositivo a adotar e na conduta do combate que bem se acentua a diferença entre a organização da defesa em grandes frentes e a de frente normal.

2) — *Dispositivo:*

O dispositivo, em todos os escalões, é caracterizado por uma gran. de descentralização do comando.

Nas unidades de Infantaria essa descentralização é materializada pela constituição de grupamentos temporários, encarregados da defesa de centros de resistência ou pontos de apoio.

Cabe-lhes também garantir, em permanência, a segurança dos Carros e da Artilharia. Tal segurança exige, às vezes, que estes elementos sejam englobados nos centros de resistência e pontos de apoio localizados mais à retaguarda do dispositivo.

Uma vigilância ativa deve ser exercida, de noite ou por ocasião de nevoeiro, nos intervalos que separam os CR e P Ap de maneira a prevenir, em boas condições, a infiltração do inimigo.

A missão dos PA reduz-se, normalmente, a simples vigilância; comporta pois um pequeno efetivo e um só escalão. Contudo, é indicado prevêr, em determinadas regiões do sistema de PA, uma resistência temporária temporária, para bater caminhamentos importantes ou pontos de passagem obrigatória.

Em geral, a localização dos PA deve corresponder à dupla condição de proporcionar grandes campos de tiro na direção do inimigo e apresentar na retaguarda cobertas que facilitem o retraimento. São vantajosamente utilizados, para o retraimento, meios de transporte automóveis.

3) — Conduta do Combate:

A conduta do combate tem por finalidade retardar o momento em que o inimigo possa abordar a PR.

Nesta ação os fogos longínquos assumem importância muito grande.

Os comandantes de Infantaria estabelecem, de acordo com o alcance eficaz das armas, tomando por base o *mais longo*, a linha a partir da qual o inimigo deve ser atingido pelo fogo. O maior número possível de armas atua com seus fogos a partir dessa linha e, conforme as necessidades, nenhuma arma é conservada em silêncio por força da missão a cumprir na barragem geral. Sempre que possível param-se posições suplementares para serem utilizadas se necessário.

Os comandos, em todos os escalões, ordenam os fogos de concentração julgados uteis. Para este fim acionam, de preferência, as unidades estabelecidas perto de seus postos de comando.

Os demais fogos — *barragem geral, barragem interior, etc.*, têm a sua importância dependente da progressão do inimigo. Antes do combate, a organização destes fogos constitue apenas uma garantia, pelo que não devem exclusivamente servir de base ao emprego inicial das armas.

Se o inimigo consegue penetrar na posição, *contraataques* imediatos são executados no interior dos pontos de apoio. As *reservas de batalhão e regimento*, em razão de seu pequeno efetivo, da extensão da frente e do mediocre apoio de Artilharia de que se podem beneficiar excepcionalmente intervirão por meio de contra-ataques. Normalmente, são empregadas para restabelecer a continuidade da frente.

4) — Possibilidades dos Engenhos Blindados:

Nucleada como é a defensiva em grandes frentes, em CR e *postos de apoio*, geralmente muito afastados uns dos outros no duplo sentido da frente e da profundidade a ação os engenhos blindados contra a posição a defender assume capital importância.

Acresce ainda que os núcleos de defesa dificilmente poderão prestar apoio a contra-ataques que venham a se executar nos intervalos existentes entre êles.

Isto posto, nesta variante da defensiva, os engenhos blindados da defesa poderão contra-atacar, com ou sem Infantaria, os engenhos blindados ou a Infantaria inimiga, entre os núcleos de defesa.

5) — Possibilidades das armas contra-carros:

Se nos casos normais de defensiva o carro já é considerado o mais temível inimigo, nas grandes frentes, seu aparecimento é por demais perigoso para a integridade da posição a manter,

E, pois, preconizado para a defesa em grandes frentes o emprêgo, com exploração ao máximo dos meios ativos e passivos contra os carros.

As armas contra-carros distribuir-se-ão de acordo com as decisões do comando *a priori*, pelos diferentes núcleos de defesa (ocupados por grupamentos temporários); as reservas porventura criadas deverão ficar em condições de reforçar rapidamente determinados núcleos.

CONCLUSOES

Resumem-se os principais ensinamentos d'este estudo no seguinte:

1 — O dispositivo é caracterizado por uma grande descentralização do comando.

O Btl. articular-se-á em grupamentos temporários que ocuparão zonas intervaladas no duplo sentido da frente e da profundidade, devendo criar uma linha contínua de fogos em sua frente e fogos longínquos realizados, em princípio, pelas metralhadoras.

A localização das armas deve ter em vista a realização dos fogos longínquos e da linha de fogos contínua, considerando-se não ser simultânea a execução destas missões.

2 — A frente a defender pelo Btl. pode ir até 3.500 metros.

3 — As reservas devem dispôr de transporte rápido. São empregadas mais comumente para restabelecer a continuidade do fogo; excepcionalmente para contra-ataques.

4 — Os engenhos blindados podem contra-atacar, com ou sem Infanteria.

5 — As armas contra-carros são distribuídas: umas aos núcleos para realizar as necessárias barragens; outras reservadas para reforçar a defesa das zonas de mais fácil acesso para os engenhos blindados.

CASA NIOAC O. Barbieri & Cia.

Especialidade em artigos para montarias — malas em geral
Rêdes, pastas, carteiras, chinelos, etc.

Artigos para viagens e presentes

RUA DA QUITANDA, 28 — FONE 22-6636 — RIO DE JANEIRO
AGENTES AUTORIZADOS DOS PRODUTOS

Bebedouros elétricos americanos

Geladeiras comerciais e sorveteiras "SUPER-COLD"

A 4^a Seção na Campanha da Italia

Ten. Cel. *Senna Campos*
Do E.M. da 1.^a D.I.E.

VII

Serviço de Saúde

O S.S., com a entrada das tropas brasileiras no vale do Reno, instalou um P.S.D. em Porreta que logo depois foi substituído por P.T.D., que ali funcionou até 15 de novembro, quando o bombardeio inimigo obrigou-o a recuar para Valdibura, instalando-se em barracas. Surgiu novamente um outro P.S.D. em Porreta, para atender às tropas sediadas na localidade e arredores.

A 23 de novembro, retorna o Posto de Tratamento a Porreta e o P.S.D. é avançado para Sila, surgindo outro em Castel di Casio, para atender aos elementos que operavam a leste do Reno. O Batalhão de Saúde instalou-se em Il Poggio, a nordeste de Taviano. A Chefia do S. S., de Pistoia passou a Porreta e dai a Pávana, quando duas granadas atingiram o P.T.D. e os bombardeios da localidade, fizeram com que o Comando aliviasse o Q.G. Avançando, desdobrando-o em dois escalões: um, em Porreta, constituído da Chefia do E.M., das 2.^a e 3.^a Seções, Chefia do S. Trns., Chefia de Policia e outros elementos; e outro, em Pávana, constituído das 1.^a e 4.^a Seções, Chefias dos Serviços de Saúde, Intendência, Engenharia e Material Bélico. O P.T.D. foi transferido definitivamente para Ponte della Venturipa e a Cia de Trns. mudou-se para Molino del Palone.

Evacuação de Feridos e Doentes

As evacuações de feridos e doentes, no vale do Rheno, foram feitas, inicialmente, para o Posto de Tratamento do 47.^º Btl. S., em Valdibura e dai para o 15.^º Hospital de Evacuação, em Florença.

Em novembro, o 5.^º Exército instalou, em Valdibura, um elemento do 32.^º Hospital de Campo, com uma Seção Brasileira, destinada a receber os transportáveis que não pudessem ser levados diretamente para o 16.^º Hospital de Evacuação em Pistoia onde nova Seção Brasileira, com maior efetivo, trabalhava em conjunto com as equipes americanas.

Os meios de evacuação da 1.^a D.I.E. eram empregados da frente até o P. T. D. enquanto que as ambulâncias do 5.^º Exército circulavam entre o nosso P.T.D. e o 32.^º Hospital de Campo e o 16.^º Hospital de Evacuação.

O nosso Batalhão de Saúde concentrou a maioria de seus meios ao longo da Estrada 64 (Pistoia.Bolonha), com o fim de atender com maior eficiência e presteza as operações a oeste do Rio Reno.

Nos momentos de crise as nossas viaturas de saúde reforçaram os elementos do 5.^º Exército na evacuação dos nossos feridos como no dia 26 de novembro de 1944 em que o número de feridos em Monte Castelo no total de 143, congestionou a corrente de transportes, entre Porreta e Pistoia, em virtude da distância e das condições desfavoráveis de circulação, por efeito da neve, no trecho da serra, entre aquelas duas cidades. O processo empregado, foi oposto ao geralmente preconizado.

Já em 12 de dezembro, com a experiência anterior, medidas preventivas foram tomadas, tanto que os 100 feridos que transitaram entre o nosso P. T. D. e os hospitais do Exército, encontraram os meios necessários e rápidos para sua evacuação.

A evacuações, através de dados estatísticos, mostram a atividade dos nossos órgãos de saúde, no período que vai de novembro a fevereiro e quando os combates, os bombardeios, o frio e a chuva, causaram baixas no setor da 1.^a D.I.E.

Assim, de novembro a fevereiro tivemos 884 feridos, 3.316 doentes, 406 acidentados, com uma passagem pelo Posto de Tratamento Divisionário, de 4.606 homens.

Neste total estão incluídos: 111 aliados (americanos, ingleses e italianos), 11 feridos inimigos e 174 civis italianos.

Foram verificadas quatro mortes entre os feridos.

O P.T.D., que instalou uma pequena enfermaria para os casos de doenças de curta recuperação, devolveu aos corpos, 313 homens curados. Não é normal esse processo, mas o número de baixados, por efeito do frio, exigiu tal providência do S.S., que dessa forma fez uma triagem mais demorada dos indisponíveis.

O meio de transporte empregado nas pequenas distâncias foi a maca. O carrinho porta padiola não teve aplicação enquanto que os jeeps adaptados foram a condução preferida para a condução de feridos, mais à frente.

As ambulâncias eram lançadas o mais à frente possível, quanto permitiam as estradas e a segurança, de modo a serem poupad os meios de transporte de menor rendimento e permitida melhor comodidade aos evacuados.

O S.S. desempenhou, no vale do Reno, um papel relevante dando à prova a capacidade dos nossos profissionais, dirigentes e executantes, embora novos fossem os processos de emprégo do S.S. em campanha.

Estado sanitário

O estado sanitário da tropa, no período de novembro de 44 a fevereiro de 45, inclusive, sofreu as influências das condições climáticas a que estavam expostos os nossos homens, habituados a temperaturas mais altas e sem o treinamento necessário para se defender das agruras da neve e das chuvas que caíram sobre as elevações e vales do Apeninos, nas regiões que tinham Porreta como centro de atividades.

O frio seco da montanha é salutar e perfeitamente suportável quando os agasalhos socorrem os homens expostos à temperatura agressiva das alturas, que andou pelos 15° abaixo de zero. Mas a chuva, com a humidade decorrente, sempre constituiu uma ameaça constante à saúde dos combatentes e foi o maior fator de baixas e de claros nos efetivos das unidades empenhadas.

Dezembro marcou o ponto alto das baixas por doenças, com 1.176 homens retirados de suas funções, em sua maioria sujeitos a afecções das vias respiratórias.

O "Pé de Trincheira", de grande incidência nos efetivos americanos, concorreu com número reduzido nas estatísticas, graças ao uso do galochão de borracha, sem botina, sómente com os pés envolvidos em panos de lã, jornal ou calçados com chinelo de flanela. Esse simples expediente, posto em prática pelos nossos soldados, decorreu certamente da impossibilidade do uso de botinas apertadas, em pés inchados e com meias grossas.

O americanos aconselham o uso de botinas com dois e três pontos acima do normal para que os pés suportem o calçado de couro habitual.

Com os nossos homens, isso não aconteceu, porque as botinas, normalmente justas nos pés, não permitiam o uso de meias grossas ou duplas. Daí o abandono do calçado e o uso exclusivo de galochão.

A preservação da saúde da tropa, com o emprégo de medidas higieno-profiláticas, impediu que se verificassem surtos epidémicos em zonas de condições sanitárias desfavoráveis.

O ponto sombrio na vida de nossa tropa, foi o registo elevado de venéreos, apesar dos recursos sanitários postos ao alcance de cada um, por intermédio dos Postos de Profilaxia Antivenérea. Está provado que o homem agiu conscientemente e se contaminou

com pleno conhecimento de causa, confiado no alto valor terapêutico da penicilina.

Os Serviços de Engenharia, Guerra Química e Transmissões, vivem a duas amarras, porque, como Serviços, estão ligados à 4.^a Seção, mas, como participantes do combate prendem-se à 3.^a Seção.

O *Serviço de Engenharia*, cujo Chefe é o próprio Comandante do Batalhão de Engenharia, funcionou junto à sua Unidade, em Suviana, enquanto que o Serviço respectivo esteve sempre junto à 4.^a Seção, sob a direção do Major Adjunto. Manteve um depósito de material, em Porreta.

Os problemas rodoviários e de circulação e bem assim os fornecimentos de material, foram sempre resolvidos diretamente, entre a 4.^a Seção e o Serviço de Engenharia, ambos, sob o mesmo teto.

Desempenhou o S.E., grande atividade quanto à distribuição de material de organização do terreno, de abrigos e de disfarce, quando os alemães atacaram o setor do litoral e indícios de ações em outras partes da frente determinaram o reforçamento das posições defensivas.

O *Serviço de Guerra Química*, dotou a tropa de material de proteção individual, exigido para entender a uma surpresa de gás. As determinações do 5.^º Exército tiveram com que todo o material se mantivesse em depósito, pronto para ser utilizado pela tropa, ao Primeiro alarme dado, dentro do prazo de uma hora.

As atividades do serviço resumiram-se na conservação e reposição dos estoques e no fornecimento de munições especiais para determinadas operações, na frente.

O *Serviço de Transmissões*, desdobrou-se em atividades suplementares, para conseguir material, fora das dotações normais, em virtude da situação especial em que se empenhou a Divisão, numa frente de mais de 20 km. Cabos leves e de campanha, telefones, centrais, estações de rádio, de vários tipos foram os principais artigos que exigiram reforço.

Os órgãos americanos de suprimento sempre forneceram o material necessário para reposição por efeito das perdas e extravios.

O Serviço manteve, fora dos moldes americanos, um depósito de Material de Transmissões, em Porreta, e com isso pôde instalar e explorar uma rede perfeita e bastante extensa, em toda a frente de combate e na zona da retaguarda, proporcionando a todos os escalões, uma confiança nas comunicações internas da Divisão brasileira.

Juntando o útil ao agradável, as tropas empenhadas ouviam, pelo telefone, irradiações de música, durante os momentos de es-

pectativa noturna tendo mesmo, certa vez, o Chefe da 4.^a Seção, às 23 horas, de um certo dia, recebido uma telefonema de Comandante do Batalhão empenhado dando notícias de sua família, no Rio de Janeiro, comunicação que acabara de ouvir, em seu P.C., valendo-se do seu rádio de campanha.

O trabalho do pessoal das transmissões, quer divisionário, quer regimental, foi digno de nota, pois não houve bombardeio, nem lençol de neve que detivesse o cumprimento de sua missão.

Circulação e Transportes

O Pelotão de Polícia Militar, controlador da Circulação e das regras de trânsito, rapidamente adaptou-se aos seus misteres, porque, selecionado no Brasil, entre elementos familiarizados com esse serviço, na Capital Paulista, levou uma certa dose de disciplina e de compreensão de suas obrigações, que muito valeram à Sub Seção de Trânsito, elemento integrante da 4.^a Seção.

Esse contingente inicial de 80 homens, sofreu baixas e foi reforçado, a ponto de atingir o total de 250 elementos, precariamente selecionados e sem o espírito que animava o primitivo conjunto.

Os transportes constituiram assunto palpitante de cada dia. As distâncias, a imprudência de alguns motoristas, os prazos curtos para o deslocamento do pessoal e material; a falta de manutenção de 1.^º e 2.^º escalões; o estado das estradas, a neve, a ação inimiga, a chuva e a lama, o terreno, etc., foram os grandes fatores que incidiram diretamente sobre os transportes.

Os meses de novembro e dezembro assinalaram-se pelos movimentos de grande amplitude e em prazos curtos.

O transporte de material de várias espécies e o grande movimento de munições para que as unidades, ultimamente chegadas, mantivessem o nível de seus estoques compatíveis com a situação, exigiram esforços sobre-humanos, no tempo e no espaço, em consequência da imposição tática em curso.

O desgaste do material e a fadiga dos motoristas que algumas vezes foi causa de perdas de vida sob o próprio carro, depois de horas a fio e trabalho ininterrupto, afetaram grandemente a eficiência dos meios de transporte da Divisão. Algumas unidades apresentaram um índice de indisponibilidades que numa chegou a 40% de seus caminhões, por culpa do seu encarregado direto.

A 4.^a Seção enfrentou a situação, com uma medida geral, conservando sob hipoteca, diariamente, um certo número de caminhões das unidades, que só eram utilizados pelos seus detentores, mediante entendimento prévio com a Sub Seção do Trânsito. Com essa providência, 50 caminhões de 2 1/2 toneladas, diariamente reforçaram os meios de transporte, acionados pela 4.^a Seção.

Apesar da falta de motoristas em número suficiente, para um revezamento adequado, assim como a alimentação irregular e insuficiente e as horas mal dormidas na boléia dos caminhões, com prejuízo flagrante da normalidade do tráfego e da conservação do material, foram feitos transportes intensos de: rações diárias e fortagem, gasolina, tropas, materiais diversos, refugiados de guerra, munições, muares, materiais de organização do terreno, homens em repouso, água potável, prisioneiros, etc.

O período compreendido entre os meses de dezembro e abril ficou caracterizado pelos transportes de tropa a pequenas distâncias e suprimentos a grandes distâncias.

Enquanto a Divisão recebia os suprimentos em Pistoia e Florença, para levá-los a Porreta, transportava suas tropas a uma distância máxima de 15 quilômetros, num circuito fechado de 30.

Resumindo os deslocamentos efetuados entre dezembro e abril, período em que nossa Divisão estabilizou-se no vale do Reno, foram feitos 113 transportes; percorridos 2.105 quilômetros e empregados 3.885 caminhões, em movimentos únicamente controlados pela 4.^a Seção.

Os reabastecimentos e remuniciamentos nas regiões montanhosas dos Apeninos, exigiram o emprego de muares, de unidades alpinas italianas, desde o vale do Serchio, onde um Primeiro contingente de 30 muares, com seus respectivos condutores, marcou a contribuição inicial do Exército Italiano, às tropas brasileiras.

No vale do Reno, essa colaboração, mais positiva, foi prestada por duas companhias de cargueiros, do 10.^º Departamento Salmerie, num total de 360 muares e 800 homens.

Os serviços inestimáveis dessa tropa especializada, pouparam trabalho penosíssimo aos nossos homens, que teriam de transportar dos pontos extremos atingidos pelos veículos automóveis, até as posições, todos os suprimentos necessários ao combate.

A sobrecarga que essas unidades italianas trouxeram aos transportes de muares, dos Depósitos de Remonta para a frente e de animais feridos para a retaguarda, é expressa nos seguintes dados: 148 caminhões de 2 1/2 Ton. e 2.220 Km. percorridos. Além disso, o transporte de rações diárias elevou o número de caminhões do comboio de subsistência exigindo maiores meios da Companhia de Intendência.

A conquista de "Monte Castelo" constituiu fato da maior importância, para os brasileiros, na campanha da Itália.

Foi o primeiro e grande acontecimento, no vale do Reno, que deu à 1.^a D.I.E. novas possibilidades para as operações que se seguiram, ininterruptamente, até a vitória final.

Como registo histórico, para a 4.^a Seção, transcrevemos o dispositivo dos Serviços para a conquista do célebre baluarte alemão, realizado a 18 de fevereiro e pronto para funcionar a partir do dia 19, quando tiveram inicio as operações.

Q. G. Avançado da 1.^a D.I.E. — 1.^o escalão-Porréta.
— 2.^o escalão-Pávana.

Q. G. Recuado — Pistoia.

Serviço de Engenharia — P.C. do^o Btl. — Suviana.
— 1 Cia. em Pávana.
— 1 Cia. em Ponte della Venturina.
— Pontos dágua: Saidas S. de
Porretta Sila.

Serviço de Material Bélico — Cia. de Manutenção—Pistoia.
— Pel. Armamento—Pávana.
— Turma de Socorro—Pávana.

Serviço de Intendência — Cia. Int. — Pistoia.
— Pel. Canhões — Le Piéve.
— Ponto de Suprimento n. 1 — Le
Piéve.

— Pontos de Coleta de Mortos:
— N. 1 — Saidas N. de Porretta.
— N. 2 — Valdibura.
— Cemitério — Pistoia.

Serviço de Remonta — Depósito de Remonta — 1 milha W.
de il Bivie.

Serviço de Saúde — P.T.D. — Ponte della Venturina.
— P.S.D./1 — Sila.
— P.S.D./3 — Castel di Casio.
— 32º Field Hospital — Valdibura.
— 16º Evacuation — Pistoia.

Serviço de Transmissões — Cia. Trns. — Molino del Palone.
— Depósito de Material — Porretta.

Sub unidades de Serviço dos R. I.

— 1.^o R.I. — Saidas N. de Porretta.
— 6.^o R.I. — Porretta.
— 11.^o R.I. — Saidas W. de Porretta.

Os quatro meses de luta no vale do Reno permitiram as seguintes observações:

1 — Seleção apressada e imperfeita da tropa, tanto na sua constituição física como no seu Preparo especializado para certas funções, principalmente motoristas, cosinheiros, etc.

2 — Fardamento e material de estacionamento impróprios ao clima e de confecção defeituosa.

3 — Ausência da noção indispensável de manutenção para uma grande parte dos responsáveis pelas viaturas automóveis.

4 — Falhas sensíveis na prática e compreensão dos preceitos de higiene coletiva, em campanha.

5 — Alguma ignorância sobre o funcionamento dos Serviços, nos moldes americanos.

6 — Pouca fiscalização dos pequenos comandos, em certos casos, da alimentação da tropa e emprêgo dos gêneros distribuídos.

7 — Dados pouco exatos sobre a existência e consumo de materiais e munições.

8 — Obediência precária às medidas reguladoras do tráfego.

9 — Luta contra os cardápios e alimentação mal preparada pelos nossos cosinheiros.

10 — Dotação curta de munições e substituição difícil de armamento.

Em compensação,

1 — Adaptação rápida da tropa aos rigores do clima.

2 — Adaptação dos motoristas aos deslocamentos em comboio, principalmente à noite, em terreno difícil e em trechos batidos pelo inimigo, arriscando, muitas vezes, a própria vida.

3 — Espírito de sacrifício de muitos motoristas que, mal alimentados e mal dormidos, trabalharam horas a fio, sem uma reclusão e às vezes morrendo sob a viatura, depois de 66 horas de trabalho ininterrupto.

4 — Exemplo de desprendimento e fortaleza de ânimo, de homens do Serviço de Saúde, que se lançavam ao campo da luta, vendo o inimigo a poucos metros de distância, para recolher o companheiro ferido, trabalhando algumas vezes, horas inteiras, depois de atingido por estilhaços das granadas adversárias.

5 — Compreensão e espírito de colaboração de 150 homens da Cia. de Manutenção, que sacrificaram as suas horas de repouso e férias, em troca da satisfação em atender e remediar as faltas daqueles que, muitas vezes, em correrias desabridas, gosavam horas de folga com sacrifício do material e às vezes da própria vida.

6 — Funcionamento satisfatório de todos os Serviços e perfeita compreensão das responsabilidades do momento, por parte de chefes e auxiliares, concorrendo para uma harmonia perfeita entre a 4.^a Seção e os diversos órgãos.

7 — Vantagens da ligação direta — 4.^a Seção e S. 4 das unidades, sem o entrave dos canais competentes, em proveito da simplificação e da rapidez do serviço de suprimento e evacuação, liberando o Comando das Unidades empenhadas, da preocupação da vida material de seus homens. Dessa forma ficará inteiramente entregue ao desenvolvimento das operações, pois só lhe interessa saber se a sua Unidade está suprida em materiais necessários à sua vida e ao combate.

8 — Reajustamento dos órgãos de manutenção do Escalão, permitindo que Unidades chegassem ao fim da campanha, com a totalidade de suas viaturas em bom estado e em perfeito funcionamento.

9 — Adaptação rápida do Estado Maior aos processos americanos, permitindo que a Divisão completasse, com sucesso, a sua missão em solo italiano.

Banco do Brasil S. A.

1808 - 1947

Sede — Rua 1.^o de Março, n.^o 66. — Rio de Janeiro (DF)

Taxas de depósitos

Depósitos sem limite	2 %	a.a.
Depósitos populares (limite de Cr\$ 10.000,00)	4 3/2 %	"
Depósitos populares (limite de Cr\$ 50.000,00)	4 %	"
Depósitos limitados } (limite de Cr\$ 100.000,00)	3 %	"
Depósitos a prazo fixo:		
Por 6 meses	4 %	"
Por 12	5 %	"
Com retirada mensal de juros:		
Por 6 meses	3 1/2 %	"
Por 12 meses	4 1/2 %	"
Depósitos de aviso prévio:		
30 dias	3 1/2 %	"
60	4 %	"
90	4 1/2 %	"

Letras a prêmio (sélo proporcional)

O Banco faz todas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências etc. e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à Rua 1.^o de Março, n.^o 66, mais as seguintes:

Bandeira, Rua Mariz e Barros, 44 — Botafogo (em instalação) Rua Voluntários da Pátria, 449 — Campo Grande, Rua Campo Grande, n.^o 100 — Copacabana (em instalação), Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.^o 1.292 — Clória, Praça Duque de Caxias, n.^o 22 — Madureira, Rua Carvalho de Souza, n.^o 299 — Méier, Av. Amaro Cavalcanti, n.^o 85 — Reis, Rua Leopoldina Rego, n.^o 78 — Saúde, Rua do Livramento, n.^o 63 — Tiradentes, Rua Visconde do Rio Branco, n.^o 52 — São Cristovão, Rua Figueira de Melo, n.^o 380 (esquina da Rua S. Cristovão) Tijuca, (em instalação) Rua Desembargador Isidro, 4 e Vila Isabel, Avenida 28 de Setembro n.^o 412.

Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

- 1 — A vida de um anúncio nesta Revista é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) — Ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) — Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes;
 - c) — Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista Técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas;
 - d) — Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Si sua existência de mais de 33 anos não fósse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de Janeiro em que o Exmo. Snr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

TABELA DE PREÇOS

Capa externa	Cr\$ 3.000,00
Capa interna	Cr\$ 2.500,00
Página inteira	Cr\$ 1.200,00
1/2 página	Cr\$ 650,00
1/4 de página	Cr\$ 350,00

ATENÇÃO : — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade, mas não têm autorização para efetuar cobranças.

Os anúncios somente serão pagos ao cobrador devidamente credenciado, e mediante a apresentação da fatura acompanhada do exemplar da Revista em que o anúncio for publicado.

O regimento de Reconhecimento do corpo de exército e da divisão de cavalaria

MAJOR AROLD RAMOS DE CASTRO
Instrutor chefe de Cavalaria de E.E.M.

Tanto o C Ex como a DC, contam na sua organização, com um Regimento de Reconhecimento cuja constituição é absolutamente análoga e o emprêgo reside em síntese, na Busca de Informações em proveito do Cmt das GU acima mencionadas.

Todavia, no curso da execução de sua missão normal, e mesmo em determinadas situações de combate das GU a que serve, pode o R. Rec. receber encargos que comportem, fora do âmbito da Busca de Informações, atitudes ofensivas ou defensivas.

Para melhor compreensão do que dissemos, necessário se torna estudarmos cuidadosamente a organização, características e possibilidades do R Rec.

I — ORGANIZAÇÃO DO R REC

O R Rec de C Ex ou DC, apresenta a seguinte organização geral:

- Cmt e EM
- 3 Esqs de Rec (cada um com 1 Pel Cmdo e 3 Pels de Rec)
- 1 Esq C Ass (canhões de Assalto) dispondo de 1 Pel Cmdo e 3 Pls CL.
e 3 Pels de CN Ass)
- 1 Cia CL (Carros leves) dispondo de 1 Pel Cmdo e 3 Pels CL
- 1 Esq Cmdo e Serviços

A organização acima exposta apresenta uma aparente falta de homogeneidade. Dizemos aparente, pois na prática, o material orgânico do R Rec se harmoniza perfeitamente, su-

prindo reciprocamente as suas naturais deficiências de emprêgo e dando consequentemente margem para que a unidade que as enquadra se apresente como um todo homogêneo e flexível.

Passemos, pois, rapidamente em revista os diferentes materiais de que se compõe o R. Rec.

A) — *Carro blindado leve M-8*

É uma viatura particularmente destinada às missões de reconhecimento, pesando 7,5 T com armamento e guarnição, podendo fazer de 200 a 400 Km. através campo e até 600 Km em boas estradas, sem reabastecimento de combustível e com uma velocidade de cerca de 80 Km horários.

O seu armamento básico, representado por um canhão 37 m/m, torna-o particularmente apto para a defesa móvel contra veículos levemente blindados a distâncias que não excedam de 400m, quando utilizando a munição perfurante; o canhão pode ainda atuar com shrapnel e granada explosiva. Dispõe ainda o M-8, de uma metralhadora calibre. 30, leve, para uso contra pessoal, e uma outra, anti-aérea, calibre. 50, que pode ser incluída no equipamento da viatura e montada na torre.

A blindagem da viatura proporciona um razoável grau de proteção contra o fogo das armas portáteis. Um rádio de grande alcance (telegrafia de 50 a 70 Km e fonia de 25 a 30 Km) assegura-lhe a transmissão de informações e facilita o exercício do comando e outro, de menor alcance, é utilizado nas ligações no âmbito da unidade a que pertence. A equipagem dispõe ainda de um interfone para uso no interior do carro.

Conclusões:

A viatura M-8 apresenta uma grande mobilidade, em particular em estradas, sendo porém através campo apenas razoável. Pela sua blindagem e armamento de que dispõe, não é indicado para ações ofensivas em regiões infestadas de carros de combate ou armas anti-carro.

Todavia, aliando a mobilidade à sua apreciável flexibilidade, apresenta-se como um elemento altamente dotado de capacidade manobreira.

B) — *Transporte de pessoal 1/4 T ("Jeep")*

É uma viatura cujas características essenciais são: baixa silhueta e excepcional velocidade e mobilidade através campo,

o que lhe facilita a utilização eficaz de pequenas cobertas. É dotado de um rádio de pequeno alcance, para as ligações no âmbito da unidade em que trabalha.

A sua guarnição compõe-se, normalmente, de um motorista e três homens e pode conduzir metralhadora calibre. 50 ou 30, morteiro de 60 m/m e lança-rojão, independentemente do armamento individual de equipagem (carabinas ou fuzis, calibre 30, sub-metralhadoras calibre. 45 e granadas de mão).

Conclusões:

As viaturas 1/4 T ampliam consideravelmente o alcance e eficiência do carro M-8 e na execução de manobras do R Rec, possibilitam o transporte rápido e eficiente do potência de fogo, para flanquear resistências inimigas. É uma viatura básica de reconhecimento através campo, não se destinando de forma alguma ao combate ofensivo. A sua guarnição, em geral, utiliza os órgãos de fogo sem abandonar a viatura.

C) — Carros Leves: (M/24).

— O carro de combate leve é uma viatura de 17 T dotada de grande mobilidade, potência de fogo, proteção assegurada pela blindagem, e ação de choque. A arma básica do CL é o canhão de 75 m/m de calibre. A viatura dispõe ainda de duas mtrs, sendo uma. 30 e outra. 50. A velocidade máxima do CL é de 50 Km horarios.

O C. L., comparado ao CM, tem menor potência de fogo e menos blindagem, possuindo porém maior velocidade e manejabilidade, sendo especialmente apto para:

- 1) — Reconhecer o valor do inimigo e desvendar os seus pontos fracos;
- 2) — Cobrir a progressão contra resistências fracas do inimigo;
- 3) — Constituir o primeiro elemento de ataque contra um inimigo não fortemente blindado, dispondo de pouca defesa anti-carro e quando a rapidez da ação for indispensável;
- 4) — Manobrar em direção aos flancos e a retaguarda do inimigo para atacar seus postos de comando, centros de transmissão e instalações de importância vital;
- 5) — Perseguir o inimigo em retirada.

**Conclusões:*

O CL, elemento integrante do R Rec completa evidentemente a eficiência dessa unidade, permitindo-lhe, no curso das suas missões de reconhecimento, uma ação bastante agressiva.

Os carros M-8 e 1/4 T, que, como dissemos, são os elementos básicos do reconhecimento, podem, graças ao concurso dos CL, ter extraordinariamente ampliadas as suas possibilidades de investigação.

No desempenho de missões de contra-reconhecimentos, permitem os CL que o R Rec exerça uma apreciável ação de retardamento sobre os órgãos de reconhecimento do inimigo, realizado em geral sob a forma de contra-ataques sobre os flancos inimigos.

D) — *Canhão de Assalto (de Cav):*

É uma viatura blindada (CL) dispondo um obuseiro de 75 m/m e dotada ainda de duas mtrs, uma .30 e outra. 50. O seu peso total é de 17 T e a sua velocidade máxima é de cerca de 50K.

Material de grande mobilidade e apreciável potência de fogo, destina-se especialmente à destruição de armas anti-carro, ou de outros meios de fogo, colocadas em ângulos mortos.

Pelas suas características é particularmente apto para colaborar com os CL realizando a sua proteção, ou para reduzir, rápida e brutalmente, certas resistências inimigas.

Conclusões:

O Esq de Canhões de Assalto, como elemento orgânico do R Rec, assegura-lhe uma grande eficiência, seja em ações ofensivas seja defensivas. Em particular, associado integral ou parcialmente a Cia CL, assegura-lhe uma eficiente proteção, no decorso de ações ofensivas.

II — CARACTERISTICAS DE EMPREGO DO R REC

A) — *BUSCA DE INFORMAÇÕES:*

Em face da sua organização é o R Rec uma unidade cuja missão normal é sem dúvida a de BUSCA DE INFORMAÇÕES. Todavia, no decorrer da sua ação pode e deve desenvolver uma atitude eminentemente agressiva, com a finalidade de repelir, deter ou retardar os órgãos de RECONHECIMENTO ou CONTRA-RECONHECIMENTO DO INIMIGO.

Em via de regra, a ação contra os elementos de CONTRA-RECONHECIMENTO DO INIMIGO se caractérisa pela execução de ações de força locais, executadas em regiões e direções

mais favoráveis para o R Rec procurar, ultrapassando-os ou contornando-os, tomar contacto com os grossos adversários ou, no mínimo, com os seus DESTACAMENTOS DE SEGURANÇA.

Para operações de tal natureza que exigem em geral determinada potência ofensiva, dispõe o R Rec da Cia CL e do Esq Cn Ass.

Caso o R Rec consiga atingir os Destacamentos de Segurança do inimigo, impõe-se ainda, pela própria essência da missão que lhe é normalmente afeta, tomar contacto com os mesmos em toda a frente de GU em proveito da qual trabalha e consoante a situação, procurar estreitá-lo ou precisá-lo.

O R Rec de C Ex ou DC no desempenho da missão de BUSCA DE INFORMAÇÕES tem a possibilidade de reconhecer uma frente máxima aproximadamente de 80 Km, (na base de 8 Pels 10 Km cada), operando com uma velocidade de trabalho, média, de 15 a 25 Km por hora. Convém entretanto considerar que quanto mais densa for a rede de estradas, menor será a frente que pode ser reconhecida eficazmente e em consequência, haverá também uma progressão mais lenta dos elementos de reconhecimento, que poderão operar com velocidade não superior a 8 Km p/h.

O aumento da frente de investigação atribuída ao R Rec, implica lógicamente na diminuição do valor das informações, transformando-as mesmo, em simples INDÍCIOS.

Como ressaltamos anteriormente, as ações do R Rec devem ser agressivas, não bastando que a unidade se limite a estabelecer contacto com os elementos mais avançados do inimigo e sim procurar identificar as unidades adversas e determinar o seu dispositivo e flancos, evitando porém engajar-se por forma que tal procedimento lhe acarrete o aferramento.

O Cmt de GU (C Ex ou DC), antes de atribuir ao R Rec missão que não de RECONHECIMENTO, deve considerar cuidadosamente o problema a fim de concluir quanto à existência e disponibilidades de outra tropa.

Em circunstância alguma, o R Rec deve ser empregado como DESTACAMENTO de SEGURANÇA, como por exemplo, Vanguarda.

Para o aproveitamento das características intrínsecas do R Rec, o Cmt do C Ex ou da DC, deve cogitar com especial carinho da cooperacão estreita entre o R Rec e os elementos de AVIAÇÃO postos à disposição da GU, o que implica logicamente, na necessidade, desde o tempo de paz de uma instrução conjunta dos citados elementos.

Muitas vezes, o R Rec na BUSCA DE INFORMAÇÕES, tendo os seus Esqs de Rec detidos, necessita recalcar os elementos de CONTRA-RECONHECIMENTO do inimigo mediante uma ação de força, especialmente quando não dispõe do tempo necessário para manobrar pelos flancos das resistências com que se defronta. É o caso do RECONHECIMENTO EM FORÇA, onde o R Rec, tirando partido da Cia CL e do Esq Ass pode assim operar.

Poderemos assim concluir, que o R Rec pela sua organização e características do material de que é dotado é uma unidade para a qual o combate defensivo ou ofensivo deve ser considerado como um MEIO e não um FIM.

Entretanto, não deve ser eliminada de maneira absoluta, a hipótese de receber o R Rec uma missão de caráter nítidamente ofensivo ou defensivo. Tais missões devem ser encaradas como eminentemente eventuais e decorrentes dos naturais imprevistos da guerra.

B) — MISSÕES DEFENSIVAS:

Como foi dito, pode o R Rec, seja como elemento integrante de C Ex, seja mesmo uma DC, receber uma missão que o obrigue a uma atitude francamente defensiva. É o caso, por exemplo, de lhes ser atribuída uma missão de cobertura ou vigilância de um flanco de GU a que pertence.

Nessas condições, terá o R Rec de, necessariamente, tirar o máximo partido do armamento das viaturas colocadas em regiões desenfiadas, bem como de compensar a falta de pessoal por uma utilização judiciosa das metralhadoras e morteiros. Deve, ainda, explorar a mobilidade para obter informações sobre os elementos de ataque do inimigo, para a manobra da reserva ou para permitir o retraimento.

A defesa, pois, de uma posição isolada pelo R Rec, exige o patrulhamento de todas as vias de acesso, organização do terreno para a defesa face a todas as direções e, bem assim, reservas móveis para ocuparem posições previamente preparadas ou contrá-atacar.

Devem ser preparadas posições eventuais para as viaturas que participam diretamente da defesa, bem como para as metralhadoras e morteiros. Em particular, devem ser aproveitados e reforçados os obstáculos naturais e bem assim estabelecidos outros, em pontos favoráveis à ação do inimigo.

É importante, porém, considerar que o emprego do R Rec na defesa de uma posição sómente deverá ser tomado após pe-

sar-se bem as vantagens e desvantagens de tal decisão, pois corre-se o risco de expor a unidade ao perigo de ser envolvida e destruída.

Lógicamente pois, a defensiva do R Rec deve se caracterizar por uma ação retardadora em posições sucessivas e para a qual aquela unidade é particularmente apta.

C) — MISSÕES OFENSIVAS:

O ataque do R Rec só deve ter lugar no curso de sua missão precípua de RECONHECIMENTO, não devendo porém engajar-se tão seriamente a ponto de não poder mais retrair-se. Deve geralmente aquela unidade procurar o desbordamento das resistências inimigas, fora do alcance útil do seu armamento, com o objetivo de obrigar o adversário a se deslocar, caso deseje oferecer resistência.

Forçado porém a uma ação frontal, só deverá fazê-lo, plenamente seguro da possibilidade de apossar-se da posição inimiga, com os meios de que dispõe. Para tanto, deverá adotar um dispositivo de ataque comportando três grupamentos táticos:

- BASE DE FOGOS
- ELEMENTO DE MANOERA
- RESERVA.

A BASE DE FOGOS tem como missão fixar o inimigo ao terreno e neutralizar as suas armas a fim de auxiliar o elemento de manobra na conquista de uma posição de onde possa partir ao assalto.

O ELEMENTO DE MANOERA desloca-se por um itinerário coberto para uma posição de onde possa atacar o flanco ou a retaguarda do inimigo. Sempre que possível, o movimento deve ser realizado nos vículos, sendo, para tanto, vantagesamente utilizados os carros blindados (M-8 e CL).

A ação do elemento de manobra se caracteriza por uma ação de infiltração por lanços sucessivos, podendo agir isolado; ou em cooperação com os CL, de conformidade com o valor e a natureza das resistências apresentadas pelo inimigo.

A RESERVA deve inicialmente encarregar-se da proteção dos flancos e retaguarda, permanecendo nessa missão até o momento decisivo, quando então, empenhada globalmente, poderá ser encarregada de cobrir um reajusteamento da unidade, no objetivo conquistado, iniciar uma perseguição limitada ou cobrir um retraimento.

III — CASOS PARTICULARES DE EMPREGO DO R REC

Um emprego perfeitamente aceitável para o R Rec será o da CONQUISTA E MANUTENÇÃO TEMPORARIA DE UMA POSIÇÃO-CHAVE, até a chegada de outras tropas da GU, e quando tal posição possa afetar desfavoravelmente a manobra projetada pelo Cmt da GU.

É indispensável porém considerar que tal missão é justa, quando o tempo disponível não permitir que a referida posição seja atingida por outros elementos.

NO APROVEITAMENTO DO EXITO e na PERSEGUIÇÃO, encontra o R Rec um clima altamente favorável para sua intervenção, embora o seu emprêgo exija particular cuidado. Lançando-o prematuramente no APROVEITAMENTO DO EXITO, corre-se o risco de ter-se o R Rec detido ou mesmo aniquilado, pelas resistências descontínuas, porém, em geral, muito dotadas de armas anti-carro, dos elementos encarregados da proteção do retraimento e pelos tiros da artilharia longa.

Ao contrário, lançado tardiamente, terá o R Rec muito limitada a sua intervenção, pois defrontar-se-á em curto prazo com sólidas resistências, constituidas normalmente pela POSIÇÃO DE RETAGUARDA do inimigo.

O justo emprego será então materializado, pelo momento em que os próprios DESTACAMENTOS DE APROVEITAMENTO DO EXITO DA GU iniciam a sua intervenção, permitindo assim ao R Rec, um espaço livre e de relativa segurança inicial, para se desenvolver e transpor a região crítica da BRE-CHA. No âmbito do R Rec, consoante a situação de partida muitas vezes a unidade iniciará o seu deslocamento, levando em 1.^o ESCALÃO a própria CIA CL e o ESQ C ASS com a finalidade de abrir caminho para os ESQS de REC.

No caso da PERSEGUICAO, O R Rec opera em geral em atitude nitidamente ofensiva contra os flancos das forças inimigas em retirada e procura os itinerários que lhe permitem alcançar as testas das colunas. Envia informações sobre caminhamentos que desbordam obstáculos ou destacamentos de segurança do adversário e de pontos-chave.

Finalizando, convém considerar que o R Rec de C Ex ou DC é um dos principais elementos orientadores da manobra daqueles G. U. e necessariamente tem o seu justo e criterioso momento de emprego. Não é dmas pois repetir a frase que norteia,

de uma maneira geral, a intervenção de Cavalaria no quadro do combate ofensivo ou defensivo das GU:

Não se deve precipitar o emprego da Cavalaria; a sua intervenção justa e oportuna, surge como uma natural consequência do desenvolvimento do combate. Não existindo uma razão justa e condicente com as suas características e possibilidades, não devemos nos arrepiar de conservá-la em RESERVA.

* * *

Nota: O presente trabalho foi inspirado nos Regulamentos Americano para as unidades Moto mecanizados e na publicação do Exército Francês: "Notice provisoire sur les petites unités blindées".

— X —

PRODUTOS DE PETRÓLEO



Temos para com os nossos clientes o dever de orientá-los na escolha do tipo de combustível ou lubrificante indicado para cada caso. Consulte nosso Departamento de Serviços Técnicos sobre o seu problema.

SHELL - MEX BRAZIL LIMITED

ORDENS DE OPERAÇÕES

Notas compiladas pelo Cap. JOSE CODECEIRA LOPES

A) AS ORDENS — CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÕES.

DIVISÃO	DEFINIÇÃO	SUB-DIVISÃO	FINALIDADE	OBSERVAÇÕES
De rotul	Próprias à vida diária das Unidades.	Boletins Circulares Memoranda Notas	—	(a) — Baseia-se na decisão ou plano do Comando.
De com-	Ordens referentes às operações e as quais devem condensar todas as medidas que se fizerem necessárias à execução	Prepara-tórios (b)	Dar aviso prévio da operação em projeto e habilitar o subordinado a fazer a preparação necessária.	(b) — Deve ser breve e tratar do suficiente e necessário para permitir a preparação.
bate		De Particular. (c)	Determinar operação a uma ou mais Unidades, prescrevendo o papel que desempenhará no conjunto da operação projetada.	(c) — Pode ser condensada, mais tarde, na ordem geral.
		ope-racões (a)	Determinar operação a todas as Unidades, indicando o conjunto da operação projetada e a parte que caberá a cada Unidade.	(d) — Condensará todas as ordens dadas para a operação de que trata.
		De serviço (e)	Definir as condições de reaprovio-namento e evacuações e os demais detalhes relativos ao emprego dos Serviços.	(e) — É expedida quando a matéria for volumosa a ponto de sobrecarregar a ordem geral, ou quando esta não for expedida.
		Instruções (f)	Regular operações numa grande zona.	(f) — Em princípio dizem respeito às operações estratégicas. No entanto, podem ter caráter técnico: instruções para amparo das transmissões, por exemplo.

B) TÉCNICA DE ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DAS ORDENS DE OPERAÇÕES.

1. A ordem compreende três partes: *título ou cabeçalho, texto e fecho.*

2. o título ou cabeçalho deve conter, em princípio:

- a) — unidade expedidora (em texto claro ou cifrado)
- b) — local de expedição (P.C.)
- c) — data e hora de expedição
- d) — cartas utilizadas (nome da carta, número da folha e escala)

3. O texto compreenderá sempre cinco parágrafos, que compõtam sub-parágrafos em número variável. No parágrafo de n.º 1 consignam-se informações que interessam à execução da operação encarada; os su-parágrafos *a* e *b* darão, respectivamente, informações sobre *fôrças amigas*. No parágrafo 2 indica-se o que vai fazer o escalão que dá a ordem e as idéias gerais de como fará; os sub-parágrafos *a*, *b*, *c*, etc. devem conter respetivamente a missão recebida, a idéia de manobra, o dispositivo geral e outros dados essenciais. No parágrafo 3 fixa-se o que deverão fazer as Unidades subordinadas e como o farão; os sub-parágrafos *a*, *b*, *c*, etc. devem conter, repetivamente, missão de cada Unidade e reforço que se lhe atribuir, defesa anti-mecanizada, defesa contra avião, meios químicos, e demais dados essenciais; um sub-parágrafo *x(1)* deve fixar todas as medidas gerais de execução; um sub-parágrafo *x(2)* deve fixar todos os elementos essenciais de informações, ou sejam as informações necessárias à concepção e à conduta da manobra. No parágrafo 4 indica-se como os serviços atenderão às necessidades da operação encarada; seus sub-parágrafos *a*, *b*, *c*, etc. devem conter as condições de suprimento, de evacuações, de circulação, e demais elementos necessários. No parágrafo 5 indicam-se as condições de ligações e de transmissões; seus sub-parágrafos *a*, *b*, etc. devem fixar locais dos P.C. e seus deslocamentos e como serão feitas as ligações (meios a empregar, restrições, etc.).

4. O fecho conterá a assinatura, os destinatários, o confere e a relação dos anexos. (No original o Cmt. assina do próprio punho, não havendo, portanto, o confere do S/3; nos demais exemplares, o S/3 lança o seu confere e a assinatura do Cmt. é datilografada).

5. As ordens são numeradas seguidamente, assim como cada um de seus exemplares.

6. A ordem é redigida pelo S/3, com a colaboração dos outros oficiais do E.M. regimental e especial.

7. Na redação ter-seá em vista:

- a. ser o mais conciso possível, evitando repetições e pormenores inuteis;
- b. ter em vista o grau de instrução e de experiência de quem vai cumprir a ordem e colocar-se sempre no seu lugar, verificando si a ordem está completa, clara e precisa;
- c. evitar redação daquilo que colocou na carta ou no calco de operações;
- d. só usar expressões afirmativas;
- e. evitar expressões que causem mau efeito psicológico, tais como "ataque secundário", "tentar manter", etc.;
- f. usar e abusar das abreviaturas e convenções regulamentares;
- g. não empregar as abreviaturas convenções que não sejam regulamentares, como também os termos técnicos de caráter muito especializado;
- h. só em casos excepcionais (ordem de serviço), devem ser indicados os assuntos a serem tratados nos parágrafos e sub-parágrafo; seguindo-se rigorosamente a disposição indicada (ver n.º 3), economisa-se tempo e se alivia a ordem, o que se deve ter sempre em vista;
- i. redigir os nomes geográficos com letras maiúsculas e amarrá-los por coordenadas, geralmente ortogonais;
- j. referir os limites de Unidades por pontos importantes do terreno e designar tais pontos da retaguarda para a frente e da direita para a esquerda;
- k. designar qualquer linha, ou estrada que não tenha número ou nome da mesma maneira que os limites de Unidades;
- l. designar as zonas por uma serie de pontos importantes, nomeados da direita para a esquerda, no sentido contrário ao do movimento dos ponteiros de um relógio;
- m. as datas compreendem dia, e ano; as horas são designadas no sistema das vinte e quatro horas; data e hora devem ser indicadas de uma das maneiras seguintes

1900,8 Fev, 47.

081900, Fev, 47.

- n. si a data e a hora forem secretas ou ainda não determinadas, indicá-las pelas letras D e H; amarrar às mesmas os demais prazos; amarrar uma noite pelas datas que a enquadram;
- o. não empregar expressões como "alvorecer, escurecer, etc.";
- p. empregar sempre os pontos cardinais, ao indicar direções;
- q. considerar que o lado direito ou esquerdo de um objecto

- vo corresponde ao lado homônimo do observador de frente para ele;
- r. designar os meridianos ou linhas por letras convencionadas, nos casos de ligação com avião;
 - s. empregar coordenadas polares, nos casos de sigilo.
8. A expedição de uma ordem de combate pode ser verbal, ditada ou escrita, conforme o tempo disponível. No escalão R.C. é, verbal ou ditada.
9. Ter em vista que a *clareza* da ordem é mais importante que a *técnica*.
10. Considerar que uma ordem deve prescrever sómente aquilo que é possível prescrever, no momento. Ordens que tentem regular assuntos em futuro longínquo resultarão em contra-ordens.
11. Uma ordem não deve ultrapassar os limites de autoridade do subordinado. Deve conter tudo que o subordinado precisa saber para cumprir sua missão e nada mais que isto.

C) MODELO DE ORDEM DE COMBATE

O. Op. n. ^o ...	Unidade que expede.
Cartas, folhas e escalas	Local de expedição (P.C.)
	Data e hora.
I. INFORMAÇÕES (que interessem à operação encarada)	
a. <i>Sobre o inimigo</i> (que pode intervir na operação encarada)	
(1) — onde está e em que situação (melhor aludir a calco ou carta de operações e, neste caso, dizer "ver calco" ou carta)	
(2) — o que pode fazer	
b. <i>Sobre as forças amigas</i> (onde estão e em que situação)	
2. MISSÃO E DECISÃO (o que deve fazer o escalão que da a ordem e como o fará)	
a. <i>Missão recebida</i> (transcrever)	
b. <i>Idéia de manobra</i> (para cumprimento da missão)	
c. <i>Dispositivo geral</i> (consequente da idéia de manobra)	
d. <i>Zonas de ação</i> . (limites recebidos do escalão superior e os fixados aos subordinados)	
e.) Demais dados essenciais fixados pelo escalão superior e	
f.) os resultantes da idéia de manobra concebida (base de partida, dia e hora de ataque, definição de P.R. etc. etc.)!	
3. MISSÕES E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO (o que deverão fazer as Unidades subordinadas e como o farão)	

a. *Missão de cada Unidade subordinada*

(1)

(2) Um sub-parágrafo para cada elemento subordinado, e re-
(3) forço que se lhe atribuir.

b.)

c.) Dados essenciais tais como P.A., D.C.A., meios químicos, etc.

d.)

e.)

x(1.) Medidas gerais de execução, tais como zomas de reunião, hora de dispositivo concluído, ocupação de B.P. conduta em casos particulares, etc. etc.

x(2.) Elementos essenciais de informações (informações necessárias ao Comando, para verificar a hipótese que o inimigo realiza, dentre as que pode realizar)

4. SERVIÇOS (pode ser limitada à indicação da ordem de serviço correspondente)

a. Suprimentos

(1)].

(2)]

(3) } Tratar de cada classe, se fôr o caso.

(4)]

(5)]

b. Evacuações (idem)

c. Localização, fracionamento, etc. dos meios subordinados.

d. Circulação

(1)

(2) Limites de circulação, linha de luz, etc. etc.

(3)

e.

f. Demais elementos necessários.

g.

5. LIGAÇÕES E TRANSMISSÕES

a. Pontos a ligar

(1)

(2) P.C., eixo de transmissões, deslocamentos, etc.

(3)

b. Como deverão ser feitas as ligações

(1)

(2) Meios a empregar, restrições, pessoal de ligação, etc. etc.

(3)

Assinatura do Cmt. (de próprio punho, no original; datilografada nos demais.)

CONFERE

ASSINATURA DO S/3 (exceto no original)

Anexo: n.º 1 — Carta ou caleo n.º...

— n.º 2 — Extrato do plano de busca

n.º 3 —

Destinatários:	— Esqs.	8
	— Alas.	2
	— Arquivo	1
	— Bda.	1
	etc.	

Total

FAÇA-SE SÓCIO DA COOPERATIVA
OU ASSINANTE DESTA REVISTA
PARA GOZAR DAS VANTAGENS QUE
OFERECE.

O TIRO DAS METRALHADORAS ⁽¹⁾

CAPÍTULO II

A — EFEITOS DO TIRO

75 — A precisão e a rasância teórica são dois elementos primordiais nas características balísticas de uma metralhadora, quanto mais rasantes forem suas trajetórias e mais precisos os seus tiros, mais temível será a arma; desde que possua grande velocidade de tiro e considerável potência de chegada.

O estudo dos efeitos do tiro para as metralhadoras, se prende à dispersão e à rasância.

I — DISPERSÃO

76 — O estudo da dispersão é ligado ao Cálculo das Probabilidades, tendo grande e variado emprêgo prático, mormente para o conhecimento completo da arma.

Quando executamos uma série de tiros com a mesma arma (metralhadora, morteiro, fuzil, etc) em condições idênticas: mesma alça, mesma munição e mesma pontaria; teoricamente, todos os tiros deveriam cair num mesmo ponto e teríamos um só impacto; todavia na prática isto não acontece, pois as trajetórias são perturbadas:

- pelos elementos aerológicos;
- pelas incorreções de um mesmo atirador, por melhor que seja;
- pela trepidação da arma durante o tiro;
- pela variação da velocidade inicial em consequência da mudança da temperatura da pólvora, usura do cano e pequenas diferenças nos pesos das cargas e das balas.

Todos estes elementos atuando nas trajetórias, contribuem para que elas se dispersem, formando um feixe. A Balística de Efeitos chamou este fenômeno de DISPERSÃO.

77 — *Feixe* — é o conjunto de trajetórias de uma mesma arma, descritas com os mesmos elementos de tiro.

(1) — Continuação do n.º de Março n.º 394 — Continua

78 — *Trajetória média* — é a trajetória mais central do feixe, é imaginária, serve de referência para todos os cálculos. Fig. 25.



Fig. 25

79 — *Grupamento* — São os diversos impactos de um feixe; quando o alvo está normal ao horizonte da arma, temos o *grupamento vertical*; quando está paralelo ou confundido com o P.H., temos o *grupamento horizontal*.

O Grupamento vertical tem dimensões menores que o grupamento horizontal.

80 — *Ponto médio do grupamento* — é o impacto fictício da trajetória média, também chamado de *centro dos impactos* ou *centros do tiro*; é o ponto mais central do grupamento, constituindo o centro de gravidade do mesmo. Figuras 40 e 41.

II — ESCALAS DE DISPERSÃO

81 — Sobre um alvo vertical damos uma série de 100 tiros em condições idênticas: mesma metralhadora, mesma munição e mesma pontaria.

Determinamos o ponto médio do grupamento no alvo e traçamos a reta horizontal H H'. Fig. 26

Na parte superior de H H', acima do P.M., dividimos os impactos existentes em duas partes iguais e traçamos a reta A B paralela a H H'.

Na parte inferior de H H', abaixo P.M., procedemos de maneira idêntica e traçamos A' B', também paralela a H H'.

Ficamos com duas zonas que tem limite comum H H', e são limitadas acima e abaixo respectivamente, por A B e por A' B'.

Observamos que cada zona ou faixa contém 25% dos tiros dados e as retas A B e A' B' equidistam de H H' de um valor igual, que chamaremos de DESVIO PROVÁVEL EM ALTURA (D.P.A.).

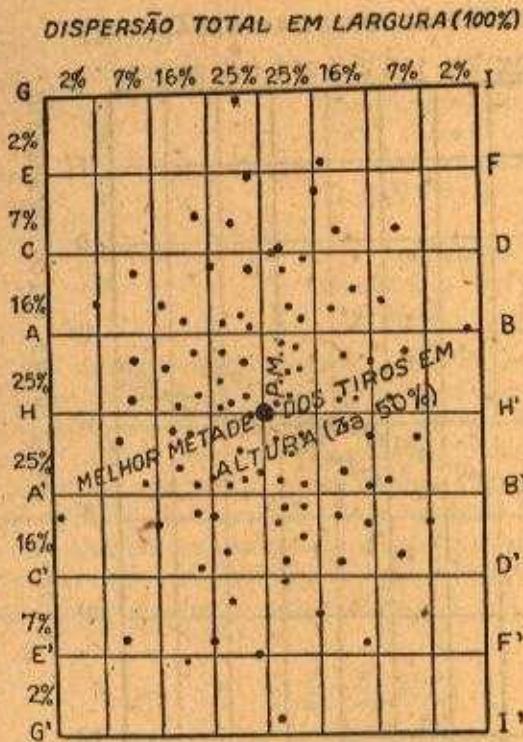


Fig. 26

O conjunto das duas zonas é chamado de MELHOR METADE DOS TIROS e contém 50% dos tiros, constituindo a parte mais densa do grupamento.

Com o valor do DESVIO PROVÁVEL EM ALTURA, a partir de A B, traçamos C D, E F e G I; e a partir de A' B'; C' D', E' F' e G' I', todas paralelas a H H'. Notamos que as novas faixas, todas equidistantes por construção, contêm, respectivamente, 16%, 7% e 2% dos tiros dados. As oito faixas ou zona contém um total de 100% dos tiros e é chamada de Escala de Dispersão em Altura ou Dispersão total em Altura, bem como Zona dos 100% em altura.

De modo idêntico determina-se a Escola de Dispersão em Largura, e a lei de distribuição dos tiros se repete.

A distância entre uma linha que limita uma zona e outra consecutiva, na escala de dispersão em largura, chama-se DESVIO PROVÁVEL EM LARGURA (D.P.L.).

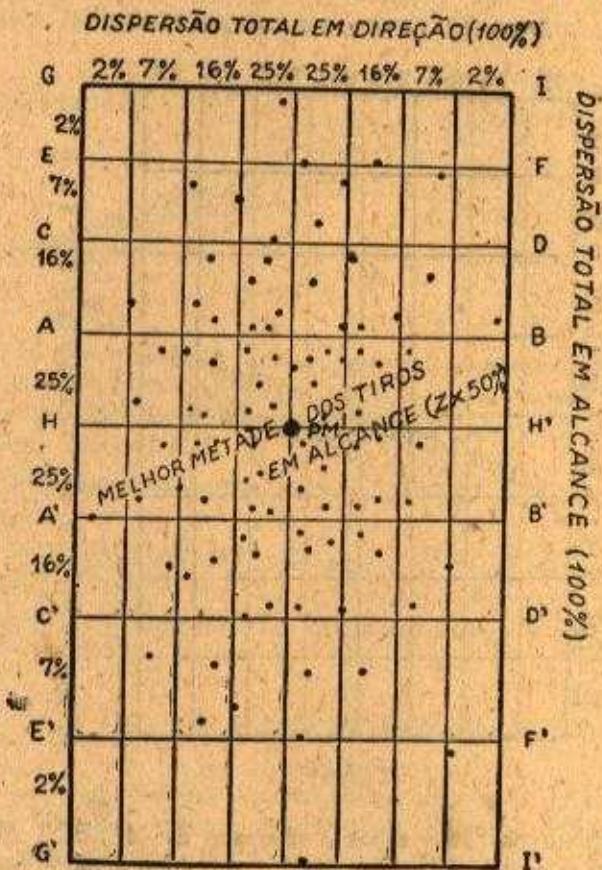


Fig. 27

Os desvios prováveis em larguras são menores que os desvios prováveis em altura, daí o grupamento vertical ter a forma de uma elipse.

Os desvios prováveis crescem com o alcance, e nos mostram que a precisão de uma arma é maior, quanto menores forem os seus valores.

82 — *Dispersão em alcance* — A dispersão em alcance é função do ângulo de queda W, sendo que o DESVIO PROVÁVEL EM ALCANCE (D.P.X.) é obtido pela resolução do triângulo em que conhecemos o D.P.A. e o ângulo de queda W.

Seja na fig. 28, o triângulo retângulo A — P.M. — Q do qual tiramos:

$$D.P.A. = D.P.X. \times \operatorname{tg} \omega$$

$$D.P.X. = \frac{\operatorname{tg} \omega}{D.P.A.}$$

para valores de ω inferiores a $300''$, temos:

$$D.P.A. \times 1000$$

$$D.P.X. = \frac{\operatorname{tg} \omega}{\omega}$$

Verificamos portanto que o diminue, o D.P.X. aumenta e vice versa.

Numa série de 100 tiros em condições idênticas, as trajetórias mais baixas do feixe, as que ficam abaixo do P.M. no caso do alvo vertical, tem forçosamente os ângulos de queda ω menores que as que ficam acima, daí as faixas da escala de dispersão em alcance, não terem a mesma regularidade que as das outras escalas. Fig. 27

Em consequência desta variação de ω as faixas aquém do ponto médio, (ω menores) são mais largas que as que ficam além (ω maiores). Fig. 29 As faixas que mais interessam, 25% e 16%, são aproximadamente iguais, aquém e além do ponto médio.

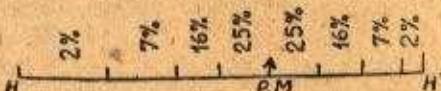


Fig. 29

83 — *Dispersão em direção* — A escala de dispersão em direção é praticamente igual a escala de dispersão em largura, dai tomarmos indistintamente o D.P.L. pelo D.P.D.. Figuras 26 e 27

84 — Em resumo, vemos que em Dispersão, a unidade de medida é o Desvio Provável.

85 — *Desvio provável* — é a metade da largura de uma faixa que contém a melhor metade dos tiros de uma série.

86 — *Melhor metade* — Z (50%) — é constituída pelas duas zonas ou faixas dos 25% que envolvem o ponto médio.

Quando for em altura teremos: Za (50%); em largura: XI (50%); em alcance: Zx (50%).

87 — *Dispersão total ou Escala de dispersão ou Zona dos 100%* — é constituída pelas oito faixas, ou oito Desvios prováveis, contendo 100% dos tiros dados.

Quando for em altura, teremos: Za (100%); em largura: Zl (100%); em alcance: Xx (100%).

88 — *Zona dos 80% ou 82%* — é constituída pelas duas faixas dos: 25% e 16%. Quando for em altura, teremos: Za (82%); em largura: Zl (82%); em alcance: Xx (82%).

III — ELIPSES E RETÂNGULOS DE DISPERSÃO

89 — *Elipses de dispersão* — Sendo o D.P.A. maior que o D.P.L., maior que o D.P.L., o grupamento vertical apresenta várias elipses, todas concentricas ao P.M. e regulares, sendo as mais importantes a dos 50% (ellipse provável), a dos 82 e a dos 100%. (9)

No grupamento horizontal dada a irregularidade do D.P.X., elas se apresentam irregulares e alongadas. As próximas ao P.M., dos 50% e 82%, podem ser consideradas regulares, como já vimos no estudo da dispersão em alcance. Fig. 30



Fig. 30

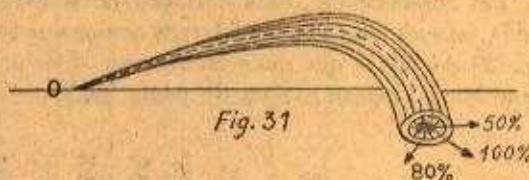


Fig. 31

90 — *Retângulos de dispersão* — A dispersão total em altura e a dispersão total em largura dão formação a vários retângulos, que envolvem as elipses de mesma probabilidade. No grupamento horizontal pelos mesmos motivos já estudados, elas são irregulares, todavia o retângulo provável (50%) e dos 82% podem ser considerados regulares. Fig. 31

91 — *Zona batidas provável* — é constituída pela porção do terreno que recebe a ellipse provável ou 50% dos tiros de uma série. Fig. 31

92 — *Zona batida útil* — é constituída pela porção do terreno que recebe a ellipse dos 82% ou dos 80%. Fig. 31

93 — *Zona batida total* — é constituída pela porção do terreno que recebe a ellipse dos 100% ou todo o grupamento horizontal. Fig. 31

(9) — Na Mtr. Madsen 35-F, temos até mais ou menos 1000m, circunferências, pois o D.P.A. é quasi igual ao D.P.L.

IV — PRECISÃO — REGULAÇÃO — JUSTEZA

94 — *Precisão* — A precisão de uma arma mede-se pelo seu retângulo de dispersão. O tiro será tanto mais preciso, quanto menores forem as dimensões do mesmo. Os impéctos extremos devem tocar os lados dos retângulo e a precisão não implica no retângulo conter o espelho visado. Fig. 32

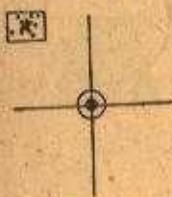


Fig. 32



Fig. 33

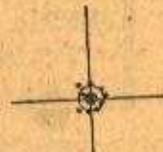


Fig. 34

95 — *Regulação* — Tiro regulado é aquele que o P.M. do grupoamento coincide com o espelho visado, isto é, os tiros se repartem uniformemente. Fig. 33

96 — *Justeza* — O tiro será justo quando for preciso e regulado. A justeza é expressa pela relação entre os tiros dados e os tiros acertados dentro das condições de precisão. Fig. 34

97 — *Avaliação da precisão de uma arma* — Uma arma que não mais satisfaça as condições de precisão deve ser abandonada, pois não será mais útil para a guerra.

A precisão diminui com a usura do cano, e também pode deixar de existir em consequência de algum defeito de fabricação do tubo alma.

Os tiros de experiência devem ser feitos em dia claro, com atmosfera calma (sem vento), e o alvo colocado a 100 metros.

As dimensões do alvo serão de 1,50m × 1,50m e o espelho de 10 cm de diâmetro (1/1000 da distância).

Com a metralhadora sobre o reparo, este deve ficar com as sapatas enterradas e calçadas com sacos de terra. Executa-se em rajadas um carregador para aquecer o cano, depois visando-se o espelho, executar-se outro carregador em rajadas normais (7 a 8 tiros).

O tiro deve ser concentrado e a pontaria inicial mantida em cada rajada. Com um esquadro de $1m \times 1m$, coloca-se o vértice inferior do ângulo reto, sobre o impacto mais extremo, fazendo-se as medidas da largura e altura do retângulo envolvente. Fig. 35

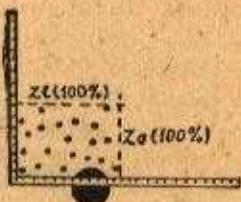


Fig. 35

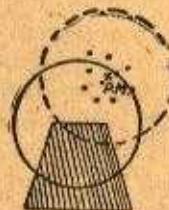


Fig. 36

O retângulo deve conter no mínimo 80% dos tiros dados e o semi-perímetro (dispersão total em altura + dispersão total em largura) não deve ultra-passar dos valores conhecidos para cada arma, fornecidos pela Tabela de Tiro, levando-se em conta que o tiro foi feito em rajadas.

Exemplos (Madsen 35-F)

$$Za \text{ (100\%)} = 0,20m$$

$$\therefore \text{Semi-perímetros máximo} = 2 \times 0,20 + 2 \times 0,21m = 0,82m$$

$$Zl \text{ (100\%)} = 0,21m$$

Praticamente a tolerância é até 1 metro.

(Hotchkiss)

$$Za \text{ (100\%)} = 0,24m$$

$$\therefore \text{Semi-perímetro máximo} = 2 \times 0,24m + 2 \times 0,28m = 1,04m$$

$$Zl \text{ (100\%)} = 0,28m$$

Praticamente a tolerância é até 1,10 metro.

(Madsen 32)

$$Za \text{ (100\%)} = 0,24m$$

$$\therefore \text{Semi-perímetro máximo} = 2 \times 0,24m + 2 \times 0,20m = 0,88m$$

$$Zl \text{ (100\%)} = 0,20m$$

Praticamente a tolerância é até 1 metro.

Serão executadas mais duas experiências para a confirmação do resultado.

98 — *Avaliação da Justeza* (Mtr. Madsen 35-F) —

A justeza é avaliada sobre um alvo situado a 100m, tendo como espelho um trapézio isósceles de: 10 cm de base superior, 20 cm de base inferior e 16 cm de altura.

No centro da base superior, como centro, traça-se uma circunferência de 12 cm de ráio, este é o "círculo de justeza". Fig. 36

Aquecido o cano, são dados 10 tiros, tiros a tiro, visando-se o centro da base inferior do trapézio.

O ponto médio da série dos 10 tiros, deve cair exatamente dentro do círculo de justeza.

Fazendo-se centro no P.M. achado, traça-se uma circunferência de 12 cm de ráio, circunferência esta que deve conter pelo menos 80% dos tiros dados (8 tiros).

Serão executadas mais duas experiências para confirmação.

V — PROBABILIDADE DE ACÉRTO NUM DETERMINADO OBJETIVO

99 — Nós cálculos relativos as probabilidades de acerto num determinado objetivo, as trajetórias são consideradas normais, jogamos apenas com o desvio provável da arma e não cogitamos dos erros prosseiros advindos de uma má pontaria ou perturbações atmosféricas não corrigidas.

Em todos os casos é preciso que levemos em conta se o tiro é considerado ajustado ou regulado num determinado ponto do objetivo. No primeiro caso o P.M. da série coincide exatamente com o centro geométrico do objetivo e no segundo, fixamos as condições da regulação.

Os objetivos serão considerados de uma ou duas dimensões, dai o problema da probabilidade apresentar duas características: de probabilidade simples ou de probabilidade composta, respectivamente.

Podemos citar como objetivos de uma dimensão, aqueles que só apresentam uma grandeza geométrica, os seguintes: —

- uma rede de arame (a profundidade ou a altura);
- um muro (a altura);
- uma estrada (a largura);
- um alvo vertical (a altura ou a largura); etc.

São objetivos de duas dimensões, aqueles que apresentam duas grandeszas geométricas, os seguintes:

- um espaldão (largura e profundidade);
- uma seteira de casamata (altura e largura);
- uma ponte (largura e profundidade);
- um alvo vertical (largura e altura); etc.

Quando o objetivo for de duas dimensões, a probabilidade P é composta das duas probabilidades simples (largura ou altura) e será expressa por:

$$P = \frac{P_a \times P_l}{100} \quad (11)$$

onde P. é a probabilidade de acerto, Pa a probabilidade de acerto em altura e Pl a probabilidade de acerto em largura; quando o objetivo estiver no terreno, uma das probabilidades simples (Pa ou Pl) deve ser substituída por Px.

Para facilidade de resolução é preciso que nos lembremos que quando o objetivo tiver dimensões superiores a dispersão total do feixe, Z (100%) ou 8 D.P., a probabilidade de acerto é da ordem de 99,9% ou praticamente 100%, no tiro ajustado; no tiro regulado será dependente da situação do ponto médio da série.

Os problemas poderão ser resolvidos numericamente ou gráficamente, sendo necessário resolve-los numericamente caso os resultados sejam fracionários.

As Tabelas de Tiro fornecem os desvios prováveis para o tiro intermitente, sendo preciso dobrarmos os seus valores para o tiro em rajadas, daí termos a necessidade de esclarecer quando o tiro for em rajadas ou intermitentemente.

100 — *Tiro ajustado* — O P.M. coincidindo com o centro do objetivo, os tiros se distribuem igualmente para cima e para baixo, para a direita e para a esquerda, em relação o P.M., as probabilidades serão obtidas na seguinte marcha:

- tomar a metade do objetivo considerado e dividi-la pelo valor do D.P.;
- o quociente indica quantos desvios prováveis atingiram o alvo.

Considerando um alvo vertical de altura limitada, menor que Za (100%), caso este receba 2. D.P.A. acima do P.M., teremos na ordem da distribuição dos tiros: $25\% + 16\% = 41\%$; para baixo do P.M. a mesma quantidade. Caso o mesmo decebesse 3,5 D.P.A. terímos: $25\% + 16\% + 7\% + \frac{1}{2} \times 2\% = 49\%$, para cima e para baixo do P.M.

Resumido nossos cálculos, podemos organizar uma tabela tomando os quocientes com aproximação até décimos.

$\frac{1}{2}$ Alvo D.P.	P %	Diferen- ças	$\frac{1}{2}$ Alvo D.P.	P %	Diferen- ças
0.0	0.0		2.1	41.7	
0.1	2.5		2.2	42.4	
0.2	5.0		2.3	43.1	
0.3	7.5		2.4	43.8	
0.4	10.0		2.5	44.5	
0.5	12.5		2.6	45.2	
0.6	15.0	2.5	2.7	45.9	0.7
0.7	17.5		2.8	46.6	
0.8	20.0		2.9	47.3	
0.9	22.5		3.0	48	
1.0	25		3.1	48.2	
1.1	26.6		3.2	48.6	
1.2	28.2		3.3	48.4	
1.3	29.8		3.4	48.8	
1.4	31.4		3.5	49.0	
1.5	33.0		3.6	49.2	
1.6	34.6		3.7	49.4	
1.7	36.2	1.6	3.8	49.6	
1.8	37.8		3.9	49.8	
1.9	39.4		4.0	50	
2.0	41				

1.º Exemplo — Uma Madsen 35 F está atirando num muro de 1m de altura e de largura indefinida, situado a 1000m, pede-se a probabilidade de acerto no muro considerando-se o tiro ajutsado.

a) — *tiro em rajadas*

Da tabela tiramos: D.P.A. (50%) = 0,62m

Acima do P.M. que está no centro do muro, ele receberá: $0,50m/0,62m = 0,8$ D.P.A. ou 20% e baixo do P.M. a mesma quantidade.

No total o muro receberá 40% dos tiros da série; sendo que 30% passam por cima do mesmo e 30% atingem o solo antes do muro.

b) — *tiros intermitente*

$$\text{O D.P.A.} = \frac{1}{2} Z_a (50\%) = 0,31m$$

$$\text{O muro receberá: } 2 \times 0,50/0,31 = 2 \times 1,6 \text{ D.P.A.} = \\ = 2 \times 34,6\% = 69,2\% \text{ dos tiros dados.}$$

Obteríamos um resultado errado se tivessemos multiplicado 1,6 D.P.A. por 2, teríamos 3,2 D.P.A., que corresponderiam a 48,4% e não 69,2%.

2.º Exemplo — Uma Madsen 35 F atira painel vertical de 1m de altura por 1,5 de largura, situado a 1 500m, considerando-se o tiro ajustado e em rajadas, pede-se a probabilidade de acerto.

a) — Calculemos isoladamente as probabilidades simples em altura e em largura.

b) — Em altura teremos: $2 \times 0,50/1,10 = 2 \times 0,45$ D.P.A. = $= 2 \times 11,25\% = 22,50\%$; logo $P_a = 22,5\%$.

c) — Em largura teremos: $2 \times 0,75/0,86 = 2 \times 0,87$ D.P.A. = $= 2 \times 21,75\% = 43,5\%$; logo $P_l = 43,5\%$.

Sendo uma probabilidade composta teremos:

$$P = \frac{22,5\% \times 43,5\%}{100} = 9,79\% \text{ ou } 10\%.$$

3.º Exemplo — Uma ponte tem 6m de largura por 60m de profundidade, está situada a uma distância de 1 200m de uma Mtr. Madsen 35F. Pede-se probabilidade de acerto sabendo-se que o tiro é ajustado. (Tiro em rajadas).

a) — Em alcance ou profundidade teremos: $2 \times 30/21 = 2 \times 1,4$ D.P.X. = $2 \times 31,4\% = 62,8\%$ ou $P_x = 62,8\%$.

b) — Em largura teremos: $2 \times 3/0,68 = 2 \times 4,4$ D.P.L.

Não temos necessidade de continuar as operações pois notamos que o objo tem largura superior à dispersão total do feixe em largura. Nesta situação a probabilidade de acerto $P_l = 100\%$.

c) — A probabilidade de acerto na ponte será portanto:

$$P = \frac{62,8\% \times 100\%}{100\%} = 62,8\%.$$

101 — Tiros regulado num ponto do objetivo — Quando o tiro for considerado regulado num ponto do objetivo, por definição o P. M. da série coincide com o ponto considerado.

A percentagem de acerto é calculada como no tiro ajustado levando-se em conta a colocação do ponto médio.

1.º Exemplo — Um alvo de altura igual a 2m está colocado a 1 500m de uma Mtr. Madsen 35 F e tem largura indefinida; sabendo-se que o tiro está regulado na base do alvo, calcular:

— o número de tiros acertados;

— quantos tiros passam por cima do alvo depois de 150 disparos.

O tiro é feito em rajadas.

a) — Estando o P.M. na base do alvo, forçosamente a metade inferior da escala de dispersão em altura está atingindo o solo, e sómente a parte superior da escala de dispersão é que nos interessa.

Teremos portanto: $Pa = 2m/1.10m = 1,80$ D.P.A. ou $Pa = 37,8\%$ ou 38% .

b) — Por cima do alvo teremos: $50\% - 38\% = 12\%$ dos tiros.

c) — Em 100 tiros temos 12 por cima do alvo, em 150 tiros teremos:

$$\begin{array}{rcl} 100 & \dots & 12 \\ 150 & \dots & X \quad \therefore X = 18 \text{ tiros} \end{array}$$

d) — Caso o tiro fosse intermitente, teríamos: $2m/0,55m = 3,6$ D.P.A. ou $49,2\%$ no alvo e $0,8\%$ por cima; em 150 disparos tiro a tire passariam por cima do alvo: 1,2 tiros ou 2 tiros.

2.º Exemplo "A 1000m de distância temos um muro de comprimento ilimitado e de altura 1m. Sabendo-se que um certo fuzil Mauser, para o alcance 1000m, tem as seguintes zonas prováveis:

$$Zd (50\%) = 38 \text{ cm}$$

$$Zh (50\%) = 50 \text{ cm}$$

e que o atirador obteve o ponto médio de uma série a 75 cm do solo, pergunta-se:

a) Qual a percentagem de tiros no muro em uma série ilimitada?

b) Quantos tiros (nas mesmas condições da 1a. série) precisam ser disparados para que sómente 30 tiros passem por cima do muro?

c) Depois da série prevista em b quantos tiros recebeu o muro?"

O presente exercício foi tirado do livro "Exercício sobre a Dispersão do Tiro" do Sr. Ten. Cel. Arnaldo Morgado da Hora.

Solução numérica

a) — para o D.P.A. temos $Zh (50\%)$, que é a nossa $Za (50\%)$, dividida por 2 ou D.P.A. = 25 cm.

b) — a dispersão em largura não interessa ao problema pois o muro é de comprimento (largura) indefinida.

Estando o P.M. acima do solo 75 cm, abaixo do P.M. teremos:

$$75 \text{ cm}/25 \text{ cm} = 3 \text{ D.P.A. ou } 25\% + 16\% + 7\% \text{ ou } 48\%.$$

Abaixo do P.M. o muro recebe 48% dos tiros dados.

Acima do P.M. o muro 1m — $0,75 = 0,25m$ ou 25 cm; portanto receberá: $25 \text{ cm}/25 \text{ cm} = 1 \text{ D.P.A. ou } 25\% \text{ dos tiros.}$

Finalmente vemos que o muro receberá $48\% + 25\% = 73\%$

Vemos portanto que em 100 tiros passam por cima do muro 25% dos tiros e atingem o solo 2% dos tiros; para que passem 30 tiros, armamos a regra de 3 simples:

$$\begin{array}{rcl} 100 & \dots & 25 \\ X & \dots & 30 \end{array} \quad \therefore X = 120 \text{ tiros}$$

Depois de 120 tiros nas condições do item b o muro receberá:

$$\begin{array}{rcl} 100 & \dots & 25 \\ 120 & \dots & X' \end{array} \quad \therefore X' = 87,6 \text{ tiros ou } 88 \text{ tiros}$$

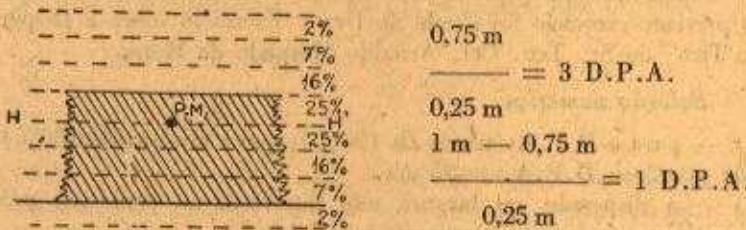
São estas as respostas que nos fornece o autor.

102 — Soluções gráficas —

Quando os resultados são inteiros podemos resolver os problemas graficamente, para isto seguimos a seguinte marcha: —

- desenhar as zonas dos 100%, retângulo de dispersão total, numa escala compatível;
- traçar no interior o objetivo na mesma escala, colocando-o de conformidade com os dizeres dos problemas;
- verificar as faixas que são comportadas pelo o objetivo e tirar as probabilidades;
- caso o mesmo seja de duas dimensões, multiplicar os valores achado e dividir o produto por 100.

1.º Exemplo — O 2.º Exemplo do número anterior.

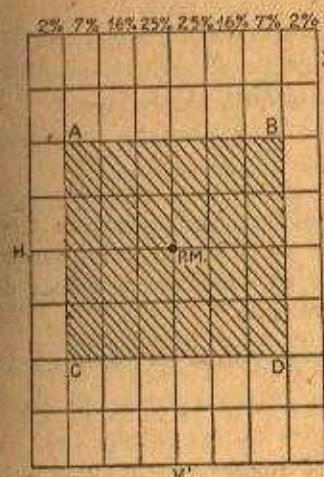


2.º Exemplo — Uma certa Mtr. nos fornece para o tiro em rajadas:

D.P.A. = 0,30 m e D.P.A. = 0,20 m para um alcance de 1 800 m.

Pergunta-se a probabilidade de acerto para um alvo situado a 1 800 m, quadrado, de 1,20 m de lado.

Considera-se o tiro ajustado.



Acima do P.M. o alvo recebe:

$$\frac{0,60\text{ m}}{= 2\text{ D.P.A.}}$$

$$0,30\text{ m}$$

A direita do P.M. o alvo recebe:

$$\frac{0,60\text{ m}}{= 3\text{ D.P.L.}}$$

$$0,20\text{ m}$$

Observando a figura vemos que o alvo receberá em altura: 82% e em largura 96%.

Para a probabilidade P temos:

$$P = \frac{96\% \times 82\%}{100} = 78,72\% \text{ ou } 79\%.$$

VI — NÚMERO PROVÁVEL DE TIROS ACERTADOS NO OBJETIVO

109 — O número de tiros provavelmente acertados no objetivo é expresso pela proporção: "se em 100 tiros temos probabilidade de acertar P, em m tiros provavelmente acertaremos N."

$$N = \frac{m \times P}{100} \quad (12)$$

onde m é o número de tiros dados, P a probabilidade de acerto, e N o número de tiros provavelmente acertados.

$$\text{Aplicando a fórmula 12 vem: } N = \frac{5 \times 400}{100} = 20 \text{ tiros}$$

VII — VALOR MAIS PROVÁVEL DA DENSIDADE MÉDIA DE FOGO

104 — A densidade média de fogo ou de tiro no objetivo é obtida pela relação entre os tiros acertados N , e a superfície do objetivo. Será expressa por:

$$\boxed{D' = \frac{N}{S}} \quad (13)$$

O valor de S varia com as dimensões do objetivo, quando tiver apenas uma grandeza geométrica, o valor de S será o dado, quando de duas, o produto das mesmas. O estudo da densidade de fogo é de grande aplicação prática, como adainte veremos.

Exemplo — Dados N = 136 tiros provavelmente acertados e S = 2 m (altura de um muro), pede-se D'.

$$D' = \frac{136}{2} = 68 \text{ tiros por metro linear}$$

Exemplos — Dados N = 700 tiros e o objetivo uma ponte de 8 m de largura por 50 m de complimento, pede-se D'.

$$D' = \frac{700}{50 \times 8} = 1,75 \text{ praticamente } 2 \text{ tiros por m}^2.$$

VIII — ESTUDO DA RASÂNCIA

105 — Como já foi dito, a rasância constitue uma das características mais importante das metralhadoras, sendo função do terreno e da tensão da trajetória.

106 — *Zona perigosa (Z.P.)* — Chama-se zona perigosa para um alvo de altura h numa determinada trajetória, a *porção da linha de sítio* aquém do ponto chegada (de queda das tabelas), acima da qual a trajetória não se eleva mais do que h .

Vemos portanto, que as zonas perigosas são estimas em relação à linha de sítio e independem do terreno. Fig. 37,38 e 39

A zona perigosa pode ser considerada no origem do tiro (Z.P.O.) e no ponto de queda (de chegada), Z.P.Q.; a soma dos valores é o que chamamos de *Zona perigosa total* (Z.P.O. + Z.P.Q.).

A tabela de tiro da Madsen 35 F nos fornece as zonas perigosas no ponto de queda (Z.P.Q.) para os alvos de altura 2 m; 1,70 m; 1 m e 0,5 m, chamando-as de "zonas rasadas".

107 — *Zona rasada (Z.R.)* — Chama-se zona razada para um alvo de altura h numa determinada trajetória, a porção do terreno aquém do ponto de chegada, acima do qual não se eleva mais do que h .

A zona rasada também pode ser referida no origem do tiro, todavia, ainda com relação ao terreno e não com a linha de sítio.

No caso das tabelas, onde se considera o sítio nulo e o terreno plano, a Z.P. se confunde com a Z.R., daí na prática se tomar indistintamente um nome pelo outro; que apesar de não ser certo, é tolerável.

108 — *Rasância teórica ou Rasância das tabelas* — é a zona perigosa para um homem de pé (1,70 m).

Na prática utilizamos o termo *rasante* para um homem de pé, esclarecemos quando não for o caso, dizendo: rasante para um homem deitado, de joelhos, à cavalo ou para um alvo de altura h .

As tabelas de tiro fornecem as rasâncias teóricas para os diversos alcances, chamando-as de zonas perigosas para $h = 1,70$ m.

Alguns autores consideram para a altura de um infante que progride, os valores 1,60 m ou então 1,68 m, posto que são de opinião, que o mesmo se desloca um tanto encurvado. O F.M. 23 — 50 (Manual de Campanha) nos fornece para o infante norte-americano a altura de 1,73 m (68''); nos nossos exercícios consideraremos o valor 1,70 m, deixando aos camaradas a escolha de outra altura que julgarem convincente.

109 — *Distância de Barragem ou Zona Perigosa Máxima* — é o maior alcance de uma arma cuja trajetória não se eleva mais que 1,70 m.

Na classificação das trajetórias, n.º 55, chamos a Distância de Barragem de uma arma de "Trajetória rasante", que também constitue um sinônimo para a sua definição.

O conhecimento da Distância de Barragem de uma arma e de sua importância para o cálculo das alças de segurança e tem variada aplicação no Tiro por cima de tropa amiga.

110 — A influência do terreno se faz sentir consideravelmente na rasância de uma arma, bem como na densidade de fogo. Sómente o conhecimento da arma e pelo seu emprégo podemos corrigir estas deficiencias.

O aproveitamento da rasância será tanto maior quando seguiremos as regras:

— procurar sempre a crista militar das elevações, pois quando a rampa for mais ou menos uniforme, o aproveitamento será máximo;

— procurar instalar a posição de tiro de tal modo que o ângulo de incidência seja igual ao ângulo de chegada;

— utilizar os ábacos para os terrenos em declives ou contra-encostas.

Em todos os casos sempre procurar *rasar* e não *bater* os objetivos, sendo a carta um valioso subsídio para quasi todos os casos.

111 — *Terreno paralelo à linha de sitio (de visada) ou terreno plano*

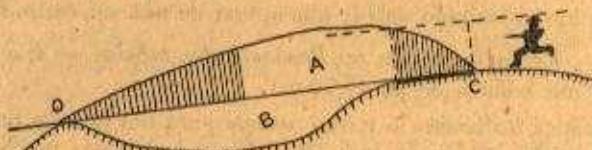


Fig. 37

— a rasância teórica é igual a rasância no terreno; Fig. 37

— a densidade de fogo é função da tensão da trajetória e da extensão da zona batida.

112 — *Terenos em aclice (subindo na direção do tiro)*

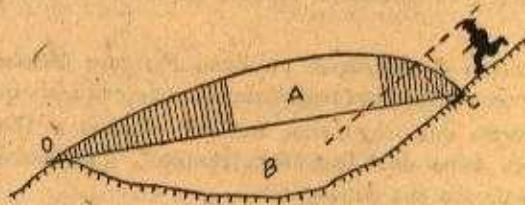


Fig. 38

— a rasância teórica é maior que a rasância no terreno; Fig. 38

— a densidade de fogo é maior do que no caso anterior, pois a zona batida total se estreitou em profundidade.

113 — *Terreno em declive (descendo na direção do tiro)*

— a rasância teórica é menor que a rasância no terreno; Fig. 39

— a densidade de fogo é menor que nos casos anteriores, pois a zona batida se alargou em profundidade.

114 — *Zona não perigosa* — é *porção da linha de sitio onde a trajetória é mais alta que o alvo h*. Com relação ao terrenos temos a *Zona não rasada* Fig. 37, 38 e 39, letras A e B, respectivamente.

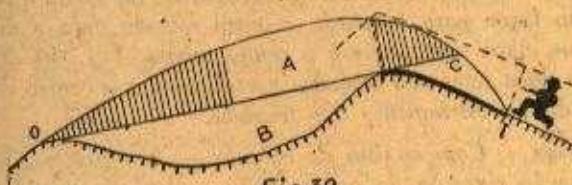


Fig. 39

115 — *Zona desenfiada ou ângulo morto* — é a porção da terraço atrás de um obstáculo, onde a trajetória não tem possibilidade de encontrar o alvo.

A zona desenfiada é função da tensão da trajetória, quanto mais tensa, maior será a extensão da zona desenfiada.

Somente as armas de tiro curvo batem com facilidade os ângulos mortos, para as metralhadoras o desenfiamento começa a desaparecer para as trajetórias mergulhantes, em virtude da curvatura que apresentam no ponto de chegada.

IX — CÁLCULO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS DA DISPERSÃO E RASANCIA

116 — *Determinação do ponto médio* — O ponto médio de uma série de tiros poderá ser determinado como abaixo.

1.º *Processo — Sem auxílio do cálculo* — É o “processo do sargento do tiro” utilizado no Estande para a avaliação e classificação dos tiros chamados “de grupamento”.

Não é um processo rigoroso para a determinação do P.M., todavia, com um pouco de habilidade, obtém-se bons resultados.

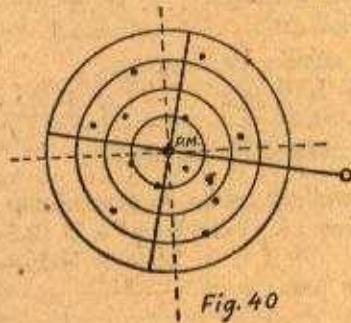


Fig. 40

Traça-se uma reta horizontal de tal modo que divida o grupamento em duas partes iguais;

— depois disso, traça-se uma reta vertical de tal modo que metade do grupamento fique para esquerda e outra metade para a direita. O cruzamento dos eixos ortogonais é o ponto médio. Fig. 40. No estande de tiros, as duas retas são traçadas visualmente e o centro do escanilhão, colocado no cruzamento das mesmas.

2.º Processo — Com auxílio do cálculo — É o processo utilizado para determinação rigorosa do ponto médio, calculado quando se necesita de precisão.

Traça-se dois eixos ortogonais XX' e YY' de tal modo que o grupamento fique envolvid no quadrante superior da direita; evitaremos assim ordenadas ou abscissas negativas; Fig. 41

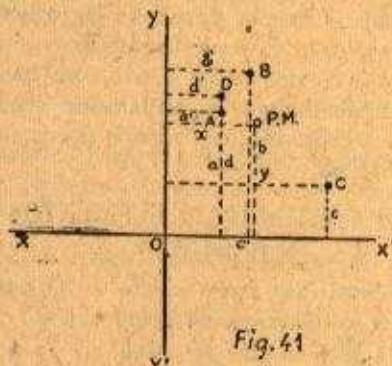


Fig. 41

- traçam-se a ordenada e as abscissa de cada impacto;
- a ordenada do P.M. será a média aritmética das ordenadas;
- a abscissa do P.M. será a média aritmética das abscissas.

$$y \text{ P.M.} = \frac{a + b + c + \dots + n}{\text{número de impactos}}$$

$$x \text{ P.M.} = \frac{a' + b' + c' + \dots + n'}{\text{número de impactos}}$$

Exemplo — Determinar médio do grupamento seguinte: A (2 cm, 1 cm), B (3 cm; 1,5 cm), C (1 cm, 3 cm) e D (2,5 cm; 1 cm).

$$2 + 3 + 1 + 2,5$$

Teremos portanto para: $y = \frac{2 + 3 + 1 + 2,5}{4} = 2,125 \text{ cm}$ e

$$X = \frac{1 + 1,5 + 3 + 1}{4} = 1,625 \text{ cm P.M. } (2,125 \text{ cm}, 1,625)$$

cm), basta a partir da origem dos eixos O, levantar a ordenada e a abscissa e temos a sua exata localização. Vemos portanto que o problema comporta uma solução numérica e uma gráfica.

III — Desvios prováveis Os D.P. são fornecidos pelas tabelas de tiro da arma, ou implicitamente, pelas zonas dos 50%, 80% e 100% dos tiros. Para se obter o D.P. basta dividir, no último caso, os valores fornecidos por 2, 3,9 e por 8.

Exemplo — Calcular o D.P.A. para 3200m na Mtr. Madsen 35 F.

$$\text{D.P.A.} = \frac{8}{2} = \frac{16}{3,9} = \frac{33}{8} = 4\text{m} \text{ aproximadamente.}$$

Exemplo — Calcular o D.P.X. para M.P.H. no alcance 1000m

Tiramos da tabela de tiro: D.P.A. = 0,87m e $\omega = 43,4''$

$$\text{D.P.X.} = \frac{1000 \times 0,87\text{m}}{43,4} = 20\text{m}$$

Para este alcance a Madsen 35 F tem o D.P.X. de 12m, donde vemos que a precisão da Madsen 35 F é quasi o dobro da M.P.H.

Nota — Os desvios prováveis para a Madsen 35 F são para o tiro intermitente (Tabela de Tiro), para o tiro em rajadas devemos tomar o dobro, isto é, a melhor metade ou Z (50%) será o valor do D.P. em

119 — Zona batida total — As superfícies onde incide o feixe, num terreno horizontal ou paralelo à linha de sítio, pode ser avaliado com aproximação grosseira, para que se tenha ideia da superfície incidida. Considerando-se a elipse dos 100% regular, desprezando-se o fator de probabilidade, podemos considerar o eixo maior a dispersão total em alcance, e em alcance, e em largura, o eixo menor, a dispersão total em direção.

vem para expressão aproximada da superfície incidida.

Sendo a área da elipse: $S = \pi a \times b$, onde a e b são os semi-eixos, vem para expressão aproximada da superfície incidida:

$$\text{Zona batida total} = 3,1416 \times 4 \text{ D.P.X.} \times 4 \text{ D.P.X. ou}$$

$$\boxed{\text{Zona batida total} = 50,26 \times \text{D.P.X.} \times \text{D.P.X.}}$$

15

Exemplo — Calcular a zona batida total para o feixe dos 100% no alcance 1800m pela Madsen 35 F, supondo-se o terreno paralelo à linha de sítio.

Substituindo teremos: $50,26 \times 9 \times 0,525 = 237 \text{ m}^2$
 Para o tiro em rajadas teríamos 4 vezes mais ou 948 m^2

119 — *Zona batida útil* — A zona batida útil é constituída pela elipse dos 80% a Tabela Madsen 35F considera dos 80%, esta elipse tem a forma mais ou menos regular. Pode ser expressa aproximadamente pela expressão.

$$\boxed{\text{Zona batida útil} = 12,57 \times \text{D.P.L.}} \quad (16)$$

Exemplo — Calcular a zona batida útil do exemplo anterior

$$\text{Teremos: } 12,57 \times 9 \times 0,525 = 59 \text{ m}^2$$

120 *Zona perigosa* — As zonas perigosas são calculadas com auxílio do cálculo ou graficamente nos ábacos das trajetórias. (Ver Estudo dos ábacos) Númeroicamente pelos processos abaixo:

1.º *Processo* — Considerando a trajetória retilínea no ponto de queda (ou no ponto de chegada) e na origem do tiro; Fig. 16 e 17, resolvendo o triângulo retângulo M.R.Q., substituindo y por h, que é a altura do alvo, vem:

$$\boxed{\text{Zona perigosa no p. de queda} = \frac{h}{\operatorname{tg}\omega} \text{ ou } \frac{100h}{\omega}} \quad (17)$$

na origem do tiro substituimos ω por α .

A precisão da fórmula é muito boa para as grandes alcances e alturas pequenas.

Exemplo — Mtr. Madsen 35 F

Calcular as zonas perigosas para os alvos de alturas 2,5m; 1m e 0,5m, n o ponto de queda e na origem do tiro, na trajetória de 400m.

Sabemos que para 400m, $\alpha = 227''$ e $\omega = 478''$

$$\text{Na origem do tiro} — \text{Z.p.o} = \frac{2,5 (1 \text{ e } 0,5) \times 1000}{227}, \text{ resol-}$$

vendo para cada valor de h, teremos respectivamente: 11m; 4,4m e 2,2m.

No ponto de queda — sendo ω maior que $300''$ não podemos tomar o arco pela tangente, e recorrendo a tábua de declives ou na coluna 18 da Tabela Madsen 35 F, tiramos $\operatorname{tg} \omega = \operatorname{tg} 478'' = 0,50713$ ou apenas 0,507m

$$Z.p.q. = \frac{2,5 (1 + 0,5)}{0,507}, \text{ resolvendo para cada valor de } h \text{ temos}$$

respectivamente: 4,9m e 0,9m ou praticamente: 5m; 2m e 1m.

A Tabela de tiro nas colunas 12,14 e 15 nos fornece exatamente estes valores, pois os valores fornecidos se referem ao ponto de queda.

2.º Processo — A Balística no vácuo nos fornece uma fórmula retirada da equação da trajetória, que passa por um ponto de ordenada balística conhecida, e que tem por expressão: Fig. 42



Fig. 42

$Z.p.q. = X - x$, onde é o alcance e x a abscissa de h .

Obtemos o valor de x pela expressão:

$$x = \frac{X}{2} \left[1 + \sqrt{1 - \frac{4h}{X \operatorname{tg} \omega}} \right] \quad (18)$$

Na origem do tiro, $Z.p.q.$, ω deve ser substituído por α .

Exemplo — Calcular a zona perigosa no ponto de queda para um alvo de 2,5m na trajetória de 2000m.

Para 2000m, $\omega = 106''$ e substituindo os valores na fórmula, temos:

$$\begin{aligned} x &= \frac{2000}{2} \left[1 + \sqrt{1 - \frac{4 \times 2,5}{2000 \times 0,106}} \right] = 1000 \left[1 + \sqrt{1 - 0,0471} \right] \\ &= 1000 \left[1 + \sqrt{0,9529} \right] = 1000 \times 1,976 = 1976 \text{m} \end{aligned}$$

Exemplo: Os mesmos dados do exercício anterior.

$$\frac{1500}{2} = x \left[1 + \sqrt{1 - \frac{6,8}{1500 \times 0,059}} \right] = 750 (1 + 0,96)$$

$$= 750 \times 1,96 = 1470\text{m}$$

Portanto Z.P. 1,70m ou rasância teórica = $1500 - 1470 = 30\text{m}$

A tabela fornece exatamente este valor.

Para a origem do tiro obtemos: $x = 750 \times 1,926 = 1444,5\text{m}$

Portanto Z.P. 1,70m ou rasância teórica na origem = $1500 - 1444,5 = 55,5\text{m}$ ou 56m (o exercício do 1.º processo nos forneceu 53m).

122 — *Zona rasada* é função do ângulo de incidência i , pois é dependente da inclinação do terreno.

Como já foi dito, em terreno plano ou em terreno paralelo à linha de sítio a zona rasada é igual a zona perigosa, e a rasância teórica ou das tabelas igual a rasância no terreno.

Ela é obtida pela fórmula:

$$\text{Zona rasada} = \frac{h}{\tan i} \text{ ou } \frac{1000 h}{i} \quad (21)$$

onde h é a altura do alvo e i o ângulo de incidência.

Para rasância no terreno ou zona rasada para um homem de pé, substituimos h por 1,70m ou 1,60m.

Exemplo — Qual é a zona rasada para um alvo de 2,5m sabendo-se que $i = 78''$

$$\text{Zona rasada} = \frac{2500}{78} = 32\text{m}$$

123 — *Distâncias de barragem ou Zona perigosa máxima* — É a trajetória rasante de maior alcance, isto é o alcance cuja trajetória tem flecha igual a 1,70m. Fig. 9-A

Para determinar a distância de barragem de uma arma, procuramos as duas trajetórias cujas flechas enquadram o valor 1,70m (ou 1,60m).

Exemplo — Mtr. Madsen cal F

Temos:

— para 600m	Y = 1,24m
— para D.B.	Y = 1,70m
— para 700m	Y = 1,90m
100m	0,66m (1,90 — 1,24m)
x	0,46m (1,70m — 1,24m) ∴ x = 69,7m

ou 10m

A distância de barragem será: 600m + 70m = 670m

A tabela nos fornece 672b

Exemplo — Mtr. Browning cal. 30-M1919A4

O FM 23-50 nos fornece:

— para 600 jardas	3,25 pés
— para D.B.	5,66 pés (1,73m)
— para 800 jardas	7,36 pés tiramos:
200 jardas	4,11 pés ou 1,37 jardas
x	2,51 pés ou 0,8 jardas, onde x = 117 jardas aproximadamente.

Logo D.B. será de: 600 jardas + 11 7jardas = 717 jardas.; o F.M. 23-50 nos fornece 700 jardas.

Executando cálculo idêntico para a M.P.H. obtemos 573m, quando o R.10 nos fornece 600m (n.º 6).

Os valores acima se referem ao terreno plano ou paralelo à linha de sítio.

CASA EDITORA VECCHI LTDA.

RUA DO RESENDE, 144

Telefone 32-4580 — Rio de Janeiro — Brasil

Saibam, pois, educadores, e quantos consideram como é essencial fomentar na mocidade o amor e o entusiasmo pela nossa terra, saibam que um livro excepcional, antologia única no seu gênero, acaba de publicar-se:

As mais belas POESIAS PATRÍÓTICAS e de exaltação ao BRASIL

de Gonçalves Dias — Castro Alves — Casimiro de Abreu — Machado de Assis — Olavo Bilac — Alberto de Oliveira — Ronald de Carvalho — Olegário Marianno, etc., etc.,

Um volume de mais de 400 páginas, com mais de cem poesias de sessenta e seis poetas diferentes, elegantemente apresentado.

C r \$ 40,00

Processo de tiro simplificado

(Nota Informativa)

Tradução adaptada pelo Maj. B. Borges Fôrtes

I — Os artilheiros norte americanos acabam de adotar um novo método de tiro que denominaram de "SIMPLIFICADO" no qual procuraram incluir n'un só sistema, a regulação conduzida com observação normal e com observação avançada.

II — A presente NOTA é distribuída a título de informação, pois a edição do referido método estará na dependência de uma experimentação cuidadosa e de decisão do E.M.E.

III — *Terminologia* — a. O observador transmite *correções em metros*, à C. T. do Grupo ou da Bia (Cint. da L. F.), onde são transformadas em comandos de tiro para as peças.

b. As correções e termos mais frequentes são:

- (1) Para a direção: DIREITA (ESQ.) Tantos metros.
- (2) Para a distribuição: FECHAR (ABRIR) o FEIXE
(A C. T. faz uma mudança de 50 m. na frente do feixe).

FEIXE CONVERGENTE (DE 50) (DE 100)

- (3) Sítio: ACIMA (ABAIXO) tantos metros.
- (4) Tempo: MAIS (MENOS) tantos décimos de segundo.
- (5) Alcance: ALONGUE (ENCURTE) tantos metros.
- (6) Diversos: POR SALVA (DA ESQ. POR SALVA) (para indicar o mecanismo de regulação).
EFICACIA (para indicar o momento de inicio da eficácia).
ERRO (seguida da correção verdadeira) (para mudar uma correção errônea).
NAO VISTO (seguida de uma correção para levar o tiro para outro local onde possa ser observado).
MISSAO CUMPRIDA (para cessar o tiro sobre um objetivo).

c. Para iniciar uma missão, o observador envia uma MENSAGEM à C. T. (do Gr. ou Bia.) Nesta mensagem ele inclui os dados necessários à determinação dos elementos iniciais de tiro por essa C. T.

A mensagem compreende:	Exemplo :
(1) Identificação do observador	Aqui onda vermelho
(2) Missão de tiro	Missão de tiro
(3) Locação do objetivo	J M 9763
(4) Natureza do objetivo	Infantaria em abrigos
(5) Tipo de regulação conveniente	Por salva
(6) Tipo de eficácia conveniente	Tempo
(7) Controle	Regularei

d. Nenhum elemento é repetido nas mensagens subsequentes, salvo si quisermos alterá-lo.

Si o observador quer atirar na mesma direção (alcance) da última salva ou rajada, ele transmite "REPITA" DIREÇÃO (ALCANCE).

e. As correções subsequentes são dadas na seguinte ordem:

- (1) Correção em direção
- (2) Correção na distribuição
- (3) Correção no sitio
- (4) Correção de tempo
- (5) Mudança na espécie de tiro (por exemplo de rajada para salva)
- (6) Mudança no número de tiros a serem dados (na regulação de precisão)
- (7) Mudança de munição
- (8) Correção do alcance.

f. Os tiros se classificam em "regulação de precisão" para as regulações sobre A-A. e destruições; "tiro sobre zona" para as antigas regulações sumárias de enquadramento.

IV — PRINCIPIOS — a. O objetivo deve ser sempre enquadrado, em direção e alcance. A conduta básica na regulação, é:

1.^o — trazer o tiro para a linha de observação.

2.^o — manter o tiro nessa linha durante as alterações necessárias a regulação.

Isto é obtido pelo conveniente emprego dos FATORES.

b. Segundo o ângulo de observação, o método varia nas suas modalidades, resultando dois processos:

- (1) Processo do enquadramento em alcance (ang. até 500 mil)
- (2) Processo do enquadramento em direção (ang. maior de 500 mil).

V — FATORES — a. Os fatores são s e d já nossos conhecidos. O s empregado é em *metros*. A determinação dos fatores é feita, via de regra, A BALA nas vizinhanças do objetivo. Um comando especial permite obter os dois arrebentamentos de cuja observação deduzirão os valores de s e d . Este comando é: "BALISAMENTO", e consiste na realização de dois tiros feitos tão rapidamente quanto possível, pela peça diretriz, o primeiro tiro no ponto designado pelo observador (objetivo) e o segundo num alcance 400 m. mais longo.

Estes dois arrebentamentos permittirão concluir:

- (1) a direção do plano de tiro.
- (2) o processo a usar (enquadramento em alcance ou enquadramento em direção).
- (3) o valor de s , e quando necessário, o valor de d .

b. *Determinação de s*

(1) — Quando o ângulo de observação é inferior a 500 m: — O desvio em m. entre os dois arrebentamentos do balisamento, multiplicado pela distância de observação d , nos dará o desvio em metros.

O valor de s obtém-se dividindo esse desvio por 4. Exemplo: Pedido o balisamento obteve-se um desvio entre os arrebentamentos de 60 m. A D_o é de cerca de 2000 m. O desvio em metros será de $60 \times 2 = 120$ m. O valor de s será 120 dividido por 4 = 30 m.

(2) — Quando o ângulo de observação é maior de 500 m.

Obtem-se o valor de s com auxílio do quadro abaixo:

Desvio observado em metros	Valor de S em metros
250 m	80 m
300 m	100 m
350 m	200 m

c. *Determinação de d*: — Obtem-se dividindo o desvio observado em m., por 4.

VI — PROCESSO DE ENQUADRAMENTO EM ALCANCE

a. *Regulação de Precisão*

(1) *Fase preparatória* — Para trazer o tiro para a linha de observação, fazer uma correção em direção igual ao desvio observado (em metros, obtido pelo produto do desvio em m. pela distância de observação).

(2) *Fase de ensaio* — Procurar enquadrar o objetivo entre dois alcances, combinando os lances em alcance com os lances de s (1 s para cada 100 m. em alcance).

Cerrar esse enquadramento até 100 m. A alça do centro desse enquadramento é a alça de ensaio.

(3) *Fase de melhora* — Iniciar com a alça de ensaio. Quando o plano de tiro puder ser observado (tiros na linha de observação) dar um lance em direção no sentido conveniente, de 1/2 s ou 10 metros (sempre o maior), e quebrar sucessivamente esse enquadramento. A direção estará correta quando se obter um enquadramento de 10 m., quando se obtiver um tiro NA ou quando, com a mesma direção, tivermos tiros à direita e esquerda.

Após 6 tiros observados em alcance o observador fornece as observações à C.T. (do Gr. ou Bia) e a C.T. calcula os elementos de regulação.

Si a missão é de destruição, o tiro prossegue até obtenção do resultado desejado. A mensagem do observador nesse caso seria por exemplo: "4 longos, 2 curtos, repita direção, ajuste o alcance".

Si a missão é só da escolha de dados para um A.A., o observador transmite por ex.: "4 LONGOS, 2 CURTOS, REGULAÇÃO TERMINADA".

b. *Caso particular da observação axial* — Si o valor de s é menor de 10 m., indica que a observação é axial. Os erros em direção podem ser determinados exatamente, o s não precisa ser utilizado e o enquadramento em direção é desnecessário.

c. *TIRO SOBRE ZONA* — (1) O tiro sobre zona obedece aos mesmos princípios de regulação de precisão)

E conduzido normalmente, na fase preparatória e ensaio, por salvias do centro. A eficácia (melhora) é iniciada quando obtido enquadramento de 200 metros, com a alça correspondente ao centro, si a locação do objetivo for conhecida apenas aproximadamente. Será iniciada com a alça do centro de um enquadramento de 100 metros, si as dimensões e natureza do objetivo exigirem ou si baterias adicionais ou grupos, forem participar da eficácia.

(2) — Durante a eficácia, uma conveniente correção em direção deverá ser feita, toda vez que se obter um arrebentamento de uma das peças do centro, sobre a linha de observação.

(3) — Concluída a eficácia, o observador informa o efeito obtido. Por exemplo: "MISSAO CUMPRIDA. TIRO EFICAZ. INFANTARIA DISPERSADA."

VII — PROCESSO DE ENQUADRAMENTO EM DIREÇÃO

a. *Regulação de precisão*

(1) *Fase preparatória* — Para trazer o tiro para a linha de observação, fazer uma correção *em alcance*. O desvio medido em m, dividido por d (em m), nos dá o número, em centenas de metros, do

lance necessário para trazer o arrebentamento para a linha de observação.

(2) *Fase de ensaio* — Procurar enquadrar o objetivo entre duas direções diferentes de 1-S, combinando os lances em direção e alcance para manter os arrebentamentos na linha de observação.

Para cada S em direção uma mudança de 100 m em alcance é feita.

A *direção de ensaio* é a direção que nos dá um tiro N.A., ou a direção média de um enquadramento e 1-S (ou a direção média de um enquadramento de 80 metros ou menos, quando S é maior de 80).

(3) *Fase de melhora* — É iniciada com a *direção de ensaio* e com o alcance que mantém os arrebentamentos na linha de observação. Baseado em observações positivas, o enquadramento em direção é quebrado sucessivamente até obtenção da direção correta. A direção estará correta quando se obtiver um tiro N.A., quando com a mesma direção se obtiver tiros a direita e esquerda, ou quando se quebrar um enquadramento de 10 m.

Após 6 tiros observados em alcance, o observador fornece as observações à C. T. (de Gr. ou Bia) e a C.T. calcula os elementos de regulação. Si a missão é de destruição o tiro prossegue até a obtenção do resultado desejado.

b. TIRO SOBRE ZONA

(1) — O tiro sobre zona obedece aos mesmos princípios da regulação de precisão. É conduzido normalmente, na fase preparatória e ensaio, por salvas do centro ou de toda a bateria (iniciados do lado contrário ao que se acha o observador). O d é empregado para determinar o lance em alcance necessário para trazer os arrebentamentos para a linha de observação. Quando um enquadramento em direção é obtido, quebra-se sucessivamente esse enquadramento, mantendo-se os tiros na linha de observação, pela quebra do enquadramento em alcance.

(2) — A eficácia é iniciada quando se quebra um enquadramento de 100 m em direção. A correção em direção para a rajada inicial da eficácia, é acompanhada por uma correção em alcance com a qual se obtenha o tiro no centro do objetivo.

VIII — OBSERVAÇÃO AÉREA — A observação aérea utiliza uma modificação do processo de enquadramento em alcance. Devido a seu comandamento sobre o terreno, o observador normalmente em relação à linha de tiro, não há necessidade de coordenar os lances em direção com lances em alcance. O princípio do enquadramento em direção e alcance deve ser seguido também pelo observador aéreo.

PROCESSO DE TIRO...

IX — 1º EXEMPLO — Regulação de precisão pelo processo de enquadramento em alcance:

a. Situação — Objetivo — P. V.; Missão — regulação; material 105 M2; munição — explosiva, instantânea.

O P. V. foi locado na prancheta de tiro do Grupo.

b. Execução do tiro e conduta.

Mensagens, Correções e Comandos	Observações			Conduta
	Dir.	Alc	P. Tiro	
Obs. para a C.T. do Grupo (mensagem inicial) — Aqui Onda conteira missão de tiro, regulação no ponto de vigilância, balisamento, regulari.				Dist. de observação tirada na certa 2.000 m. Desvio entre os arrebentamentos do balisamento 40 m. Desvio observado $40 \times 2 = 80$ m. $S = 80/4 = 20$ m.
C.T. para o Obs. — Preta, balisamento, instantâneas, ponto de vigilância, quando pronto.	80 Dr 40 Dr	NO NO		Bia. a direita. Enquadramento em alcance será empregado. Correção em direção $80 \times 2 = 160$ m para trazer o tiro para a linha de observação.
Peça atirou				
Obs. para a C. T.				Pequenos desvios são desprezados. O observador verifica que um enquadramento de 200 m é suficiente. Combina o lance em alcance com a direção (2S).
Es. 160 — Repita alcance C. T. para o Obs. — Peça atirou	10 Dr	C		
Obs. para a C.T.				
Dr. 40 — Alongue 200 C. T. para o Obs. — Peça atirou.	Bd	L		
Obs. para a C. T. — Es. 20 Enc. 100				Obtido o enq.º de 100 m — Iniciar a melhora
C. T. para o Obs. — Peça atirou.	Bd	L		
Obs. para a C. T. — Es. 10 Por 3 — Encorte 50. C. T. para o Obs. — 3 tiros Peça atirou.		L L L	NO NO Dr	Corrigir a direção de $\frac{1}{2}$ s. 10 m. Lance de 50 m porque todos os tiros foram longos.
Obs. para a C. T. — Es. 10 Por 2 — Encorte 50. C. T. para o Obs. — 2 tiros Peça atirou.		L	NO	Direção é dita correta quando se quebra um enquadramento de 10 m em direção. Aproveita o tiro C acima obtido para a melhora.
Obs. para a C. T. — 4 longos e 2 curtos — direita 5 — regulação terminada.		C	Es.	C. T. calcula os elementos de regulação, usando a alça média dos 6 tiros realizados na melhora.

2º Exemplo — Tiro sobre zona pelo processo de enquadramento em direção

- a. Situação — Objetivo — reservas de infantaria em reunião nas vizinhanças de um ponto já batido (conc. 6); missão — neutralização; material 105 M2; munição — explosiva, instantânea M 48 e V.T.
- b. — Execução do tiro e conduta.

Mensagens, correções e comandos	Observação			Conduta
	Dir.	Alc	P. Tiro	
<i>Obs. para a C. T. — (mensagem inicial). Aqui Ordem Vermelho Missão de tiro — Da concentração 6 — Repita direção — Acima 20 — Alongue 500 — Reservas de infantaria — esquerda por salva — VT na eficácia — regularai.</i>				Distância de observação tirada na carta 1.500 m. Do tiro anterior nas vizinhanças do objetivo, o observador houvera determinado $S=100$ m e $d=50$ m. Bia à esquerda. Reg. por enquadramento em direção. Para trazer o tiro para a linha de observação alongar de $75/50 \times 100 = 150$ m.
<i>C. T. para o Obs. — Grupo — azul — esquerda por salva — instantânea — VT na eficácia — concentração 27 — por 3 — escalonamento de $\frac{1}{2}$ c — quando pronto Bia atirou.</i>	75 Es		NO	
<i>Obs. para a C. T. — Repita direção — Alongue 150</i>				Observador julga que um lance de 2 S enquadrará o objetivo.
<i>C. T. para o Obs. — Bia atirou</i>	Bd		Es	
<i>Obs. para a C. T. — Dr 200 Encurte 200</i>				Cerrar o enquadramento
<i>C. T. para o Obs. — Bia atirou</i>	Bd		Dr	
<i>Obs. para a C. T. — Es 100 Alongue 100</i>				Observador pedirá a eficácia com a próxima quebra de enquadramento em direção. A CT. determina o tiro com a V.T. e faz a necessária compensação no sitio.
<i>C. T. para o Obs. — Bia atirou</i>	Bd		Es	
<i>Obs. para a C. T. — Dr 50 Encurte 50 — Eficácia.</i>				Cerrar o enquadramento. O tiro de eficácia é observado durante toda a sua execução e corrigido se necessário.
<i>C. T. para o Obs. — Azul na eficácia.</i>	Ba	Bd		

Após o tiro do Grupo, o observador informa para a C.T.: Missão cumprida.

Tiro eficaz. Infantaria dispersada.

Considerações sobre a organização da instrução em uma unidade de cavalaria

I — PROBLEMA FUNDAMENTAL DA UNIDADE

Cap. MOACYR R. COELHO

O problema fundamental para um Chefe consiste, indiscutivelmente em *instruir a sua tropa e mante-la em condições de ser empregada a qualquer momento.*

Os aspectos particulares desse problema, porém, variam de unidade para unidade, de região para região, de Ex para Ex., de ano para ano, por isso que estão condicionados às características físicas e mentais do elemento humano que vai ser instruído e à evolução constante da técnica, revolucionadora dos processos de combate.

A organização da instrução da tropa, portanto, não se limita a um problema técnico-profissional, mas implica também, em um problema econômico-industrial que se deve levar em linha de conta. Mas, si é ardua e difícil a tarefa da instrução de modo geral, ela assume, nas unidades de Cavalaria, um aspecto particularmente complexo, para o que concorrem as próprias características da Arma, elo permanente entre o passado e presente, entre a lança e o carro de combate.

Nenhuma outra arma sofre com mais violência as injunções da evolução da técnica: desde que adotou a clavina, ainda nos tempos medievais, vem a Cavalaria lutando por associar a potência de fogo sempre crescente dos modernos armamentos às suas tradicionais e queridas características: mobilidade, potência de choque.

Desse consórcio, nem sempre fácil, tem decorrido a ardua, difícil e complexa tarefa dos oficiais de Cavalaria quando se trata de ministrar a instrução nas unidades da Arma.

Mas si a evolução não cessa e si, a cada dia que passa, a indústria lança novos materiais capazes de transformar o "facies" do campo de batalha, não é menos tenaz nem menos produtiva a imaginação dos Cavalarianos, atentos sempre às inovações do material que vão sendo incorporadas ao patrimônio da Arma, fortalecendo-a, ampliando-lhe a capacidade de ação, mantendo-a, em suma, insubstituível e indispensável a todos os exércitos.

Modernamente, o aparecimento nos campos de batalha de novos e variadíssimos engenhos de guerra, obrigou a Cavalaria:

- de um lado, a uma reestruturação indispensável para a melhor adaptação ao novo material de que vai sendo dotada;
- de outro, a ampliar a instrução técnica assim de fazer face aos novos processos de combate.

E a Cavalaria amplia-se; paralelamente a uma Cav. hipo surge e desenvolve-se uma Cavalaria Motorizada e Mecanizada, e nas próprias unidades hipo móveis, o canhão anti-carro vem formar ao lado do morteiro e das metralhadoras e os meios rádios de transmissão invadem-lhe as fileiras e, si até alguns anos atrás, se podia dizer do cavalariano que ele devia ser a um tempo um bom cavaleiro e um ótimo infante, hoje, já nem isso basta, e o cavalariano precisa ser também um técnico especializado e competente.

O aparecimento constante de novos armamentos, modifica os aspectos da luta e multiplica as necessidades do combatente: ora, são os potentes engenhos brindados que avassalam o campo de batalha e aos quais é preciso fazer frente; ora, são as minas traíçoeiras e mortíferas, soturno inimigo na permanete tocácia; ou são os aviões enxameando os céus; canhões de todos os calibres, armas de todas as potências e velocidade de tiro.

Em meio a essa caudal apocalíptica de ferro e fogo, ao cavalariano cabe, não apenas saber conduzir-se, mas saber conduzir e resguardar para empregar em boas condições, esse companheiro de jornadas seculares e gloriosas — o cavalo.

Por este pequeno quadro, bem se poderá imaginar quão complexa tornou-se a instrução na cavalaria consequente da variadíssima gama de material que ela emprega e que abrange desde o cavalo ao moderno carro de combate.

Se objetivarmos agora, o caso particular das unidades de cavalaria brasileira, constataremos a interferência de novos fatores, tais como:

- as deficiências em quadros subalternos;
- a escassez de material;
- deficiência de ordem intelectual e física inherentes ao homem brasileiro;
- a escassez e dificuldade da formação de técnicos e especialistas, etc.

II — ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO

Vejamos agora as grandes linhas da instrução da tropa e a maneira como cremos ser possível ministra-la, subordinando-a necessariamente ao mínimo indispensável e ao aproveitamento racional das aptidões dos instruendos decorrentes de suas atividades civis.

Em princípio, uma unidade tem a seu cargo três grandes grupos de instrução:

- o dos quadros
- o da tropa.
- e o dos especialistas e artífices.

A — INSTRUÇÃO DOS QUADROS

A instrução dos quadros comporta:

1 — *Instituição dos Oficiais* — Os grandes e pomposos programas para a instrução dos oficiais não são via de regra exequíveis, pelo menos nas nossas desfalcadas unidades de Cavalaria.

Sendo poucos os oficiais existentes e grande a soma de trabalho que deverão desenvolver como instrutores ou auxiliares do Cmdo. na vida da unidade, escasso tempo restará para essa instrução. O qual, por isso mesmo, deverá ser juciosamente aproveitado, visando em princípio:

- Manter os oficiais em dia com os conhecimentos necessários ao bom desempenho de suas funções sobretudo no que respeita às inovações introduzidas pela evolução constante do armamento e do material;
- prepará-los para o exercício do Cmdo. do posto imediatamente superior;
- desenvolver neles as qualidades de instrutores e de chefes pelo estudo das ciências sociais, especialmente psicologia e pedagogia;
- manter-lhes a forma física.

Dentro desta ordem de idéias escolheremos os assuntos a versar, de preferência:

Instituição Geral — Psicologia e Pedagogia do instrutor — Estudo e observação do homem médio incorporado.

Processos objetivos de instrução e de verificação.

*Instituição tática — Para os Capitães — Estudo e emprêgo do R.C.
Para os Subalternos — Estudo e emprêgo dos Esqs. de Fuz.ºs.,
de Mtr.ºs. e de Serviços.*

Topografia — Prática da leitura da carta e sua identificação com o terreno.

Reconhecimentos e levantamentos de itinerário Calcos — croquis e problemas correntes.

Educação física — Tiro, esgrima, equitação, jogos.

2 — Instrução de graduados

A instrução dos graduados, Sgts. e cabos, comporta uma instrução de formação e uma de aperfeiçoamento.

A instrução de formação visa formar executantes modelos capazes de instruir e de comandar, ao passo que a de aperfeiçoamento visa familiarizar os Sgts. com as funções de seu posto (Cmdo. de G.C. e Secção de Mtrs. e de Mort.) e preparar os mais graduados para o Cmdo. do Pelotão.

Convém ainda atentar para que, no combate moderno, a ação imposta pelo material atualmente empregado, conduzindo a uma larga dispersão da tropa, exige comandos altamente eficientes em todos os escalões.

Os graduados necessitam pois de uma sólida formação militar, e possuir amplos conhecimentos técnicos que lhes permita conduzir os seus homens, em muitos casos, pela sua exclusiva iniciativa.

Perfeito conhecedor do material e de seu emprego, energético, resoluto, corajoso, prestigioso e capaz — eis o graduado que devemos formar, respectivamente em 4 ou 7 meses conforme seja cabo ou Sgt.

Do que acima se diz, uma norma de ação resulta: *Intensificar energeticamente a instrução dos graduados existentes e selecionar severa e inflexivelmente os futuros graduados.*

3 — Instrução da tropa

A instrução da tropa visa, principalmente, tornar mobilisáveis: — os recrutas, habitando-os no menor prazo compatível com a natureza de sua Arma, a atuar no âmbito das unidades elementares (G.C., peça Mtrs., Mort., etc.); — e as Sub-Unidades (Esqs.) habilitando-as a enquadrar reservistas e a entrar em campanha. (R.P.I.Q.T. n.º 5).

A instrução da tropa comporta os seguintes ramos:

Alfabetização — Este ramo da instrução do soldado, aliazi bastante encarecido pelos nossos Regulamentos, nem sempre encontra nos corpos o desenvolvimento que seria desejável.

Sendo no entanto a instrução do povo, um problema que a Nação não conseguiu resolver ainda, nada haverá mais desarrazoadão e injusto que a flagrante desestima a que não poucas unidades votam as suas Escolas Regimentais conduzindo-as a um funcionamento fróxio e quasi improdutivo.

Basta que se atente nos 60% de analfabetos que o Ex. incorpora anualmente, para depreender-se que, de massa tão inculta, dificilmente conseguir-se-á obter a soma de técnicos e especia-

listas de que carecem as unidades; as inteligências atiladas e de iniciativa, aptas a manejar o complexo material de guerra; os quadros de graduados capazes de se conduzirem como executantes modelares na instrução e como guias do combate.

Tais objetivos sómente pela elevação do nível intelectual da tropa poderemos aspirar atingir.

Não devemos pois encarar a preparação do soldado como um problema exclusivo de adestramento técnico militar, mas também como um problema social que merece todo o nosso carinho e que sómente pela tenacidade de nosso trabalho e sublimidade de nosso sacrifício, poderemos realizar de maneira eficiente.

Devemos pois impulsionar ao máximo as Escolas Regimentais consagrando-lhes, sempre que o número de professores civis, não for suficiente, oficiais e graduados devotados afim de permitir o ensino.

Um programa não exclusivamente para analfabetos (R.I.S. G. artigo 381), mais vasto e mais ameno, deve ser elaborado abrangendo, além da alfabetização, palestras educativas a cargo dos oficiais versando sobre história-pátria, geografia, higiene e medicina social, etc.

Educação física — Este ramo da instrução é bastante conhecido de todos e nada mais exige para produzir bons resultados do que uma prática desvelada e intensa.

Embora seja assunto amplamente debatido no meio militar, deixa-nos lugar para uma observação que julgamos oportuna: a falta que se nota em não poucas unidades de campos, pistas, e material diverso, destinados à prática dos esportes mais comuns e mais apreciados.

Esta pequena soma de instalações pouco despendiosas tais como caixas para saltos, pistas, barras, paralela, campos satisfatórios para foot-bal, voley e basquete, são de grande utilidade, incentivando o homem, nas suas horas de folga, à prática dos esportes.

Pesos para arremesso, granadas, discos, dardos e bolas para os diversos fins, deveriam estar permanentemente à disposição dos soldados e não, como de ordinário acontece, artisticamente dispostos e engraxados, enfeitando o departamento esportivo da unidade.

O homem, como qualquer outro ser, sente necessidade de exercício e movimento e o esporte visa explorar em benefício do indivíduo esse elementar instinto humano. Ninguém imagina, todavia, que as suas horas de folga, vá o "pracinha" "deliciar-se" com flexionamentos assimétricos ou algo que se lhe assemelhe, embora es-

teja sempre pronto a formar tantas partidas de foot-bal, basquete ou voley quanto forem os campos e bolas disponíveis.

Como escopo, neste ramo de instrução, devemos ter, não o preparo de um número reduzido de atletas destinados a representar a unidade nas competições regionais, mas sim o desenvolvimento harmonico de todos os homens tornados fisicamente capazes a suportar as fadigas resultantes da vida em campanha e do combate, bem como, o desenvolvimento do espirito de iniciativa, de solidariedade e de combatividade da tropa.

Eis porque, os esportes coletivos que dêm margens a duros embates e as lições de aplicações militares, devem figurar como meios importantes para o objetivo que temos em vista atingir.

Educação moral

— A formação moral do soldado é sem dúvida a pedra de toque da instrução militar. É ela quem retempera a vontade, gera energia, enobrece o carácter e fornece ao individuo as normas de agir dentro dos preceitos regulamentares e do sentimento de solidariedade ao irmão d'armas.

Por meio da educação moral procuraremos elevar espiritualmente a personalidade do individuo, incutindo-lhe a confiança no esforço próprio, o hábito da disciplina, o gosto pela iniciativa, a perseverança no trabalho e a mais alta dignidade em tôdas as ações e circunstâncias, como único penhor de que não faltarão ao soldado iniciativa e valor na refrega.

Dois processos se podem apontar para a formação e cultivo da moral da tropa: um, subjetivo, à base de sessões teóricas calcadas em exemplos históricos, solenidades, datas festivas, etc.; outro, objetivo, que proscreve as sessões teóricas e as substitue por exortações curtas e incisivas, tecidas em torno de acontecimentos e fatos da vida cotidiana.

Tanto um como outro exigem como complemento, o bom exemplo dado pelos chefes e um ambiente de conforto, de justiça e de respeito.

Somos adeptos de um sistema mixto no qual o esforço é feito segundo o processo objetivo, completado porém por sessões especiais ministradas pelos processo subjetivo, as quais, cuidadosamente preparadas e vasadas em métodos adequados visarão pôr em relevo determinados exemplos dignos de imitação.

Instrução Geral —

— Conduzida de forma objetiva e metódica, deve visar essencialmente possibilitar o homem a portar-se como membro das for-

cas armadas do país, assinalando-lhe bem as obrigações e os direitos que disso decorrem para ele.

Instrução Técnica —

— O objetivo desta instrução, em última análise, reside em adestrar o homem no manejo de seu armamento e material de guerra, ensinando-lhe preliminarmente o funcionamento, regras de emprêgos e de conservação.

Acontece porém que, sendo as unidades de Cavalaria dotadas de copioso e complexo material, cujo manejo e emprêgo é imperioso conhecer, êste ramo da instrução torna-se pesado e mesmo difícil, agravado ainda pelo baixo índice intelectual dos instruendos.

Si estudarmos porém cuidadosamente a procedência dos nossos conscritos, veremos que êles são oriundos de zonas rurais ou de zonas urbanas e centros industriais.

Considerando o indivíduo como um produto do meio, é lógico admitir que êle traga da vida civil conhecimentos próprios do homem do campo ou do homem da cidade conforme seja proveniente de um ou de outra.

Ambos encontram no quartel campo mais ou menos consentaneo com a aptidão que tragam de fóra: os homens do campo, mórtemente os das zonas pastoris, porque estando habituados ao trato com os animais, são cavaleiros feitos; os provenientes da cidade, apresentando em média maior desenvolvimento intelectual e maior percentagem de técnicos, encontram mais facilidade para os outros ramos de instrução técnica e para a instrução de especialistas.

Esta circunstâncias, pois, si devidamente analisada e tomada em conta pelo chefe, vai beneficiar a instrução, permitindo que se alivie o ritmo e dosagem de um de seus ramos em beneficio dos outros.

Assim, parece-nos evidente que a instrução a ministrar a um R.C. da fronteira gaucha, não pode deixar de apresentar diferenças flagrantes em face da ministrada no R.C.G., por exemplo, e isso porque, embora ambas as unidades procurem atingir o mesmo objetivo, é distinto o elemento humano incorporado em uma e em outra e, consequentemente, credor de tratamentos diferentes.

Naquele, sobreelevam da parte do instruendo as dificuldades de ordem intelectual; neste, são as de ordem técnica, referentes à necessidade de se formarem cavaleiros de homens que jamais montaram à cavalo.

A mesma instrução será ministrada em ambos os corpos mas sua dosagem e ritmo terão que ser necessariamente diversos, visto como não convém perder tempo precioso com sessões destinadas à

aquisição da confiança para homens que nasceram e se criaram no lombilho, ao passo que esse tempo vai fazer falta para outros ramos da instrução.

Um vez familiarizado o homem com o material e em condições de empregá-lo individualmente os exercícios de conjunto virão progressivamente a fim de dar-lhe a noção no âmbito do grupo de que faz parte.

InSTRUÇÃO TÁTICA —

— A instrução tática comporta 2 partes: combate e S.C.

Combate — Tem por fim preparar o homem para conduzir-se nas diferentes situações do combate, seja individualmente, seja como membro de um conjunto — o Pelotão.

Para conduzir-se individualmente ele deve saber orientar-se e aproveitar o terreno, afim de fugir à observação e aos tiros inimigos e utilizar com vantagem o próprio armamento; como elemento componente do Pelotão ele deve estar capacitado a deslocar-se em ligação com o seu grupo e com os grupos vizinhos, a acionar, alimentar e remuniciar a arma coletiva e a orientar a sua iniciativa dentro de uma idéia superior.

Serviço em Campanha

— Visa adestrar o homem a conduzir-se no decorrer das ações de guerra que se passam fora do campo de combate, treiná-lo nas marchas noturnas e diurnas, acostumando-o ao rigor da vida em campanha nos moldes da luta moderna, fertil em perigos aéreos, em agressões por engenhos blindados, em campos de minas, eventualidades de emprêgo de agentes químicos etc.

Na instrução tática mais uma vez poderá o chefe balancear a procedência dos seus instruendos e, si oriundos de zonas rurais deve norteá-lo a preocupação da repetição afim de criar reflexos e desenvolver a agilidade mental do indivíduo em face do perigo.

Se, ao contrário, procedem de zonas urbanas e industrializadas as sessões de instrução deverão ser de preferência prolongadas afim de acostumá-los progressivamente à vida em campanha e aos esforços físicos continuados.

InSTRUÇÃO DE ESPECIALISTAS —

— À medida que a guerra se torna mais especializada e mais técnica avulta o ponto fraco do soldado brasileiro — único talvez que se lhe possa apontar: a incultura generalizada da massa.

Esta circunstância torna evidente que a instrução dos especialistas entre nos deve tomar cada vez maior incremento.

Nossa tropa, em particular as unidades de Cavalaria destinadas à cobertura, deve estar preparada para uma guerra de movimentos amplos e repleta de surpresas técnicas.

A ligação entre as unidades e mesmo dentro destas, devido às grandes extensões das frentes, exigirá prodígios da parte do pessoal especializado.

Quanto aos sapadores, seja no movimento para a frente, seja em movimento retrogado, subordinado porém, aos eixos existentes, terão largo emprêgo nos mais variados mistérios.

Motoristas, armeiros, rádio-operadores, mecânicos das diversas especialidades, terão todos papel de relevo a desempenhar, vital muitas vezes.

Comparada à dificuldade da formação dos especialistas, o preparo do combate de fileira parece tarefa simples e rápida, mormente si levarmos ainda em consideração a escassez de mão de obra especializada de que sofre o país e a premente necessidade de formação de técnicos e especialistas para a reserva.

III — PROGRAMAS DE INSTRUÇÃO

A instrução baseia-se essencialmente:

- Na constituição de grupamentos de instrução;
- No estabelecimento de programas de instrução que indiquem precisamente as matérias a ensinar e as datas em que os resultados previstos devem ser alcançados (R.P.I.Q.T. n.º 179).

E, mais adante diz o citado regulamento que ao Cmt. do corpo cabe a organização do programa de sua unidade.

Com razão é atribuída ao Cmdo. o planejamento e a organização da instrução de sua tropa, visto que esta deve ser um reflexo da personalidade do próprio chefe. Constitue por tanto uma falha grave de psicologia do Cmdo., o limitar-se uma autoridade à cópia e mera adaptação de programas por outrem elaborados.

Cabe ao chefe concebê-la orientá-la e dosá-la dentro das normas regulamentares e das prescrições estabelecidas pelos escalões superiores, e de acordo com as circunstâncias ocasionais e contingências do momento que, somente ele, poderá apreciar devidamente pelo conhecimento imediato que tem da mentalidade dos seus instruendos e dos recursos materiais de que dispõe.

Um programa de instrução visando:

- Coordenar o ensino dos diferentes assuntos de acordo com seu valor relativo.
- e fixar as condições em que cada um deles será ministrado, exige para o seu estabelecimento uma justa apreciação:

- do valor médio do pessoal a instruir;
- das qualidades do quadro de instrutores;
- do número efetivo de dias de trabalho;
- dos meios materiais disponíveis e possibilidades pessoais disponíveis e possibilidades locais para a instrução, etc. (R.P.I.Q.H. 187), apreciação esta que só poderá ser a do Cmt. da unidade.

O R.P.I.Q.T. encara a confecção dos programas de instrução dentro de um plano de instrução da unidade, onde êles são estabelecidos geralmente por um período de instrução, para cada categoria de instruendos: recrutas, praças prontas, artifícies, empregados, especialistas, candidatos a cabos, candidatos a sargentos e quadros (oficiais superiores e capitães, subalternos, subtenentes e sargentos), bem como para os exercícios de conjunto.

Em função do programa da unidade:

- a) — O Cmt. de sub-unidade (no caso normal de não existir a ala) estabelece um programa-progressão que deve conter a relação pormenorizada dos assuntos de todos os ramos da instrução da tropa que serão ministrados no período considerado, estabelecida segundo uma sequência lógica afim de facilitar a confecção dos quadros semanais de trabalho nos quais para cada semana é discriminada a instrução diária de acordo com os objetivos a atingir e fixados pormenorizadamente, sessão por sessão:
 - os assuntos relativos aos diversos ramos de instrução;
 - as missões dos instrutores;
 - a divisão das turmas (Pels., Secs., etc.);
 - a repartição do tempo;
 - locais, horas e dias em que serão realizadas as sessões;
 - prescrições concernentes ao material, uniforme, etc.
 - b) — Os instrutores dos diversos grupamentos (especialistas, artifícies, empregados, candidatos a cabos, etc.) organizam os programas pormenorizados e quadros semanais que, com a necessária antecedência são submetidos à aprovação do Cmt. do corpo.
- Finalmente, para terminar, citaremos algumas regras práticas que auxiliam na trabalhosa tarefa de organizar um programa de instrução:
- 1 — Ter à mãos os regulamentos que tratem do assunto a ser programado e os documentos dos escalões superiores que o regulem;

- 2 — Relacionar todos os assuntos dêsses documentos dos quais se exige que o instruendo tenha conhecimento;
- 3 — De posse dêsse rol, estabelecer a ordem de urgência na difusão dos ensinamentos;
- 4 — Dentro de cada urgência grupar por afinidade os diversos assuntos segundo as fases fixadas pelo Cmdo., em particular, a primeira — instrução individual — e a segunda — instrução do pelotão (1.º período);
- 5 — Realizar o cômputo do tempo disponível (não contar mais de 7 horas diárias, devido aos tempos mortos) levando em consideração os dias perdidos para a instrução: dias de pagamento, de verificações, exames, feriados, domingo, etc., etc.;
- 6 — Tendo em vista a importância dos conhecimentos a ministrar e a imperiosa necessidade de criar reflexos em certos ramos da instrução, estabelecer os ritmos e frequências segundo os objetivos que se pretendem alcançar, aumentando o número das sessões quando o objetivo principal for a criação de reflexos ou prolongando-lhes a duração quando se tratar de adaptar o instruendo à condições particulares de vida ou de trabalho.

A SINGER SEWING MACHINE COMPANY APRESENTA AS
SUAS HOMENAGENS AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS
PELA PASSAGEM DO SEGUNDO ANIVERSÁRIO DA VITÓRIA
DOS ALIADOS NA ÚLTIMA GRANDE GUERRA

DEPARTAMENTO TÉCNICO INDUSTRIAL

SINGER SEWING MACHINE COMPANY

Rio — São Paulo — Recife — Porto Alegre

“Como elaborar um tema tático”

Major Paulo Enéas F. da Silva

Sumário:

- Preambulo
- O que nós diz o R. I. P. Q. T. (Reg. 79)
- Um exemplo
- Conclusões.

I — PREAMBULO.

Já tivemos a facilidade de passar pelas duas escolas de aperfeiçoamento de oficiais — a E. A. O. e a E. E. M. —, onde, como instrutores, nos foi dado verificar a deficiencia, em seus programas, desta parte da instrução, a organização dos temas, tão util e que muitas vezes trazem sérias preocupações aos oficiais egressos dessas escolas, quando se vêm obrigados a confeccionar documentação correspondente ou simplesmente criticar trabalhos dessa natureza.

Esse embaraço, perfeitamente justificavel, decorre da falta de prática, ou desconhecimento mesmo, do assunto. Não cogitamos aqui de doutrinar. A nossa pretensão é mais modesta. Temos unicamente em vista — e frizamos —, cooperar com os demais colegas, apresentando-lhes o fruto do nosso trabalho anônimo, desrido de outras ropagens, desenvolvido nas escolas acima citadas, frutos esses que só pudemos colher graças à meditação, ao esforço continuando e o auxilio, sempre valioso e indispensável, dos colegas mais experimentados.

Iniciamos com tropeços é claro. À medida, porém, que o trabalho prosseguia e que as investigações nos esclareciam o rumo a seguir, foi-nos dado presenciar os bons resultados do método adotado. Por isso, vamos discorrer um pouco sobre ele.

Na E. A. O. (Curso de Cavalaria), havíamos sido designados para auxiliar o ensino tático. A tarefa era simples, porém

exigia determinados conhecimentos, não da doutrina, que havíamos aprendido anteriormente, como alunos, e sim do método a seguir na elaboração dos temas táticos. Eis como fizemos: es-colhemos alguns temas já solucionados e, dentro de um raciocínio lógico, procurávamos chegar às soluções já conhecidas. O processo pode parecer, à primeira vista, um tanto exequisto. Era entretanto o único ao nosso alcance. Aplicamo-lo em vários casos concretos. Se a qualquer momento presentiamos que as soluções não eram lógicas, voltavamos atrás. Tentavamos de novo. Quando, afinal, a meta era transposta e viamos a solução brotar tal qual a que servira de guia, sentíamos que o caminho percorrido tinha sido aceitável.

Uma vez adquirida a prática e a flexibilidade necessárias no raciocínio, tínhamos que passar ao processo direto, isto é, partir do tema organizado, em busca de uma solução. Uma outra razão por que agímos dessa maneira era a necessidade de apresentarmos exposições demonstrações, calcadas nos temas já solucionados em anos anteriores.

Para usar o processo direto, tínhamos que fazer o tema, o caso concreto. A experiência dos companheiros mais autorizados muito valeu nessa hora. Apesar de tudo, vencemos, embora a luta tivesse sido grande. Eis porque temos em vista ajudar os companheiros que terão de enfrentar o mesmo problema.

II — O QUE NOS DIZ O R. I. P. Q. T. .

No numero 304 desse regolamento vemos referências á documentação básica, em dados porém muito reduzidos. Passando ao numero 303, encontraremos outros, úteis também ao nosso trabalho.

No que diz respeito á *preparação intelectual*, o regulamento determina que o Diretor do exercício deve:

1) — *fixar, com clareza:*

— o assunto que se propõe ensinar;

—

2) — em seguida, escolher o *terreno* e, depois de tê-lo estudado a fundo, *organizar o tema*.

Mais adeante diz que a organização de um tema pode visar, seja um simples trabalho na carta (exercício de quadros na carta), seja no terreno (exercício de quadros no terreno). Para o primeiro caso, o *terreno* nos é dado pela própria carta, com as imperfeições decorrentes do seu grau de atualização. Desta fórama, cabe ao Diretor do exercício *escolher na própria carta a região em que se desenrolará o exercício*.

É ainda no numero 303 que podemos encontrar o seguinte "finalmente, estudar minuciosamente todas as *possibilidades do inimigo*, de modo a....". Podemos então dizer que sómente à luz do Regulamento 79 será um tanto difícil, para quem estreia nesse gênero de trabalho, colher os dados indispensáveis. É preciso mais alguma cousa, que os regulamentos não dão e que sómente a prática indica. Trata-se de um esforço de "atista", de imaginação e, sobretudo, de auto crítica, quando não temos companheiros que possam cooperar conosco, *vestindo a pele do inimigo*, para ver as reações que o tema apresenta, na busca da melhor solução.

Muitas vezes, nos trabalhos escolares, ou mesmo nos Q. G. onde servimos, tivemos oportunidade de sentir essas reações, umas já esperadas outras não. As primeiras, que haviam sido discutidas, eram solucionadas incontinenti; as outras, entravam no curso da discussão e, embora surgissem de surpresa, eram também resolvidas dentro de um raciocínio lógico.

Feitos esses reparos sobre o que nos diz o Reg. 79, passaremos á apresentação de um exemplo, por nós imaginando.

III — UM EXEMPLO.

Na confecção deste tema adotamos a seguinte progressão:

- 1) — quais os ensinamentos a ressaltar?
- 2) — escolha do "terreno", representado pela carta, onde fazer surgir esses ensinamentos;
- 3) — estabelecimento de uma *Situação Geral*, do tema, de modo a criar o ambiente lógico e rasoável para o desenvolvimento do trabalho;
- 4) — organização da *situação particular*, base para inicio do exercício;
- 5) — finalmente, exame dessa situação particular, através um raciocínio bem encadeado, para a busca da solução.

O escalão por nós escolhido foi o do R. C. D.. Outro que fosse não importava. O problema é o mesmo, guardada as proporções do escalão considerado. Vejamos agora cada uma das partes.

A — Os ensinamentos a ressaltar.

É ainda o Reg. 79 quem nos diz: "a cada ensinamento, ou grupo deles, corresponde um tipo de exercício." Isto quer dizer que não podemos pensar em dar, num mesmo exercício, tu-

do o que precisamos ensinar em matéria de tática. E preciso dosar convenientemente.

Para o nosso tema escolhemos os seguintes ensinamentos:

- 1) — como o R. C. D., com um pequeno reforço em meios, atrás de um curso d'água de valor médio, se *adapta perfeitamente* a esse tipo de defesa.
- 2) — como é *flexível* a manobra do Regimento nesse tipo de combate;
- 3) — como a *articulação do Comando* repousa essencialmente:
 - nas características do terreno, e
 - nos meios disponíveis.

Vemos pois sómente 3 (três) ensinamentos a serem ministrados no nosso exercício. E não é pouco. Se conseguirmos deixar bem claro mesmo esses 3 teremos atingido nosso objetivo.

Já sabemos o que queremos. Resta-nos portanto iniciar propriamente a organização do tema.

B — A escolha do "terreno".

O terreno é a própria carta. Mas, quais as condições a atender para que sua escolha seja adequada? Em primeiro lugar (veja-se o 1º ensinamento), queremos uma defesa atrás de um curso d'água de valor médio. Bastaria para isso procurar, em algum trecho da carta, esse rio, com essas características. Nada mais simples. Respondendo, porém, ao 2º ensinamento, precisamos no sentido longitudinal, seja no transverso. E além disso, numa e noutra margem do rio escolhido, pois manobra da Cavalaria não repousa sempre na defensiva estática. Subtende movimentos além do corte, ações sobre ele e mesmo aquém dele, se o inimigo porventura o transpõe e a missão dizia o contrário. Outra condição portanto, importante a respeitar: boa rede de comunicações numa e noutra margem.

Finalmente, atendendo o 3º ensinamento, devemos escolher partimentado, no vale do rio já escolhido, que a questão do comum trecho da carta que nos dê um "terreno" de tal forma comando fique por isso condicionada.

Uma vez conhecidas as três condições a atender pelo trecho da carta a procurar, percorremos algumas folhas de São Paulo e encontramos nas de ARARAQUARA e JAHU um trecho com aquelas características (escolhemos ás folhas de São Paulo porque são mais numerosas e atualizadas). Trata-se do

corte do Rio Jacaré Pepira, desde a região de PERDIZES (no canto SW da folha de ARARAQUARA) até a de GRAMADA (n canto direito da fôlha de JAHU). Ali vemos um curso d'água, cujas características embora a carta não diga, em suas convenções, se se trata do valor médio, fraco ou forte, como obstáculo, podemos entretanto fazer variar esse valor, à nossa vontade dado o grande número de afluentes, de ambas as margens, e sua extenção.

Já temos o curso d'água desejado. Lembremo-nos também das duas outras condições — rede de estradas e compartimentação. Basta olhar para o eixo geral JAHU—BOCAINA—BOA ESPERANÇA. Ao sul do Rio Jacaré Pepira, e a cavaleiro do eixo citado, encontraremos um trecho de terreno compreendido entre a fós do Rib. Curralinho e o Rib. da Bôa Vista, no qual temos:

— *boa rede de estradas*, seja no sentido de longitudinal, seja no transverso;

— *boa compartimentação*, caterizada pelos vários afluentes da margem sul, todos sensivelmente paralelos.

Na margem norte, em conexão com sua oposta, nesta região, vemos também uma boa rede de estradas, que vão ter ao nó de comunicações de BOA ESPERANÇA. Isto nos permite dizer que a *zona de terreno eleita* vai facilitar a intervenção do nosso R. C. D.. Podemos pois passar a criação do ambiente.

C — QUADRO GERAL

O ambiente da guerra nos é dado pela "Situação Geral" em que apreciamos a atuação do escalão superior, a sua manobra, na qual a unidade que vamos estudar se enquadra. Mas deve haver muita coerência. Não podemos "pular" de uma situação para outra sem uma sequência lógica nos acontecimentos.

Escolhemos para nosso tema a seguinte situação geral:

1 — Forças Azuis do Norte, se defrontam, há vários dias, com Forças Vermelhas do sul ao longo do Rio Jacaré Guassú, a W da confluência do Rib. da Boa Esperança. Para E dêste curso d'água há elementos da guarda territorial de ambos os partidos.

2 — Os Azuis, dispondo de melhores vias de comunicações, reunem novas forças na região de TURVO-DOBRADA-EST. PIMENTEL BUENO.

De sua parte, os Vermelhos, cuja concentração foi mais demorada e na previsão de não mais se poderem manter na atual linha de contato, preparam-se para ceder terreno para o sul e oferecer nova resistência no córte do Rio Jacaré Pepira, dando tempo, assim, que um novo grupamento de forças entre em ação, possibilitando uma futura contra ofensiva.

Este novo grupamento Vermelho assim se reune:

5º. D. I.: na região de Est. Iguatemy — Est. Campos Salles:

6º. D. I.: região de MINEIROS — Est. Capin Fino.

Dest. X.: região de Barra Bonita.

Antes de mais nada façamos algumas considerações acerca dessa situação geral:

1º) — porque não deixamos a ofensiva no córte do Rio Jacaré Guassú e, dentro dela, estudarmos a ação do nosso R. C. D.? simplesmente porque temos que por em evidência a *flexibilidade* de sua manobra (imposição do 2º ensinamento). Vamos então vê-la através uma ação mais ou menos profunda, correndo ao encontro do inimigo, cedendo-lhe terreno, enfim aplicando plenamente as suas características essenciais.

2º) — porque imaginamos assim, esse jogo de forças vermelhas que se retraem para o sul enquanto outras, do mesmo partido, se lançam para o norte, a fim de participarem da nova batalha a ser travada no córte do Rio Jacaré Pepira? Para permitir focalizar a questão do *tempo necessário* ao desenvolvimento da manobra, seja do próprio grupamento de forças do sul, seja do nosso R. C..

Vemos assim que, mesmo no ambiente de guerra, devemos considerar as coisas com muita coerência com os ensinamentos.

D — A SITUAÇÃO PARTICULAR

Uma situação particular caracteriza a base de partida do exercício. Define os pormenores necessários ao acionamento da unidade com que vamos trabalhar. Via de regra, faz referências outras sobre a grande unidade, representativa do escalão, superior, dando novas informações sobre sua situação, no tempo e espaço. Define também através uma ordem particular, ou geral, a missão da unidade em apreço. As informações sobre o inimigo são também mais recentes.

Eis como recebêmo-la no nosso caso:

1) — No dia 12 de Março, às 12,00 hs., a 5^a. D. I. termina seus desembarques. O seu R. D. C. protege essa operação e tem:

a) — sua ala moto-mecanizada vigiando as passagens do Rib. Pouso Alegre;

b) — O grosso na região de JAHU.

2) — Cerca das 18,00 hs. dêsse dia, o Coronel Cmt. do 5º R. C. D., recebe em seu P. C. em JAHU, uma ordem particular que define a missão de sua unidade e cujo extrato se segue:

5^a. D. I.

E. M./3^a. Seç. P. C. em Est. Iguatemy, às 17,30 hs.

N... de 12 de Março.

"ORDEM PARTICULAR N°..."

Ao Cmt. do 5º. R. C. D..

I — INFORMAÇÕES SOBRE O INIMIGO

— Continua inalterada a situação no córte do Rio Jacaré Guassú.

— Parece terminada a reunião de tropas nas regiões de TURVO-DOBRADA-EST. PIMENTEL BUENO.

— As passagens do Rib. São Lourenço estão ocupadas por tropas de cavalaria no valor de 2 R.C.. Nenhum movimento foi assinalado ao sul dêsse rio.

— IMPRESSÃO

caso as tropas que desembarcam nas regiões de DOBRA-DA-TURVO..., se movimentem na manhã de 13, no eixo MATTAO-PEDREGULHO-RANCHO GRANDE, é possível que cheguem ao rio Jacaré Guassú na 1^a. parte da jornada de 14 e ainda tentem, na 2^a. parte deste dia, transpor aquêle curso d'água; neste caso, tem possibilidades de chegar ao Rio Jacaré Pepira em fins de jornada de 15.

II — MISSÃO DAS TROPAS AMIGAS.

1) — O 1º. Exército (do Rio Jacaré Guassú) vai retrair-se, na noite de 14/15, para o córte do Rio Jacaré Pepira onde se instalará, a W da confluência do Rib. do Curralinho, barmando a direção de....

2) — A 5^a. D. I.:

— coberta a Este pela 6^a., vai prolongar o flanco Este

do Exército, da linha do Rio Jacaré Pepira, barrando a direção de RANCHO GRANDE-BOA ESPERANÇA-BOCAINA.

ligar-se-á aos elementos da direita do 1º. Ex.— na região de....

3) — 6º. D. I.:....

III — MISSÃO DO 5º. R. C. D.:

1) — Assegurar o tempo necessário à chegada e instalação da 5ª. D. I. no corte do Rio Jacaré Pepira.

Para isso:

2) — Impedirá que o inimigo transponha aquele curso d'água antes do fim da jornada do dia 15, barrando a direção de RANCHO GRANDE—BOA ESPERANÇA—BOCAINA.

3) — Ligar-se-á, no rio Jacaré Pepira, aos elementos do 6º. R. C. D., na região da fós do Rib. Boa Vista.

4) — Uma vez alcançado pelas Vgs. da D. I., passará em reserva na região da Faz. S. Luiz (a 3 kms .NE de Bocaina).

5) — Zona de ação:

— Limite W: Barra Mansa-Pouso Alegre-Rib. do Curralinho-Estativa-estrada de automóvel para Gavião Peixoto (inclusive).

— Limite Este: Bom Retiro-Paixões-Rib. da Boa Vista-Rib. do Serrote-Firmino Braga-Rio do Peixe.

6) — Reforços:

— 1 Cia. de Mtrs. transportada, em Bocaina, às 12,00 hs. de 14.

— 1 Esq. de Cav. da guarda territorial, que garnece as passagens do ria Jacaré Guassú, entre Gavião Peixoto e Rancho Grande.

(ass.) — Gen. X., Cmt. da 5ª. D. I.

Quando fizemos a escolha do “terreno”, mencionamos a necessidade de se caracterizar a natureza do obstáculo dado pelo rio Jacaré Pepira. A carta por si não só não diz do valor desse rio. Cumprê-nos então, para fins do exercício, atribuir-lhe certo aspecto, como *informações complementares* do tema. Mas não basta sóbre os cursos d'água. Temos que olhar também para a rede de estradas, um dos elementos essenciais para o nosso trabalho. Damos a seguir a forma por que imaginamos isso:

1) — CURSOS DAGUA:

a) — Características:

Rios	largura	profundidade	corrente
Jacaré	80 ms.	4 ms.	média
Guassú			
J. Pepira	50 ms.	3,5 ms.	média
Boa Esperança	20 ms.	2 ms.	fraca

b) — Passagens:

Além das que a carta assinala, há uma, no ria Jacaré Pepira, a 3.500ms. a montante da foz do Rib. Potreiro no eixo Faz. Bomfim-Boa Esperança.

c) — As regiões pantanosa assinaladas na carta, estendem-se a cerca de 500 a 800 ms. em ambas as margens. Por isso, fóra das passagens, a transposição do rio é interdita.

2) — Estradas:

O caminho que morre em Fco. Guerra e Cia., se prolonga até o rio Jacaré Pepira (a carta não assinala), no ponto em que, na margem oposta, vem ter a estrada proveniente de Boa Esperança. O rio é ali cruzado um pontilhão de madeira.

Completamos desta forma o "terreno" em que estudaremos o nosso R. C.. Antes de iniciarmos a discussão do problema, temos que dizer *como* e *por que* creamos o inimigo cujas informações estão definidas, seja na situação geral, seja na particular. Vejamos então:

A — Da Situação Geral:

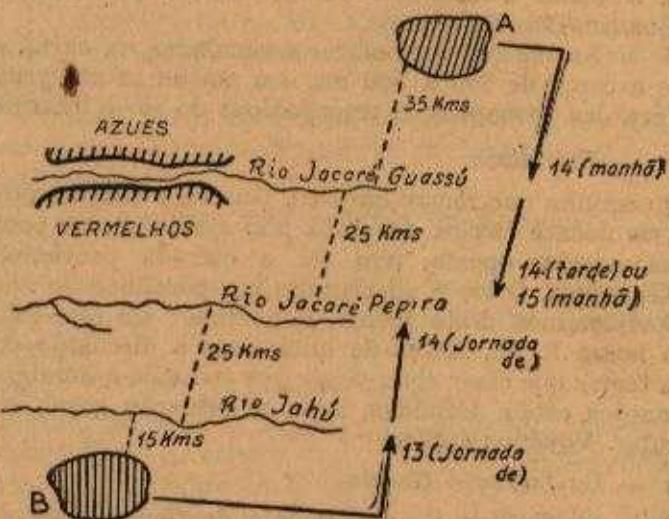
Para possibilitar o aparecimento da flexibilidade da manobra do R., agindo em certa profundidade, era preciso criar o espaço indispensável à execução dessa manobra. E também a oportunidade dela.

Uma manobra deve sempre se contrapor à outra. Então, no escalão superior, imaginamos os Azues reunindo novos meios nas regiões de DOBRADA-TURVO, bastante excêntrica

à atual frente de contato constituindo assim uma ameaça latente aos defensores do Rio Jacaré Guassú.

Mas porque situamos essas forças nessa região? por uma questão de distância do Rio Jacaré Puassú.

Lembremo-nos de que, para base da criação do *ambiente de guerra*, imaginamos a defensiva no corte desse rio. Pretendíamos também fazer surgir o tempo que o R. teria que assegurar à manobra da D. I., levando-o mesmo ao norte do referido rio, em cujo norte iríamos estudar a defensiva. Então, as forças azues, que caracterizam a manobra de seu partido, teriam que estar mais próximas do Rio Jacaré Guassú do que suas opostas, as vermelhas, concentrando-se na região de Est. Sampos Salles-Capim Fino-etc. Outro motivo, que podemos apreciar à luz do esquema que se segue, é das épocas respectivas, à luta no Rio Jacaré Guassú, o retraimento deste curso d'água para o do Jacaré Pepira e, finalmente, a luta nêste. Tudo tem que ficar sincronizado para haver coerência dos acontecimentos.



Reportando-nos ao esquema acima podemos ver:

- 1) — o grupamento A, dos azues, tem evidentes possibilidades de chegar antes dos seus adversários, de B, ao corte do Rio Jacaré Guassú (chegarão muito antes; a diferença em kms. é de 35 para 65!). Só por isso, há lógica em

se dizer que os vermelhos "na impossibilidade de se manterem, por mais tempo, no corte do Rio Jacaré Guassú" vão se retrair para o do Jacaré Pepira.

Queremos que o 1º. Exército se retráia na noite de 14/15. É preciso criar uma ameaça, pois, desde o dia 14, que a isso obrigue o Exército. Ora, para os Azues, que se concentram em A, chegarem ao corte do Rio Jacaré Guassú a partir da 1ª. parte da jornada de 14, era necessário localizá-los numa região que distasse desse curso d'água mais ou menos de uma a uma e meia jornada de marcha, ou seja, da ordem de 30 a 35 kms. ao N. do rio Jacaré Guassú, o que nos faz levá-los à região já eleita, de DOBRADA-TURVO.. E não nos esquecemos de que tomamos para dia base, na situação particular, o dia 12.

2) — Respondendo a essas possibilidades, situamos o nosso grupamento B, para poder agir no Rio Jacaré Pepira em condições de tempo compatíveis com a missão, isto é, de chegar ainda a 14, para instalação devida e poder, realmente, prolongar o flanco do 1º. Exército, nessa nova situação defensiva.

B — Da Situação Particular:

Para estudo do R. C. D. não bastava sómente jogar com as forças azuis de DOBRADA-TURVO. Estas interessam mais à manobra do escalão superior. Tínhamos então que caracterizar um inimigo mais pormenorizado, em força e situação.

Inicialmente devemos lembrar que o nosso inimigo evolui e que devemos ter isto sempre muito bem presente. Não podemos passar de uma para outra das situações, sem continuidade. O inimigo de hoje foi o de ontem e serão de amanhã, salvo se quizermos tirá-lo do "bolso", na expressão muito comum, ouvidas nas escolas..., ou também, caído do ar... Vejamos:

1.") — evolução da situação das forças do Rio Jacaré Guassú:

Estamos agora a 12 de Março. O retraimento se dará à noite de 14-15. Tínhamos pois que dizer "a situação no corte do Jacaré Guassú continua inalterada".

2.") — Na região de DOBRADA-TURVO:

De inicio dissemos: "novas forças ali se concentram". Levando em conta agora, que essas forças também evoluem,

demos outros informes traduzidos da forma seguinte" *parecem terminados os desembarques nas regiões de DOBRADA-TURVO...*". E dissemos parece porque não nos será dado, senão excepcionalmente, assegurar, de modo categórico, uma situação para o inimigo, cujas informações são colhidas através de fontes muito diversas, mas que não podem garantir uma veracidade absoluta. Essas informações que demos, foram naturalmente decorrentes de uma série de indícios colhidos pelos órgãos do escalão superior, que nós representamos como organizadores do tema.

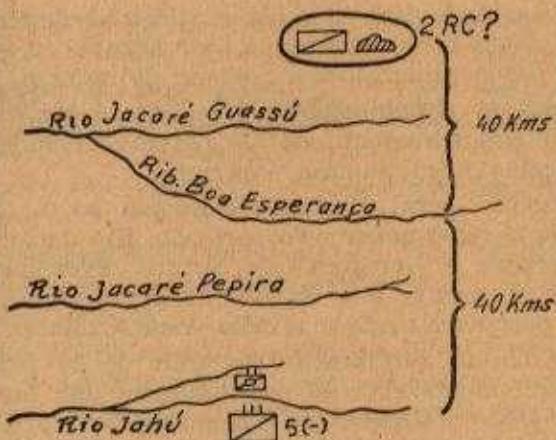
Está ai pois uma evolução lógica da situação das fôrças de DOBRADA-TURVO.

3.º) — Outros elementos inimigos, não assinalados na situação geral:

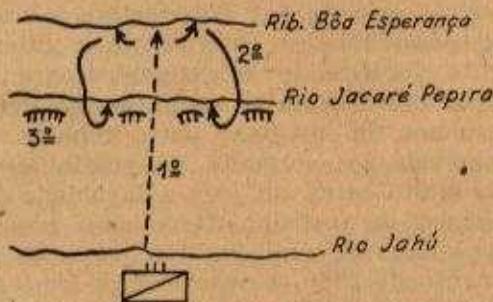
Para caracterizar a intervenção do nosso R. C., era preciso considerar o inimigo num escalão mais baixo, compatível com a situação. Nem seria aceitável, firmar o ambiente tão somente com o grupamento de A, sem mais alguma coisa mais ao sul. Para a operação dos desembarques, era indispensável que outros elementos, do escalão mais baixo, estivessem realizando alguma outra operação, de segurança vamos dizer, em benefício daquele. Eis porque imaginamos essa tropa de cavalaria, de valor aproximado de 2 R. C., no corte do Rib. São Lourenço.

E porque dosamos desta forma — 2 R. C.? simplesmente para podermos apreciar as operações do *fraco contra forte*, em que aquêle, tirando partido de suas características, e do terreno sobretudo, pudesse demonstrar, cabalmente, sua flexibilidade de manobra.

Fosse o caso de uma operação ofensiva, teríamos que inverter a ordem das coisas, isto é, veríamos a luta, do forte contra o fraco, este então representado pelo fator inimigo, ao invés do nosso R. C. Há também outra razão para dosar assim o inimigo de cavalaria (veja-se o novo esquema a seguir). Queríamos estabelecer como termo médio de possibilidades entre nosso R. e essas fôrças de cavalaria do inimigo o Rib. Boa Esperança.



De fato, esse curso d'água dista dos locais em que se encontram os grossos das cavalaria azul e vermelha, cerca de 40 kms.. E, dessa maneira, caracterizamos a possibilidade de uma ação mais ou menos profunda do nosso R. C. D., antes da luta defensiva do rio Jacaré Pepira. Teremos pois de apreciar uma progressão até o corte do Rib. Boa Esperança (veja-se o outro esquema seguinte); depois, uma ação retardadora, se opondo à ação do inimigo até o corte do Jacaré Pepira, onde, afinal, o Regimento lutará defensivamente.



4º) — A "Impressão sobre o inimigo" transmitida pelo Cmt. da D. I. ao Cel. Cmt. do R. C. D. é uma coisa muito comum. A Divisão possui maiores meios de busca de informação. Além disso recebe dos escalões superiores outros dados sobre o adversário, de que o Regimento não tem conhecimento. A apreciação que poderá fazer, em consequência, sobre as possibilidades do inimigo, são muito mais precisas.

Não será demais dizer isso aos escalões imediatamente subordinados. Estes terão então uma base segura, ou quase isso, para inicio das considerações a respeito do inimigo...

Definidas as possibilidades do inimigo, teríamos que estabelecer o enquadramento do Regimento, enquadramento este no escalão imediatamente superior.

Na situação geral fizemos referência ao 1º Exército, que se batia defensivamente no corte do Rio Jacaré Guassú. Isto representou a "moldura" do quadro. Precisávamos detalhar mais um pouco. E o fizemos ao apresentar a situação particular, pormenorizando a missão desse Exército.

A servidão do retraimento no noite de 14 para 15, se casava perfeitamente com as possibilidades das forças azuis de DOBRADA — TURVO, de chegarem ao corte do Jacaré Guassú, mesmo na jornada de 14.

Decorrentes da missão do Exército, surgiram as das Divisões e depois a do nosso Regimento. Completamos assim o quadro de estudo.

IV — CONCLUSÕES:

Não pretendemos com este caso ter solucionado a questão de se preparar um tema tático. Absolutamente. Cada caso é sempre um caso bem particular. E cuidado com a tendência de querer solucionar uns pelos outros. Na guerra, jamais teremos uma situação semelhante, pelo menos, a outra.

Neste exemplo procuramos caracterizar um determinado inimigo, cujas possibilidades permitissem a intervenção de nosso Regimento, focalizando os ensinamentos que tínhamos em vista. Outras que fossem as condições do tema, naturalmente que teríamos de imaginar outro inimigo. Para cada situação corresponde um conjunto de possibilidades do adversário. Nisso muito entra em jogo a faculdade de imaginação do organizador do trabalho. Uma coisa porém podemos dizer: não é privilégio de ninguém. Um pouco de coerência e alguma imaginação de tudo se resolverá de uma maneira lógica e aceitável. Resta então a auto crítica ou o auxílio de companheiros experimentados, para nos dizerem como "amigos da onça" que isto ou aquilo talvez pudesse ficar melhor fazendo assim ou assado. Mas que êsses "amigos" nos procurem ajudar...

— Isso fica a colaboração. Que possa servir à meditação e estarmos certos de crítica também. Não importa. Toda crítica é também um pouco construtiva.

A FUTURA ETAPA

1.º Ten. I. E. Jayme Rolenberg de Lima

Uma comissão nomeada pelo Exmo. Snr. Ministro da Guerra está estudando o estabelecimento de novas tabelas de ração para o tempo de paz.

O fato é auspicioso e a nosso ver de importância transcendente. A só determinação do estudo da questão mostra como as autoridades reconhecem haver margem para modificações na etapa em vigor.

Realmente ela padece de gravíssimos defeitos e uma crítica, no momento, teria caráter construtivo.

Do modo como está hoje organizada, comprehende 3 partes, chamadas quantitativos, em virtude de assim se chamarem, na técnica de fundos, os meios pecuniários destinados ao seu custeio. São os quantitativos de subsistência, de rancho e de despesas diversas.

O critério do grupamento dos gêneros nesses quantitativos, vê-se de um exame da tabela regulamentar, foi o atendimento das conveniências, sobretudo de ordem econômica: grupou-se no quantitativo de subsistência os gêneros de possível aquisição em larga escala, incumbindo-se aos Estabelecimentos de Subsistência da tarefa de sua aquisição e distribuição. Desses gêneros, alguns sofrem processos de industrialização simples nos E.S. como o pão e o café.

Todos os gêneros de fácil estocagem pertencem a este quantitativo.

Ao chamado quantitativo de rancho pertencem os gêneros de difícil estocagem — frutas, verduras, tempôro, combustível e ao de despesas diversas cabe os encargos de recomposição de material de rancho e de cozinha, como dos onus com material de limpeza.

Assim é visto por alto, o atual regimen de subsistência. Esse regimen tem trazido imensas economias ao Estado e hoje é incontestavelmente, um triunfo econômico.

Os gêneros do quantitativo de rancho e os encargos do de despesas diversas ficam muito bem entregues diretamente às Unidades.

A pedra angular da questão é a distribuição dos recursos. Pode a nova etapa vir melhorada. Pode atender á velha aspiração de conter, leite, ovos, doce e mais frutas.

Se, porém, o regimen de distribuição não se flexionar mais, pouco teremos feito porque as contingências econômicas, imperiosas que são, dificultarão tudo e poderão até impossibilitar que a etapa seja dada como ficar prescrita. Sabe-se que o quantitativo de subsistência é entregue aos E. S.. Dotados de recursos para estocagens e serviços de pessoal especializado, esses órgãos lutam contra os "golpes" do mercado e algumas vezes vêm a melhor. Assim, têm chegado a constituirem-se baluartes no jogo dos interesses comerciais quando descambam, como tanto há acontecido, para a exploração gananciosa.

Isso não acontece com as U.A.. Elas não podem estocar porque não tem recursos financeiros e porque os artigos que lhes cumpre adquirir a tal não se prestam. Assim, têm de sofrer, como cada um de nós, individualmente de bom ou de mau grado, as peripécias do mercado. Lutam as administrações contra isso, sem sucessos duradouros, frente ao materialismo inexorável do comércio.

Durante três anos consecutivos podemos observar o problema em uma guarnição do Nordeste onde em certas épocas, a batata subiu a Cr\$ 12,00 por quilo desaparecendo, portanto, do cardápio, substituída por macacheira que lhe é muito inferior e que já figurava, na reação sob a forma de farinha.

Calculada como prescreve o Reg. 89, a etapa é, atualmente, prevista à base de dados com um ano de atraso. Em função desse fato o quantitativo de rancho no 2.^º semestre de 1946 caiu de 20 % sobre o valor anterior. Procurando estudar o problema em suas causas constantes e não temporárias fiz duas verificações: uma, a das oscilações dos quantitativos segundo as fixações legais nos cinco últimos anos e outra à do encarecimento relativo (número índices) dos artigos pertencentes ao quantitativo de rancho, no mesmo período. Os dados da primeira verificação foram extraídos das próprias tabelas semestrais e os da segunda, das contas arquivadas nas 2.^{as} vias dos balancetes mensais (60 balancetes).

O quadro indicou como normal a diminuição do valor do quantitativo no 2.^º semestres em relação ao primeiro (estaçao chuvosa — frutas e verduras baratas). Cumpre, porém, ressaltar que a queda dos preços só ocorre, lá, a partir do 3.^º ou 4.^º mês, estando em julho em franca ascendência. O regime nesse

e no mês seguinte é de penúria, com déficits financeiros a deficiência alimentar, irremediavelmente.

A conclusão que me parece evidente é a de ser excessivamente longo o período de seis meses para a base dos cálculos do valor da ração (mod. 55 do Reg. 89).

Esse período deve ser o menor possível e um trimestre parece ser bem indicado. Cumpre ainda que se faça uma majoração porcentual para nivelagem dos recursos com os preços, pois só em épocas de franca estabilização se poderia dispensar essa providência. Não nos iludamos — quaisquer cortes no valor natural da etapa tem de se refletir nas mesas do rancho por uma imposição inelutável: a de ordem econômica.

Com a penúria de verbas em que ainda vivemos realidade que devemos aceitar como consequência do nível econômico nacional, jamais poderíamos esperar ajuda para o rancho. Este é que, muita vez, acaba ajudando as verbas, através dos saldos incorporados às Economias Administrativas e emprestados por estas às dotações orçamentárias insuficientes, que são quase todas, nos corpos de tropa.

O quadro seguinte focaliza as oscilações dos quantitativos segundo as fixações semestrais em 5 anos (guarnição de Aracajú).

OSCILAÇÕES DOS QUANTITATIVOS SEGUNDO AS FIXAÇÕES SEMESTRAIS

(Guarnição de Aracajú)

Ano	Semestre	Quantitativos			aumento ou diminuição	
		Subsist.	Rancho.	Despesas Diversas	Quantitat. Subsist.	Quantitat. Rancho
1942	1.º	2,60	0,60	0,30	—	—
	2.º	2,70	0,60	0,30	3,80 %	0 %
1943	1.º	3,40	0,60	0,30	25,9 %	0 %
	2.º	4,24	0,57	0,30	24,7 %	5 %
1944	1.º	4,90	0,90	0,30	13,2 %	57,8 %
	2.º	4,60	0,70	0,30	— 6,1 %	— 22,2 %
1945	1.º	4,80	0,90	0,30	4,3 %	28,5 %
	2.º	5,00	0,90	0,30	4,1 %	0 %
1946	1.º	5,80	1,00	0,40	16,0 %	11,1 %
	2.º	6,20	0,80	0,40	6,8 %	— 20,0 %

Nota — Os sinais — representam porcentagem de diminuição.

QUADRO N.º 2

CUSTO MÉDIO ANUAL DOS GÊNEROS DO QUANTITATIVO DE RANCHO

ARTIGOS	1942			1943			1944			1945			1946			
	Unid	Qunat	Impor C\$	Qunat	Impor C\$	Qunat	Impor C\$	Qunat	Impor C\$	Qunat	Impor C\$	Qunat	Impor C\$	Qunat	Impor C\$	
Brotos	Quilo	5.361	7.983,70	1.18	10.721	27.910,40	2.60	2.938	8.627,80	2.39	7.305	25.568,70	3,50	3.874	16.986,00	4,35
Oleo ou lenha	Mtr. ó quilo	—	—	—	660	944,80	1,43	21.530	18.223,80	0,84	25.500	19.899,30	0,78	12.750	8.85,50	0,70
Condimentos	Quilo	1.154	4.139,00	3,57	1.617	5.611,60	3,46	928	3.437,00	3,70	1.172	10.176,20	3,68	883	10.460,40	11,85
Frutos	Uma	262.330	9.367,40	0,04	327.710	14.248,40	0,04	207.843	15.200,30	0,07	282.669	21.298,70	0,08	253.903	20.803,60	0,08
Verduras	Quilo	24.359,25	288,80	1,03	31.222,34	737,30	1,11	14.921	26.512,50	1,77	22.286,52	228,80	2,34	19.807	47.632,50	2,45

Por outro lado o Quadro do encarecimento dos gêneros indicou para os quantitativos de rancho uma elevação média de 100 em 1942 para 222,5 em 1946 enquanto os quantitativos, isto é, os recursos para comprar os gêneros foram de 100 para 120 nesses anos: em outras palavras foram de Cr\$ 0,60 em 1942 para Cr\$ 0,80 em 1946. (Quadros 2 e 3).

QUADRO N. 3

Anos	ARTIGOS					Encareci- mento médio
	Batatas	Condimentos	Frutas	Lenha ou Óleo	Verduras	
1942	100	100	100	—	100	
1943	175	96,9	100	100	107,7	115,9
1944	197,9	103,6	175	58,7	171,3	141,42
1945	236	243	200	54,5	227	192,19
1946	293,9	331,9	200	48,9	237,8	222,53

Nota — A unidade utilizava óleo, de preço sob controle, razão por que diminuiu em relação a 1943, ano em que começou a empregar esse combustível. Se, ao contrário, queimasse lenha a elevação média dos preços seria maior.

Vê-se quão longe ficou de acompanhar as exigências prementes do custo real dos artigos. Claramente a administração não poderia fazer servir em 1946 a mesma etapa de 1942.

No 2.º semestre de 1946, em Aracajú os Cr\$ 0,80 deveriam custear a aquisição de:

100 gramas de batatas a Cr\$ 4,35 — Cr\$ 0,345
 10 gramas de condi. a Cr\$ 11,85 — Cr\$ 0,118
 200 gramas de bananas a Cr\$ 0,09 — Cr\$ 0,180 (2 bananas)
 200 gramas de verduras a Cr\$ 2,45 — Cr\$ 0,490
 200 gramas de O. combust. a Cr\$ 0,70 — Cr\$ 0,140
 Custo total dos gêneros por homem e por dia Cr\$ 1,27 / 3.

Havia pois, impossibilidade material de dar ao homem a etapa completa sendo ainda de levar-se em conta que o quantitativo deficiente era o de rancho em que estão incluídas as prin-

cipais fontes de vitaminas e sais minerais assimilaveis — as verduras e as frutas.

E' preciso considerar que o encarecimento dos gêneros é um fenômeno comum e entrou no consenso geral.

No momento, quando estão em plena evidência os problemas alimentares e em que estudiosos penetram todos os terrenos procurando dados e apontando a alimentação como a primeira, a mais clara causa das nossas deficiências físicas (que nem só nós as temos, aliás), na ocasião de reformar, modernizar a alimentação do Exército, temos que, a par das providências de caráter higiênico, deve-se considerar cuidadosamente as de ordem econômica, de modo a não emperrar a solução almejada. Forçosamente a etapa ficará mais cara. Na realidade ela já está muito mais cara. O que ocorre é que ela, não pode ser dada, pois que os recursos que as unidades recebem, e incertos períodos, não chegam para isso, principalmente no interior.

Sem cogitar pois dos artigos que devem fazer parte da ração e considerando que a demonstração feita com o quantitativo de ranchos, aplicada aos outros oferece as mesmas observações, apenas atenuadas, parece-nos que :

- 1) — é preciso mudar o período de vigência do valor da etapa de um semestre para um trimestre;
- 2) — um fator corretivo deve ser levado em conta na fixação do valor da etapa, de modo a atender à elevação normal dos preços;
- 3) — esse fator influenciará os três quantitativos, e deixará de existir nas épocas de estabilização de preços.

AOS REPRESENTANTES

**A DIREÇÃO SOLICITA PROVIDÊNCIAS
JUNTO AOS TESOUREIROS DAS UNIDA-
DES OU AOS ASSINANTES COM RELA-
ÇÃO AO PAGAMENTO DAS ASSINATU-
RAS DO CORRENTE ANO.**

CAVALARIA A CAVALO

Extrato de um artigo publicado no The Cavalry Journal, transscrito pelo Memorial del Ejercito de Chile e pela Ejercito de Madri.

TEN. CEL. J. H. GARCIA

No princípio desta última guerra a Russia tinha mais de um milhão de cavalos em seus exércitos, sendo duzentos mil na cavalaria.

Os correspondentes de guerra publicaram isto e chamaram atenção sobre outro fato interessante de terem visto os cossacos manejando, nas margens do Elba, carros, de combate e adestrando cavalos.

Durante a retirada russa deante dos alemães a sua cavalaria não foi empregada na manobra em retirada na frente das colunas inimigas, mas sim nas suas retaguardas, interrompendo suas comunicações, perturbando seus aprovisionamentos, levando o cansaço e a desmoralização às suas colunas.

Em Stalingrado, uma Bda. C. russa a cavalo envolveu o inimigo desorganizando-o e apressou sua retirada até transformá-la em fuga.

Os cossacos sempre agiam em combinação com unidades blindadas, protegendo seus flancos em terrenos difíceis e desempenhando o papel principal nos envolvimentos.

Os russos empregavam o seguinte princípio:- carros e infantaria para a ruptura e carros com cavalaria a cavalo para a ruptura com envolvimento. Costumaram dizer: o martelo são nossos carros e a foice a cavalaria.

Os russos não estão de acordo com os que acham que o papel principal da cavalaria é a exploração.

O Japão aprendeu o valor militar do cavalo na Mandchúria e na China muito antes de 1937 e na guerra com este país em 1945 iniciou a criação do cavalo com cinco mil reprodutores. Os Estados Unidos tinham apenas 759 em 1941. Uma das primeiras atividades dos Japoneses na China foi adquirir todos os cavalos, porque haviam descobertos que as máquinas se enterravam no barro.

Nesta mesma campanha os jornais Japoneses diziam que a utilidade do cavalo era um descobrimento desta guerra, particularmente no terrenos accidentados.

A cavalaria a cavalo não pôde operar no deserto africano, porém tinha capacidade para agir em Tunis, na Sicilia e particularmente na Italia onde as montanhas impediam o emprego de veículos blindados.

A derrota dos alemães na Sicilia não foi completa justamente porque a aviação não lhes cortava a retirada e as unidades motomecanizadas apenas aceleravam esta retirada, impossibilitadas de abandonar as estradas para flanqueá-los.

Os desembarques amfíbios não deram grandes resultados; apesar de terem sido realizados nos flancos dos alemães apenas serviram para mostrar a incapacidade absoluta de forças pesadamente blindadas para sobrepor-se às dificuldades do terreno. *A cavalaria a cavalo era a arma específica para este emprêgo.*

Baldados foram os esforços na Sicilia, na Italia, na Birmânia e em Leyte para encontrar cavalos para a cavalaria e mulas para a carga.

O General Truscott, comandante da 3ª Divisão na Sicilia disse que com um R. C. e umas duas centenas de mulas que lhe fosse possível obter em San Stefano em 1º de agosto, teria podido evitar a retirada a capturar na sua totalidade o inimigo que se lhe opunha ao longo do caminho costeiro do norte.

O General Lucas, quando no comando do VI corpo na Italia disse: - *Eu presisava de uma unidade que pudesse penetrar através as montanhas. Os Cavalos e os infantes eram os únicos que podiam transitar nessas regiões. Fiz esforços desesperados para conseguir pelo menos um regimento de cavalaria.*

A cavalaria improvisada nada mais é que uma "mascara-dá" na melhor das situações.

O homem ainda não inventou a arma para substituir o infantaria, a mula de carga e o cavalaria.

Ha quem argumente para depreciar a cavalaria a cavalo que facilmente muitos cavalos serão mortos pela aviação, porém os fatos anulam esses argumentos. A cavalaria a cavalo pode dispersar-se mais rapidamente que outra qualquer tropa e possue metralhadoras que podem entrar em ação apenas em segundos.

A cavalaria a cavalo é uma arma de rapidez súbita, cujo valor em certas circunstâncias é incalculável. Quando a esta rapidez se une a surpresa os resultados podem ser decisivos.

O General Patton assim se expressou: a cavalaria a cavalo tem força, raio de ação e a velocidade para atravessar montanhas, para cair na retaguarda do inimigo e detê-lo até que a infantaria chegue para destruí-lo.

Si os cavalarianos modernos não levam seus cavalos através os mares, isto apenas significa o uso de cavalos destrenados e de cavaleiros improvisados.

O cavalo é em si mesmo uma arma e a cavalaria com remonta inferior já entra em campanha meio vencida.

A Alemanha criou o cavalo "Haflinger" sumamente resistente, valente e sóbrio; Os Japoneses obtiveram também vários tipos. Os cavalos australianos foram experimentados porém se revelam muito fracos.

Os cavalos dos Estados Unidos enviados para as Filipinas necessitam duas semanas para aclimatarem-se, enquanto os australianos necessitam dois a três meses.

Uma D. C. a cavalo deve ser composta de uma força a cavalo muito móvel, de cargueiros e veículos a motor; de carros de combate e unidades blindadas leves. Deve estar armada com fuzis e metralhadoras e calibre 30 e 50, morteiros e canhões de 75 de dorso e artilharia 105 motorizada. Deve empregar peças de 37 mm, tipo especial para a cavalaria, que possa ser transportada em um só animal. Deve ser amplamente dotadas de bazooças.

Uma unidade assim pode operar independente, porém será preferível agir junto com a infantaria e os carros, será especialmente valiosa em terrenos montanhosos, accidentados ou nas selvas.

TUDO PARA O SEU AUTOMÓVEL

Pecas: Ford, Chevrolet, International. Pneus e Camaras de todas as marcas

PRODUTOS PETROLEO ATLANTIC E TEXACO

J. VARANDA
Comércio Industrial S. A.

Matriz: AUTO - PETROPOLITANO

Praça Dr. Sá Earp Filho, 21 — Tel. 2127 Loja: 4817 Escritório
PETROPOLIS — EST. DO RIO — END. TELEGRÁFICO "JOVAR".

FILIAIS

Rio — Vigário Geral (Ed. próprio) Corrêa — Tel. 74 — Sapucáia —
Tel. 3 (Ed. próprio) — Loja Ipiranga — Av. 15 — 351 — Tel. 3280

Oficinas: Baterias e Borracheiro Bombas — Bernet — tintas
Maquinário Para Lavoura e Oficina Mecânicas

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

Um grande chefe e um exemplo

Cap. VITOR HUGO DE ALENCAR CABRAL

N. da R. — O mesmo capricho do acaso que fez sumir-se entre papeis diversos de uma gaveta "sarcófago", para onde vão as coisas mais ou menos adiáveis "sine die", o artigo que se segue, fê-lo surgir aos olhos do Diretor Secretário, há poucos dias.

Foi escrito em Novembro de 1941, ainda nos dias sombrios que endutavam a França e amarguravam o coração de soldados e de patriotas. Um inversão de papeis colocara réus no lugar de juizes. Vale, portanto, este artigo como o depoimento de um jovem oficial sobre o conceito em que tínhamos todos nós que acompanhámos, desde seus primórdios, a tragédia da França, esse grande Soldado sobre quem tentavam lançar a responsabilidade de erros, imprevidências, ilusões, de várias correntes políticas, de militares e de homens de Estado.

E' mais um preito de justiça e de gratidão ao Mestre, a quem tanto deve o nosso Exército.

Eis a sentença do Conselho de Justiça Política da França, lavrada contra o Gen. Maurice Gamelin: "Falta de energia e carência de carácter".

É possível isto?

Como compreender esta degradação?

Não sou um velho e experimentado oficial do nosso Exército. Muitas vezes tenho suportado dos meus companheiros mais avançados em idade e em estrelas, a pécha de menino.

Por isto mesmo, não me foi dada a ventura de ter sido um discípulo do Grande Gamelin.

No entanto habituei-me á ouvir, de todos aqueles, as referências mais desvanecedoras, mais honrosas, mais elogiosas, feitas ao insigne Cabo de Guerra.

Seu nome no nosso País, especialmente no nosso Exército,

traduz sempre : inteligência, ordem, ação, caráter, amizade, todas as virtudes de um militar perfeito.

Por tradição, cheguei a compreender o quanto lhe devemos.

Suas sábias lições ainda hoje fundamentam os nossos conhecimentos, a nossa cultura militar.

A nossa organização é uma magistral adaptação do respeitável mestre da organização francesa ao nosso meio, às nossas necessidades, às nossas posses.

O sentimento de vaidade que até bem pouco tempo, pelo menos, animava os nossos oficiais, ao considerarem-se à altura dos chefes franceses; a cordialidade que existe de maneira franca e leal entre os dois exércitos : do Brasil e da França; as amizades que ainda hoje perduram entre elementos das duas grandes classes; tudo isto é a germinação fecunda e poderosa da semente lançada por Gamelin, no terreno do nosso reconhecimento e da nossa gratidão.

Seria deshumano negar-lhe tudo isto.

Maximé na hora em que seus amigos são postos à prova, isto é, no instante em que a Fatalidade o emaranha nas suas metuendas malhas, inexplicável, cruel e implacavelmente.

Será Gamelin realmente um culpado ?

Terá o Grande Soldado traído o seu honroso e glorioso passado ?

Não. Não é possível.

O próprio silêncio de Gamelin, parecendo a primeira vista uma conformação, uma aprovação táctica ao julgamento que o abateu, representa aos olhos dos que conhecem o seu valor moral e intelectual, mais uma prova de disciplina, mais um sacrifício pela sua França querida.

Seu nome, seu passado, sua vida, sua glória, sua honra, nada significam ante as mesmas grandezas de sua Pátria.

Atraindo para si todas as culpas e recriminações, ele certamente se sentirá feliz, porque assim, mesmo na desgraça, incomprendido por seus próprios concidadãos, ele presta à sua França, pelo seu bem e pela salvaguarda de seu nome, o sacrifício do maior bem de um homem : A Honra.

Maurice Gamelin, entre as inúmeras citações que balisam a sua carreira militar, tem a seguinte: "Oficial general cujos talentos militares sabem enfrentar todas as eventualidades".

Discípulo de Jofre, sempre mereceu do mestre as maiores atenções; foi seu assistente, chefe de gabinete, chefe de 3.^a secção, além de conselheiro particular.

A Batalha do Marne foi também obra de Gamelin. No animato de oficial de Estado Maior, foi ele o grande chefe na vitória da França; foi ele quem redigiu a ordem assinada por Jofre, como também o animador incansável da execução da mesma, junto á Lanzerac.

Após a Grande Guerra, veio ao Brasil, onde até nos nossos dias, sente-se por todo mundo da cultura e da organização, os reflexos da luminosidade inconfundível do grande Mestre.

A Síria, que há bem pouco tempo ocupou o cartaz internacional, foi pacificada e integrada ao mundo francês por Gamelin.

Comandante do 20.^º C. E. de Nancy, adjunto do Gen. Weygand, primeiro sub-chefe e depois chefe do E. M., tais foram os degraus sucessivos da sua brilhante ascenção na carreira das armas.

No final da vida, no término da sua carreira, investido dos maiores poderes, nas funções de Generalíssimo em chefe, o grande mestre e amigo, vê a sua Pátria invadida, seu Povo vencido, seu nome enxovalhado.

E neste instante, no leito de um hospital, vindo há pouco de um cárcere, enfermo moral e fisicamente, o Soldado de França expia culpas que realmente não são suas.

A História se repete e ninguém procura estudá-la como é necessário, ninguém se aproveita dos seus sábios ensinamentos, como é mistér. Todos os dias temos os exemplos, mas existe como que uma cegueira fatal que nos impede de enxergá-los em tempo preciso.

Napoleão, o grande gênio militar, expiou em Santa Helena o crime de ter argamassado a tradição gloriosa da França.

Ludendorf é outro exemplo bem recente. O testemunho nos é dado pelo atual Chefe do Governo Alemão; que em seu livro: "Minha Luta", apontando os verdadeiros responsáveis pela "debacle" da Grande Nação Alemã, em 1918, nos diz: "Luden-

dorf, encabeçou uma campanha decisiva contra as criminosas fraquezas do parlamento no trato dos problemas vitais da nação, que desconhecia na sua maior parte" e mais adiante :

"Isso não impede, porém, que os responsáveis pela ruína da Alemanha queiram lançar a culpa justamente sobre aquele que, sósinho, se levantou contra essa maneira negligente de tratar os interesses nacionais".

Quem leu a "Tragédia de França" de André Maurois, ficou sabendo quais são os verdadeiros culpados deste novo caso. É um depoimento bem semelhante ao de Hitler, muito embora não faça a defesa direta do pseudo criminoso.

Em ambos os casos porém a vítima é o SOLDADO, quasi sempre esquecido nos bons tempos da paz, procurado nos instantes de aflição e normalmente culpado na hora da prestação de contas.

Gamelin não é o grande culpado de França.

Não estava em suas mãos a gerência dos recursos do seu País; a degradação política da nação gauleza não foi obra de ação partidária sua; a formação moral do povo francês não estava sob sua orientação; a declaração da guerra não levou a sua assinatura e nem tão pouco servia aos seus interesses; por outro lado não é o responsável pelas tramas de mulheres que tinham telefones de banheiro ligados para o Gabinete em que se resolvia o destino de um povo.

Nada disto. Pelo contrário ao enfrentar as responsabilidades da hora H-I, fez tudo que estava ao seu alcance : pediu.

Deveria ter exigido, mas certamente o seu caráter ergueu os obstáculos dos escrúpulos.

Abdicar as suas funções, seria a covardia, muito embora todos sentissem a inutilidade dos esforços.

Em face de tudo isto, mais somos levados a refletir sobre as palavras do filósofo :

"É difícil apurar a verdade, quando das causas vencidas só ficam destroços e ruínas. Os algozes tornam-se então heróis e libertadores, ao passo que as vítimas, que defendiam por ventura direitos sacratíssimos, passam à posteridade cobertos de mal-dições e injúrias".

Gen. Gamelin

Vosso passado, vossa glória, vossa obra no Brasil são outros tantos depoimentos a vosso favor.

Vosso caso atual é mais uma grande lição para os vossos antigos discípulos.

E companheiros do Exército :

Atentai bem na lição da consciência encarcerada pela disciplina e pelo amor à Pátria, do Grande General, que se fosse articulada livremente seria expressa nos seguintes termos :

Ontem : não podemos, não é possível, não temos recursos
não há perigo.

Hoje : avia-te, providencia, faz o milagre, é teu dever.

Amanhã : és o culpado, o criminoso, o responsável por tanta vergonha. Soldado do Brasil aproveita a lição de um teu grande mestre, que considera sua Segunda Pátria, o teu País.

Gen. Maurice Gamelin

Sou um humilde e desconhecido amigo vosso, pelo muito que fizestes ao meu Exército.

Minhas palavras poderão ser consideradas como audaciosas, porque partem de um Capitão para um Grande Generalíssimo.

Mas não poderiam ficar sem serem escritas, porque expressam a minha revolta contra a iniquidade.

Não constituem uma censura aos que vos acusaram e condenaram, porque os considero simples agentes da Fatalidade.

Eu acuso o Destino.

O Destino de um Grande Soldado.

E de longe, da vossa Segunda Pátria, associo-me aos vossos antigos discípulos, no julgamento que certamente se processa em suas consciências, e de onde sairá a sentença, a única de que sois merecedor e que uma só palavra expressa :

"MESTRE".

O Vale do Rio Itajaí e a colonização alemã

RUI ALENCAR NOGUEIRA
Cap. de Infantaria

Itajai é uma derivação da palavra TAYAÍ, que significava dos Taiás, denominação pela qual era o mesmo conhecido é principios do século passado.

O rio Itajai-assú, geralmente conhecido por Itajai, é formado pela reunião de outros grandes rios: Itajai do Sul, Itajai Oeste e Itajai do Norte ou rio Hercílio.

Sendo bastante caudaloso e cheio de escolhos e rodomoinhos, apresentá-se encachoeirado nas proximidades de Blumenau, seror este motivo navegável por pequenos vapores da foz àquela dade, num percurso de 90 quilômetros.

A sua largura é variável de oitenta a 600 metros, à proporção que vai se aproximando do mar, recebendo inúmeros afluentes, tais como: ribeirões Kellermann, Passo Manso, Elestão, Branco, Testó, Tigre, Velha, Bom Retiro, Garcia, Aguada, oupava, Fidelis e Fortaleza.

O rio Itajai-assú está sujeito a enchentes, chegando a elevar-se a 16 metros do seu nível normal e inundando a parte baixa da cidade de Blumenau e vasta área do mesmo município.

Os seus formadores nascem: o rio Itajai do Sul, na serra geral; o Itajai do Norte, nos contrafortes da Serra do Mar e Itajai do Oeste ou rio Hercílio, na serra do Espigão.

Há, ainda, o rio Itajai-Mirim, que deságua no Itajai-assú, quasi à sua foz, nas proximidades da cidade de Itajai.

Estão situadas às suas margens importantes cidades, tais como a que acima citamos (na foz) e mais, Gaspar, Blumenau, etc. além de algumas localidades: Ihota, Salto Weissback, etc.

Como cidades importantes do vale do Itajai, enumeraremos Blumenau, como a principal; Itajai, Gaspar, Brusque, Indaial, Harmonia, Rio do Sul e Timbó.

Um serviço telefônico liga as diversas cidades, estabelecendo, ainda, contacto direto entre Florianópolis, Biguassú, Tijucas, São Francisco, Joinville, Jaraguá, São Bento e outras cidades do Sul do Estado.

Os meios de transportes são rodoviário (o mais utilizado), ferroviário e fluvial. O tráfego aéreo ainda não está desenvolvido em virtude do terreno montanhoso não oferecer grandes facilidades à construção de campos de pouso.

A "Estrada de Ferro Santa Catarina", encampada pelo governo federal durante a guerra de 1914-1918, pertencia a uma empresa alemã e fôra inaugurada m 1913. Tem, apenas, 114 quilômetros de extensão e margeando o Itajaí-assú na direção leste-oeste vai da cidade de Blumenau à de Trombudo Central, e estabelece a ligação entre os municípios de Indaial, Harmonia, Rio do Sul, Trombudo Central e Blumenau.

Essa estrada de ferro mantém, além do tráfego ferroviário, uma seção fluvial, permitindo as viagens em pequenos vapores de Blumenau a Itajaí e uma outra rodoviária, estabelecendo a ligação por meio de auto-ônibus de Harmonia a Getúlio Vargas.

E espantoso o movimento industrial e grande a capacidade de produção do município de Blumenau, sendo que o progresso manufatureiro não fica circunscrito apenas a êsse.

Por têda parte, funcionam fábricas de tecidos, madeiras compensadas, laticínios, salchichas, conservas, etc..

O fornecimento de energia elétrica é explorado pela Empresa Fôrça e Luz de Santa Catarina S.A., cuja usina está situada a 8 quilômetros de Blumenau e extende suas rêsdes por todo vale, numa área de 15.000 quilômetros quadrados.

Aproveitando as águas do Itajaí-assú, em Salto Weissbach, a Empresa instalou quatro poderosas turbinas, um total de 9.000 cavalos-vapôr, cuja queda dágua de 9 metros de altura tem uma descarga aproveitável de 72 metros cúbicos por segundo, a razão de 18 metros cúbicos para cada unidade.

A média mensal empregada na iluminação é de 80.000 kilowatts-hora e na indústria 400.000 kilowatss-hora.

Também em Rio do Têsto, "aproveitando um salto do ri-beirão Pomeroda, Hermann Weege instalou uma usina elétrica,

que fornece luz e energia à vila do Rio do Têsto e às indústrias de laticínios e salchicharias que aquêle adiantado industrial tem instalado na sede do distrito".

Em Massaranduba, para movimentação de indústrias de banha e salchicharia, pelo aproveitamento de uma queda dágua no ribeirão 13 de Maio, foi instalada uma pequena usina elétrica.

Sob o ponto de vista da orografia, podemos considerar o vale do Itajaí como montanhoso. Ao norte, estão situadas as serras do Espigão e do Mar, a oeste, uma ramificação da Serra do Mar, ao Sul, as serras de Itajai e do Mar. Estas duas últimas constituem imenso paredão, junto ao qual corre o rio e a rodovia se extende.

Existem, contudo, várzeas consideráveis na parte norte, principalmente em Massaranduba.

Quanto às riquezas naturais, há notícias de grandes jazidas minerais. Citam-se as de chumbo e galena, no município de Blumenau; ferro, em Itoupava Séca e Belchior; calcáreos, em abundância, em Rio do Têsto e vestígios de ouro nas proximidades do ribeirão Garcia.

O patrimônio florestal é dos maiores, sendo de justiça salientar o empenho de todos pela sua conservação, encontrando-se mesmo nas cercanias das cidades enormes e pitorescos bosques.

Como consequência, os animais encontram ali fácil guarda. Não obstante, de modo algum existem feras ou animais de grande porte. São conhecidos os gatos do mato, os quatís, as raposas, as antas, cotias e outros dessa espécie.

Os répteis contam-se em grandes variedades. Embora pequenas, as cobras venenosas constituem o terror dos homens do campo.

Há, pois, fortes razões para que a caça seja um esporte que encontra muitos adeptos.

Também a pesca tem os seus apreciadores, embora em número reduzido.

Os rios poucos piscosos. Apesar disso, são comuns o acará, o cascudo, o mandi e a traíra.

Segundo a velha tradição colonial, a lavoura tem, ainda hoje, um grande desenvolvimento.

A fertilidade do solo é um convite perene aos trabalhadores do amanho dos campos. Além da irrigação feita pelos cursos d'água, a regularidade da distribuição das chuvas, facilita o desenvolvimento da agricultura.

Há, de modo geral, cultura associada. Nas zonas rurais plantam-se cereais, legumes e frutas diversas. Qualquer pequeno lote de terras é aproveitamento para uma plantação, mesmo reduzida.

Na pecuária é menor o progresso. Limitam-se os colonos à criação do gado necessário aos serviços e ao regime de vida doméstico.

A avicultura, ao contrário, está em franca ascenção. As aves são objeto de carinho, sobretudo, os patos e os gansos.

Não há um quintal, onde não se veja uma criação dos conhecidos palmípedes, pois que constituem o "prato" por excelência, das festas dominiciais.

Os cães são, do mesmo modo, bem aceitos ali. Há grande variedade, desde o belíssimo galgo ao nosso estimado cão "vira-lata". Contudo, o mais generalizado é o de procedência alema: comprido, baixo, de membros em forma de arco, focinho ponteagudo e grandes orelhas. É um animal feio, mas, ótimo caçador.

O contrário acontece com os gatos: são inteiramente repudiados. Dizem até, que vez por outra uma epidemia dizima-os completamente.

Os pássaros, notadamente o "canário alemão" contam com grande preferência e, mesmo nos hospitais, tivemos ocasião de vê-los, alegrando o ambiente com os magníficos e enternecedores trinados.

Não ignoramos como é importante o clima para a vida humana, o qual, no dizer de Euclides da Cunha, é "a tradução fisiológica de uma condição geográfica", e por isso não devemos deixar de lembrar alguma cousa a seu respeito.

Sabemos, pelos conhecimentos da climatologia a correlação existente entre os ares, as águas e as terras e como essa interligação modifica o clima.

O vale do Itajaí possui uma vegetação luxuriante, conforme já dissemos. É entremeado de cursos d'água e as chuvas prolongam-se pelos meses de março a setembro.

Não há fortes correntes aéreas a não ser, na época invernal, quando as ondas de frio vindas das regiões sulinas passam na direção do equador.

As diferenças de altitudes fazem variar a escala termométrica. Há lugares em que no verão suportamos 39° à sombra.

De modo geral, o clima é seco, não havendo invernos rigorosos. Raras são as geadas, e os ventos predominantes são os do oeste-leste e sudoeste.

As condições nosológicas são, relativamente, muito boas.

Não subsiste no conceito hodierno, a teoria de que existem doenças climáticas. Todas as doenças consideradas dessa natureza são hoje evitáveis, e contra elas a higiene tem meios de defesa e de agressão.

"A saúde, no globo, é independente da fatalidade das latitudes: é conquista do esforço e do conhecimento humano" (Afranio Peixoto).

Efetivamente as moléstias do vale do Itajaí são facilmente combatíveis, porque são o fruto apenas da falta de cumprimento das normas higiênicas, mormente pelos habitantes das zonas rurais.

A verminose tem a primasia. Infesta ela o homem do campo com a maior intensidade, mormente os que moram em lugares úmidos ou próximos aos cursos d'água.

O tifo, também, é doença que vem se tornando endêmica.

Em ambos, o veículo principal é a água. Não existindo o cuidado da construção das fossas sépticas, as fezes são despejadas em latrinas impróprias ou nos riachos. Há, forçosamente, a infiltração para os poços d'água de beber, localizados nas proximidades, quando não é a mesma colhida diretamente nas correntes infectadas.

Há descuido quase absoluto na verificação das propriedades organoléticas das águas potáveis.

Como se isso não bastasse, a instalação de cocheiras, pocilgas e mangedoras nas proximidades das casas facilita a proliferação de moscas portadoras dos bacilos da febre tifóide, da colibacilose e do paratifo.

São observados alguns casos de malária, mormente nos residentes em áreas encharcadas.

Os mosquitos, cujos focos não sofrem combate pertinaz não só maltratam e fustigam como se tornam perigosos.

Também nos locais de águas mais ou menos estagnadas aparecem infecções provocadas pelo chistosoma.

São muito comuns as dermatoses entre os moradores das zonas rurais.

Muito ao contrário da crença geral e das notícias propagadas as moléstias venéreas e a sifilis são atemorizadoras. É elevado o índice de portadores dessas doenças.

Os recursos sanitários são bons. Existem ótimos hospitais, quase todos sob a direção de médicos alemães, e espalhados por toda a extensa área que constitue o vale do Itajai.

É sabido que, alguns acobertados pela designação própria, chegaram a alimentar idéias escusas e tinham objetivos inconfessáveis.

Localidades existem que, pela sua pequenez não podiam comportar um hospital de grandes proporções.

Do mesmo modo, maternidades, drogarias e farmácias estão distribuídas pelas várias cidades.

De maneira sucinta, vimos quão importante é a região em que se firmou a colonização alemã. Funestos, certamente, seriam os seus resultados para nós, dada as condições especiais a que já fizemos referências se, em tempo, não tivessemos despertado.

Além do elevado coeficiente econômico, o vale do Itajai apresenta um panorama verdadeiramente encantador que enleva mesmo os espíritos menos apaixonados pela natureza.

Durante vários anos, com o beneplácito dos governos da República, aquelas populações viveram entregues aos demagogos germânicos, solertos e perspicazes, que procuravam destruir o sentimento de brasiliade e pregavam pseudos benefícios que poderia trazer o regime nazista a uma gente que nascera numa terra livre, onde não existem problemas sociais, e em cujo céu brilha esplendorosamente o Cruzeiro do Sul, como um símbolo de paz e um facho de esperanças no nosso labor diário para a construção de uma pátria ainda mais forte, mais próspera e mais feliz.

Papelaria Queirós

TIPOGRAFIA — ENCADERNAÇÃO — PAUTAÇÃO

J. QUEIRÓS & CIA.

Rua da Quitanda, 50

TEL. 23-5168 — RIO

Como estudar para fazer o concurso de administração á E. E. M.

Cap. Nilton Freiainho

I — TUDO DEVE SER PLANEJADO

Quando um oficial atinge o posto de Primeiro Tenente começa a preocupar-se seriamente sobre o rumo a tomar em sua carreira. Dois caminhos existem: a Técnica e o Estado-Maior. Deve escolher um deles. Dá então inicio a uma série de consultas entre os amigos quer do mesmo posto ou mesmo mais graduados. Toma opiniões de todos. Sente porém, que o tempo corre e não pode retardar de muito a sua decisão sobre o assunto. Enfim pesando os prós e contras, levando em consideração seu temperamento e analisando as suas tendências, vamos supor que um oficial resolva dedicar-se ao ESTADO-MAIOR.

Já é uma grande coisa decidir-se para um lado, pois que a DECISÃO É A VESPERA DA AÇÃO.

No entanto quando o nosso oficial arregaça as mangas da camisa, para concretizar a sua decisão, eis que um grande e primeiro obstáculo surge em seu caminho:

O concurso de admissão à Escola de Estado-Maior! Ouvi então nas "rodas" do quartel, as mais tétricas histórias sobre o assunto.

- " — Você conhece o caso do Capitão X, que estudou 2 anos, estando mesmo muito preparado e que no fim das contas foi ao "pau"?
- " — O Major Y, para conseguir ser aprovado, estudou noite e dia, e teve que arranjar um "galho" no Ministério, pois que no Batalhão ele não tinha tempo!"
- " — Estes oficiais do Estado-Maior são uns teóricos e querem fazer "mistério" daquilo; basta ver as questões de cultura geral que propõem nos concursos de admissão, muitas delas só podendo ser respondidas por técnicos ou especialistas"

tas no assunto ou pelos "peixes" que vivem por aí em funções do "peito", onde têm muito tempo para estudar. De modo algum um "trouper" pode se preparar para tal concurso".

E outras expressões derrotistas que andam por aí. Então nosso amigo fica desolado. Não conhece alguém capaz de arranjar um "cabide". Mas mesmo assim não se deixa abater. Procura em seu arquivo as questões de exame já propostas; por acaso lê:

História da América: Opinião justificada sobre o Vice-reinado do Prata e sua influência na política internacional Sul-Americana.

Geografia do Brasil: Influência do ciclo da mineração na configuração do mapa demográfico do Brasil.

" — De fato a turma tem razão; o negócio é "cabeludo". Que sei eu de política Sul-Americana ou de ciclo de mineração!" monologa o nosso oficial: - "onde arranjar documentação para aprender tanta coisa?"

Agora sua coragem desaparece e talvez levado pela falta de incentivo, desce as mangas de sua camisa, deixando ao tempo a tarefa de concretizar sua decisão. E assim perdeu o Exército a oportunidade de ganhar mais um oficial para seu Estado-Maior.

Cumpre assinalar que esta não é a regra geral no nosso meio, muito ao contrário, felizmente, a grande maioria de nossos oficiais sabe o que quer e luta pela concretização de seu ideal.

O artigo, que hoje escrevemos, tem por objetivo desfazer esta impressão um tanto generalizada a respeito do concurso de admissão à EEM. É nossa intenção mostrar aos leitores que o exame é banal, desde que seu preparo seja convenientemente planejado.

É necessário planejar antes de tudo como conciliar o trabalho sem dúvida absorvente e esfalfante do Tenente ou Capitão na tropa, e o estudo meticoloso e aprofundado dos pontos de cultura geral exigidos. Não consideramos a parte profissional requerida no exame, por julgar que esta já deve ser do conhecimento do oficial, ou por ter o curso da Escola das Armas ou mesmo sem este, por ser obrigação de todo oficial brioso, estar a par dos assuntos referentes diretamente à sua profissão.

Antes de mais nada é necessário convencer-se que os examinadores do concurso de admissão, não exigem especialistas nem técnicos em História ou Geografia. Nem poderiam agir deste

modo, pois que as nossas atividades, principalmente as do Tenente ou Capitão, consomem todo o tempo disponível e só à custa de grandes sacrifícios será possível nos dedicarmos a assuntos estranhos a qtel. A comissão examinadora exige, e faz muito bem, que o candidato tenha uma idéia de conjunto, um conhecimento geral dos problemas nacionais e sul-americanos, que servirão de base, para futuros estudos de maior envergadura, quando chamados a exercer funções de Estado-Maior. Não pensem nossos oficiais-candidatos que o estudo para o concurso lhes traga toda a bagagem que necessitam para o resto da carreira; isto será apenas o começo...

Outro aspecto muito avisado nas provas, parece ser o da redação. O oficial, dada a natureza de seu trabalho, nos primeiros anos da carreira militar, deixa um pouco de lado "a pena" e quando chega o momento de fazer um estudo ou uma síntese de um fato por él sobejamente conhecido, encontra certa dificuldade, e isto acontece pela falta de prática. Torna-se conveniente portanto que paralelamente às leituras que o candidato fizer, vá redigindo suas notas, aproveitando o ensejo para melhorar a forma de sua redação e para aprimorar seu estilo.

A seguir tentaremos esboçar um planejamento para o estudo da História do Brasil, tendo em vista o concurso de admissão à Escola de Estado-Maior.

II — HISTÓRIA DO BRASIL

O progama — As fases em que o estudo deve ser decomposto.

A — O progama.

Antes de mais nada é necessário conhecer os títulos dos assuntos exigidos; isto é o progama. Leia-o com atenção. Verifique em que situação estão seus conhecimentos em relação à matéria exigida. Não tenha receio, ou melhor não fique apreensivo ao reconhecer que pouco sabe. Procure ter de memória os títulos da matéria programada.

Isto é de capital importância, pois um programa é a estréla guia, da qual não nos devemos afastar, sob o risco de enveredar por caminhos inuteis, determinando uma grande perda de tempo. Assim procedendo o candidato estará habilitado a tirar o máximo partido das futuras leituras que fizer durante o estudo, focalizando os assuntos essenciais e "passando por cima" dos que pouco interesse possam ter no momento.

Pois bem, depois de tomar conhecimento do programa, estará o candidato em condições de iniciar o estudo da História do Brasil.

É de bom alívio, lêr também os títulos das questões já propostas nos concursos anteriores, pois tendo sido estas formuladas dentro do espirito do programa, servirão também de seguro farol, durante toda a viagem a ser realizada através dos inúmeros volumes que formam a documentação básica ao estudo da História do Brasil. Abaixo publicamos algumas questões dessa natureza:

- 1946 — Guerra do Paraguai - causas - principais fases - consequências
- 1945 — 1.^a Questão — Evolução e consolidação das atuais fronteiras do Brasil; papel de Rio Branco
2.^a Questão — Principais estagios por que passaram as nossas lindes e principios adotados para a delimitação das nossas fronteiras em relação às Repúblicas Hispano — Americanas
- 1944 — Influências políticas e económicas advindas da chegada e permanencia de D. João VI no Brasil
- 1943 — Ação pacificadora de Caxias nas lutas internas do 2.^o reinado
- 1942 — Principais acontecimentos militares ocorridos durante o 2.^o Império e suas causas .
- 1941 — Papel dos bandeirantes na expansão geográfica do Brasil.
- 1943 — Ação pacificadora de Caxias nas lutas internas Brasil
- 1940 — As guerras do Prata:- causas e consequências
- 1939 — Exposição sumaria das invasões Holandesas; influencia dessas lutas na formação da nacionalidade Brasileira.
- 1933 — Tendências gerais da evolução do povo Brasileiro no periodo colonial.
- 1931 — causas mediatas e imediatas da campanha de 1851-52
- 1930 — causas e aspectos essencias da dominação e colonização Hispano Portuguesa na América do Sul
- B — As fases em que o estudo deve ser decomposto. Podemos dividir o estudo da HB em 4 (quatro) fases:
 - 1a. Fase — A formação do esqueleto ou do arcabouço
 - 2a. Fase — O conhecimento do arcabouço construído
 - 3a. Fase — O acabamento

4.^a Fase — Os exercícios escritos: verificação dos conhecimentos adquiridos.

1) — 1a. Fase —

A FORMAÇÃO DO ESQUELETO OU DO AR CABOUÇO

Nesta primeira fase o oficial procurará adquirir um alicerç firme, sobre o qual levantará pedra por pedra o edifício de sua cultura.

Para bem assimilar as leituras das diversas publicações que estudam o assunto é necessário ter uma base sólida, tendo em vista ficar seguro que nenhuma palavra será perdida nas leituras posteriores a serem realizadas.

É necessário ir sempre do simples para o composto e antes de fazer qualquer estudo, ter uma idéia do conjunto.

Ao pegar um livro antes de iniciar sua leitura é aconselhável verificar o que contém, os assuntos que abrange, para isto percorrer o índice com atenção ao princípio ao fim. Nesta fase como nas demais procure sempre observar os conceitos acima transcritos. De inicio não se trata de estudar a fundo e detalhadamente cada ponto do programa e só passar para o seguinte quando o anterior estiver esgotado. Isto está errado. É necessário ir aumentando o volume dos conhecimentos por camadas sucessivas. A cultura se desenvolve por círculos concentricos. Antes de tudo deve ser lida uma obra simples sobre História do Brasil, sem muitos detalhes e considerações, dessas que estudamos no curso secundário, geralmente de um volume.

Para tal objetivo poderemos citar:

"Apostilas de História do Brasil" de Max Fleiuss ou a "História do Brasil" de João Ribeiro.

Há outras também aconselháveis. Escolha porém uma delas. Achamos a primeira muito interessante tendo em vista o estudo desta 1a. fase.

Leia como um romance todo o volume. Depois volte à primeira página e agora com um lápis na mão vá elaborando os resumos de cada ponto, relacionando-os entre si no tempo, pelas causas, pelas consequências e pelas influências mútuas. Assim procedendo está construindo um sólido arcabouço que lhe servirá de base ao desenvolvimento do estudo.

Não se pode porém, estudar a evolução do povo brasileiro sem levar em consideração a história do restante da humanida-

de. Quem assim procedesse estaria cometendo grave erro, pois que os fatos humanos são interdependentes, não conhecendo fronteiras, principalmente depois da descoberta da Imprensa e da conquista da Navegação oceânica. Para bem compreender e assimilar nossa História é necessário colocá-la dentro do quadro mundial.

Não é possível estudar os acontecimentos que envolveram a personalidade de TIRADENTES, sem conhecer o que se passava na Europa, particularmente na França, bem como nos E.E.UU. no mesmo período histórico.

Portanto é necessário ao fazer o estudo da H. B., ter ao lado um bom compêndio de História Universal e outro sobre a História da América, para que possa ir situando os acontecimentos brasileiros dentro da evolução do mundo.

Como História Universal podemos aconselhar as de Jonthas Serrano e a de Wells.

Referente à História da América, a obra de Arana é muito boa, no entanto a de Gastão Ruch é também aconselhável, bem como a "História de la América Latina" de David Moore (1 volume) — Editora Poseidon — Buenos Aires.

Cumpre frizar que tais publicações servirão apenas como fonte de consulta, para compreender e situar os problemas nacionais. Não cabe aqui lér toda a história da civilização. Será apenas um estudo auxiliar e que correrá paralelamente ao trabalho principal.

Também nesta primeira fase, deve ser realizada uma pesquisa muito ativa da significação precisa dos vocábulos que vamos lendo, pesquisa esta que deverá ser prolongada até às vésperas do exame. É necessário entender bem todas as palavras que os autores utilizam. Às vezes pensamos que conhecemos bem o significado de um termo e quando queremos empregá-lo sentimos certa dificuldade. O candidato não deve deixar passar um vocábulo de sentido duvidoso ou mesmo o nome qualquer personagem desconhecido, citados no texto dos livros. Por exemplo ao lér certo trecho o oficial despara com a seguinte frase: "A doutrina mercantilista teve seu fim com o aparecimento dos fisiocratas..." A frase é clara. Há no entetanto dois termos que precisam ser cuidadosamente estudados: MERCANTILISTAS e FISIOCRA-TAS. Deve o candidato recorrer a uma obra que lhe explique satisfatoriamente o significado de tais palavras. Aconselhamos o uso para êste fim de uma Enciclopédia. Qualquer biblioteca

de corpo de tropa dispõe de uma publicação desta natureza em seus armários. Seria também interessante possuir para consultar duas obras:

"A Historia das Doutrinas Econômicas" de Charles Guide e Charles Rist — Editora Alba e "A História das Doutrinas Políticas" de Raymond Gettell — Editora Alba.

Estes dois volumes são de grande utilidade, no decorrer de todo estudo. E também indispensáveis possuir um bom *Atlas*.

Observando as regras acima, o candidato quando terminar esta primeira fase, deve possuir uma boa base. Já fez seus resumos e deve estar em condições de em poucas palavras fazer uma síntese particularmente cronológica de evolução histórica do Brasil.

2) — 2a. Fase

O CONHECIMENTO DO AR CABOUÇO CONSTRUÍDO

Esta fase talvez seja mais agradável e menos cansativa que a primeira, onde é exigido um grande esforço de memória. Consiste em "encher" o arcabouço já construído.

Agora o candidato pode ler com REAL PROVEITO diversos livros onde a H. B. é apresentada com largo desenvolvimento. À medida que vai fazendo suas leituras, deve ir anotando as partes que achar mais interessantes, isto é, copiar ou resumir certos trechos ou mesmo paginar onde o autor foi feliz e ir juntando estas notas aos resumos já elaborados na fase anterior.

Este trabalho deverá ser realizado também nas demais fases.

Para 2a. Fase há diversas obras aconselháveis. Aqui citaremos 3 (três) que achamos indispensáveis:

- a) — "A Formação Histórica do Brasil" PANDIA CALOGERAS (um volume)
- b) — "A História da Civilização Brasileira" PEDRO CALMON — (um volume)
- c) — "Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira" OLIVEIRA LIMA — (um volume)

Lidas e estudadas estas três obras tirando de cada uma as partes mais felizes, estará o oficial apto a iniciar a 3a. Fase de seu trabalho.

Nesta 2.^a Fase, dispuzesse de tempo o candidato poderia ler uma obra clássica de H. B. Capistrano Abreu, *Porto Seguro*,

Frei Vicente Salvador ou Southey oferecem sm dúvida trabalhos completos, porém sua leitura exige muito tempo.

Se na fase anterior o estudo da história apresentou um cunho nitidamente NARRATIVO, a partir desta 2a. fase o candidato deverá orientar seu trabalho no sentido da HISTÓRIA EXPLICATIVA, dos fatos humanos.

3) — 3a. Fase

O ACABAMENTO

Terminada a segunda fase estará o candidato apto a encarar diretamente os problemas propostos no programa. Já possui um conhecimento relativamente sólido de nossa evolução histórica como um todo, sem ter entrado ainda diretamente nos seus aspectos distintos: o social, o político e o econômico.

Aliás aconselhamos a decompor a H. B. durante a 1a. e 2a. Fases, em séculos e sómente a partir da 3a. Fase entrar no estudo de períodos.

Em que consistirá a 3a. Fase?

Será um trabalho de acabamento. Será mais um estudo comparativo dos fatos históricos, de análise de suas causas e consequências e paralelamente da influência dos mesmos no Brasil contemporâneo.

Citaremos alguns aspectos a encarar e as fontes de consultas.

a) A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL

Aqui deverá ser estudado como se deu a dilatação das fronteiras do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão. Os bandeirantes e sua influência. Enfim o aspecto atual de nossa fronteira. O estudo terá inicio no Tratado de Tordesilhas acompanhá a obra de Alexandre de Gusmão e finalizará por uma análise da atuação de Rio Branco.

- A expansão geográfica do Brasil colonial — BASÍLIO DE MAGALHÃES
- O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano — ALFREDO ELLIS
- Fronteiras do Brasil — OMAR EMIR CHAVES (Bib. Militar)
- Limites do Brasil — LIMA FIGUEIREDO (história de um grande chanceler)

- Barão do Rio Branco — De PARANHOS ANTUNES
(Bib. Militar).

b) ASPECTOS DAS POPULAÇÕES DO BRASIL

Sob este tópico, o candidato fará um estudo dos tipos humanos que povoam nosso território, analisando suas origens, sua evolução e suas tendências.

A documentação sobre o assunto é farta.

Podemos sugerir:

- Evolução do Povo Brasileiro — OLIVEIRA VIANA
(um volume)
- Populações Meridionais do Brasil — Idem, idem.
- Raça e Assimilação — Idem, idem.
- O Mundo que o português criou — Gilberto Freyre
- Casa Grande e Senzala — Idem.

Após a leitura destas 5 (cinco) obras estará o oficial apto a encarar certos problemas de âmbito social e econômico da nossa formação.

c) ESTUDO DA HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

É claro que o candidato como militar, deve conhecer muito bem a história militar de sua terra e a influência do fator militar na organização da Nacionalidade. Existem muitos trabalhos sobre o assunto. Citaremos os que consideramos básicos:

- História Militar do Brasil — Cap. GENSERICO DE VASCONCELOS (Biblioteca Militar)
- História da Guerra da Tríplice Aliança — TASSO FRAGOSO

- Causas da Guerra do Paraguai — Gen. SOUZA DOCA

Nestas três obras o candidato muito terá que aprender. Convém lembrar que neste estudo a parte descritiva das batalhas deve ser postas de lado, pois que *no momento* interessam particularmente as causas, consequências e influências dos conflitos armados que o Brasil levou a efeito na América do Sul. Assim pois não se assuste o leitor com a extensão das obras indicadas, pois só parte delas será lida. Quando iniciar esta fase deverá o candidato por meio dos índices que acompanham tais publicações escolher os capítulos ou seções que realmente estão ligados ao programa.

Será por meio d'este estudo que o oficial tomará contacto com os problemas políticos sul-americanos, assunto que terá oportunidade de desenvolver quando estudar história da América.

d) ESTUDO DA CONSOLIDAÇÃO DO BRASIL COMO ESTADO

Aqui o oficial fará principalmente uma apreciação da atuação de CAXIAS e da história do segundo império.

Aconselhamos as seguintes obras:

- Caxias — AFONSO DE CARVALHO
- Panorama do Segundo Império — NELSON WERNECK SODRÉ.

Sob êste tópico ainda, o oficial dedicará algum tempo à análise do problema da escravatura.

4) — 4a. Fase

OS EXERCÍCIOS ESCRITOS

Nesta fase o candidato deve viver com a caneta na mão. É preciso agora treinar a passar para o papel aquilo que já assimilou. Resolverá então as questões propostas nos anos anteriores a título de exercício. É conveniente que todo trabalho redigido, seja lido por pessoa de confiança e mais experimentada, que lhe seja sincera em apontar os erros cometidos quer no ponto de vista histórico, seja mesmo na parte relativa à redação. O oficial deverá tirar o máximo partido destas correções, por forma a não repetir os erros nas provas do concurso. "É errando que se aprende", diz o refrão popular, mas no caso vamos errar sómente antes do exame.

Paralelamente aos trabalhos escritos que vai realizando, o candidato deverá construir a última camada de conhecimentos de H. B. Deverá ler as seguintes obras:

- História Econômica do Brasil — ROBERTO SIMONSEN (2 volumes)
- História Social do Brasil. PEDRO CALMON (3 volumes)
- A Cultura Brasileira — Introdução ao estudo da cultura Brasileira, por FERNANDO DE AZEVEDO — publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística. (Nesta obra lêr sómente a primeira parte: "Os fatores da cultura".

Temos assim finalizado um planejamento para o estudo da História do Brasil. Se o candidato observá-lo quando terminar a 4a. Fase estará de posse de um caderno de notas pessoais, contendo a H. B. em resumos e os trechos principais das obras consultadas. Isto lhe será de grande utilidade. Nas vésperas do dia marcado para a realização da prova será suficiente manuseiar tais apontamentos para ficar em dia com todos os conhecimentos necessários.

III — EM QUANTO TEMPO É POSSÍVEL FAZER O ESTUDO DA HISTÓRIA DO BRASIL COMO FOI ACIMA PLANEJADO ?

Para responder esta pergunta com exatidão, seria necessário levar em conta diversos fatores, que variam para cada caso individual.

No entanto admitindo que o candidato tenha o hábito da leitura, que seja dotado de uma qualidade importantíssima: PERSEVERANÇA e que tenha toda documentação reunida em tempo oportuno, em 3 (três) meses dará conta do recado, aproveitando o tempo do seguinte modo:

Trabalho *contínuo* de 2 (duas) horas por dia. (excluído o tempo morto dos "bate-papos" existentes nos estudos coletivos); nas quartas-feiras, sábados e domingos o oficial deverá fazer 5 (cinco) horas de "cadeira". Mediante este horário o nosso programa será cumprido.

IV — COMO APRESENTAR A PROVA NO DIA DO EXAME?

Este aspecto é também muito importante e deve ser levado em consideração desde a 3a. Fase.

Antes de tudo é bom prevenir que a LETRA sim, uma boa caligrafia já é meio caminho andado, representando mesmo em certos casos uma apólice de seguro com 50% do valor total da prova. Muitas vezes o oficial entusiasmado pela questão proposta, "deita a correr com a pena" prejudicando em muito, a futura leitura da prova pelo examinador. Este talvez não tenha ou mesmo não consiga com toda a boa vontade que venha utilizar, decifrar os "hieroglíficos" que andam por aí.

Quanto à redação, já fizemos referência.

Outro ponto a ressaltar é o modo de desenvolver o assunto. Proposta a questão, o oficial depois de estudar vai encaminhá-la deverá fazer um resumo apresentando os títulos das diferentes partes em que o problema deverá ser decomposto. Esta será a primeira seção da prova ou o sumário. A segunda parte constará do desenvolvimento da questão, dentro das normas traçadas no sumário. Finalmente numa terceira e última seção deverá ser feita uma síntese das conclusões tiradas durante a elaboração do trabalho.

A prova terá o seguinte aspecto:

- I — SUMÁRIO
- II — DESENVOLVIMENTO
- III — CONCLUSÕES

Assim procedendo o candidato estará assegurando o êxito de seus esforços.

V — NOSSO PENSAMENTO, COMO CONCLUSÃO

Descrever é fácil prescrever é difícil. Este artigo encerra apenas uma sugestão para aqueles que ainda não possuem método próprio de estudo. É mais uma descrição de uma experiência pessoal do que uma receita. Si alguém tiver ocasião de aplicar este plano verá que se torna necessário adaptá-lo à sua personalidade e aos seus hábitos.

As obras indicadas, para uns pouco representam em face de sua capacidade e curiosidade; para outros serão suficientes. O estilo dos autores talvez não agrade a muitos, o que determinará a procura de outros historiadores.

No entanto um fato é verdadeiro e resistirá a todas as críticas: *A NECESSIDADE DE ESCOLHER UM ÚNICO OBJETIVO, PARTIR PARA SUA CONQUISTA ARMADO DE UM PLANO E EM SEGUIDA AVANÇAR ACONTEÇA O QUE ACONTECE.*

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

(Estudos correlativos especialmente no campo da Geopolítica)

Major OMAR EMIR CHAVES

NOTA DO AUTOR: — Este é o texto de uma conferência lida no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 6 de Março de 1945, quando de nossa reunião no solar do Barão de Guajará.

O título adotado foi-nos sugerido pelo Exmo. Sr. General Cândido Mariano da Silva Rondon.

NOTA DA REDAÇÃO: — Julgamos interessante divulgar no meio militar este valioso estudo, que em conjunto permanece perfeitamente actual. Muitos dos conceitos expressos pelo Autor, aliás, vêm sendo sancionados pelos acontecimentos mundiais.

Esperamos que outros camaradas nos enviem também colaborações sobre tão fascinantes temas como são os relacionados com a Geopolítica.

Antes de abordar o tema escolhido, desejo fazer bem patente que as ideias e opiniões que forem emitidas, têm um cunho absolutamente pessoal e nem de longe, refletem o pensamento, oficial ou não, do Exército ou de seu Quadro de Estado-Maior, em nome dos quais não poderei falar sem prévia autorização.

— A amplitude dos assuntos a contrastar com as pequenas disponibilidades de tempo, obrigaram-me a discorrer em largas pinceladas sobre as questões abordadas, sem contudo desfigurá-las ou mudar-lhes a situação.

— A formação histórica das fronteiras brasileiras, teve dois pontos de referência bem distintos que marcaram acções caracterizadas, pela mancira de agir dos elementos colonizadores. O primeiro deles, o TRATADO DE TORDESILLAS, negociado quando se achava em plena pujança o gênio português das navegações, como consequência e reivide ao acto papal de participação do Mar Oceano, é um instrumento impar talvez na história do mundo, posto que dividia o inexistente, o futuro, o desconhecido. Assim é que, em 1494, quando ainda não existia, passou a ter fronteiras o BRASIL.

— Incontestavelmente constituiu o TRATADO DE TORDESILLAS uma vitória extraordinária da diplomacia portuguesa, supervisionada a esse tempo por D. JOÃO II, hábil e maneiroso so-

berano, sabendo usar com finura o teor das intrigas palacianas internacionais, tão em moda na época. Mas, D. JOÃO não era sómente o rei, senão também o empresário e director técnico dos empreendimentos marítimos portugueses, assessorado por cosmógrafos ilustres, portadores de toda a ciência náutica até então conhecida. Conveniente da predestinação marítima da LUSITANIA, que, como imperativo geográfico, fora lançada aos descobrimentos pelos que o precederam no mando, continuou D. JOÃO a incentivar e estimular os navegantes de então, dirigidos e programados dentro do plano traçado em SAGRES, maior repositório de conhecimentos náuticos e geográficos daqueles tempos. Assim foi que, quando da oferta de COLOMBO, já PORTUGAL sabia da existência de terras que se interpunham entre as INDIAS e a EUROPA, através das notícias obtidas dos mouros, em cujos arquivos existiam, como actualmente ficou provado, mapas relativos à costa SUL-AMERICANA, desde tempos muito anteriores, dos quais, cópias fotográficas existem na mapoteca do ITAMARATI.

— O TRATADO DE TORDESILLAS, se para a ESPANHA foi um passo no escuro, para PORTUGAL foi a certeza de obter terra firme no actual continente americano. Permanecer nos limites traçados pela Bula "INTER CETERA" de 4 de maio de 1493, seria fazer abortar a grande empresa imposta pela posição geográfica, ajudada pela índole aventureira e comercial dos cristãos-novos da LUSITANIA, tudo isto num ambiente em que a indústria e o desenvolvimento científico permitiam ao homem fazer-se ao mar temerário e mau.

— A conquista de CEUTA e da COSTA africana, por si só tornou para PORTUGAL um imperativo categórico a conquista da costa sul-americana, em consequência das leis dos contactos geográficos.

— TORDESILLAS assegurou para as armas das QUINAS, a certeza no prosseguimento, rumo a Oeste, do surto expansionista iniciado sob forma sistemática e científica pelo Infante D. HENRIQUE. Nominativamente estava garantida a "cabeça de ponte" no NOVO MUNDO, restando agora promover as disposibilidades dos meios, para, em segurança na EUROPA, tomar posse da terra, talvez já reconhecida mas que se ainda não o tinha sido, o foi em 1497 por DUARTE PACHECO.

— O casamento de D. MANOEL com a infanta espanhola, trouxe o momento assado para, a coberto do parentesco, assegurar a imobilidade das forças espanholas no continente, muito superiores, e lançar-se à ocupação de SANTA-CRUZ levantando o véu misterioso da existência do BRASIL, mediante uma história pouco verídica.

— Possuindo a "cabeça de ponte" no novo continente, o problema resumia-se em reunir homens e armas em condições de ampliar-las, seja no sentido da vastidão da costa marítima, sob a imposição, ainda de uma das leis dos contactos geográficos, seja no sentido da profundidade, terra a dentro, num primeiro estágio, até onde as condições topogeográficas permitissem uma linha de defesa contra a agressão do inimigo terrestre. Assim é que vimos, no BRASIL, primeiro provocarem-se as costas, nuclearem-se os homens em pontos propícios da fímbria marítima, para depois, fazerem-se ao sertão, guiados sempre pelos caminhos naturais dos vales e das cumeadas.

— A Escola de SAGRES, porém, já havia produzido os seus efeitos e a consciência nacional portuguesa, em todos os seus quadrantes, resava agora por uma mesma cartilha, numa mesma doutrina, a ponto de criar acções reflexas no povo lusitano, que a partir deste momento, mesmo independente de acção diretora, estava sempre pronto à conquista e à aventura. E assim, numa apoteose de bandeiras e penetrações, enquanto dormia ESPANHA nos coxins palaceanos, PORTUGAL, embora tutelado, agindo através da consciência gerada pelo nome de SAGRES, num verdadeiro passe de magia, como numa história de mil e uma noites, recua o meridiano pactuado, para além da sua representação geográfica, até onde a velocidade restante da força de expansão portuguesa levou a gente lusa pelo espaço geográfico, que condicionou e orientou as entradas, de molde a formar um conjunto estratégicamente estável, ante as possibilidades da metrópole, encaixada no quadro histórico do momento.

— E a fronteira traçada? Foi mero pretesto para a permanência e continuidade do esforço expansionista Português e jamais, os próprios fatos comprovam, PORTUGAL pretendeu demarcar o meridiano de TORDESILLAS, que teve sempre uma existência teórica e fictícia.

Porque tentar a lusa gente o suicídio, dando-lhe existência real, quando já nas ÍNDIAS principiavam os revezes?

— Impunha-se pois, para PORTUGAL, decidir qual das regiões ameaçadas deveria ser elegida como capital, para onde então seria drenada a maioria dos recursos humanos disponíveis. Ainda uma vez, por imposição da GEOGRAFIA e da POLÍTICA, foi o BRASIL tomado como teatro principal e o envio dos reforços foi dirigido para o continente americano.

— A onda expansionista se propagou e no limite estacionou. Foi atingido o limite de elasticidade e urgia, não sómente evitar que fosse excedido, mas também que fosse mantido o "statu quo" alcançado.

— PORTUGAL, que até então mantinha uma atitude ofensiva, tinha agora de passar à defensiva, afim de manter o espaço conquistado. Os lusiadas que até então tinham feito do meridiano de TORDESILLAS um limite teórico, teriam de correr agora para um novo instrumento, capaz de fazer sentir o seu efeito estabilizador. Era a fase defensiva que se impunha e ALEXANDRE DE GUSMÃO, o "avô dos diplomatas brasileiros", aproveitando-se da oportunidade em que a Infantaria portuguesa D. BARBARA reinava em ESPANHA ao lado de seu amado e submisso espôs, concertou e fez assinar o tratado de MADRID de 1750, que numa antevisão de cem anos, delineou as fronteiras atuais. Tal o segundo ponto da conferência.

— O tratado de 1750, continha em seu bójo os princípios de "uti possidetis", do panamericanismo e da boa vizinhança, princípios estes que, por se ajustarem à história de até hoje, dentro do ambiente geográfico das AMÉRICAS, deverão reger a política continental de amanhã.

— O que tinha TORDESILLAS de agressivo, continha o tratado de MADRID em espírito defensivo.

— Estes tratados representaram indubitablemente duas belas vitórias diplomáticas, mas todos dois ditados, antes de tudo pelo fator geográfico, seja permitindo a continuação do impulso lusitano, seja permitindo a manutenção da conquista realizada dentro dos moldes indispensáveis dos conjuntos geopolíticos estabelecidos pela época.

— Estava enfim traçada a configuração definitiva do BRASIL, que a manterá inalterável certamente, até que variem os parâmetros político e histórico, determinando, consequentemente a variação do parâmetro — espaço geográfico.

— Os pruridos de liberdade avolumaram-se e, por fim, no limiar do século XIX, concretizaram-se, para a AMÉRICA ESPANHOLA pela sua subdivisão e independência, e para a AMÉRICA PORTUGUESA, na libertação una do BRASIL.

— Para nós o equilíbrio social fora ligeiramente modificado, mas o fenômeno político permaneceu inalterado, o imperativo histórico continuou da mesma maneira, consequentemente as necessidades em território permaneceram invariáveis. De forma diferente se processou a independência das repúblicas ispano-americanas, em que o quadro político foi profundamente alterado, trazendo como consequência, alterações correspondentes no espaço geográfico de cada uma delas. Ainda aqui uma política imprecisa, guiada pelo terreno, levou a soluções jurídicas.

— Herdamos de PORTUGAL a política, o terreno e a história, cumpria-nos portanto, dentro do mesmo quadro gerado pelo determinismo geográfico, modificado pelas possibilidades do nosso povo,

conservar os mesmos marcos assentados em 1750, ajustados certamente às flutuações decorrentes da reorganização política da AMÉRICA ESPANHOLA.

A abrogação do tratado de 1750 pelo de EL PARDO de 1761, a anulação pela guerra do tratado preliminar de SAO ILDEFONSO de 1777, não revigorado pelo tratado de paz de 1891, deixou-nos sem direito escrito para solução das nossas fronteiras, que teriam de sofrer uma inevitável adaptação ante o esfacelamento da AMÉRICA ESPANHOLA, logo caracterizada pela posse daqueles pontos indispensáveis à garantia da nossa integridade territorial. Assim sendo, de todo o vendaval revolucionário, somente subsistia o princípio estabelecido em 1759 do "uti possidetis", aceito e praticado por todas as partes interessadas no estabelecimento de lindes duradouras.

— Por herança e determinação tivemos de levar por diante a mesma política defensiva da manutenção e estabilização das fronteiras atingidas, e assim, o governo imperial consertou e tratou com todas as nações limítrofes, linhas divisórias que representassem, onde o surto colonizador atingiu, a legítima ocupação do terreno, assegurador da defesa territorial e do livre trânsito para o comércio pacífico estabelecido. Naquelas partes incultas e desconhecidas, foram as estipulações do último tratado que vigorou no regime colonial.

— Quão acertado estava o governo imperial em estabelecer o "uti possidetis" como princípio a obedecer nas fronteiras colonizadas ou desconhecidas, como errado estava, na aceitação do tratado de 1777, nas partes incultas, o qual, pelo desconhecimento da geografia, contrariou os princípios do determinismo, mesmo em face da possibilidade do homem, criando a questão ACREANA e consequente anexação do território, e outras que, em latência esperam-nos num futuro não muito distante.

— E assim, quando do estabelecimento do tratado de limites com a República ARGENTINA, o governo de S.M. D. PEDRO II, através da palavra autorizada e patriótica do VISCONDE DO RIO BRANCO, fez públicos, em declaração escrita, os princípios segundo os quais negociaaria com todas as nações vizinhas as questões fronteiriças cujo teor transcrevemos: "O Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito escrito para a demarcação de suas raias com os Estados vizinhos, tem adoptado e posto as únicas bases razoáveis e equitativas que podem ser invocadas: "uti possidetis", onde existe, e as estipulações do Tratado de 1777, onde elas se conformam ou não vão de encontro às possessões de uma e outra parte contratante".

"Estes princípios têm por si o assenso da razão e da justiça e estão consagrados no direito público universal. Rejeitados eles, o único princípio regulador seria a conveniência e força de cada nação".

Estava assim proclamado de público, a política a seguir pelo

governo imperial para o estabelecimento das nossas fronteiras, política esta continuada pelo BRASIL REPÚBLICA, até final conclusão dos acordos internacionais, hoje assinados com todos os nossos lideiros.

— Como acabamos de ver, a formação das nossas fronteiras foi presidida pela concorrência de três fatores: o geográfico, o político e o histórico.

— Difícil não será pois verificarmos o entrozamento desses elementos na solução dos problemas dessa natureza, gerando assim uma inter-dependência de acções que atuam preponderantemente sobre o homem, seja nas suas relações com o meio geográfico, seja nas conexões normativas para com o aglomerado humano, seja ainda reagindo no tempo, face ao ambiente político e geográfico.

— Assim é que, de estudo das reações produzidas pelo terreno sobre o homem e deste sobre aquele, surgiu a necessidade de fixar melhor a posição da espécie humana face ao meio geográfico, de forma a compartimentar precisamente os fenômenos correlatos. Como consequência dessas ideias o destino da geografia, passou a ter um sentido mais científico e concreto; puderam então ser estabelecidas normas diretoras e princípios que permitiram analizar a evolução do homem no orbe.

— Do estudo dessa série de fenômenos, surgiu a Escola de RAZEL, que estabeleceu a teoria do determinismo geográfico, concluindo pela preponderância do terreno sobre o homem. De outro lado, o célebre geógrafo francês VIDAL DE LA BLACHE estudando esses mesmos fenômenos, particularmente aqueles produzidos pelas reações do homem em presença do elemento geográfico tiranizante, como consequência das possibilidades desse mesmo homem alterar com os recursos da ciência, o aspecto da geografia, estabeleceu a escola de possibilismo geográfico. Todas duas perfeitamente ajustadas ao estudo da Geografia Humana, coexistem em luta perene, parecendo-nos porém, sem filiar-nos exclusivamente a qualquer delas, que ainda a geografia prepondera sobre o homem, apesar das imensas possibilidades deste, aproveitando-se do enorme cabedal científico. A maioria dos geógrafos patrícios, escolheram um ponto de vista intermediário entre estas duas escolas, considerando de cada uma delas, os princípios que melhor se têm ajustado.

— Se porém encararmos a solução do problema, face ao homem como coparticipante do Estado, veremos então concorrer no fenômeno, fatores de ordem política e o resultado das verificações serão conclusões capazes de esclarecer e definir as reações da Política face ao meio geográfico, seja estabelecendo as variações do espaço geográfico condicionadas às necessidades económicas, demográficas e estratégicas, seja planificando o possibilismo do homem em relação ao meio.

— Não nos esqueçamos porém que os povos têm sempre a sua

história e que ela reage profundamente sobre a política, dai essas reações, condicionadas ao meio geográfico, determinarem as possibilidades de um povo num quadro futuro. Assim sendo, a política aplicada à Geografia variando no tempo, estabelece um certo número de leis e princípios que reunidos num corpo de doutrina, dá-nos os fundamentos da GEOPOLITICA, ciência nova, segundo a qual ser-nos-á permitido determinar as condições futuras do equilíbrio político universal.

— Se a GEOPOLITICA é a ciência da PAZ, poderá ser também transformada em ciência de GUERRA. Sobre esses aspectos mostraremos as tendências da GEOPOLITICA, como elemento sistematizador das leis que regem a POLÍTICA dos ESTADOS quanto à formação da sua configuração geográfica. A GEOPOLITICA ao serviço da estratégia é sempre uma POLÍTICA de GUERRA, às ordens porém da ECONOMIA UNIVERSAL, será indubitavelmente a ciência da paz e do progresso.

— Desde a mais remota antiguidade, os grandes geógrafos e políticos, vêm estabelecendo leis de GEOPOLITICA, embora ocasionalmente e mediante os mais variados processos de investigação, seja no DE BELLO GALLICO de CEZAR ou nas memórias de NAPOLEÃO BONAPARTE, ou ainda em muitas outras fontes da sabedoria humana de antanho. Estas leis e princípios porém, sómente por KJELLEN foram codificadas e organizadas em corpo de doutrina, permitindo desde então, a sistematização dos meios de pesquisas e estabelecimento enfim dos fundamentos da nova ciência. Esta última parte elevada a efeito por HAUSHOFER, no seu INSTITUTO DE GEOPOLITICA de MUNCH.

— O grande inspirador porém, de KJELLEN e de HAUSHOFER, foi, além de RATZEL, o notável geógrafo inglês Sir HALFORD MACKINDER que, numa antevisão admirável, indicou as linhas mestras da solução política do equilíbrio mundial em presença do imperativo geográfico.

— MACKINDER quando lançou o seu ponto de vista da política universal futura, mostrou as possibilidades da RUSSIA quanto ao domínio político e económico de todo o orbe, desde que, atingido à maturidade o seu problema demográfico-económico, lançasse a expansão, seja para Oeste sobre a EUROPA, seja para o Sul sobre a CHINA, uma vez que está situada na região central da EURASIA, absolutamente auto suficiente económico e estrategicamente, na "terra coração" e portanto detentora, numa figura de fisiologia, do órgão vivificador. Dominada a "ILHA MUNDO", pelas leis de grande número e dos contactos geográficos, seriam absorvidas a ÁFRICA e as AMÉRICAS.

— Quanto à posição das ANÉRICAS no concerto mundial de amanhã, discordamos das assertivas de MACKINDER e de HAUSHOFER. A maneira como lançou Sir HALFORD a sua solução do

problema da paz no VELHO CONTINENTE, tanto pela forma como pelo ambiente, caracterizou a sua feição nitidamente defensiva. Alentava a política inglesa para que usasse contramedidas pacíficas, no sentido de conter a expansão tartaro-slávia, ou ainda, teuto-tárto-slávia.

— Em contraposição ao sentido defensivo de MACKINDER, HAUSHOFER lançou as bases da GEOPOLITICA Alemã, com espírito puramente agressivo, programada na conceituação do NACIONAL SOCIALISMO, exclusivamente a serviço do ESTADO-MAIOR ALEMÃO, com a finalidade de criar uma consciência da necessidade de espaço vital, de uma densidade e orientação demográfica para a realização do plano GEOPOLITICO e de uma linha de fronteira estrategicamente estável. Assim sendo, toda a essência da POLÍTICA GEOGRAFICA do REICH foi dirigida para Leste, encarando a conquista da "terra coração". Desde cedo deu-se início a preparação psicológica do povo teuto no sentido de ter o seu maior inimigo na RUSSIA. ROZEMBERG porém, com a sua questão racial, criou sérias dificuldades às teorias haushoferianas e à política do Exército.

— A permanente idéia de conquista de espaço, procurando obter numa primeira instância a auto-suficiência estratégica e econômica, deixava para um segundo lance o domínio da RUSSIA e numa terceira etapa o subjugamento da EURASIA. Esta sequência de ações, deixa bem patente o plano ofensivo de corpo de doutrina da GEOPOLITICA ALEMÃ, seja por uma sistematização nos processos de investigação, seja por vontade firme e disciplinada.

— Será interessante assinalar, que dentro da idéia de MACKINDER e particularmente na de HAUSHOFER, o grande imperativo geográfico consistia na aceitação de predominância do espaço marítimo, alterando assim profundamente a estruturação da política mundial, uma vez que a política internacional Inglesa, dominante então, apregotava, como ainda hoje, a preponderância do espaço marítimo. Assim foi que, como primeira reação da EUROPA, surgiu o propalado "PERIGO AMARELO", em que se pretendia reviver a história das invasões já sofridas em tempos passados.

— Neste ambiente doutrinário estalou em 1939 a grande matança que ainda hoje perdura, desencadeada certamente pela ALEMANHA, em busca da "terra coração". Já se lhe vê o fim, e a derrota militar alemã proporcionará ao russo a realização da sua primeira fase para a conquista da "ILHA MUNDO" na direção do Oeste, cujo avanço será marcado, por uma linha estrategicamente estável, incluídas as zonas de influência, que servirá como limite até que se verifique a reconstrução econômica soviética, o restabelecimento necessário do índice demográfico e a assimilação ou redução dos núcleos de cultura estrangeira.

— Aliás a expansão russa para o Oeste como um imperativo

categórico da sua geografia sempre foi manifesta, apenas fracassada até então pela insuficiência dos fatores demográfico e cultural. Por tal forma vemos que a solução do problema GEOPOLITICO russo é francamente expansionista e ofensivo, tendente inexoravelmente à conquista da EURASIA.

— Em presença ainda das leis da GEOGRASIA, surge para as AMÉRICAS, conjunto GEOPOLITICO perfeitamente definido, na parte ATLANTICA e em relação a costa EUROPEIA e ÁFRICA-NA, imposições de caráter estratégico como seja evitar a completa dominação ou influência do elemento expensor, na orla marítima euro-africana do Oeste, realizando uma cobertura no próprio continente, localizada, particularmente nas ILHAS BRITÁNICAS, FRANÇA, PENÍNSULA IBÉRICA e saliente africano; vigiar atentamente os movimentos aéro-návrais no Leste, defender intransigentemente o CONTINENTE AMERICANO, elegendo como baluartes principais de defesa, a região de FLÓRIDA na AMÉRICA DO NORTE e o saliente nordestino no CONTINENTE SUL-AMERICANO. Assim traçado, em grandes linhas o plano defensivo Americano na frente atlântica, impõe-se agora, face ao determinismo topográfico das populações americanas, orientar a política no sentido de poder sobreviver, na variação do tempo futuro, às vicissitudes que certamente se nos anteporão.

— Desde logo cresce para nós de importância a protuberância nordestina e consequentemente surgem obrigações inadiáveis para o problema GEOPOLITICO brasileiro, em presença do plano de defesa das AMÉRICAS, comportando sem dúvida uma solução demográfica e um planejamento agro-industrial.

— Como faixa intermediária e de ligação do sistema de comunicações entre as AMÉRICAS e Inter-Oceânica, surge a zona que compreende a AMÉRICA CENTRAL e em justaposição, pelo sul, a grande AMAZÔNIA.

— Tentaremos agora vislumbrar a posição futura da bacia Amazônica num ensaio de GEOPOLITICA, em presença da situação estratégica das AMÉRICAS e das necessidades brasileiras, quanto à sua política interna e externa.

— Sob qualquer dos aspectos apontados, é sempre o comportamento do homem em relação ao meio, que determina a evolução política da região, em concorrência com as imposições do conjunto nacional, que por sua vez sofre as influências da política continental e mundial.

— Assim sendo, passemos a examinar, dentro das diretrizes políticas nacionais e continentais, a orientação a seguir na AMAZÔNIA BRASILEIRA, de forma a permitir a perfeita integração do BRASIL na realização da defesa, e do progresso equilibrado das AMÉRICAS.

— Examinamos em primeiro lugar as imposições da natureza sobre a espécie humana pela intervenção das condições geológicas,

topográficas, botânicas e climatéricas, para então concluirmos parcialmente quais as reações que se poderão produzir. As pequenas possibilidades da exploração dos recursos minerais, a quase nenhuma movimentação do solo sulcado de vias navegáveis, a hyléa exuberante, farta e rica em espécimes que se disseminam irregularmente na vasta região, aliada ao clima ingrato e áspero, impõem à AMAZÔNIA uma localização ribeirinha, uma manutenção fácil e uma vida nómade, condições estas comprovadas no estudo da vida do Ameríndio amazônico. Assim, nos primórdios da colonização portuguesa do vale, verificamos esta realidade geográfica, que se traduziu pela exploração da "droga do sertão".

Intervém depois o progresso e a civilização, para, transformando a economia regional, dar-lhe um aspecto agro-pecuário e rudimentarmente industrial.

— A ação modificadora do homem, em pequeno número que não tinha ido além de uma tentativa da sua fixação ao solo, foi desejada e então assistimos, com a coadjuvação de um comércio desumano e egoista, voltarmos ao período da "droga" num patente processo de involução.

— Na AMAZÔNIA, onde tudo é grande, tem de ser grande também o homem para enfrentar e resolver os seus grandes problemas.

— Assim, para neutralizar os efeitos dissociantes e agressivos do meio, se impõe uma planificação das possibilidades do homem de forma a constituir um programa capaz de resolver o problema geopolítico.

— Inicialmente se impõe a necessidade de aumentar o índice demográfico, pelo incremento da imigração e sua consequente conservação pelo saneamento constante das zonas habitadas.

— Orientar os aglomerados de forma a permitir um melhor aproveitamento da grande rede de comunicações fluviais, realizando as comunicações interiores, particularmente no sentido NORTE/SUL, tendo em vista a ligação interamericana uma vez que o rio AMAZONAS é a grande via LESTE/OESTE.

— Readaptar os núcleos já existentes e fazer u'a melhor distribuição de novos, objetivando o problema estratégico das fronteiras e a ocupação estável do território.

— Inicia uma exploração agro-pecuária sob moldes científicos, não só buscando uma auto-suficiência, se não também estabelecendo reservas.

— Estabelecer um sistema de bases aéreas e campos de pouso, que assegure a vigilância e o tráfego aéreo e marítimo na costa ATLÂNTICA e as comunicações e transportes no "hinterland".

— São estas as condições de caráter demográfico econômico e estratégico que ao meu vêr, orientarão a política brasileira no futuro com relação a grande bacia equatorial, condicionadas certamente às variações do espaço GEOGRÁFICO.

A INVASÃO DA EUROPA

— Operações no Noroeste da Europa de 6 de Junho
de 1944 a 5 de Maio de 1945 —

Relatório do Marechal de Campo Visconde MONTE-
GOMERY de ALAMEIN.

Tradução, adaptação e notas do Capitão
OCTAVIO ALVES VELHO

(Continuação do n.º anterior)

RECAPITULAÇÃO E COMENTÁRIOS

Descrevi a parte desempenhada pelo 21.º Grupo de Exércitos e pelos Exércitos a mim subordinados, de 6 de Junho de 1944 a 5 de Maio de 1945, e ser-me-ia grato valer-me do ensejo para exprimir minha apreciação sobre as extraordinárias missões de que se desincumbiram as Fôrças Navais, Terrestres e Aéreas durante a campanha.

Antes do desencadeamento da operação, cabia às Fôrças Aéreas criar as condições favoráveis para o bom êxito do desembarque e da posterior evolução das operações em terra. Tanto o Exército como a Marinha confiavam em que isto seria realizado, e de facto o foi. Os bombardeiros pesados do Comando de Bombardieio e da Fôrça Aérea Americana efetuaram um trabalho esplêndido, debilitando a Alemanha em geral, e, em particular, destruindo o sistema ferroviário inimigo, o que reduziu enormemente a sua mobilidade quando se iniciaram as operações.

Até que o Exército pusesse o pé nas praias, estava completamente nas mãos da Marinha e das Fôrças Aéreas para seus desembarques marítimos e aéreos.

Uma vez em terra o Exército, todas as operações militares assumiram o aspecto nítido de operações combinadas do Exército e da Aeronáutica; a poderosa arma do poder aéreo habilitou aquele a conduzir suas operações com felizes resultados e com muitíssimo menos baixas que teria de outra forma. O Exército dependeu inteiramente da Marinha e das Fôrças Aéreas para manter comunicações seguras através do mar com nossa base insular na Grã-Bretanha.

Desejo tornar patente que o Exército tem uma incomensurável dívida de gratidão para com a Marinha e as Fôrças Aéreas e que com-

prende perfeitamente a interdependência em que se encontram para a consecução de todas as operações militares.

Por outro lado, gostaria de acrescentar algumas observações quanto ao emprego das várias Armas e Serviços do Exército, particularizando-as relativamente à própria campanha.

— ADMINISTRAÇÃO — (27)

A fase inicial da campanha ficou grandemente sujeita aos felizes resultados do planejamento administrativo. A tarefa a empreender foi assombrosa, e em termos correntes equivaleu à exportação para além-mar de uma colectividade do tamanho da população de Birmingham. Mais de 287 000 homens e 37 000 veículos foram previamente carregados nos navios e pranchões de desembarque para o assalto, e nos primeiros trinta dias ascenderam a 1 100 000 homens os contingentes Britânicos e Americanos postos nas praias.

Impôs-se prever e prover tudo o que é exigido para uma batalha estática de envergadura, seguida de perto por uma vertiginosa progressão de umas 400 milhas (640 Km), o que implicou no desembarque de aproximadamente 200 000 veículos e 750 000 toneladas de material durante o período de tempo correspondente. E posso asseverar que, mesmo diante de circunstâncias tão incomuns, as operações planejadas jamais sofreram um retardo de um dia sequer por deficiência de recursos administrativos.

A princípio as fabulosas quantidades de material necessário foram desembarcadas em praias abertas (28), para o que foi de grande ajuda o "Mulberry" (29). O material era remetido para um certo número de depósitos de campanha e dai então encaminhado às tropas. Tão logo se ofereceu oportunidade, tais depósitos foram centralizados em uma única organização intitulada Zona de Manutenção da Retaguarda.

Quando sobreveio a ruptura na Normandia, despontaram inúmeras complicações, porquanto as Linhas de Comunicação alongaram-se em pouco tempo de Bayeux até Antuérpia, isto é, numa extensão da ordem de 400 milhas (640 K); todas as pontes sobre o Sena estavam destruídas e os recursos ferroviários impressionantemente reduzidos. Com o fito de sustentar o ritmo da progressão, reduziram-se o embarque e a descarga de material a um nível bem aquém das necessidades diárias da tropa, de forma a liberar o maior número possível de caminhões dos pontos de desembarque em benefício da zona de combate. Isto scarretou o consumo das reservas acumuladas na Zona de Manutenção da Retaguarda, e tornou-se assunto de máxima urgência a obtenção de bases mais avançadas e o encurtamento das Linhas de Comunicação. Estávamos em situação precária, fiando-nos na abertura dos portos de

Canal — particularmente o de *Dieppe* — antes que se exaurissem nossas reservas. Porém, na guerra devem-se aceitar riscos administrativos tão bem como se aceitam os riscos táticos: — o que importa é que o chefe tenha discernimento bastante para saber quando os riscos se justificam ou não.

Gradativamente, o sistema ferroviário foi sendo restabelecido, e quando, afinal, o porto de *Antuérpia* foi reaberto ao tráfego marítimo, tornou-se-nos possível basearmos o funcionamento de nossos Serviços nos depósitos estabelecidos entre élle e *Bruxelas*. Os portos do *Canal*, prosseguiram trabalhando subsidiariamente.

Mencionarei um dado digno de nota sob o ponto de vista administrativo que ficou provado durante a campanha. Refere-se à relativa constância da quantidade total necessária em munições e carburantes, muito embora, naturalmente, o vulto de cada uma dessas classes de suprimentos seja função do tipo de batalha que estiver sendo travada.

Não me é lícito, neste relatório, descer a minúcias concernentes à vasta e complicada maquinaria exigida para apoiar um exército móvel em operações. Quero, entretanto, destacar a proeminência indiscutível dos Movimentos e Transportes: — sens espinhos, nesta campanha, foram infinitos. Houve as inúmeras dificuldades técnicas e de engenharia ligadas à reparação e à exploração de portos, ferrovias e sistemas de transporte fluvial, destruídos ou danificados, de quatro países Europeus. Tiveram que ser construídas pontes sobre obstáculos do vulto do *Sena* e do *Reno*. Provavelmente foi mais notável ainda o quebra-cabeças de coordenação e distribuição do tráfego pelos vários meios de transporte, bem como o preparo de organizações para explorar tais serviços utilizando os diferentes sistemas nacionais.

Os serviços "A" (30) também tiveram de se haver com impedimentos especiais. Os cálculos dos reforços necessários, bem como uma repartição equitativa para cada Arma e especialidade, demandaram uso considerável de previsão e experiência, e influíram ponderavelmente no desfecho feliz das operações. Lembrarei igualmente o Serviço de Bem-Estar (31) que alcançou um padrão de que jamais o Exército se aproximara anteriormente.

Honra incomum cabe aos vários Serviços e Departamentos que tão brilhantemente levaram de vencida suas crises e embaraços, dando plena demonstração de eficiência.

— EQUIPAMENTO ESPECIALIZADO —

Desde os primórdios do planejamento para o dia *D*, tornou-se evidente que se careceria de equipamento blindado especial para fazer face às defesas de praia. Uma das recomendações decorrentes da in-

cursão preparatória de *Dieppe*, aliás, foi realmente a de que deveria ser conduzido pessoal de Engenharia nos blindados até os obstáculos de concreto nos quais seria preciso abrir brechas. Esta ideia evoluiu no sentido de se recorrer a meios mecânicos para colocar ou arremessar as cargas explosivas do próprio interior dos carros de combate, sem expor as guarnições. Dentro da mesma ordem de cogitações, construíram-se pontes transportadas sobre os carros de combate, para a transposição de fossos anti-carro, capazes de serem instaladas mecanicamente por operadores de bordo dos carros.

O estudo dos aspectos particulares de que se revestiam as defesas de praia da *Normandia* deu ainda lugar à preparação de outros tipos de equipamento especializado. Usaram-se esteiras de aço lançadas pelos carros para atravessarem trechos de areia solta ou lama nas praias; um carro de combate sem torre foi empregado para servir de rampa sobre o qual os outros veículos pudessem galgar as muralhas do litoral; lançou-se mão dos carros-mangual, para limpeza de minas, e dos carros anfíbios, para integrarem o escalão de assalto associados aos carros do combate de Engenharia, com os quais constituíram turmas de assalto perfeitamente adestradas.

Os blindados especializados contribuiram poderosamente para o bom êxito dos desembarques. As defesas de praia foram vencidas em pouco tempo e a nova técnica de desembarcar uma grande massa de blindados no início do assalto propiciou excelentes frutos.

A proporção que se sucediam as operações, crescia a necessidade de engenhos blindados especiais. Os carros varredores de minas, carros lança-chamas e carros de Engenharia foram de incalculável valia contra as defesas fixas existentes em torno dos portos. O lança-chamas "CHURCHILL" mostrou-se magnificamente eficaz durante toda a campanha; foi de invulgar efeito sobre o moral inimigo e poupar-nos muitas baixas.

A técnica utilizada no dia *D*, de desembarcar desde o inicio e rapidamente concentrar os blindados, foi também posta em aplicação na travessia do *Reno* e do *Elba*, o que se logrou fazendo uso dos carros de combate anfíbios e dos engenhos anfíbios de assalto, a bordo dos quais se transportaram infantaria, viaturas leves e armas de apoio. Foram sobretudo esses engenhos que permitiram o prosseguimento das operações de inverno através as regiões inundadas entre o *Maas* e o *Reno*.

Apareceu, além disso, a necessidade de transportes blindados para pessoal e foram improvisados retirando-se as torres a carros de combate. Seu emprego proporcionou mobilidade blindada à Infantaria, tornando-a apta a acompanhar de perto os Carros durante o ataque e a perseguição. Destes veículos, cognominados "*Cangurus*", ocuparam-me ei mais adiante.

Todos esses variados tipos de equipamento foram centralizados, para fins de instrução e administração, em uma formação especial: — a 79.ª DB. A medida que as operações o impunham, eram distribuídos pelas diversas formações e unidades. Ao Cmt. da DB cabia fornecer os conselheiros técnicos e especialistas necessários ao emprego do material em todos os escalões. Concluiu-se que tal centralização era indispensável para obter a flexibilidade e para organizar um programa controlado de reparações, reposo e substituição.

— BLINDADOS —

O R.C.B. (32) ultrapassou nesta campanha suas melhores tradições. É bem verdade que lhe foi assegurado o conveniente escalonamento de reservas e durante a luta desenvolveu-se ao máximo sua flexibilidade e adaptabilidade.

O que há de mais notório a dizer é que bastam dois tipos básicos de carros de combate: — o carro capital (para o combate) e o carro leve (para o reconhecimento).

O carro capital deve ser uma arma de emprego geral, não só capaz de agir com a Infantaria no ataque e no combate aproximado, mas análogamente apto a operar nas pontas de lança da D.B. durante a perseguição. Tenho a convicção, como consequência da experiência adquirida de Alamein ao Báltico, que é absolutamente errôneo querer produzir um carro para cooperação com a Infantaria e outro para integrar as D.B. Precisamos de um carro que cumpra as duas missões. Aprendi que o emprego generalizado dos blindados é um poderoso meio para alcançar a vitória no campo de batalha.

— ARTILHARIA —

Os artilheiros elevaram-se a grandes culminâncias nesta guerra e duvido que jamais a Artilharia tenha sido tão eficiente quanto o é em nossos dias.

No que diz respeito ao futuro da Artilharia, é muito importante adoptar uma organização correcta, com o devido equilíbrio entre canhões rebocados e canhões auto-propulsados.

Os consumos de munição foram estarrecedores nesta campanha, e estas conclusões decorrem da experiência obtida. Verificou-se que um grande número de granadas de pequeno calibre, em um dado intervalo de tempo, produz muito maior efeito do que o mesmo volume de fogo obtido por meio de granadas de grosso calibre. É interessante observar, a par disso, que existe um limite para a duração do bombardeio, passa-

do o qual o moral do inimigo nada mais sofre e a munição é esbanjada inútilmente. Constatou-se ainda que nossas próprias baixas aumentam na razão directa da grandeza da margem de segurança que separa a primeira vaga da Infantaria do fogo de apoio da Artilharia.

Tudo isso deixa bem clara a necessidade de projectis relativamente pequenos para o apoio intediato à Infantaria, em que se visam efeitos de neutralização e não de destruição. Os projectis de 25 libras (11 Kg) satisfazem, desde que apresentem bom estilhaçamento.

Lembrarei a questão da espoleta, que requer estudos e aperfeiçoamentos. Impõe-se possuir uma boa espoleta percutente e outra para funcionamento em tempo.

Finalmente, falemos da Observação Aérea. Ela provou à saciedade o seu valor, nesta campanha: — tornou-se parte integrante da técnica de tiro da Artilharia e um bom avião deve ser destinado para este mister. São necessários ótimos oficiais de Aeronáutica para o trabalho nos Grupos da Força Aérea e sua seleção deve ser feita tendo isto em mira. Por outro lado, um piloto-observador aéreo deve ser antes de mais nada um bom artilheiro: — não há dificuldade em ensiná-lo depois a pilotar.

— ENGENHARIA —

Os problemas da Engenharia foram inusitadamente formidáveis e tiveram de ser solucionados num ritmo acelerado.

Durante os primeiros dias, a limpeza dos obstáculos e minas nas praias ocasionou grande ansiedade e exigiu estudos prolongados e muciosos. Os veículos blindados de Engenharia, armados com um pardo dotado de pesada carga de destruição, foram desembarcados bem cedo e agiram com toda a força e sucesso contra os obstáculos e casamatas. O problema da instalação dos "Mulberries" ou portos artificiais foi resolvido com a excelente cooperação, em ambas as margens do Canal, entre a Marinha Real e a Engenharia. Quando a cabeça de praia principiou a se expandir, foi preciso fazer frente a destruições em grande escala — de pontes, portos, ferrovias e campos de aviação — associadas a extensiva e habilidosa minagem.

A reparação dos campos de aviação, rápida e intencionalmente destruídos, e melhor ainda a construção de novos campos, foi por si só um feito estupendo do qual dependeu o nosso apoio aéreo.

Oleodutos conjugados foram lançados em Cherburgo, atravessando o Sena em Ruão e passando em Bolonha para o outro lado do Reno.

Foram abastecidos por meio de bombas pelos navios na praia, e, posteriormente, pelo afamado "Plutão" (34). Esses óleodutos deram escoamento, no decurso da campanha, a mais de um milhão de toneladas de petróleo (35).

Perto de duas mil pontes "BAILEY" foram construídas, inclusive sobre o Sena, o Reno e o Weser, algumas das quais com extensão variava da milha (1600 m). Ficou mais uma vez manifesto que os cursos d'água, mesmo quando são rios caudalosos com trabalhos completos de destruições, não detêm um exército, a despeito do volume do tráfego militar moderno.

Os blindados e a massa de caminhões em serviço causaram estragos consideráveis nas rodovias, e a conservação destas em estado de suportarem o tráfego contínuo, especialmente nas áreas baixas e sob as pesadas condições hibernais, foi talvez a mais descoroçadora tarefa a que a Engenharia teve de fazer face. Ela foi bastante auxiliada pelo Corpo de Pioneiros, que, nesta tarefa assim como em outras muitas, realizou excelente serviço.

As destruições mais sistemáticas foram encontradas nas zonas portuárias. Todavia, ficou evidente que é impossível destruir um porto tão seriamente que não possa ser de algum modo utilizado desde que a Marinha limpe as minas que obstruem sua entrada.

Os Sapadores estavam muito bem equipados, mas cumpre sempre recordar que o elemento humano — quadros competentes e praças adestradas e de ânimo firme — é o factor mais decisivo para a Engenharia na guerra. Frequentes vezes nos ressentimos de falta de Engenharia, máxime por ocasião das operações de transposição dos grandes rios.

*

— TRANSMISSÕES —

É elementar que o sucesso das operações requer transmissões de veras eficientes. Vale a pena, no entanto, salientar que um chefe, qualquer que seja o seu escalão, deve ter no seu Oficial de Transmissões um confidente, desde os primeiros passos para a preparação dos planos.

Muito do trabalho das Transmissões foi discreto, abrangendo a multiplicidade de encargos acarretados pela exploração de um vasto sistema de transmissões. Seu objectivo constante era levar o mais à frente possível um sólido conjunto de terminais telefónicos de forma a proporcionar seguros pontos de irradiação para as transmissões no campo de batalha. Para servir ao meu próprio Q.G. Táctico (26), que

frequentemente se desloca com intervalos de dois ou três dias aplicou-se uma frequência de rádio ultra-elevada, de um tipo intrinsecamente novo (aparelho n.º 10). Isto facultou-me segura comunicação à voz com meus exércitos e meu Q.G. Principal (35).

Penso que uma das principais lições colhidas quanto às Transmissões é a necessidade de insistir para que os oficiais se sobreelevidam, cada vez mais, em proficiência técnica. O equipamento moderno complica-se e diversifica-se dia a dia e os oficiais devem conhecer tudo a seu respeito se desejarem tirar dele o rendimento máximo.

— INFANTARIA —

Maugrado as previsões em contrário, a Infantaria nada perdeu de sua grandeza no campo de batalha.

A Infantaria moderna é senhora de um armamento mais variado do que em qualquer outra época e a vida do infante depende mórtemente da perícia com que o utiliza: — para isso precisa de atingir um padrão de treinamento cada vez mais apurado. Foi uma guerra de movimento a que tivemos, mas embora o infante possa ser motorizado para a batalha, sua instrução deve mantê-lo duro e resistente: — esta é uma verdade que não pode ser subestimada nos actuais dias de tropas auto-transportadas.

A instrução do transporte blindado de pessoal é uma novidade importante no emprego da Infantaria. Habilita esta a ser transportada através as zonas batidas pelo fogo inimigo de modo a chegar descansada à região crucial do campo de batalha. O aperfeiçoamento desta técnica já foi bem apreciável e dilatou largamente os objectivos tácticos da Infantaria.

Por exemplo, no primeiro ataque em força do Exército Canadense a cavaleiro da rodovia de Falaise, a 7 de Agosto, a Infantaria transportada em "Cangurus" deslocou-se, durante a noite, até uma distância de 5 milhas (8 Km) do ponto de embarque; as últimas 4 milhas (6.5 Km) desse deslocamento foram cobertas no interior da própria posição inimiga e as tropas desembarcaram quase na orla da zona de desdobramento das P.B. do adversário: — ai então disseminaram-se por toda a zona de ataque.

A tendência para trabalhar o mais possível à noite foi enormemente facilitada pela invenção do "Luar artificial". Este artifício, proporcionado pelas baterias de Projectores, tornou-se já parte integrante da nossa organização militar e muito ajudou as actividades dos infantaria.

Teve também considerável valor nas áreas da retaguarda para a construção de pontes e o funcionamento dos órgãos administrativos.

Ainda uma vez foi a Infantaria que sofreu as mais pesadas perdas. Esta acima de minhas forças louvar suficientemente a energia e a persistência de que ela deu mostra nesta campanha. Houve Divisões que tiveram de permanecer continuamente em ação durante muitos meses — e o que é pior, mesmo durante o penoissimo inverno que experimentamos — e, apesar de tudo, portaram-se magnificamente.

— FORÇAS AERO-TERRESTRES —

As forças aero-terrestres têm agora de constituir uma das partes essenciais do Exército, pois doravante haverá frequentes ensezios em que poderão desempenhar papel saliente.

Além de sua participação directa na batalha, a simples ameaça de seu emprego pode constituir uma vantagem importante. A experiência demonstrou que tal ameaça, por si só, pode levar o inimigo a uma grande dispersão de meios na zona de combate. Por outro lado, haverá sempre a necessidade de manter tropas imobilizadas na zona da retaguarda para a defesa das regiões e instalações vitais, desde que se saiba que o adversário dispõe de tropas aero-terrestres.

O emprego dessas forças em operações de grande mobilidade é limitado, porque o tempo requerido para o planejamento de suas operações é muitas vezes inferior ao exigido para as tropas terrestres atingirem as zonas de lançamento previstas. Entretanto, em operações metódicas, tais como um ataque por via marítima ou a transposição à viva força de um curso d'água de vulto, as forças aero-terrestres denotaram ser um valioso trunfo.

O temor de uma operação aero-terrestre, a par de outras considerações, contribuiu sensivelmente para os Alemães reterem várias G. U. no *Passo de Calais* durante o período imediatamente seguinte ao nosso desembarque na *Normandia*. E nas imediações desta, a sua incerteza sobre nossos propósitos combinada com a utilização, por nossa parte, de bonecos lançados de pára-quedas, causaram o alarme e o desaumento no inimigo: — isto atrazou a chegada oportuna de muitas de suas forças ao campo de batalha.

Há uma série de servidões no emprego das forças aero-terrestres, entre as quais sobressai a insegurança sobre as condições meteorológicas. Não obstante, creio que esta limitação decrecerá futuramente de importância, já que se aperfeiçoaram os métodos científicos destinados

a facilitar a utilização das aeronaves sob condições atmosféricas desfavoráveis.

— SERVIÇO DE SAÚDE —

Nunhum relatório sobre esta campanha ficaria completo se deixasse de referir-se ao verdadeiramente invulgar êxito do Serviço de Saúde. Deve-se, contudo, lembrar que dois factores contribuiram intensamente para os resultados atingidos: — provavelmente nenhum grupo de médicos jamais teve à sua disposição material de tão boa qualidade e, por outro lado, coube-lhes cuidar de soldados vencedores.

Os homens do 21.^o Gr Ex estavam perfeitamente imunizados e instruídos; sua moral era excelente; estavam bem fardados e melhor alimentados; combateram em condições de clima a que a média dos soldados Britânicos se achava acostumada; a higiene, tanto individual como coletiva, foi extraordinariamente satisfatória; os serviços de Bem-Estar funcionaram a contento. Finalmente, tiveram parte saliente na redução das enfermidades, os efeitos estimulantes do sucesso.

Os chefes militares devem-se compenetrar de que as condições sanitárias de um exército em campanha não dependem exclusivamente da assistência dos médicos. Os esforços destes são assás simplificados quando o moral é elevado, e de todas as causas que para isto influem nenhuma sobre passa a vitória.

A incidência de moléstias entre as tropas foi praticamente a metade da consignada na última guerra (36). Atesta isso o facto de que através nossa progressão pela Alemanha, libertando campos de concentração tais como *Belsen* e *Sandbostel*, onde milhares de pessoas estavam morrendo de tifo, apenas vinte e cinco militares Britânicos contraíram esse mal, dos quais nenhum veio a falecer. Deveu-se isso à vacinação preventiva e ao suprimento e utilização conveniente do pó insecticida de nominado D.D.T.

O transporte aéreo foi de grande valia na evacuação das baixas. Graças a él mais de 100 000 feridos foram removidos da linha de frente para os hospitais. No que se refere a transfusões, foram desmedidas as quantidades aplicadas de sangue e plasma sanguíneo; um serviço coordenado de transporte aéreo e de caminhões-frigoríficos garantiu permanentemente o suprimento de sangue fresco aos cirurgiões em serviço imediatamente atrás das primeiras linhas, mesmo durante a ação da progressão através a Bélgica.

Outro dado interessante a destacar é que na outra guerra (36) morreram dois de cada três homens feridos no ventre. Desta vez, as unidades

cirúrgicas de campanha, operando nas proximidades imediatas da frente, reduziram enormemente essa proporção: — na campanha da Normandia, de cada três homens feridos no ventre dois se restabeleceram.

O tratamento dos ferimentos de guerra foi revolucionado pelo emprego da penicilina. Muitos homens que na última guerra (36 teriam transformado em inválidos permanentes, foram curados e postos em condições de retornar à frente em apenas um mês.

Em suma, os médicos estavam preparados para, ao receberem um baixado, qualquer que fosse a natureza de seu ferimento, poderem apostar 15 contra 1 como lhe salvariam a vida e restituíriam a saúde. É reconfortante comprovar que tal vantagem foi sempre satisfeita com uma apreciable margem de segurança.

CONCLUSÃO

Devo frisar que meu relatório se prende particularmente às actividades do 21.^o Grupo de Exércitos. Porém, não posso deixar de lembrar que qualquer história completa da campanha do Noroeste da Europa terá de se reportar ao esforço hercúleo dos Estados Unidos e à luta nos sectores mais ao S da zona de acção do 21.^o Gr. Ex.

Quero, da mesma forma, asseverar que o objectivo de meu relatório é que me restrinjam a uma ligeira referência ao nosso poderoso aliado Russo.

Os acontecimentos testemunharam amplamente que se estabeleceu um magnífico espírito de solidariedade entre as corporações Britânicas e Americanas, e que sob as ordens do General EISENHOWER, rapidamente se constituiu uma equipe leal e vigorosa, dando lugar a que os vários componentes da ciclópica força de invasão se amalgamassem numa maravilhosa máquina de combate.

Convenci-me, não apenas nesta campanha, mas no decorrer de toda a guerra, que o soldado na frente de batalha e o trabalhador na frente interna são membros intimamente entrosados de um único organismo. Nenhum pode ser bem sucedido sem o concurso do outro; ambos têm de se manter firmes sob o fogo e ambos têm que levar ávante sua missão, à despeito de tudo o que inimigo fizer.

Não pretendo, neste relatório, registrar os nomes daqueles que se tornaram credores de minha gratidão funcional e pessoal por seus serviços durante a campanha. Citar alguns poderia aparentar menor apreço pelos demais. Onde tantos fizeram tanto, seria ocioso mencionar nomes.

Registro tão sómente o meu profundo agradecimento e estima por todos os que comigo serviram nesta história campanha, desde o mais graduado chefe à praça mais moderna.

Para finalizar, renderei meu tributo ao admirável espirito combativo, heroísmo e fibra do soldado comum.

E se me perguntassem qual o elemento que por si só mais contribuiu para o feliz desfecho da campanha, responderia que foi o moral: — reputo-o como o alicerce da batalha.

Um moral elevado repousa na disciplina, no respeito por si mesmo e na confiança do soldado em seus chefes, em suas armas e em sua própria personalidade. Sem ele nada se pode conseguir, por melhores que sejam o plano estratégico ou táctico, ou qualquer outra cosa.

Moral elevado é uma gema preciosa de valor inestimável. O melhor meio de obtê-lo é ser bem sucedido no combate.

*

NOTAS DO TRADUTOR

- (1) — Abreviaturas que indicam a posse das condecorações Britânicas intituladas, respectivamente, "Grand Cross of the Order of the Bath" (Grã-Cruz da Ordem do Banho) e "Distinguished Service Order" (Ordem de Serviços Relevantes).
- (2) — Nome de código; literalmente significa "Suzerano".
- (3) — Comandante Supremo das Forças Expedicionárias Aliadas de Terra, Mar e Ar.
- (4) — Continente refere-se à *Europa Continental*, para distinguir das Ilhas Britânicas.
- (5) — *Canal da Mancha*.
- (6) — *Grã-Bretanha*.
- (7) — Denominação específica das unidades blindadas Alemãs.
- (8) — Abreviatura indicativa das Tropas de Assalto do Partido Nazista.
- (9) — Tipo especial de obstáculo alemão.
- (10) — Mina alemã em forma de prato.
- (11) — De pára-quedistas.
- (12) — "Booby traps".
- (13) — Nome de código do sector Britânico na cabeça de praia.
- (14) — A milha inglesa mede exactamente 1609 metros e a milha marítima 1852 metros; no texto os dados foram tomados em números redondos.
- (15) — *Estados Unidos*.

- (16) — "Rangers" Americanos e "Comandos" Britânicos são tropas com instrução especializada para a execução de golpes de mão, agindo em pequenos grupos e de surpresa.
- A Divisão Britânica é organizada em Brigadas; cada uma destas corresponde a um Regimento de Infantaria, reforçado com diversos meios, inclusive uma bateria de canhões automáticos anti-aéreos, e é comandada por um General de Brigada.
- (17) — Nome de código.
- (18) — Das quais faziam parte os hoje célebres "homens-rãs".
- (19) — O termo "Combinado" refere-se à coparticipação de elementos ou unidades de duas ou três das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea) em determinada organização ou operação.
- (20) — Isto é, cujo projétil pesa 17 libras (7,7 Kg).
- (21) — Abreviatura do nome em inglês: "Build-up Control".
- (22) — Manutenção em geral, isto é, incluindo também o complemento de pessoal e os suprimentos de todas as classes.
- (23) — Expressão intraduzível, pois literalmente quer dizer "Tijolos de praia".
- (24) — "Righthooks" da júria do pugilismo.
- (25) — Sucessor de HITLER no Governo Alemão.
- (26) — Quartel General Avançado.
- (27) — Administração militar, isto é, conjunto das actividades não-tácticas: - suprimento, recompletamento, tratamento, manutenção, evacuação, transportes, serviços postal e religioso, etc.
- (28) — Isto é, sem nenhum aparelhamento portuário.
- (29) — Nome de código dos portos artificiais pre-construídos.
- (30) — Serviços referentes ao Pessoal.
- (31) — Corresponde ao nosso Serviço Especial.
- (32) — Real Corpo Blindado ("Royal Armoured Corps").
- (33) — Abrangendo os diversos sub-produtos utilizados.
- (34) — Sistema submarino de óleodutos da Inglaterra à França através do Canal da Mancha, e compreendendo grande número de navios e de pessoal especializado.
- (35) — Quartel General Recuado.
- (36) — 1.ª Guerra Mundial (1914-18).

ABREVIATURAS DA TRADUÇÃO

- Ae-ter — Aero-terrestre.
 Bda — Brigada
 C Ex — Corpo de Exército
 Comt — Comandante
 D B — Divisão Blindada
 D I — Divisão de Infantaria
 Div — Divisão

E — Este
Ex — Exército
F A — Força Aérea
F A T — Força Aero-táctica
Gr Ex — Grupo de Exércitos
G T — Grupamento Tático
Inf — Infantaria
Kg — Quilogramas
Km — Quilômetros
m — Metros
m/min — Metros por minuto.
N — Norte
N E — Nordeste
N W — Noroeste
Q G — Quartel General
R.F.A. — Real Força Aérea Britânica ("Royal Air Force").
R I — Regimento de Infantaria
S — Sul
S E — Sudeste
S S — Tropas de Assalto do Partido Nazista.
S W — Sudoeste
W — Oeste

FERRO REDONDO, CHATO, CANTONEIRAS TEE, ETC.
ARAMES GALVANISADOS, PRETOS, ETC.
CHAPAS PRETAS, GALVANISADAS, COBRE E LATÃO.
AÇOS CHATOS, OITAVADOS e CABO DE AÇO.

COBRE EM BOBINAS. ELETRODUTOS, ESTANHO, FERRO-ARCO, FITAS DE AÇO PARA ARQUEAR, PREGOS, ZINCO LISO, ETC.

C A D I B

FERRAMENTAS — LOUÇA ESMALTADA — FERRAGENS
ENTREGA IMEDIATA

Cia. Americana de Intercâmbio Brasil
IMPORTADORES E ATACADISTAS

Seção de Vendas — Avenida Rio Branco, 311 — 5º. — Tel. 22-2147
— 22-2143
Caixa Postal 1497 — End. Tel.: "CADIB" — Rio

SRS. REPRESENTANTES

Vejam a nova tabela de preços para assinaturas desta revista; estará em vigor a partir das assinaturas do 2.º semestre do corrente ano. —

APONTAMENTOS HISTÓRICOS

IV

Major Riograndino da COSTA E SILVA

A CAMPANHA DO PRATA — CAPITULAÇÃO DE ORIBE

"... verifica-se que, durante os vários lustros que decorreram desde a Convenção Preliminar de Paz (1828) até a Batalha de Caseros (1852), havou a discordia entre os povos do Rio da Prata. O Uruguai, a despeito de seus desejos, não logrou calma nesse período, nem pôde entrar em regime constitucional de plena normalidade. As ambições dos caudilhos militares privavam-no do repouso de que necessitava. ... A Argentina não foi mais feliz. Antes que houvesse efectuado a conjugação de todas as suas províncias em uma nacionalidade homogênea, caía exangue nas mãos sanguinárias de Rosas. De posse de Buenos Aires, este feroz ditador pôs todo o empenho em avassalar as outras circunscrições territoriais do país. O seu processo resumiu-se na submissão pela força, contra a qual se revoltavam os sentimentos naturais de independência local e todos os grandes espíritos ilustrados e liberais, quer no domínio civil, quer no militar, desde Sarmiento e Mitre até os generais Paz e Lavalle." ("História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai" — Gen. Tasso Fragoso — 1934).

Firmada a Convenção Preliminar de Paz, em 27 de agosto de 1828, na qual o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata declaravam independente a Província de Montevidéu, então subordinada ao Brasil sob o nome de Cisplatina, acentuou-se de maneira sensível aquele ambiente de instabilidade política e de anarquia interna dos povos platinos, observado desde há quasi vinte anos, como reflexo nítido dos acontecimentos que empolgavam as nações da Europa.

O Brasil tinha a tratar, naquela região, importantes interesses territoriais, econômicos e políticos, porém a situação imperante em cada um dos países vizinhos era um impedimento absoluto a que se pudessem efectuar negociações regulares com qualquer deles. Não obstante, desde 1821 havíamos reafirmado os limites que o Tratado de Badajoz estabelecerá com a Banda Oriental e a conservação desses limites vem a ser, precisamente 30 anos mais tarde, uma das causas — talvez a causa remota — da campanha contra Oribe e Rosas. Outros fatores de importância especial para o Império então se verificavam e contribuiram, decisivamente, para dar lugar à guerra que empreendemos, de aliança com os orientais e argentinos, e que se encerrou bri-

lhantemente na jornada de Caseros, com a ação magnífica das tropas brasileiras ao mando de Marques de Souza.

É assim que, além da conservação dos limites estabelecidos pelo pacto de incorporação da Província Cisplatina, podem ser enumeradas como principais causas determinantes da campanha de 1851—1852 as seguintes:

- defender a independência do Uruguai e do Paraguai, aquela garantida pelo Império em 1828 e a do último reconhecida em 1844;
- impedir a reconstituição do vice-reino, assegurando a livre navegação do Rio da Prata, fechada ao Brasil desde 1842;
- proteger a vida, a propriedade e a honra dos brasileiros habitantes no Uruguai;
- frustrar, finalmente, o golpe que Rosas já havia premeditado, de fazer a guerra ao Brasil, depois que houvesse dominado o Uruguai e o Paraguai.

ASPECTO POLÍTICO DA ALIANÇA CONTRA ORIBE

Imposta, então, a guerra ao governo brasileiro, como desde alguns anos antes se afigurara inevitável à clarividência de nossos estudistas, desenvolve-se, no terreno diplomático, uma ação brilhante, seguramente orientada, verdadeira cruzada de chancelarias, da qual resulta a aliança celebrada pelo Tratado de 29 de Maio de 1851. Dentro dessa aliança, cuja efetivação foi regulada e estabelecida pelo convénio especial de 21 de novembro do mesmo ano, abre-se a campanha das forças do Império, da República Oriental do Uruguai e das Províncias de Entre-Rios e Corrientes contra o general Manoel Oribe, que se inculcava presidente do Uruguai.

Embora não seja nosso objetivo apreciar a parte política desse Tratado, não podemos, contudo, fugir a um ligeiro comentário a respeito. As influências políticas foram sensíveis em vários pontos do convénio, refletindo-se, mesmo, de maneira perniciosa em mais de um deles, como, de resto, muitas vezes, nas próprias operações militares da campanha. Assim, por exemplo, é de se assinalar, desde logo, uma "anomalia interessante" apresentada pelo Tratado: — a Aliança era celebrada, de fato, para combater o general Manoel Oribe e não contra a Confederação Argentina e seu feroz dominador.

Na questão relativa ao comando, não se declarava à quem este devia caber, podendo tanto ser dado ao comandante em chefe do Exército Oriental, como ao chefe brasileiro, ou a qualquer chefe aliado. Ora, do ponto de vista militar, está claro que era de toda a conveniência o estabelecimento de um comando único, atribuído, naturalmente, ao general reconhecido como o mais ilustre da aliança e que era brasileiro: — o futuro Duque de Caxias. Os motivos políticos, porém, não aconselhavam essa solução e daí decorre que, quando se iniciou

as operações, os aliados se apresentam para a luta com três massas dispersas, operando num teatro comum, contra um mesmo inimigo: — os argentinos, sob as ordens de Urquiza; os brasileiros, debaixo do comando de Caxias; e a Esquadra Imperial, comandada pelo Almirante Greenfell.

O PLANO DE OPERAÇÕES DOS ALIADOS

Apreciamos, porém, a ação do comando nas diferentes fases da guerra platina. Para melhor compreendê-la, todavia, recordemos o plano de operações dos aliados, estabelecido para a execução do convênio de 29 de maio. De acordo com o que nos ensina o Cel. Gensemon de Vasconcelos, podemos resumir-lo nas seguintes idéias gerais:

- 1º — ofensiva, com a invasão da República Oriental pelos exércitos aliados, tendo por fim bater e fazer sair do mesmo território o general Manoel Oribe e as forças argentinas sob o seu comando;

- 2º — concentração das forças de Urquiza na linha do rio Uruguai;
- 3º — concentração das forças brasileiras em duas massas: — uma principal, em Sant'Ana do Livramento, e outra secundária, em Jaguarão;
- 4º — reunião dos exércitos em uma só massa, no Vale do Rio Negro, de onde avançariam sobre Montevidéu, direção em que seria encontrada a massa principal do exército inimigo;
- 5º — separação de Rosas e Oribe, pela interposição da Esquadra Imperial, bloqueando a costa do Uruguai e os rios Paraná e Uruguai;
- 6º — auxílio de forças aos sitiados da praça de Montevidéu;
- 7º — proteção da fronteira do Rio Grande contra prováveis incursões de bandos orientais, por uma brigada de cavalaria de reserva da Guarda Nacional;
- 8º — proteção de Entre-Rios contra qualquer tentativa de Rosas, por um exército de reserva, com 7.500 homens de efetivo.

A execução desse plano requeria, indispensavelmente, uma combinação perfeita de todas as operações a serem levadas a efeito entre as diferentes partes dos exércitos aliados, uma vez que, em virtude das injunções políticas, não se estabeleceria no tratado o comando único, cuja falta tanto já se fazia sentir. Por isso, ou, melhor, avaliando a necessidade de uma ligação com os chefes aliados, foi Osorio destacado para combinar as operações com Urquiza, do mesmo passo que começavam a ser adotadas, na Província do Rio Grande, as primeiras providências ordenadas, desde alguns meses antes, pelo governo imperial, em preparação para a guerra considerada inevitável.

De nada serviram, entretanto, essas precauções elementares entre aliados que desejam, efetivamente, operarem aliança, por isso que,

enquanto Caxias realiza, como chefe emérito e general consumado, a mobilização e a concentração do Exército Brasileiro na fronteira. Urquiza começa a executar a sua "estratégia política" e invade o Uruguai, imprimindo às operações em curso todo especial.

A INVASÃO DE URQUIZA

Para realizar essa invasão, apresentava-se a Urquiza como inevitável uma primeira operação de muita importância: — a travessia do rio Uruguai.

A maneira por que essa operação foi levada a efeito apresenta falhas graves, do ponto de vista militar, e sómente explicáveis pelos motivos políticos que Urquiza tinha em vista. Assim é que, logo de início ele distribui suas forças num cordão de mais de 200 km. de extensão, separando-as em três núcleos distintos, quando, segundo parece e os fatores militares o indicam, deveria ter transposto todas as suas forças no "Paso del Higo", perto do Quarahim, reunindo-se a Caxias, para realizar a cobertura da concentração da massa principal.

A divisão ao longo do rio Uruguai não pôde ser admitida nem mesmo pelo fato de contar Urquiza com a adesão de tropas oribistas e lançar, por isso, elementos seus para acolhê-las e encorporá-las. Por quanto, se assim fosse, como realmente foi, e estando as tropas de Inácio Oribe com seu grosso a 200 km. de Paisandú, sabia Urquiza que nada lhe perturbaria a transposição do rio. Além disso, uma vez passado o obstáculo, tudo lhe indicava apresentar-se diante de Paisandú com suas forças reunidas, não atirando, como atirou, uma vanguarda isolada naquela direção, em vez de aproveitá-la na proteção da passageira do rio pelas tropas restantes, já que a mesma vanguarda operaria a travessia sem ser pressentida.

Tudo isso, porém, era cauculado e Urquiza assim procedia, contrariando os fatores militares que equacionavam o problema, porque tinha em mente tirar aos brasileiros qualquer oportunidade de influenciar nos acontecimentos políticos e militares do Prata, tendo baseado seus projetos na "inteligência com os chefes oribistas", cuja adesão esperava e que lhe foi causa única de sucesso. Além disso, segundo o comentário autorizado do Cel. Gensérico, "Urquiza, invadindo isoladamente o território uruguai, pouco arriscava militarmente. A nomeação do general Garzón havia-lhe grangeado a quasi certeza de que a maior parte dos orientais se bandearia para a causa aliada; e, se isso não parte dos orientais se bandearia para a causa aliada; e, se isso não acontecesse e ele fosse batido, seu exército, composto só de cavalaria, retirar-se-ia para a fronteira, onde se concentrava a massa imponente, para o cenário militar da época, do Exército Brasileiro."

AS OPERAÇÕES SOB O COMANDO DE CAXIAS

A concentração do Exército Brasileiro, como, a seguir, as operações pelo mesmo realizadas, obedece à direção superior de um Chefe que sabe o que deve fazer e o que quer fazer, caracterizando-se por isso, em tudo e por tudo, pela segurança de uma execução metódica, pelo critério de uma orientação elevada e firme, dentro da mais escrupulosa conduta, de acordo com o próprio caráter da atitude imperial, na questão platense.

Quando Urquiza invade o Uruguai, as tropas brasileiras estavam ainda espalhadas pelo interior do Rio Grande; nenhum de seus elementos ainda havia chegado aos pontos de concentração determinados, isto é, nem a Livramento nem a Jaguarão, embora alguns já se estivessem deslocando para atingir esses objetivos.

Dentro, porém, das diretrizes gerais da guerra, decorrentes do tratado de aliança, e de conformidade com o próprio plano de operações assentado para a campanha, Caxias prossegue nas medidas de mobilização e concentração de seu exército, a despeito do procedimento de Urquiza, completando-as ao cabo de dois meses, de modo que a 5 de setembro o grosso de suas forças se achava reunido nas cabeceiras do Cuñapirú, em pleno território uruguai.

Anteriormente, todavia, e logo que soubera da invasão do Estado Oriental, o general brasileiro procura novo entendimento com Urquiza, tendo destacado Osorio para com ele estabelecer as condições de reunião dos exércitos no Vale do Rio Negro, de acordo com o plano de operações traçado. Caxias leva, então, o Exército Brasileiro através do território inimigo, numa travessia admirável de mais de 500 km., transpondo dois cursos d'água formidáveis — o Negro e o Yi, em ações bem ordenadas e conduzidas, nas quais as dificuldades oriundas da falta de material foram extraordinariamente acrescidas pelas condições dos obstáculos a vencer, pois os rios se achavam com suas águas aumentadas pelas cheias próprias da estação.

A CAPITULAÇÃO DE ORIBE

Urquiza devia esperar, como o estabelecia o plano de operações, as tropas brasileiras no Rio Negro, mas, sabendo, naturalmente, da aproximação de Caxias e dentro da sua idéia de afastar nossas forças da solução da contenda, parte dali em direção ao Arroyo Malo, onde espera encontrar e bater Inácio Oribe.

Era, sem dúvida, aceitável esta última decisão, porém Urquiza conduz mal as operações decorrentes de sua execução, de modo que só consegue resultados favoráveis porque seu inimigo "não agiu": — opõe à ação contrária a inércia e a incapacidade", na expressão do autor da "História Militar do Brasil", cujo comentário, a propósito, assim termina: "A atitude e ação de Manoel Oribe não encontram termos que

as classifiquem. Com 14.000 homens das três armas, completamente reunidos em sua mão, vai distribuí-las, sem orientação, por todo o teatro de operações. É fraco em toda a parte; é incapaz de agir. Deixa que o comando aliado une suas forças e provoque defecções aqui e ali, ao mesmo tempo que os seus recursos diminuam cada dia."

Conseguiu Urquiza, não obstante, levar Oribe à capitulação, apressando-se, mesmo, em celebrá-la no dia 10 de outubro, sem a assistência do comando brasileiro, que se achava já a 4 dias de marcha, nem do nosso representante diplomático em Montevidéu e, ainda mais, sem consulta ao governo aliado dessa cidade, tudo na conformidade de seu projeto amadurecido de não "consentir que ellos (os brasileiros) tuviessen parte en la rendición de orientales e arjentinos."

A capitulação negociada era antes um armistício, no entender de Pandiá Calógeras, para quem a conduta de Urquiza foi de "deslealdade e de má fé", a julgar pelos escritos de autores argentinos consagrados, como Sarmiento e Mitre.

O NOBRE PROCEDIMENTO DE CAXIAS

A despeito de tudo o que acontecera, Caxias procura entender-se com o chefe aliado tão depressa tem o conhecimento da situação em Montevidéu. O encontro de ambos se verifica em 14 de outubro e Urquiza, como já o havia feito com o presidente do Uruguai, procura justificar o procedimento que tiverá. E aí é que, a bem dizer, se evidencia, em toda a beleza de sua expressão extraordinária, o nobre critério e alta compreensão do grande chefe brasileiro, em relação aos acontecimentos do Prata e, também, da situação delicada do Império na complexa contenda. A orientação imperial não poderia ter encontrado, então, um intérprete mais fiel, justificando-se plenamente, naquela emergência, todo acerto da escolha do comandante das nossas forças de terra, como já se havia revelado em relação ao comandante da Esquadra, quer pelas operações eficientes do bloqueio, impossibilitando qualquer ligação entre as forças de Rosas e Oribe, quer pela recusa de Greenell em compatuar no plano de Urquiza contra os próprios vencidos do exército de Oribe.

Caxias encontra-se com Urquiza e, em resposta às justificações deste, apenas lhe faz sentir que, estando apenas a quatro dias de marcha de Montevidéu com seu Exército, teria sido mais conveniente aos fins da aliança esperar mais alguns dias, por isso que Oribe não tinha outro recurso senão render-se à discreção.

Na observação sempre autorizada de Calógeras, porém, "o momento não era de disputa e Caxias achou mais prudente aceitar o fato consumado", passando a assentar, então, o plano para a segunda fase das operações, que iriam terminar com a derrota completa de Rosas na batalha de Caseros.

Apêlo aos Capitães e Tenentes

Inúmeras têm sido as cartas e sugestões verbais que temos recebido sobre a qualidade da matéria que publicamos. Entre elas, quasi generalizada, aparece a idéia da matéria que interessa aos subalternos e sargentos. Realmente notamos nos trabalhos que recebemos a ausência completa de matéria objetiva para os escalões de baixo. Confessamos que é uma falha a corrigir, pois, entre nossos assinantes 50% são oficiais subalternos e sargentos.

Há 8 ou 10 anos atrás isto não acontecia, havia abundante matéria para os quadros subalternos.

Perguntamo-nos agora, porque esse retrairoimento?

Porque não mais se escreve sobre organização da instrução, sobre processos de execução, sobre combate de pequenas unidades (pelotão, grupo, secção, bateria) ?

Dentro da situação acima, é que a Direção apela para os companheiros, particularmente para os que estão trabalhando diretamente com a matéria prima, afim de que nos enviem seus trabalhos, pequenas notas, observações, exercícios realizados, programas, notas sobre competições, concursos, resultados de exercícios de qualquer matéria, etc., etc.

A ESA e à EIE dirigimos um apêlo especial, pois, todos os subalternos e sargentos, de qualquer arma ou serviço, têm a atenção voltada para estas duas Escolas que hoje são como dois laboratórios empenhados em experimentar processos novos.

Deste modo podemos esperar confiantes que a partir de nosso número de Agosto já incluiremos no mínimo 30 páginas dedicadas aos sargentos especialmente.

«...Tombou como um titan fulminado»

Ten. Cel. F. D. Ferreira Portugal
Cmt. do. R. A. N.

(Homenagem à memória do Majór Leonardo Ribeiro da Silva Filho)

Euclides da Cunha, narra em "Os Sertões" a morte, em pleno combate, de um bravo oficial de Cavalaria que, "precipitando-se à disparada pela encosta asperríssima de uma colina, fôra abatido, ao mesmo tempo que o cavalo, no topo da escarpa, rolando por ela abaixo, em queda prodigiosa, de *"titan fulminado"*".

O súbito desaparecimento do Major Leonardo Ribeiro da Silva Filho, instrutor de E. E. M. lembra, de certo modo, este quadro impressionante.

É que ele também tombou em plena luta.



A Escola de Estado-Maior é perene e trepidante batalha. Desde sua reorganização pela Missão Militar Francesa, há mais de vinte e cinco anos, o que sempre lhe caracterisou a atividade foi essa invariável intensidade de trabalho. Sendo um tanto aventuroso pretender-se determinar o período de sua existência em que mais produziu, entretanto, não há negar que, atualmente, ela vive uma de suas fases culminantes. As transformações impostas pela última guerra ao material, aos princípios de emprego e aos processos de execução nos variados sectores da arte da guerra, conferem-lhe, como não poderia deixar de acontecer, nesse esforço de readaptação, responsabilidades imensas, às quais corresponde vulto de trabalho verdadeiramente inédito. Por outro lado, nunca contou a Escola de Estado-Maior com número tão elevado de alunos e instrutores como no momento atual. O grande êxito já obtido nesta quadra afanosa de

sua história tem exigido dos que lá mourejam provas de abnegação e de sacrifícios tão honrosos quanto quase anônimos.

Instrutores ou alunos, por via de regra, vivem, exclusivamente, para os mistérios escolares. Durante o período letivo não desfrutam momentos de lazer. Há a ilusão de que a tarefa atribuída a cada um, por extensa demais, não se comporta nos limites restritos do tempo disponível ... É que o estudo da Tática, baseado em factores pouco positivos, conduzem a fatigantes elocubrações que, não raro, entorpecem o raciocínio e o fazem perder-se no labirinto vazio da abstração. Por isso, alunos ou instrutores, desde o inicio das aulas, se despegam de tudo o que se não relaciona com a vida escolar: cancelam-se visitas, evitam-se convites, proscrevem-se passeios e transformam-se as treguas dos domingos, feriados ou dias santos em verdadeiras pausas de reajustamento do trabalho que não cessa...

O instrutor, além de tudo, deve ser artista. Seu labor não consiste, apenas, no manejo de dados concretos e científicos relativos à estrutura dos meios ou das normas de seu emprégio. Assim, também, não se limita à correção de centenas e centenas de provas, ou à compilação de textos e traduções para a feitura de novos cursos. Não. Cabe-lhe organizar inumeráveis temas táticos, criando situações engenhosamente verossimeis que, ao mesmo tempo, proporcionem ensinamentos, ressaltem princípios e se inponham por certo sabor estético. Sua imaginação deve estar em pertinaz actividade à busca da forma ou da expressão que mais convença. Trata-se de ensinar coisas velhas como própria guerra, por processos que as apresentem como originais. É necessário, em suma, um pouco de engenho e muito de inspiração.

Se, circunstância imprevista, inerente à fragilidade da natureza humana, lhe embota essa inspiração no momento de uma aula, ele deve sobrepor-se a tudo, sufocando emoções e ânsias, com impassível desprendimento.

E que, na imensurável responsabilidade de laborar na formação dos futuros chefes do Exército, seu esforço está à mercê de crítica inapelável que lhe espreita, impiedosamente, as possibilidades e a reputação.



Foi na fase culminante dessa grandiosa peleja que tombou um de seus mais bravos lideadores.

O Majór Leornaldo Ribeiro Filho ocultava, sob a mais natural e encantadora modestia, a alma de um forte. Exageradamente discreto, quase timido, possuia a serena autoridade dos que pouco falam e a contagiatante jovialidade que integra o temperamento desprendido do cavaleiro. Fôra um grande "sporthman", campeão carioca de foot-ball", hábil ginete, bom jogador de polo. Casara mais tarde que o comum dos nossos moços, denunciando aos 42 anos, traços precoces de amadurecimento e essa desdenhosa expressão dos que já viveram bastante a vida para cortejá-la demais.

Se não quiz o destino que ele morresse em campanha, no fragor de um movimentado combate, nem por isso regateou-lhe morte menos gloriosa. Seu fim constitue página impressionante de noção do dever, de respeito aos compromissos assumidos, de ciência quase fanática das próprias responsabilidades.

Reunia todas as qualidades capazes de fazerem do soldado um herói consciente: valor pessoal, capacidade de ação, julgamento e modéstia.

* *
* *
* *

Depois de três anos de professorado, deveria deixar a Escola de Estado Maior, de acordo com a legislação vigente, em fins de 1946.

Necessidades de ensino exigiram, porém, sua permanência naquele posto.

E possível que, nessa ocasião, já tivesse a saúde comprometida. Infenso a condicionar exigências do serviço a interesses pessoais, mesmo os mais legítimos, lá permaneceu sem qualquer relutância.

Logo ao inicio os trabalhos letivos de 47, sentia aproximar-se o limite da sua própria capacidade de resistência. Teve a exacta consciência disso quando, certa vez, manifestou aos seus a impressão de que "não sobreviveria até o fim do ano". A intuição desse estado não deveria, porém, interferir, de leve sequer, no compromisso que assumira para com a Escola de Estado-Maior. Não condizia com sua excepcional envergadura de soldado e trocar um posto de luta pela vida prosaica assim, o gladiador ferido que não abandona o prêlio, e que morre, sem haver admitido a hipótese da derrota.

Em meio dessa tormenta moral, dominava-lhe a preocupação de que suas aulas em nada desmerecessem à vista dos alu-

nos, quanto à clareza da exposição, ao interesse do assunto esplanar e à eficiência dos ensinamentos em mira. Esse seu propósito foi plenamente realizado. Ninguem sabe, por que esforços sobre-humanos, que infundáveis e torturantes gírias lhe custaram a preparação de suas últimas lições.

Sua vontade férrea realizou o raro milagre que conquistou o domínio do espírito sobre o instinto de conservação.

As solicitações irresistíveis da sobrevivência foram desprejudicadas por essa bela forma de dignidade humana que levava o homem a morrer por uma causa, quando esta lhe parecia mais preciosa que a vida.

Foi assim que, poucos minutos antes de sucumbir, quando era socorrido por companheiros de trabalho, na sala dos auditórios, só o preocupavam providências atinentes à aula que iria ministrar... — Enquanto estes, aturdidos, aguardavam a presença alentadora do facultativo, ele indagava, insistente, dos “calcós” que esperava do gabinete de desenho e de anotações a ilustrar a sessão daquele dia...

Não houve contingência humana que alterasse, até o momento fatal, sua retilínea conducta de verdadeiro místico e cumprimento do dever. Caiu verticalmente e, sómente, quando o último alento deixou de animar-lhe a “argila humana”. Manteve-se em seu posto de honra, em queda prodigiosa de titanismo, legando aos que ficaram no campo da luta inexcedível exemplo de estoicismo e de valor.

VENDA DE LIVROS

Todo o oficial que não tem outra aspiração que as glórias e os esplendores da carreira que com entusiasmo na juventude abraçou, deve procurar manter-se em dia com a sua evolução.

Atrazarse é viver desambientado; a desambientação traz o desânimo, a descrença...

Mantenha-se em forma lendo a única revista especialmente militar do Brasil e adquirindo os livros particularmente escolhidos, editados por esta Cooperativa e os quais ela lhe oferece com todas as facilidades.

BOLETIM

Visitou o Brasil, o General CARL SPAATZ, Cmt. em Chefe da Fôrça Aérea do Exército Norte-Americano, e um dos mais destacados líderes militares revelados pela 2.^a Guerra Mundial.

Sua actuação brilhante através todo o conflicto, em várias e elevadas funções que teve de desempenhar, elevara-no, finda a luta, ao mais alto posto da Aeronáutica Militar de "Tio Sam", vago com a reforma do insigne General HENRY ARNOLD.

A rápida passagem pelo Brasil foi suficiente a SPAATZ para apreender nas grandes linhas o quadro verdadeiro da nossa situação, graças à sua enorme experiência e suas próprias qualidades pessoais.

Antes de regressar a seu país, e depois de fazer lisonjeiras referências ao trabalho e à capacidade de nossos camaradas da FAB, teve o ilustre visitante a seguinte frase, que deve ser por nós devidamente apreciada : "É indispensável, nas condições atuais da guerra, que os países da América, produzam seus próprios aviões".

Seja este o brado de alerta que faça concretizar definitivamente, em bases realmente práticas, os projectos da Fábrica Nacional de Motores e da Fábrica Nacional de Aviões, que ainda não puderam, por motivos diversos, entrar na fase de efectiva contribuição para o nosso progresso aeronáutico.

— :- —

Engalanou-se o Brasil para receber um grande amigo e um dos mais lídimos representantes da moderna estirpe de estadistas da América : — O Presidente da República do CHILE, o Dr. Gabriel González Videla.

Figura exponencial do cenário político e cultural de sua pátria, esteve entre nós como Embaixador durante a fase crucial do inicio da 2.^a Grande Guerra e assistiu-nos nos momentos dolorosos em que choramos nossos mortos, cruel e traíçoeiramente roubados pelos corsários nazi-fascistas. Seu carinho nesses momentos, só foi sobreexcedido pelo calor e entusiasmo com que se associou às efusões de nosso patriotismo quando da nossa

entrada na guerra. Sua palavra eloquente e cordial, as vibrações de seu grande espírito democrático, os testemunhos diários de integração em nossa vida social e afectiva, fizeram dele uma figura querida e nos acostumaram a nele encarar, mais do que o Embaixador do país amigo, um verdadeiro irmão na alma e nos sentimentos.

Ó júbilo que marcou agora sua volta, como autoridade máxima do país dos Araucanos, foi por conseguinte o resultado do trabalho fecundo e brilhante do Embaixador. Nem o protocolo, nem mesmo interesses económicos ou políticos, poderiam empres-tar à sua recepção e estadia no Brasil, o calor e a sinceridade que realmente tiveram.

E de crer que, com estadistas do seu porte, possa o Continente Americano ver em breve materializadas suas máximas aspirações de paz e prosperidade, dentro do mais lídimo espírito fraternal. E jamais serão olvidadas as formosas orações que teve o ensejo de pronunciar entre nós, particularmente aquela no Senado Federal, em que tão bem caracterizou a finalidade da Câmara Alta de uma República e em que deixou tão bem acentuada sua profissão de fé : — "Democracia sem liberdade é apenas uma tirania".



Anuncia-se afinal para Agosto próximo, a realização da Conferência Panamericana em que se firmará o Tratado para a Defesa do Continente. Espera-se mesmo que o conclave seja presidido pelo primeiro magistrado dos Estados Unidos, o Presidente HARRY TRUMAN. Será a oportunidade máxima para as nações irmãs da América consolidarem sua união e melhor firmarem o caminho para a novel comunidade das Nações Unidas.

Ao Brasil caberá inegavelmente papel relevante em tão magna reunião. E esperamos todos confiantes em que serão colhidos os melhores fructos.

Da conferência deverão decorrer medidas de importância transcendente. Sem querermos enveredar pelos aspectos político-económico e estratégico, não podemos, todavia, salientar algumas considerações de ordem puramente militar.

Trata-se da questão da padronização, em torno da qual já procuramos abrir debate através desta secção, e também à necessidade de intensificarmos a ida de oficiais nossos aos estabelecimentos de ensino, arsenais, fábricas, e outros órgãos do Exército.

Norte-Americano. Certos sectores, aliás, estão ainda por serem conhecidos e estudados, tais como a Escola Superior de Guerra, a Escola de Defesa Nacional, a Escola de Informações e Contrainformação, etc. Cumpre, desde já, encarar as possibilidades de ampliar o intercâmbio, não só quanto ao número de oficiais enviados, que tem sido bastante reduzido nos últimos dois anos, mas igualmente no que diz respeito aos campos vastos e ainda por conhecer da grande organização militar yanque. A formação de verdadeiros especialistas em psico-técnica e pedagogia militares, é, então, a nosso ver, uma das de mais alta prioridade, e nenhum lugar melhor para cogitar da formação da turma inicial — criteriosamente selecionada — que viria a constituir posteriormente o núcleo de instructores e professores de um estabelecimento a erigir em nosso país. Porque não se pode mais continuar a formar instrutores — particularmente para as escolas de Oficiais — pelo processo de "ensaio e erro". A complexidade da guerra moderna absolutamente condena tal maneira de agir.

Outros muitos pontos poderão ser analisados com apuro e de forma a se ter ideias concretas para debater na Conferência e nas conversações que naturalmente se lhe seguirão, entre os Estados-Maiores, para tornar efectiva a Defesa Continental.

COPACABANA

ED. SANTA LUIZA

Em final de construção, vendemos os últimos apartamentos
PREÇO A PARTIR DE: Cr\$ 205.000,00

Entrada à vista facilitada o restante a longo prazo, em mensalidades.
Informações sem compromisso.

Banco Hipotecário Lar Brasileiro S. A.

Rua do Ouvidor, 90 — 2.º andar — Telefone: 23-1825

A V I S O

As transferências de residência devem ser comunicadas
VIA RÁDIO ao nosso diretor gerente.

Coopere com a administração da Revista que não terá
motivos para reclamações.

LIVROS NOVOS

"O DELEGADO TRAÇA UM CÍRCULO" — Erle Stanley Garner —
Editora Vecchi (RIO — 1947)

Esta novela do mais apreciado e lido dentre os autores modernos de livros policiais nos Estados Unidos, é realmente empolgante. No ano passado, maugrando a escassez de papel, venderam-se naquele país mais de cinco milhões de exemplares das famosas novelas deste autor, o que por si só evidencia os seus méritos.

Numa tradução criteriosa e com boa apresentação gráfica, este é um grande livro para os apreciadores do gênero.

"O FILHO DO SOL" — James Fenimore Cooper — Editora Vecchi
(Rio — 1947)

Obra clássica da literatura norte-americana, tem sido este romance reeditado em livro e no cinema sucessivas vezes. No original "The last of the Mohicans", já foi-nos apresentado em filme com este mesmo nome, e anuncia-se para breve nova versão cinematográfica com o título que ora lhe foi dado na cuidadosa tradução de Alfredo Pereira.

É o mais célebre dos romances relativos à implacável luta travada entre as "caras pálidas" e os "peles-vermelhas" nos albores da nacionalidade ianque.

As velhas animosidades entre as tribus, que abriram um abismo de ódio entre hurões e delawares; a ferocidades das lutas primitivas; a guerra sem quartel; o ódio racial; os atavismos sanguinários; a beleza misteriosa de outrora da rica região dos Grandes Lagos; os costumes, superstições e maneira de combater dos tementes filhos de Manitu — são outros tantos factores que fazem da obra de Cooper um livro inesquecível para os leitores de todas as idades.

Estrada de Ferro Central do Brasil

SEUS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES — O QUE SE FEZ E O QUE SE PRETENDE FAZER

Palestra do Dr. RENATO FEIO

Senhor Presidente, Meus Senhores:

Agradeço, imensamente, a oportunidade que me é dada de expôr, perante uma tão escolhida audiência, alguns fatos a respeito da Central do Brasil.

Creio que muito do que se diz a propósito da Estrada decorre do desconhecimento da maioria dos detalhes de sua vida. Decorre, também, do desconhecimento da extensão do problema que representa uma estrada como a Central do Brasil.

Desejo, portanto, em primeiro lugar, expôr a todos o que é a Central, o que faz e o que pode fazer.

3.772 kms de linha corrida são as vias pelas quais ela movimenta todo o seu transporte, sendo em bitola larga 1.425 kms. Desses, 320 já estão eletrificados e 323 em trabalhos de eletrificação.

São em via dupla, quádrupla ou sétupla, 425 kms de nossas linhas, havendo, ainda, para atender às necessidades do tráfego 632 kms de desvios. Trata-se de uma extensão que por si só é superior à de muitas estradas do Brasil.

A importância da Central decorre não só do vultoso transporte, que executa, como do fato de ligar as duas maiores cidades do Brasil, servindo diretamente a 58 municípios de três Estados, cuja população total é de 55 milhões de habitantes.

690 locomotivas a vapor: 39 Diesel e 6 elétricas tracionam, atualmente, os seus trens.

Mais 15 locomotivas elétricas de 4.470 HP e 12 Diesel de 1.500 HP estarão em serviço até junho de 1948.

935 carros comuns de passageiros; 180 carros elétricos para os subúrbios e 8.430 vagões de carga são os elementos de que dispõe a Estrada para executar um tráfego cujo volume só se conta hoje em milhões de unidades.

164 kms de linha têm bloqueio automático; 170 são providas de moderno "Contrôle Centralizado de Tráfego", que nos permite não

sómente acionar os sinais como também movimentar todas as chaves e fazer com que circulem da maneira mais eficiente os nosso trens.

Mais 56 kms estão recebendo bloqueio automático e para outros 331 kms das nossas linhas principais já temos em nossos almoxarifados o equipamento necessário para o "Contrôle Centralizado do Tráfego".

São protegidos com "staff" elétrico ou outros sistemas de bloqueio elétrico, 521 kms de linhas, nas quais o número de trens que circulam e o volume do transporte efetuado tornaram necessárias medidas especiais de segurança.

178,7 milhões de passageiros são transportados, por ano, sómente nos subúrbios do Rio, apresentando-nos o problema de movimentar meio milhão de pessoas por dia.

Outros 16 milhões são transportados dos subúrbios de Juiz de Fora, São Paulo e Belo Horizonte.

No Rio de Janeiro, das 17 às 18 horas, sómente na Estação U. Pedro II, temos que embarcar 30.000 passageiros, ou seja, 500 por minuto.

Os passageiros dos trens do interior são em número de 14 milhões por ano, dando um total geral de 208,7 milhões de pessoas transportadas anualmente, ou seja, pouco menos que cinco vezes a população de todo o Brasil. 5,32 milhões de toneladas de carga foram transportados em 1946, e para isto carregamos, em média, 790 vagões por dia de trabalho.

Só da cidade de São Paulo expedimos, cada dia 2.022 toneladas de mercadorias, número que em 1940 era apenas de 1.019 e ali recebemos, diariamente, agora 1.051 toneladas de carga, contra 678 em 1940.

A Estação Marítima, um de nossos grandes centros de movimentação de mercadorias, expede 2.000 toneladas por dia e recebe 1.800.

Esse tráfego se tem mantido num crescendo constante e ainda não conhecemos redução alguma no nosso movimento.

Um exemplo frizante disso é o transporte de carne, a respeito do qual tantas queixas tem havido, foi, em 1944, 64.114 toneladas; em 45 de 62.511 e, em 46, atingiu 75.371 toneladas.

O transporte de gado em pé foi de 140.015 cabeças em 44 e 179.920 em 45, chegando em 46 a 209.102 rezes.

Como se vê, houve um grande aumento não só no transporte de carne como no de gado em pé.

O serviço que vimos fazendo se mantém com toda regularidade, apesar da escassez, com que lutamos, anos a fio, de material especializado e peças indispensáveis para manter em perfeito funcionamento nossas locomotivas, carros e vagões.

Apesar de todas as dificuldades, aperfeiçoamos nossos métodos de trabalho, melhorando nossa capacidade de transporte. Assim, além de atendermos completamente a todas as requisições que nos foram apresentadas, não havendo atraso de qualquer espécie no transporte de mercadoria, podemos dizer que fizemos face às necessidades nascentes da Usina de Volta Redonda, fornecendo-lhe de março a dezembro de 1946 mais de meio milhão de toneladas de minérios, fundentes e carvão. E, somente nos três primeiros meses deste ano, 218.902 toneladas lhes foram entregues o que nos permite prever um transporte próximo de um milhão de toneladas em 1947, caso isto seja necessário.

O receio de que esse grandioso empreendimento viesse a ser prejudicado, porque a Central do Brasil não pudesse atendê-lo com a matéria prima necessária, fica demonstrado ser improcedente. Volta Redonda já tem matéria prima que lhe permitirá ficar 2 ou 3 meses sem receber uma tonelada, sem que haja necessidade de reduzir suas operações.

Os nossos veículos — carros e vagões — percorrem 215 milhões de quilômetros, 467 mil trens são formados anualmente.

Em conjunto, as nossas locomotivas percorrem 36,5 milhões de kms por ano, ou sejam, 840 vezes a volta da Terra.

Para a execução desse imenso trabalho, utilizamos, num ano, 432.000 toneladas de carvão e óleo (cujo transporte é por si um problema que não pode ser desprezado) e 400.000 m³ de lenha, além de 64,17 milhões de kw/h, com uma despesa total de 175 milhões de cruzeiros.

Deve-se notar que, graças ao esforço, de nosso pessoal e à orientação de nossos engenheiros, conseguimos reduzir nos últimos anos, em grandes proporções, o consumo de combustível por unidade de transporte realizado.

Esse consumo diminui de 131 para 66 kg por 1.000 toneladas-quilômetro brutas rebocadas, baixando também o consumo de lubrificantes de 33 para 25 litros por kms. de percurso.

Sem essa imensa redução a nossa situação teria sido praticamente insolúvel durante a guerra e por mais de uma vez teríamos que ter suprimido trens, numerosos o que conseguimos evitar.

Não obstante estarmos realizando o que disse, não paramos agora no que temos. Estamos procurando melhorar os elementos de que dispomos para executar a tarefa que nos cabe e, principalmente, estamos procurando não ser uma peia no desenvolvimento do Brasil, nem dos Estados a que servimos.

Desde as administrações anteriores, o problema de melhoria do tráfego da Estrada foi encarado com a merecida atenção.

Assis Ribeiro, Romero Zander, Waldemar Luiz, Napoleão Alencastro e Ernani Cotrim, que me antecederam na direção da Estrada, estudaram e iniciaram as obras que, hoje, fazemos prosseguir.

O ramal de São Paulo, em que mais sentimos a deficiência do traçado, decorrente da utilização precária de uma antiga linha de bitóis estreita, é o que maiores melhoramentos receberá.

Apresentava rampas máximas de 2,2% que passarão, com as variantes, cuja terraplenagem está hoje praticamente terminada, a apenas 1/2%. O raio mínimo de suas curvas foi aumentado de 160 para 667 metros, permitindo triplicar a capacidade de cada trem e duplicar sua velocidade.

A extensão total das variantes a construir é de 332 kms o que significa uma nova linha de Barra do Piraí a São Paulo, cuja distância é hoje de 390 kms. Dos 332 kms de variantes, 35 já se acham em tráfego e cerca de 100 kms terão trilhos assentados ainda em 1947.

Para executar essa gigantesca obra, tivemos que escavar de 29 milhões de m³ de terra, serviço que está quase concluído e já nos permitiu iniciar o assentamento dos trilhos na grande variante de Parati, com 75 kms de extensão.

Na Linha do Centro não menos vultosa é a extensão dos melhoramentos introduzidos.

As condições difíceis da topografia local não permitiram que conseguissemos econômicamente as mesmas condições técnicas obedecidas no ramal de São Paulo, mas a rampa máxima foi reduzida no sentido da exportação de 1,8% para 1% compensada, passando o raio mínimo das curvas de 181 para 312 metros.

A extensão de linhas novas também em fase de conclusão atingiu a 113 kms, exigindo uma movimentação de 9 milhões de m³ de terra.

Destas variantes, 22 kms. estão em tráfego, 66 prontos para receber trilhos e o restante aguardando conclusão, apenas de um túnel já varado.

A construção destas variantes representa na vida da Estrada uma transformação radical; representa a mudança do sistema de pequenos trens de baixa velocidade para os de grande lotação e velocidade elevada, que permitirão atender a todas as necessidades do tráfego entre Rio e São Paulo, e Belo Horizonte, bem como de todas as indústrias que se venham a estabelecer ao longo das linhas da Central.

O prolongamento de Montes Claros e Monte Azul está terminado. Aguarda-se apenas, o ato inaugural dos restantes 90 quilômetros, para ser entregues ao tráfego toda a extensão de 238 quilômetros que separam aquelas duas cidades do extremo norte de Minas.

Outras obras que ainda estão sendo levadas avante e iniciadas em administrações anteriores, não tiveram o menor retardamento em sua marcha.

A eletrificação da Serra do Mar é a velha aspiração de todos nós, que está prestes a se concretizar. Praticamente todos os postes já estão colocados, entre Japeri (antiga Belém) e Barra do Piraí. O equipamento para as sub-estações já foi recebido na sua quase totalidade. Transformadores, retificadores, aparelhamento externo, fios, isoladores, etc., já estão montados ou em nosso almoxarifado. Sómente temos demora na entrega de chaves de controle, retardada pela greves na fábrica fornecedora e é isto apenas o que impede se prossiga com mais rapidez na execução desses trabalhos.

Os acessórios de rede aérea que não se conseguem no mercado internacional, estão sendo obtidos da indústria nacional, depois de removidos os inconvenientes encontrados nos primeiros lotes entregues.

15 locomotivas elétricas de 120 toneladas de peso aderente já estão em fase de conclusão nas fábricas. Quatro delas já chegaram às nossas oficinas e estão sendo preparadas para os testes de recebimento, não havendo para sua utilização qualquer dos impecilhos propalados.

Têm elas vinte toneladas por eixo, limite que já atingimos há 20 anos, em 41 locomotivas a vapor e que já excedemos há três anos, com as locomotivas Diesel elétricas e, há mais tempo, com nossos vagões de grande capacidade.

A par destas obras que se destacam pelo seu vulto, não nos descuramos dos trabalhos de rotina.

O maior empenho foi empregado em conseguir número suficiente de dormentes para termos linhas estáveis e podermos executar o serviço com regularidade e segurança.

A quantidade de dormentes adquirida pela Estrada, que foi, em 1944, de 338.000 e em 45 de 315.000, passou em 1946 a 757.000 e no primeiro trimestre de 47 já atingiu quasi meio milhão.

Melhoramos também a conservação do nosso material rodante tão sobrecarregado durante os anos de guerra, em que não foi possível receber o que precisávamos e tivemos de, muitas vezes, exceder os limites de desgaste permitido.

As reparações de locomotivas, por exemplo, que tinham sido de 558 em 44 e 458 em 1945, elevaram-se a 716 em 46. As reparações de carros de passageiros passaram de 850 para 1.104 e as de vagões de 4.500 para 5.406.

A par de repararmos o material que possuímos, estamos, na medida do possível, modernizando-o, quando as suas características justificam a inversão de capital na aplicação de novos elementos.

Faz parte do nosso programa a modernização de truques, engates e aparelhos de tração, de modo a permitir a formação de trens de grande tonelagem e sua circulação, com segurança, a velocidades maiores que as atuais.

Em grande escala, estamos empregando as peças de fabricação standardizada, especialmente de acordo com os padrões da "American Association of Railroads", cuja obtenção é mais fácil, a entrega mais rápida e o preço menor que quaisquer outros.

Não foi deixado de lado o problema dos subúrbios do Rio e de São Paulo. Como disse linhas atrás temos que movimentar 179,7 milhões de passageiros em 320 kms de linhas eletrificadas e temos de fazer com o mesmo número de carros de que dispúnhamos em 1938, quando o movimento era apenas de 65 milhões e a extensão eletrificada de 134 kms. Isso explica as dificuldades que temos encontrado, maiores ainda porque, durante o período de guerra, foi totalmente impossível receber materiais especializados, peças sobressalentes imprescindíveis para a perfeita manutenção de um parque de material rodante que está sendo utilizado no máximo de sua capacidade.

Essa situação já foi mais grave, pois em meses do ano passado chegamos a ter metade de nossos motores queimados e impossibilitados de serem reparados. Metade das unidades elétricas existentes passaram meses com motores queimados e desligados, mas estamos recebendo agora as encomendas feitas há dois e três anos, e a situação nesse particular só pode tender a melhorar, havendo apenas hoje 14 unidades com motores isolados.

A Estrada tem encomendados 90 carros elétricos que lhe permitirão aumentar de 50% o movimento atual, ou seja, movimentar anualmente cerca de 250 milhões de passageiros, contra os 180 atuais.

Os subúrbios de São Paulo já tiveram a eletrificação iniciada. A impossibilidade de recebimento de materiais retardou a execução desse trabalho durante algum tempo. Entretanto, já recebemos o equipamento para a sub-stação elétrica, assim como a maioria do material necessário para a construção de 60 carros, que serão feitos nas oficinas de Trajano de Medeiros, e Engenho de Dentro e nos próximos três meses começará a chegar o material destinado à construção das estruturas e rede aérea, não havendo pois a possibilidade de ser retardado o serviço que abrangerá a linha tronco e variante de Poá, em linha dupla, de São Paulo a Mogi das Cruzes, numa extensão de 125 kms.

A eletrificação dos subúrbios de São Paulo, prolongamento da que já foi iniciada na Linha Auxiliar e na Rio D'Ouro, e o aumento de unidades elétricas para o tráfego do Rio permitirão solucionar dentro de pouco tempo dois de nossos mais prementes problemas atuais.

É de notar que a situação dos subúrbios do Rio já deveria ser outra, caso tivessem podido ser cumpridos pela fábricas inglesas a quem foi confiada a construção, os prazos previstos para entrega dos 90 carros encomendados.

O serviço de trens do interior representa, ainda, um outro de nossos problemas difíceis mas, felizmente, em vias de solução.

O material rodante de passageiros de que a Estrada dispõe é muito mais velho e antiquado do que geralmente se imagina. Os carros mais modernos de que dispomos são os do Cruzeiro do Sul. Seu número é apenas de 15 e já têm 20 anos de serviço ininterruptos. Do restante da bitola larga, apenas 100 que têm estrado metálico apresentam qualquer possibilidade de aproveitamento, apesar de já contarem de 20 a 40 anos de idade. Os demais, são inteiramente de madeira e sua reparação, contra indicada, por motivos econômicos, também o seria sob o ponto de vista de segurança.

Com a aquisição dos 15 carros do Cruzeiro do Sul, em 1927 — a Central dispondo de todo, do 989 carros de passageiros, transportou naquele ano 62 milhões de viajantes. Em 1946, com apenas 1115 carros — todos já existentes em 1927, com exceção apenas dos elétricos — conseguiu transportar mais do triplo, isto é, 208,7 milhões de viajantes.

Era imperativa, portanto, a aquisição de novos carros, inteiramente de aço, e que apresentassem as condições de segurança e conforto, justificadas pelo público a que terão de servir e pela necessidade de apresentar um transporte à altura de nos permitir, de certo modo, concorrer com o serviço de avião e automóvel. Estes carros estão encomendados e sua entrega foi conseguida em condições excepcionalmente boas de prazo.

Concomitantemente com todas as obras e melhoramentos que mencionei, estamos prosseguindo na remoção de um dos nossos mais antigos inconvenientes que é o do gabarito inferior ao da bitola normal, embora seja a nossa maior do que esta.

Isto nos obrigou, anos a fio, a comprar material especial, desenhado especialmente em consequência mais caro e mais demorado para ser entregue. O alargamento do gabarito foi iniciado para permitir que se levasse para Volta Redonda as grandes peças componentes de sua moderna maquinaria, sem a necessidade de as fazer construir exclusivamente para poderem circular em nossas linhas. Para isto, uma de nossas linhas do Rio a Barra do Piraí foi preparada de acordo com o gabarito standard americano e por elas circularam todas as peças necessárias que puderam ser construídas, conforme desenhos e modelos existentes nos Estados Unidos, evitando, assim, uma apreciável demora na conclusão da referida Usina.

Estamos agora completando a adaptação da segunda linha na Serra e como os trechos em linha singela já apresentam condições favoráveis, poderemos de ora em diante comprar material standard, que não precisa aparelhamento especial para ser fabricado, que pode ser entregue mais depressa e que é mais barato.

Um simples exemplo nos permite verificar que diferença representa comprar material encomendado especialmente ao invés do de fabricação standard: — a substituição das rodas especiais que a Central usava até pouco e que custavam 70 dólares, pela de tamanho standar cujo preço é de 30, representará no montante do material que possuímos uma economia de ordem de três milhões de dólares e uma redução de 10 mil toneladas de peso morto em nossos trens. Este mesmo benefício tem sido obtido em uma série infinita de peças por nós utilizadas e que por serem de substituição frequente, representam uma grande parcela nas despesas de reparação e conservação de nosso equipamento.

Estão, nesse caso, os aros reduzidos de 98 para 18 tipos, as grelhas de 950 para 37, os mancais de 18 para 5, as molas de vagões de 11 para 2 e mais numerosos outros itens que seria fastidioso enumerar.

Como vêm pelo que acabo de expôr, a Central não sómente está em condições de atender ao seu tráfego atual e futuro, como o fará com segurança, eficiência e economia, sempre crescentes.

No momento presente é motivo de justa satisfação para a Estrada e para todos os seus servidores o fato de que, sendo ela destinada a executar transportes, a êles está atendendo plenamente, não tendo requisições atrasadas de vagões, nem mercadorias retidas em suas estações, fato que, infelizmente, sabemos não ocorrer em todo o nosso país. (Palmas prolongadas).

AOS NOSSOS REPRESENTANTES

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS
ENCARGOS A UM OUTRO COMPANHEIRO E COMUNICA A NOSSA
DIREÇÃO.

TODOS OS DIAS CHEGA AINDA QUENTE

às mãos do consumidor!

Fabricado sem contacto manual, o Café Globo é torrado, moído, empacotado e vendido no mesmo dia. Uma frota de 30 caminhões velozes leva o Café Globo, fresquinho, à todos os bairros da cidade! Café Globo, mistura de cafés finos, é um produto de confiança. Exija-o e guarde as capas para o sorteio de valiosos prêmios.

CAFÉ GLOBO

A Madeira e a Defesa Nacional

O INSTITUTO NACIONAL DO PINHO PODE SER TOMADO COMO PADRÃO POR QUALQUER PAÍS CIVILIZADO

Poder-se dizer que a madeira é, hoje, o produto estratégico n.º 1. E não seria exagero admitir que essa importância sobrepuje aquela que assumem os materiais necessários à confecção da bomba atómica.

Durante muitos séculos, viveu a humanidade cercada da fartura da madeira, sem se aperceber de que, um dia, com respeito a esse produto, viria a funcionar a lei de Malthus.

O crescimento contínuo das zonas reservadas à exploração agrícola determinou o decréscimo, por assim dizer, na ordem inversa, das zonas de reservas florestais do mundo.

O primeiro homem que se advertiu do iminente perigo que significava a falta da madeira para o futuro e o bem estar da humanidade foi Franklin Delano Roosevelt.

Tocado da centelha da genialidade que o marcou como a figura mais empolgante do século que vivemos, o ex-Presidente dos Estados Unidos mandou incluir a madeira nos itens do programa de ação da Food and Agriculture Organisation das Nações Unidas (FAO).

Ainda há pouco, na Conferência Internacional de Madeiras, realizada em Mariánské Lázne, na Tchecoslováquia, com a presença de 27 nações da Europa e das margens do Mediterrâneo, além de países da América, como o Brasil, Estados Unidos, Chile e México, o Diretor Geral da FAO declarou que o problema da carência da madeira para as necessidades vitais e urgentes da reconstrução europeia, e que ora desafia os esforços de todos os governos, se reveste de um caráter social e económico de vulto idêntico ao da situação alimentar do mundo.

E não foi sem uma desconcertante melancolia que o plenário daquela assembléia internacional tomou conhecimento de que a Europa e os países ribeirinhos do Mediterrâneo, que importavam seis milhões de *standards* de madeira, em 1937, não receberiam sequer a metade daquele montante no corrente ano.

O tremendo *deficit* que se apresenta quando se consideram os enormes reclamos do produto necessário ao programa de reconstrução da Europa não poderá de forma alguma ser coberto, por maiores que sejam os esforços paralelos das nações produtoras em elevar o

nível da produção e das nações consumidoras em diminuir o consumo, por isso que a madeira é o único produto que, fazendo-se sucedâneo de inúmeros outros, até hoje não encontrou substituto para suas aplicações essenciais.

Daí, poder ser nitidamente caracterizada a profunda diferença entre os povos que possuem madeira e os que não a possuem.

Com o ferro, o petróleo e o carvão, a madeira completa os quatro pilares da independência econômica das nações. Na dependência da sua importação, a rigor, nenhuma coletividade humana pode orgulhar-se da sua soberania.

Com as devastações sem limite sofridas, durante a guerra, pelas florestas, sobretudo do Velho Mundo, a madeira passou a desempenhar um papel de importância considerável na pauta do comércio internacional.

Diante dessa evidência, deliberaram os povos civilizados adotar medidas de caráter urgente para criar e preservar fontes perenes de suprimento adequado às suas necessidades.

Em sucessivas reuniões da FAO, foi dado o balanço das possibilidades do incremento da produção e da restrição do consumo das madeiras, afim de que medidas paralelas e simultâneas tivessem o efeito de criar o desejado equilíbrio dos mercados.

Umas de caráter imediato, outras a serem adotadas a longo prazo, todas essas medidas, entretanto, se acham condicionadas ao reflorestamento intensivo das espécies economicamente exploráveis.

Só assim, poderão ser cobertas as imensas necessidades futuras da madeira.

No que toca a essa política de previsão, o nosso país pode ser indicado como aquele que mais cedo considerou o problema nos seus devidos termos e se dispôs a resolvê-lo com decisão.

A política de controle da economia madeireira realizada pelo Instituto Nacional do Pinho não somente visou reduzir ao máximo possível o desperdício do produto, nas suas várias fases de industrialização, como também teve em conta a verdadeira urgência em tratar de repôr as reservas florestais, secularmente desatualizadas, antes da criação daquele órgão.

Essa política bem avisada já pode revelar os seus excelentes frutos. Além de impedir a derrubada inútil de muitos milhares de árvores, constituiu florestas artificiais, cuja massa é contada por um montante superior a 10 milhões de indivíduos.

As iniciativas até aqui levadas a cabo pelo Instituto Nacional do Pinho, que deve ser tomado como um organismo padrão por qualquer país civilizado, representam a síntese das sugestões feitas aos governos de todas as nações que participaram da Conferência Internacional de Madeiras.

No relatório que o Ministro Decio Martins Coimbra, chefe da missão diplomática do Brasil na Tchecoslováquia, dirigiu ao Ministério das Relações Exteriores sobre aquele certamen, referindo-se ao Instituto Nacional do Pinho, escreveu as seguintes palavras:

"Trata-se de uma entidade que se orienta com perfeita segurança sobre os problemas econômicos da madeira e cuja estrutura administrativa e funcionamento pragmático despertaram vivo interesse entre os delegados da Conferência de Marianské Lázne. Tive ensejo de verificar que os controles sugeridos no plenário, a serem adotados em todo o mundo, em futuro próximo ou remoto, já vêm sendo feitos pelo Instituto Nacional do Pinho há mais de cinco anos."

Por aí se vê que, se, na realidade, suficientes recursos ou disponibilidades satisfatórias de madeira representam condição essencial de independência nacional, o nosso país, através a atuação do Instituto Nacional do Pinho, já se apressou em cobrir esse importante setor da defesa da sua soberania.

PARA BOA VISÃO, BONS OCULOS
BONS OCULOS SÓ SE CONSEGUEM NA

CASA NOSSA SENHORA DA GUIA

POMPEU RAPHAEL

RUA DA QUITANDA, 19 — Sobrado

Fone: 22-8165

PROPAC

Companhia de Propaganda, Administrativa e Comércio,

(PROPAC)

Avenida Rio Branco, 85 — 14.º andar
End. Tel. "PROPAC" — Rio de Janeiro

Representante e distribuidora dos produtos
de fabricação da

ATLAS POWDER COMPANY

Wilmington, 99 — Delaware, U.S.A.

DINAMITE — ESTUPIM

Espoietas simples e elétricas, para entrega imediata

VENDAS: Rua 1.º de Março, 37-A — 8.º and.

Telef.: 43-4831 — 43-1025

Membro da Fissociação Comercial do Rio de Janeiro

NOTICIARIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicadas no «Diário Oficial», no período de 20 de Maio a 20 de Junho de 1947

CIDADÃOS INDIOS — (Solução de consulta)

Consulta o chefe da 30.^a C.R., em rádio n.^o 333-S, 3, de 19 de março do corrente ano, se os cidadãos índios pertencentes às classes convocadas constantes das relações enviadas pelos Inspectores Regionais de Índios para efeito de alistamentos, consoante o Decreto-lei número 3.530, de 8 de janeiro de 1946, estão sujeitas à incorporação.

Em solução, aprovando o parecer do E.M.E., declaro:

a) os índios, desde que considerados civilizados, são para todos os efeitos, cidadãos brasileiros;

b) como cidadãos brasileiros estão obrigados ao alistamento militar e à prestação do serviço militar, na forma estabelecida no Decreto-lei n.^o 3.530, de 23 de julho de 1946 (L.S.M.);

c) aqueles que pertençam às classes consideradas do contingente convocado serão dispensados de incorporação, desde que tenham sua residência em município numa das condições previstas no art. 37 da Lei do Serviço Militar;

d) finalmente, os índios de que trata o rádio em questão devem, na forma do Decreto-lei n.^o 3.180, de 8 de janeiro de 1946, ser alistados e convocados em época oportuna, para fins de incorporação, salvo se residirem em município dispensado de incorporação, e, neste caso, farão jus ao certificado de reservista de terceira categoria, apartir da data do licenciamento dos incorporados de sua classe, conforme o art. 63 da L.S.M.

Aviso n.^o 554 de 28-5 — D.O. de 30-6-947

COMISSÃO DE ESTRADA DE RODAGEM — (Extinção)

1. Fica extinta, nesta data, a Comissão de Estradas de Rodagem n.^o 4 (C.E.R.-4).

2. O acervo dessa Comissão é transferido para a cargo da Comissão de Estradas de Rodagem n.^o 3 (C.E.R.-3), devendo ser providenciado, com brevidade, seu transporte para a sede desta última em Fazenda Jardim.

Aviso n.^o 691 de 6-6 — D.O. de 9-6-947.

CORPO DE OFICIAIS DE RESERVAS — (Promoção)

1. Enquanto não for publicada a nova legislação sobre o Corpo de Oficiais da Reserva, que está sendo elaborada, ficam suspensas as promoções nos postos de Capitão e de Oficiais Superiores

da Reserva de 2.ª Classe e de Exército de 2.ª Linha, a não aquelas cujo direito esteja assegurado em lei.

2. Continuam a ser realizadas, de acordo com a legislação existente, as nomeações ao posto de 2.º Tenente e as promoções 1.º Tenente.

Aviso n.º 641 de 17 — D.O. de 19-6-947

ESPECIALISACÃO DE SARGENTO — (Solução de consulta)

Em solução ao Ofício número 125-S, da Escola de Moto e Motorização, de 23 de janeiro do corrente ano, referente à dualidade de especialização de sargentos (especialista mecânico e especialista combatente) para efeito de promoção, resolvo:

a) que os sargentos Especialistas Combatentes que prestar exame de Especialistas Mecânicos sejam considerados, para todos os efeitos, exclusivamente Especialistas Mecânicos;

b) que contém, para efeito de promoção, somente o grau obtido nos exames para Especialistas Mecânicos.

Aviso n.º 643 de 17 — D.O. de 19-6-947

ESTANDARTE — Aprovação

Aprovo o estandarte para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, com os seguintes características:

a) Campo azul celeste, tendo no ângulo superior, à esquerda símbolo do Exército, nas suas cores e metais, de dimensão igual à altura, a um terço da altura total do estandarte;

b) Abaixo do símbolo as iniciais C. P. O. R. encimando o nome da localidade onde funciona o Centro e lhe dá denominação, em caracteres de ouro e simétricamente disposto;

c) Franja de ouro em volta do estandarte;

d) Dimensões: 0,980 x 1,110

e) Laço militar, das cores nacionais, com as inscrições contidas no estandarte em caracteres de ouro.

Aviso n.º 642 de 17 — D.O. de 19-6-947

FUNCTIONAMENTO DOS TIROS DE GUERRA — (Ordens)

Tendo em vista o aviso n.º 14-10 — reservado, de 28 de Janeiro do corrente ano, e, a fim de harmonizar as normas de funcionamento dos Tiros de Guerra com as condições orgamentares atuais, declaro:

a) até novas ordem, os convocados matriculados nos Tiros de Guerra frequentarão todas as sessões em trajes civis;

b) ficam excluídos, por completo, dos programas de instrução, exercícios de combate e ordem unida;

c) a Diretoria de Recrutamento expedirá, com urgência, novas diretrizes de instrução, abordando somente os seguintes ramos de instrução:

Educação moral e cívica, com intensidade.

Educação física e desportos.

Instrução geral.

Ordem unida, sem arma.

Tiro ao alvo no stand.

Armamento e material.

Aviso 544 de 26-5 — D.O. de 28-5-947

INSUBMISMO QUE SE APRESENTAR AO CORPO DE TROPA — (Declaração)

1. Considerando que a atual situação orçamentária deste Ministério não permite manter nas fileiras efetivos superiores aos consignados nos "Quadros de Efetivo Orçamentário para 1947" e que o Código Penal Militar, em vigor, determina que o insubmiso que se apresentar ao Corpo de Tropa ou for capturado deverá ser incorporado e processado pela Justiça Militar, declaro:

a) O insubmiso que se apresentar ou for capturado deverá ser imediatamente submetido à inspeção de saúde.

Se fôr julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, ficará isento de incorporação, procedendo-se de acordo com o Decreto-lei n.º 7.611, de 5 de junho de 1945.

Se fôr julgado apto deverá ser incorporado.

b) A fim de manter os efetivos em vigor, para cada insubmiso incorporado, deverá ser licenciado um soldado, cuja situação na reserva será regulada pelos arts. 102, 103 e 104, da Lei do Serviço Militar.

2. O critério de licenciamento dos incorporados amparados por este aviso, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

1.º) Casados.

2.º) Arrimos.

3.º) Lavradores.

Aviso n.º 814 de 9 — D.O. de 11-6-947

MILITARES DA RESERVA REMUNERADA — (Esclarecimento)

O Decreto-lei número 8.013 de 29-8-1945 assegura aos militares da reserva remunerada ou reformados designados para funções de atividade e em efetivo exercício de serviço previsto nas organizações de Forças Armadas, o direito à percepção dos Vencimentos integrais dos respectivos postos ou graduações, calculados pela tabela vigente.

As restrições orçamentárias do presente momento aconselham que tais designações só se efetuem quando existam vagas nos quadros de efetivos, quando seja impossível a ocupação do cargo por militar da ativa e quando a Verba orçamentária correspondente comporta a despesa.

Nessas condições encareço às autoridades proponentes o cuidadoso estudo de cada caso e que as propostas de nomeação só sejam encaminhadas ao meu Gabinete após terem sido informadas pela D.R. quanto à situação do proposto, pelas Diretorias de Pessoal, de Saúde ou de Intendência, quanto à possibilidade de preenchimento da vaga por militar da ativa e pela D.I.R. quanto à situação da verba por onde deva correr a despesa.

Aviso n.º 588 de 31-5 — D.O. de 3-6-947

MILITARES QUE TENHAM SERVIDO EM FERNANDO NORONHA — (Solução de consulta)

1. Consulta o General Chefe do Departamento Geral de Administração, em ofício n.º 110, de 6 do corrente mês, como definir a situação dos militares que tenham servido em Fernando de Noronha durante a última guerra.

2. Em solução declaro:

a) que, nos termos do artigo 94 do Decreto-lei n.º 3.940, de 21 de dezembro de 1941, vigente no período de emergência (31 de outubro de 1942 a 8 de maio de 1945), "tempo de serviço em campanha" é aquele em que se abona o terço de campanha e o militar se contra em operações de guerra, ou o que assim for considerado pelo Governo;

b) que, não basta, portanto, nos termos do citado dispositivo legal, a simples percepção do "terço de campanha" para que caracterize o serviço dessa natureza, é necessário, também, que o militar tenha estado em operações e com risco de guerra;

c) sendo assim, e como nenhum ato do Governo tenha declarado, tal como ainda prevê a lei (art. 94, in fine), que se deva considerar como de serviço em campanha o prestado no Arquipélago de Fernando de Noronha, naquele período, é de se concluir que contagem de tempo dos militares aqui ali serviram é a decorrente do estabelecido no artigo 40 do Decreto-lei n.º 7.039, de 10 de novembro de 1944, tendo em vista o disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 17.402, de 31 de dezembro de 1944.

Aviso n.º 645 de 17 — D.O. de 19-6-947

OS QUADROS DE OFICIAIS DA ATIVA — (Hierarquia)

Tendo surgido duvidas quanto à precedência hierárquica oficiais do Q.A.O., em relação aos oficiais dos demais quadros ativa, em virtude do que dispõe o artigo 16, § 4.º do Estatuto Militares e o art. 5.º do Decreto-lei número 8.750, de 21-1-1945, declaro-vos, de acordo com os pareceres do Estado Maior do Exército e do Consultor Jurídico desse Ministério:

a) Os oficiais do Q.A.O. concorrem, na escala hierárquica com os oficiais dos demais quadros da ativa, devendo, nos casos de igualdade de posto, ser considerada a antiguidade respectiva.

b) A antiguidade de posto dos oficiais do Q.A.O. é contada partir da data da inclusão no mesmo quadro.

Aviso n.º 620 de 10 — D.O. de 12-6-947

PROMOÇÃO AO POSTO DE 1.º SARGENTO OU SUBTENENTE — (Julgamento de consulta)

Tendo em vista o Aviso n.º 1.396, de 8 de novembro de 1944, que dispõe sobre a equivalência dos diferentes cursos especializados no de Comandante de Pelotão ou Seção, para fins de promoção ao posto de 1.º Sargento ou Subtenente, consulta o Comandante da Zona Militar de Leste se os sargentos mecânicos possuidores de curso de manutenção orgânica da Escola de Instrução Especializada, estão habilitados como os possuidores do Curso de Especialista Mecânico da Escola de Motomecanização à promoção ao posto de 1.º Sargento, visto tratar-se de cursos diferentes.

Em solução declaro:

— O Curso de Manutenção orgânica da E.I.E., tem a finalidade de preparar mecânicos de veículos automóveis para integrarem os elementos de manutenção (2.º escalão) das Unidades Motorizadas ou motomecanizadas;

— O Curso de especialista mecânico da Escola de Motomecanização visa a formação de mecânicos destinados às Unidades

Manutenção (3.º escalão) dando-lhes para isso conhecimentos técnicos de maior amplitude que aqueles da Escola de Instrução Especializada;

— Nessas condições, os segundos e terceiros sargentos mecânicos possuidores do Curso de Manutenção orgânica da Escola de Instrução Especializada, devem se habilitar com o curso de Especialista mecânico da Escola de Motomecanização ou curso de mecânico da Escola Técnica de Aviação (3.º e 4.º escalões), para a promoção ao posto de 1.º Sargento.

Aviso 584 de 23-5 — D.O. de 27-5-947

SOLDADO REINCLUIDO — (Solução de consulta)

Consulta o General Comandante da Quinta Região Militar, em ofício número 106-A, de 21 de fevereiro de 1947, ao General Secretário Geral do Ministério da Guerra:

- qual o tempo a que está obrigado a servir um soldado reincluído de acordo com o Aviso n.º 2.804, de 10 de maio de 1945;
- se, findo o tempo a que se obrigou a servir, pode o referido soldado engajar;
- sendo o reincluído reservista e percebendo vencimentos de soldado engajado, se poderá o mesmo reengajar, findo o seu tempo;
- possuindo o reservista reincluído medalha de campanha, se tem ou não a sua permanência assegurada nas fileiras do Exército até atingir a idade limite, mesmo que não tenha requerido permanência no prazo fixado pelo Decreto-lei n.º 8.159, de 3 de novembro de 1945.

Em solução declaro:

- Quanto às letras a e b, se o voluntário não era reservista, o tempo inicial é de dezoito meses. Terminado esse tempo poderá engajar e reengajar de acordo com arts. 87 e 88 da Lei do Serviço Militar, desde que satisfaça as condições estabelecidas no art. 86 da mesma lei, para cada caso e sejam obedecidas as percentagens fixadas no Aviso n.º 66, de 14 de janeiro de 1947; se o voluntário já era reservista ao ser aceito, o tempo de serviço será de um dia ou três anos, conforme se enquadre, como engajado, nas letras a, b e c do artigo 87 da Lei do Serviço Militar;
- quanto à letra c, terminado o prazo de engajamento, acima referido, poderá obter o seu primeiro reengajamento, desde que satisfaça as condições do art. 88 e seus parágrafo da Lei do Serviço Militar, respeitadas as percentagens estabelecidas no Aviso n.º 66, de 14 de janeiro de 1947;
- quanto à letra d, deverá ser obedecido o que prescreve o Aviso número 526, de 21 de maio de 1947.

Aviso n.º 583 de 28-5 — D.O. de 30-5-947

UNIFORME — (Adotado)

1. Ficam adotados, a título de experiência, na Companhia de Polícia da 1.ª Região Militar, os seguintes uniformes especiais:

A — OFICIAIS:

Primeiro Uniforme

Boné com capa de gabardine verde oliva.
Blusão de gabardine verde oliva.

Camisa beige.

Gravata beige.

Calça de gabardine verde oliva.

Luvas brancas de couro com canhão alto.

Talabarte de sola, com porta-pistola, brancos.

Coturnos.

Segundo Uniforme

Boné com capa de gabardine verde oliva.

Túnica de brim verde oliva.

Calça de gabardine verde oliva.

Luvas de couro com canhão alto.

Talabarte de sola, com porta-pistola, brancos.

Coturnos.

— **SUB-TENENTES E SARGENTOS:**

Os mesmos uniformes dos oficiais, substituído o boné pelo capacete de fibra.

C — CABOS E SOLDADOS:

Primeiro Uniforme

Capacete de fibra.

Blusão de gabardine verde oliva.

Calça de gabardine verde oliva.

Luvas brancas de couro com canhão alto.

Talabarte de sola, com porta-pistola, brancos.

Coturnos.

Segundo Uniforme

Capacete de fibra.

Túnica de brim verde oliva.

Calça de gabardine verde oliva.

Luvas brancas de couro com canhão alto.

Talabarte de sola, com porta-pistola, brancos.

Coturnos.

2. A especificação das peças obedecera aos modelos existentes no E.C.M.I.

3. Esses uniformes serão usados segundo instruções do Comandante da Zona Militar de Leste e 1.^a R.M.
Aviso n.º 619 de 19 — D.O. de 12-5-947

Colaboram neste número:

Ten. Cel. J. B. de Mattos
Ten. Cel. Senna Campos
Ten. Cel. J. H. Garcia
Major Arold Ramos de Castro
Major B. Borges Fortes
Major Paulo Eneás F. da Silva
Major Omar Emir Chaves
Major Riograndino da Costa e Silva
Cap. José Codeceira Lopes
Cap. Moncyr R. Coelho
Cap. Rui de Alencar Nogueira
Cap. Octávio Alves Velho
Cap. Nilton Freixinho
1º Ten. L.E. Jayme Rolenberg de Lima
Dr. Renato Feio



Cr\$ 8,00